

EDITORIAL

Gen Div RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES
Comandante da Academia Militar
das Agulhas Negras



É com alegria e entusiasmo profissional que me dirijo aos leitores da Revista Eletrônica da AMAN, por ocasião do lançamento de sua segunda edição.

O periódico foi concebido com a finalidade de proporcionar ampla e irrestrita divulgação de assuntos de interesses militares e afins. O modelo eletrônico alcança um vasto número de leitores e se alinha à Era do Conhecimento, que se caracteriza pela velocidade de informações.

Esta publicação realiza a divulgação do resultado de trabalhos desenvolvidos por professores, instrutores e cadetes deste Estabelecimento de Ensino. Além disso, busca fomentar o interesse de seu público-alvo por assuntos voltados para a área operativa e educacional da Força Terrestre, permitindo e estimulando a Pesquisa no meio acadêmico.

Na sua mais nova edição, a Revista Eletrônica da AMAN disponibiliza textos atuais aos profissionais militares, com temas vinculados ao Direito, como o porte de drogas em ambiente militar; e a presunção de validade jurídica de documentação eletrônica produzida pelo Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos (SPED).

Em seus artigos, também são exploradas discussões interessantes sobre a Doutrina Militar Terrestre, tais como: o emprego de frações de infantaria em ambiente operacional de montanha; a análise comparativa de patrulhas brasileiras e americanas; o emprego da companhia de fuzileiros mecanizada no ataque a uma área fortificada; a eficiência dos fuzis de assalto 7,62mm e 5,56mm no tiro rápido diurno no contexto dos combates urbanos; a utilização de simuladores e recursos tecnológicos para tropa blindada; Comando e Controle; e o emprego do M113BR na Operação São Francisco.

Ainda são desenvolvidos temas ligados à Sociologia e às Relações Internacionais, como a importância do Exército Brasileiro na manutenção dos valores na sociedade; a geopolítica do Atlântico Sul; e as problemáticas sobre a dimensão terrestre e o ciberespaço.

Por fim, são exploradas questões históricas e contribuições à instrução militar, ao serem tratadas as invasões holandesas e a organização da Força Terrestre da América Portuguesa no século XVII; o condicionamento operante de Skinner; e o uso de recursos digitais de comunicação para trabalhos didáticos em grupo.

Tenho a certeza de que a produção e a divulgação dos conhecimentos disponibilizados nesta edição contribuirão com o aprimoramento intelectual e profissional dos seus leitores, tanto no âmbito da AMAN como em todo o Exército Brasileiro.

Boa leitura a todos!



CORPO EDITORIAL

CORPO EDITORIAL DA AMAN 2018

PRESIDENTE DE HONRA

Gen Div Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves

Editor Chefe

Cel Rafael Roesler

Editor Adjunto

TC ANDERSON LIMA DE MOURA
TC JOÃO FREIRE JÚNIOR

Conselho Editorial

Cel EDMUNDO DO VALE
Cel UBIRAJARA RODRIGUES
Cel FLAVIO ALVARENGA FILHO
Cel HUMBERTO DA SILVA MARQUES
Cel JOÃO AUGUSTO VARGAS ÁVILA
Cel AUGUSTO CESAR MAGALHÃES FREIRE
Cel LUIS HENRIQUE SANTOS FRANCO
Cel PTTC EDSON GONÇALVES LOPES
Cel PTTC CLAUDIO MAGNI RODRIGUES

Comissão Editorial

Maj MARCIO SOUSA PINHO
Maj ROBSON ANCELME DE MACEDO
Maj ALLANDERSON RODRIGUES TEIXEIRA
1º Ten ANDERSON GOMES DE JESUS
1º Ten MARIA FERNANDA DE SOUSA PINHO
Svd Civ SABRINA SAUTHIER MONTEIRO
Cel PTTC JOSÉ BENEDITO CRUZ JÚNIOR

Equipe de editoração/publicações

Ten Cel AUGUSTO HENRIQUE SKREBSKY MELLO
Maj ROBSON ANCELME DE MACEDO
Maj ALLANDERSON RODRIGUES TEIXEIRA
Maj FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS NETO
1º Ten SILVIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Sd JÓVISON DA ROCHA MEDEIROS

Equipe de revisores de linguagem

Maj ANDRÉA CRISTINA FERNANDES PIMENTEL DA MATA
Cap ARLINDO JOSÉ DE BARROS JÚNIOR
1º Ten CÁSSIA FAUSTINO DA SILVA LAGO
1º Ten MARÍLIA ARAUJO FERNANDES

Equipe de avaliadores (pareceristas)

Cel ADÃO DE MELO NETO
Cel CLEIDINEI AUGUSTO DA SILVA
Cel ANDRÉ FRANGULIS COSTA DUARTE
Cel GEORGE HAMILTON DE SOUZA PINTO
Ten Cel LEONARDO SUCAR DOS ANJOS
Ten Cel WELLINGTON FERREIRA GOMES
Ten Cel NIVIO PAULA DE SOUZA
Ten Cel LUCIANA CAVALCANTE MATOS DE MELLO
Maj ANDRÉA LEMOS MALDONADO CRUZ

Maj WESLEI JARDIM BATISTA
Maj ROBERTO CAMPOS LEONI
Maj RICARDO DE QUEIROS BATISTA RIBEIRO
Maj ATÍLIO SOZZI NOGUEIRA
Maj RODRIGO LOPES SILVA
Maj RAPHAEL RAMOS PASSOS
Maj MARCOS DE MENDONÇA SILVA
Maj WALFREDO BENTO FERREIRA NETO
Maj CRISTIANE ROSAS VILLARDO
Maj TULIO ALCÂNTARA VALENTE
Maj RENATA DE ALBUQUERQUE MACHADO
Maj ALEX HUMMEL
Maj FLÁVIO FERREIRA DA SILVA
Maj MARCELO JOÃO NAVES
Maj MARCO TÚLIO PERES CAETANO
Maj ROGERIO GONÇALVES BOTELHO
Cap RAFAEL FERRAZ PINTO
Cap JONATHAN ANDRADE LUZ
Cap FÁBIO RENAN AZEVEDO DE SOUZA
Cap MARCO AURÉLIO DE AVELLAR BOLZE
Cap GUSTAVO HENRIQUE LIMA FARINHA
Cap FABIO LUIS FRANÇA DE FARIA
Cap ALEXANDRE MENEZES DA SILVA
Cap CLERISTON BARBOSA BELLO
Cap ISRAEL DA SILVA JORGE
Cap LEANDRO OLIVEIRA DE SOUZA
Cap VICTOR ARTUR BALDISSERA
Cap GERALDO GOMES DE MATTOS NETO
Cap VICTOR DE SOUZA FILGUEIRAS
Cap JOSÉ NEYARDO ALVES DE ARAÚJO
Cap ALEXSANDER SOARES ELIAS
Cap CRISTIANO GONÇALVES ARAÚJO
Cap FLÁVIO FRANCISCO DE ASSIS
Cap DAVI GUEDES MARTINS TEIXEIRA
Cel PTTC GERALDO MENDES GUTIAN
Cel PTTC EDUARDO DA SILVA LIMA
Cel PTTC ANVALGLEBER SOUZA LINHARES
Cel PTTC DURLAND PUPPIN DE FARIA
Ten Cel PTTC EVERTON ARAUJO DOS SANTOS

Os conceitos emitidos nas matérias assinaladas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da AMAN. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais e estrangeiras.

Solicita-se a compreensão para a decisão - a cargo dos responsáveis pela revista - sobre a publicação dos artigos enviados para a AMAN. Por imposição do espaço, a Redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original. Publicações sem fins lucrativos.



SUMÁRIO

DISCUSSÃO SOBRE O PORTE DE DROGAS EM AMBIENTE MILITAR: APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E BENS JURÍDICOS TUTELADOS	4
EMPREGO DE FRAÇÕES DE INFANTARIA EM AMBIENTE OPERACIONAL DE MONTANHA: ATUAÇÃO DO 11º BI DE MONTANHA NA II GUERRA MUNDIAL	13
PATRULHAS – UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A DOCTRINA BRASILEIRA E A DO <i>UNITED STATES MARINE CORPS (USMC)</i>	19
ESTRUTURAS COLAPSADAS: O EMPREGO DE PESSOAL E MATERIAL DE ENGENHARIA EM OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE	29
O EMPREGO DA COMPANHIA DE FUZILEIROS MECANIZADA NO ATAQUE A UMA ÁREA FORTIFICADA	35
O USO DE RECURSOS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO PARA TRABALHOS DIDÁTICOS EM GRUPO	40
AS INVASÕES HOLANDESA E A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII	45
A PRESUNÇÃO DE VALIDADE JURÍDICA DA DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA PRODUZIDA PELO SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS	52
CONDICIONAMENTO OPERANTE DE <i>SKINNER</i> : A INFLUÊNCIA DO DESEMPENHO NO ESTÁGIO DE OPERAÇÕES NA SELVA DA SIESP	62
A EFICIÊNCIA DOS FUZIS DE ASSALTO 7,62MM E 5,56MM NO TIRO RÁPIDO DIURNO NO CONTEXTO DOS COMBATES URBANOS	72
O EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO DOS VALORES NA SOCIEDADE	80
TERRITÓRIO: DA DIMENSÃO TERRESTRE AO CIBERESPAÇO - ESPAÇO, PODER, SEGURANÇA E OPORTUNIDADES ECONÔMICAS	88
O BRASIL, A ÁFRICA E A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL	100
UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES E RECURSOS TECNOLÓGICOS PELA TROPA BLINDADA: O QUE PODE SER APROVEITADO DA EXPERIÊNCIA DESSA TROPA PARA A INSTRUÇÃO DOS CADETES DA AMAN	104
COMANDO E CONTROLE: FERRAMENTA PROVEDORA DE CONSCIÊNCIA SITUACIONAL SPOT GEN3	107
O EMPREGO DO M113BR NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO VII	112



DISCUSSÃO SOBRE O PORTE DE DROGAS EM AMBIENTE MILITAR: APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E BENS JURÍDICOS TUTELADOS

Rodrigo Camões Diógenes de Carvalho¹

1 INTRODUÇÃO

Na história brasileira, três legislações são de grande importância para o entendimento da evolução da lei penal em relação à temática das drogas. São elas: a Lei nº 6.368/76 que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica; a Lei nº 10.409/02 que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencadas pelo Ministério da Saúde; e a Lei nº 11.343/06, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

As duas primeiras já foram revogadas, sendo a nº Lei nº 11.343/06 atualmente em vigor no país, porém há de se comentar alguns aspectos sobre as primeiras leis para o entendimento geral do assunto.

A Lei nº 6.368/76 foi elaborada sob uma forte influência da lei norte-americana de drogas da época, vigorando um forte rigor penal ao usuário e traficante de drogas ilícitas. Durante trinta anos esta lei ficou em vigor, assim tipificando o usuário de entorpecentes, em seu Art. 16:

Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 a 50 dias-multa. (BRASIL, 1976, p. 09)

E o Art. 12, tratando do crime de tráfico de drogas:

Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 a 360 dias-multa. (BRASIL, 1976, p. 08)

Vemos nos artigos citados que a lei em questão tratava o usuário e o traficante de drogas ilícitas com pena privativa de liberdade, sendo tidos como criminosos.

Segundo Samuel Miranda Arruda (2007, p.18):

[...] impingia-se, em tese, ao mero usuário da droga sanção privativa de liberdade, o que acarretava uma estigmatização do agente flagrado e propiciava inclusive a utilização do tipo penal como instrumento de constrangimento de pessoas dependentes.

Diante das mudanças socioeconômicas, avanço da medicina e da mudança de paradigma em relação ao dependente químico, no ano de 2002, entrou em vigor a Lei nº 10.409/02, que teve como principal destaque a regulamentação do crime de tráfico de drogas. Porém, no que tange à diferenciação da sanção do traficante e do usuário de drogas, pouca coisa foi alterada.

O Art. 12 da lei revogada pouco foi alterado, mantendo-se a pena de reclusão, com um aumento de um ano da pena mínima (de três para quatro

¹ O Major Diógenes é Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



anos) e também o aumento de 10 dias de multa (de 50 para 60 dias-multa).

A nova lei gerou polêmica e discussões por sua deficiência técnica e pouca fundamentação. Segundo Fernando Capez (2007, p. 680):

A legislação básica era composta das Leis nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Esta última pretendia substituir a Lei n. 6.368/76, mas o projeto possuía tantos vícios de inconstitucionalidade e deficiências técnicas que foi vetado em sua parte penal, somente tendo sido aprovada a sua parte processual.

Diante do fracasso na tentativa de correção dos defeitos e vícios da Lei nº 6.368/76, através da Lei nº 10.409/02, começaram os estudos e discussões para a elaboração de uma nova lei que, resolvesse com certa urgência, os problemas não corrigidos anteriormente. Acrescenta Fernando Capez (2007, p.681):

Dessa forma a anterior legislação antitóxica se transformara em um verdadeiro centauro do Direito: a parte penal continuava sendo a de 1976, enquanto a processual, a de 2002. Acabando com essa lamentável situação, adveio a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a qual em seu art. 75 revogou expressamente ambos os diplomas legais.

Iniciou-se então, a estruturação de um projeto de lei, que se transformaria na atual legislação brasileira de drogas – Lei nº 11.343/06.

Esta lei inovou o ordenamento jurídico brasileiro na medida em que se utilizou unicamente das penas restritivas de direito e não privativas de liberdade ou pecúnia para o usuário de drogas. Percebe-se assim, que o Legislador tinha como objetivo romper a tradicional justiça penal e instalar um novo modelo de justiça terapêutica no ordenamento.

Os programas sociais com a finalidade de prevenção ao uso indiscriminado de drogas também foram inéditos. Estes comportam três espécies de medidas, todas contempladas na nova Lei, que são: a preventiva, terapêutica e a repressiva.

Traduz-se a principal mudança o Capítulo III – Dos Crimes e Das Penas, Art. 28:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. (BRASIL, 2006, p. 12)

Assim, a nova lei brasileira antidrogas se ocupou, mais detidamente, com atividades voltadas à prevenção, atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas.

Apesar de seguir uma tendência mundial, e apresentar mais resultados positivos do que negativos, a crítica sobre a atual lei antidrogas faz-se, principalmente, em relação ao abrandamento de sanção ao usuário e suas possíveis consequências. Nas palavras de Germana Queiroz (2014, p. 02):

A falta de uma medida mais efetiva, como por exemplo, uma internação compulsória ou involuntária, fez surgir outros problemas, dentre eles o sentimento de impunidade e a certeza de que jamais será preso por consumir drogas, bem como o aumento de pessoas que se tornaram dependentes químicas. Outro fator importante a ser observado é que a ação dos traficantes com pequena quantidade de drogas ficou evidente, o que tornou difícil a identificação de quem realmente é usuário e de quem é traficante, pois esses, ao saírem para vender a droga, levam consigo pequena quantidade dela, para que ao serem abordados pela polícia aleguem ser apenas usuários.

Portanto, a descriminalização do usuário de drogas afeta a sociedade como um todo, visto que influi no tráfico de drogas e, indiretamente na violência urbana. O tratamento ao dependente químico se faz necessário por parte do Estado, porém com mais severidade, como por exemplo, através da internação compulsória em casos de reincidência.



2. O USUÁRIO DE DROGAS EM AMBIENTE MILITAR: A VISÃO DO CÓDIGO PENAL MILITAR

A mobilização de uma força nacional para defesa de território começou no Brasil desde o início de sua colonização, sendo a mais marcante efetuada contra as tentativas de colonização francesa no Brasil, na década de 1550. Porém, na Batalha de Guararapes, em 1648, os efetivos militares portugueses eram formados majoritariamente por brasileiros (brancos, negros e ameríndios). Este é o marco inicial da formação das Forças Armadas brasileiras e a consequente criação da classe profissional militar.

Segundo Heleno Fragoso (1962, p. 14),

O Direito Militar está presente no mundo desde o período romano. No Brasil, ganhou contornos legislativos com a vinda da família real portuguesa e a publicação dos Artigos de guerra do Conde Lieppe, em 1763. Com a proclamação da República, foi editado o Código Penal da Armada, em 1891.

A matéria Direito Militar foi disciplina obrigatória no Brasil para o 5º ano do Curso de Direito, no período compreendido entre 1925 e 1930. A Justiça Militar recebeu disciplina constitucional a partir da Carta Magna de 1934. No mesmo ano, foi aprovado o primeiro Código Penal Militar Brasileiro, que, posteriormente foi aperfeiçoado em 1969, vigorando este até os dias atuais.

O atual Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), divide-se em: Parte Geral e Parte Especial. Na primeira parte, trata da aplicação da lei penal militar, dos crimes, da imputabilidade penal, das penas, condenação etc.

Já a Parte Especial, fala sobre os crimes em tempos de paz e dos crimes em tempos de guerra. No título VI – Dos crimes contra a incolumidade pública, Capítulo III – Dos crimes contra a saúde em seu Art. 290, tipifica o crime de porte para consumo pessoal de drogas em ambiente militar, o qual nos interessa no presente artigo científico:

Art. 290. Receber, preparar, produzir, vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ainda que para uso próprio, guardar, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de um até cinco anos (BRASIL, 1969, p. 17).

O Código Penal Militar, que data sua publicação no ano de 1969, encara o porte para o consumo de drogas em ambiente militar como um crime contra a saúde, com pena de prisão de 1 a 5 anos.

A Lei nº 6.880/80 dispõe sobre o Estatuto dos Militares e, em seu Art. 46 diz que: “o Código Penal Militar relaciona e classifica os crimes militares, em tempo de paz e em tempo de guerra, e dispõe sobre a aplicação aos militares das penas correspondentes aos crimes por eles cometidos” (BRASIL, 1980, p. 08).

O atual Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, período em que o Brasil vivia o auge da ditadura militar, foi instituído pelos ministros das Forças Armadas da época (Junta Militar), que, na oportunidade, exerciam a Chefia do Poder Executivo no Brasil, autorizados pelos Atos Institucionais nº 16 (que teria declarado vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República) e pelo de nº 05 (que autorizava à Junta Militar, dentre outras coisas, a legislar sobre todas as matérias).

O Código Penal Militar tem em seu texto matéria específica sobre o uso, consumo e tráfico de drogas. O Título VI – Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública, Capítulo III os Crimes Contra a Saúde, Art. 290:

Art. 290. Receber, preparar, produzir, vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, ainda que para uso próprio, guardar, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, em lugar sujeito à administração militar, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, até cinco anos.

§ 1º - Na mesma pena incorre, ainda que o fato incri-



minado ocorra em lugar não sujeito à administração militar:

I - o militar que fornece, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a outro militar;

II - o militar que, em serviço ou em missão de natureza militar, no país ou no estrangeiro, pratica qualquer dos fatos especificados no artigo;

III - quem fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a militar em serviço, ou em manobras ou exercício.

§ 2º - Se o agente é farmacêutico, médico, dentista ou veterinário:

Pena - reclusão, de dois a oito anos (BRASIL, 1969, p. 17).

Nota-se a não separação de usuário e traficante, também presente no Código Penal civil da época (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), em seu Art. 281, modificado pelo Decreto-Lei nº 385/68:

Art. 281. Importar ou exportar, preparar, produzir, vender, expor a venda, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou de desacordo com determinação legal ou regulamentar: comércio, posse ou facilitação destinadas à entorpecentes ou substância que determine dependência física ou psíquica.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa de 10 a 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem ilegalmente:

I - importa ou exporta, vende ou expõe à venda, fornece, ainda que a título gratuito, transporta, traz consigo ou tem em depósito ou sob sua guarda matérias-primas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substância que determinem dependência física ou psíquica;

II - faz ou mantém o cultivo de plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica.

III - traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica. (Matérias-primas ou plantas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determine dependência física ou psíquica (BRASIL, 1940, p. 04).

A lei penal civil e a militar da época eram similares em relação ao consumo pessoal e tráfico de drogas, refletindo o pensamento jurídico brasileiro no período supracitado.

Com o passar dos anos, a legislação brasileira mudou, refletindo um novo panorama legislativo mundial em relação ao usuário de drogas. A principal ideia seria não tratar mais o usuário como criminoso, e sim como um dependente químico que precisa de tratamento.

Porém, o Código Penal Militar continua com sua redação original, fazendo com que o dependente de drogas militar continue sendo tratado como um criminoso, com todas as consequências para seu futuro desta rotulação. O usuário militar é tratado diferente do usuário comum, apenas por exercer a profissão militar, embora tenha as mesmas necessidades de assistência social e tratamento de saúde que o Estado dispõe para o ambiente civil.

Além disso, temos na atual lei brasileira antidrogas, a separação entre traficante e usuário, asseverando a pena para o crime de tráfico, de acordo com o Art. 33:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL, 2006, p. 14).

O Código Penal Militar permanece com o pensamento jurídico da década de 60, não havendo a diferenciação da sanção do traficante e do usuário de drogas, demonstrando a falta de sintonia com a atual legislação brasileira em relação ao tratamento a ser dado ao usuário/dependente de drogas.

O novo pensamento jurídico em relação às drogas nos mostra dois pontos-chave: a descriminalização do usuário de drogas e o rigor penal do crime de tráfico. Em contrapartida, a lei penal militar permanece estagnada num passado distante, com a igualdade de tipifi-



cação entre usuário e traficante, sendo que, em comparação a atual lei antidrogas, há um rigor na penalidade do usuário e um abrandamento na sanção do traficante.

3. O CONSUMO PESSOAL DE DROGAS EM AMBIENTE MILITAR: DISCUSSÕES

O Supremo Tribunal Federal, na maioria das decisões, era de acordo com a aplicação do princípio da insignificância no crime de porte de drogas para consumo em ambiente militar. Segundo a corte, a pouca quantidade de droga significava ausência de perigo em relação ao bem jurídico tutelado: a saúde pública.

A suprema corte brasileira, em algumas ocasiões, reconhecia que o Art. 28 da Lei nº 11.343/06 revogava o Art. 290 do Código Penal Militar, pelo motivo da nova concepção sobre o tratamento jurídico dos usuários de drogas dado pela legislação, onde não há mais pena privativa de liberdade ao infrator.

Em agosto de 2010, a 2ª Turma, reafirmou a decisão do Supremo Tribunal Federal, decidindo que:

Aplica-se, ao delito castrense de porte (ou posse) de substância entorpecente, desde que em quantidade ínfima e destinada a uso próprio, ainda que cometido no interior de Organização Militar, o princípio da insignificância, que se qualifica como fator de descaracterização material da própria tipicidade penal. Precedentes. (STF, HC 97131/RS, rel. Min. Celso de Mello, j. em 10.08.2010, v.u.).

Segundo GOMES (2010, p. 02): “na visão dos ministros, o porte de quantidade insignificante de substância entorpecente é conduta incapaz de causar lesão significativa à saúde pública, enquanto bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora”.

Porém, no mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal modifica sua posição e decide a não aplicação do princípio da insignificância no caso de porte de pequena quantidade de drogas em ambiente militar.

GOMES (2010, p. 03), destaca alguns pontos que foram argumentos dos ministros para a mudança de pensamento:

Inicialmente, destacou-se que o problema em questão

não envolveria a quantidade ou o tipo de entorpecente apreendido, mas sim a qualidade da relação jurídica entre esse usuário e a instituição militar da qual ele faria parte, no instante em que flagrado com a posse da droga em recinto sob administração castrense.

Em seguida, consignou-se que essa tipologia de relação não seria compatível com a figura da insignificância penal. Explicitou-se que esta consubstanciaria vetor interpretativo cujo propósito seria o de excluir a abrangência do Direito Penal de condutas provocadoras de ínfima lesão ao bem jurídico tutelado. Reputou-se que o uso de drogas e o dever militar seriam inconciliáveis, dado que a disposição em si para manter o vício implicaria inafastável pecha de reprovabilidade cívico-profissional por afetar tanto a saúde do próprio usuário quanto pelo seu efeito no moral da corporação e no conceito social das Forças Armadas.

Aduziu-se que a hierarquia e a disciplina militares não atuariam como meros predicados institucionais, constituindo-se, ao revés, em elementos conceituais e “vigas basilares” das Forças Armadas. Enfatizou-se, nesse ponto, que o maior rigor penal da lei castrense, na hipótese, se harmonizaria com a maneira pela qual a Constituição dispusera sobre as Forças Armadas. Ante o critério da especialidade, rejeitou-se a aplicação do Art. 28 da Lei 11.343/06. Mencionou-se que a referida lei revogara, expressamente, apenas as Leis 6.368/76 e 10.409/02 e que o CPM trataria da matéria de forma específica, embora em termos mais drásticos.

Os ministros também afastaram a questão da ofensa ao princípio da proporcionalidade, onde foi alegado que não havia a distinção entre traficante e usuário no Art. 290 do Código Penal Militar. Segundo a Corte, havia no artigo supracitado o intervalo de pena de 1 a 5 anos, o que permitiria ao juiz sentenciante estabelecer a medida justa entre os atos praticados e o crime, a partir da avaliação das circunstâncias (objetivas e subjetivas) da situação concreta.

O jurista Silvio Maciel (2010) contesta a argumentação do maior rigor do Código Penal Militar, nos seguintes termos:

Na lei 13.343/06, o crime de tráfico, que tutela a saúde pública, tem pena de 5 a 15 anos de reclusão. O mesmo delito, no Código Penal Militar, que estaria tutelando a saúde pública e também a disciplina e hierarquia militar, é apenado com 1 a 5 anos de reclusão (sanção três vezes inferior à cominada na Lei de Drogas). Se traficar em local sujeito à administração militar não é



mais grave do que traficar fora desses locais, o mesmo deveria ser quanto ao delito de porte para consumo pessoal, o que não acontece na realidade. O Código Penal Militar não trata, portanto, a questão das drogas no ambiente militar em termos mais drásticos do que a legislação comum. O traficante do quartel é punido com pena máxima de 5 anos, enquanto o traficante das ruas com pena máxima de 15 anos.

Na opinião da ministra do Superior Tribunal Militar Elizabeth Rocha (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2015):

Hoje, a lei militar é muito rigorosa para quem consome e tem uma pena mais branda para quem trafica dentro do quartel. Veja, que distorção imensa há: ele pode pegar 15 anos de prisão se for flagrado vendendo lá fora na esquina enquanto que, se for dentro da unidade, é de até 5 anos.

A decisão do Supremo Tribunal Federal também teve como base a questão dos bens jurídicos envolvidos. Na visão da Corte, os bens jurídicos hierarquia e disciplina sofreriam relevante perigo no caso do usuário de drogas em ambiente militar. Não poderia ser aplicado nesta situação o princípio da insignificância da conduta ou do resultado.

O procurador-geral Marcelo Weitzel (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2015), em entrevista para a Rede Globo de Televisão, concorda com a visão do Supremo Tribunal Federal: “a questão, no meio militar, deve ser enquadrada com maior rigor. A posse de drogas, mesmo que em pequena quantidade, oferece risco à hierarquia e à disciplina militar, como também enorme risco a incolumidade física das pessoas”.

Mais uma vez, o jurista Silvio Maciel discorda da ótica do Supremo Tribunal Federal, agora em relação aos bens jurídicos invocados: hierarquia e disciplina militares. Segundo Silvio Maciel (2010, p. 01):

O Código Penal Militar, no Título II de sua Parte Especial, tipifica “os crimes contra a autoridade ou disciplina militar” (Art. 149 a 182), tais como motim, omissão de lealdade militar, conspiração, incitamento, violência contra superior, desrespeito a superior, reunião ilícita, rigor excessivo, violência contra infrator, resistência

etc. No Título III o estatuto castrense tipifica “crimes contra o serviço militar e o dever militar”, tais como deserção, insubmissão etc. No Título VII prevê crimes contra a administração militar, como por exemplo, desacato, desobediência, abandono de cargo, usurpação de função, recusa de função da Justiça Militar etc. O Código Penal Militar ainda prevê no Título II, os crimes militares em tempo de guerra, como coação a comandante, cobardia, espionagem etc. Em todos esses crimes, a disciplina e a hierarquia militares estão inegavelmente tuteladas direta ou indiretamente. Porém a lei militar referida tipifica outros delitos que não tutelam hierarquia e disciplina militares, como por exemplo, crimes de homicídio, genocídio, lesão corporal, crimes contra o patrimônio (furto, roubo), crime de rapto e outros delitos sexuais, violação de domicílio, ameaça etc. Crimes estes que podem ser praticados inclusive contra civis (ex. furto, rapto, genocídio, violação de domicílio) o que afasta eventual argumento de que todo crime militar tutela, ainda que indiretamente, a hierarquia e disciplina militares. Dentre esses crimes está o porte de drogas para consumo pessoal, que consta no capítulo “dos crimes contra a saúde”. O bem jurídico protegido nessa norma incriminadora é a saúde pública, tal como na Lei 11.343/06, e não a hierarquia e disciplina, como diz a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O Ministro do Superior Tribunal Militar, Carlos Alberto Marques Soares, no julgamento do HC nº 92.961/SP (julgado em 11 de dezembro de 2007), também discorda da visão do Supremo Tribunal Federal:

[...], a conduta questionada não representa alta periculosidade social, nem lesividade material a bens jurídicos. O argumento da Justiça, calcado na disciplina e hierarquia militares, vai contra uma questão maior que deve ser considerada. O paciente, sem antecedentes criminais, deve ser recuperado do vício das drogas, não condenado a um futuro comprometimento. Sendo usuário e dependente da substância proibida, não de ser confundido com o traficante de drogas, esse sim merecedor de todos os rigores da lei. A aplicação ao acusado de sanções administrativo-disciplinares é suficiente. Aliás, um fato penalmente irrelevante pode receber tratamento adequado em outro ramo do Direito. (...)

Entendo, entretanto, pela aplicação do princípio no âmbito militar, tendo em vista o atendimento de seus requisitos objetivos, quais sejam: mínima ofensividade da conduta do agente; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do com-



portamento e inexpressividade da lesão jurídica causada. Sua aplicação atende aos princípios da isonomia, racionalidade e proporcionalidade. Não pode haver discriminação ao militar, nos casos de porte de pequena quantidade de droga, porque, na prática, ocorreu um fato isolado, sem afetar a Instituição Militar, estando, o paciente, por isso mesmo, na mesma condição do civil. (STM, HC 92.961/SP, rel. Min. Carlos Alberto Marques Soares, j. em 10.12.2007, v.u.).

Porém, há de se analisar alguns detalhes entre as visões discrepantes acima citadas. Existe uma teoria, defendida pelo Ministro da Suprema Corte Argentina Eugenio Raúl Zaffaroni, chamada de teoria da tipicidade conglobante. Segundo essa teoria, tipicidade de um fato não deve ser enquadrada apenas em um dispositivo, independente do ordenamento jurídico. A conduta deve ser observada englobando todo o ordenamento legal existente.

Segundo Capez (2007, p. 197):

De acordo com a teoria acima aludida, o fato típico pressupõe que a conduta esteja proibida pelo ordenamento jurídico como um todo, globalmente considerado. Assim, quando algum ramo do direito, civil, trabalhista, administrativo, processual ou qualquer outro, permitir o comportamento, o fato será considerado atípico. O direito é um só e deve ser considerado como um todo, um bloco monolítico, não importando sua esfera (a ordem é conglobante). Seria contraditório autorizar a prática de uma conduta por considerá-la lícita e, ao mesmo tempo, descrevê-la em um tipo como crime.

Rodolfo Rosa Menezes (2010, p. 04), acrescenta:

Observa-se que a intenção da inovação da teoria da tipicidade conglobante é que a conduta seja analisada na ótica de todo o ordenamento jurídico, considerando o fato em relação a todas as normas e preceitos que regulam as condições envolvidas. Não basta observar uma norma e concluir tudo apenas focando o que está tipificado nela.

A teoria acima citada reforça a decisão do Su-

premo Tribunal Federal que o bem jurídico protegido no caso de porte de drogas para consumo em ambiente militar, tipificado no Código Penal Militar, não é apenas a saúde, tal qual na Lei nº 11.343/06. A criação do Código Penal Militar tem como principal objetivo diferenciar crimes comuns de crimes militares e também a proteção de bens jurídicos especificamente militares, tais como a hierarquia, a disciplina e a singularidade da instituição militar.

Durante o decorrer do presente artigo científico, demos diversos exemplos legais da importância dos bens jurídicos hierarquia e disciplina para as Forças Armadas. O Art. 5, LXI da Constituição Federal, traz mais uma vez esse destaque:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei (BRASIL, 1988. p. 07).

Nota-se no artigo supracitado uma exceção feita em relação à prisão nos casos de crimes ou transgressões militares. Trata-se da importância dada à manutenção da hierarquia e da disciplina militar como uma rápida resposta aos demais militares, evitando a desordem e mantendo a regularidade da instituição.

Segundo Pedro Lenza (2007, p. 641): “assim, os superiores hierárquicos e o Presidente da República do Brasil, como chefe maior, com base na hierarquia e na disciplina poderão aplicar sanções disciplinares de natureza administrativa.”

Tomemos como exemplo algumas situações que demonstram a tutela dos bens jurídicos hierarquia e disciplina em casos de usuário de drogas militares:

Um militar está de serviço de guarda em uma unidade militar, serviço este que utiliza como armamento o fuzil FAL 7,62mm. Em seu horário de descanso, o militar resolve consumir pequena quantidade de crack.



Após o descanso, retorna ao seu posto de vigilância. Tem então um militar portando um armamento e sob efeitos de entorpecentes e responsável pela segurança das instalações militares. O que poderá acontecer? O militar soldado poderá atirar em alguém achando estar sendo perseguido. Não teria a atenção e coordenação motora necessárias para a defesa da instalação militar, facilitando o roubo de munições e armamentos.

Outro exemplo: um oficial é dependente de drogas e consome-as dentro do aquartelamento, apresentando os efeitos da droga durante o expediente. Fazem-se as seguintes indagações: o soldado cumpriria a ordem de um Oficial drogado? Haveria respeito por parte dos subordinados para com o superior hierárquico nesse caso?

Nas palavras da Ministra do Superior Tribunal Militar Elizabeth Rocha (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2015): “imagine um controlador de tráfego aéreo que fumou maconha, o perigo que isso representa para a aviação”.

Portanto, o consumo pessoal de drogas em ambiente militar fere não só a saúde pública, mas também a hierarquia e disciplina.

As situações acima expostas, em consonância com toda argumentação apresentada no presente artigo, mostram que os bens jurídicos tutelados na Lei nº 11.343/06 são diferentes dos protegidos pelo Código Penal Militar, apesar das citadas normas tipificarem condutas aparentemente semelhantes.

Portanto, há uma concordância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação à temática do usuário militar, pois nenhum princípio jurídico é absoluto, sendo necessária a análise em cada caso específico.

Constata-se também que a Lei Penal Militar não mais retrata a realidade social para a qual foi criada, necessitando ser reformulada com brevidade, principalmente no que tange ao usuário e traficante de drogas em ambiente militar. Apesar das incontestáveis especificidades da profissão militar, sua norma jurídica deve acompanhar a mudança mundial de paradigma em relação às drogas, se aproximando o máximo possível das normas do Direito Brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Samuel Miranda. Drogas: aspectos penais e processuais. 1. ed. São Paulo: Método, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Diário Oficial da União, 21 de outubro de 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Decreto Lei nº 3.869, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Diário Oficial da União, 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3869compilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. **Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 21 de outubro de 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm>. Acesso em 12 set. 2016.

_____. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União, 09 de dezembro de 1980. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6880compilada.htm>. Acesso em 12 set. 2016.

_____. Lei nº 10.409/02, 11 de janeiro de 2002. **Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencadas pelo Ministério da Saúde; e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 11 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10409.htm>. Acesso em 12 set. 2016.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 23 de agosto



de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em 12 set. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Informativo de Jurisprudência nº 393**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo393.htm>> Acesso em: 12 set. 2016.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. V.1; 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____, Fernando. **Princípio da Insignificância ou Bagatela**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2312, 30 out. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13762>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Características da Profissão Militar**. 22 ago. 14. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/caracteristicas-da-profissao-militar>. Acesso em: 24 set. 2016

GIANCOMOLLI, Nereu José. **Análise crítica da problemática das drogas e a Lei 11.343/06**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM): revista bimestral, ano 16, nº 71, mar-abr.08.

GOMES, Luiz Flávio. MACIEL, Silvio. **Porte de drogas no ambiente militar, princípio da insignificância e bem jurídico penal**. 22 nov. 10. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>> Acesso em: 22 ago. 2016

HARADA, Kiyoshi. **Hierarquia civil e hierarquia militar**. Disponível em: <http://uj.com.br/publicacoes/doutrinas/4025/HIERARQUIA_CIVIL_E_HIERARQUIA_MILITAR>. Acesso em: 28 ago 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 11. ed. São Paulo: Editora Método, 2007.

LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal** – 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **Princípios da hierarquia e da disciplina aplicados às instituições militares: uma abordagem hermenêutica**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 470, 20 out. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5867>>. Acesso em: 17 set. 2016.

MARTINS, A. G. Lourenço. **Droga e direito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994.

MENEZES, Rodolfo Rosa. Por que não aplicar o princípio da insignificância ao porte de drogas para consumo dentro dos quartéis? Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12122&revista_ca-

derno=3> Acesso em: 25 ago. 2016

MIRABETE, JulioFabrini. **Código de Processo Penal Interpretado: referências doutrinárias, indicações legais, resenha jurisprudencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

QUEIROZ, Germana. **Usuário de Drogas e a mudança da Lei 11.343/06**. 16 abr. 14. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/55651/usuario-de-drogas-mudanca-na-lei-de-drogas-n-11343-2006>> Acesso em: 04 nov. 2016

SILVA, Eduardo Araujo da. **Organizações Criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13** – São Paulo: Atlas, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.



EMPREGO DE FRAÇÕES DE INFANTARIA EM AMBIENTE OPERACIONAL DE MONTANHA: ATUAÇÃO DO 11º BI DE MONTANHA NA II GUERRA MUNDIAL

Gabriel Tabanez¹

Rafael Roesler²

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito apresentar as principais dificuldades apresentadas pelos pracinhas brasileiros durante atuação no teatro de operações italiano na Segunda Guerra Mundial. A participação brasileira foi motivo de diversas análises por parte de estudos, que tomaram como objeto de pesquisa as dificuldades que os soldados presenciavam em combate, bem como as estratégias e táticas utilizadas pelos comandantes de todos os níveis, que culminaram com os sucessos de investidas como as de Monte Castello, Castelnuovo e Montese, que serão abordada com ênfase neste trabalho.

Palavras-chave: Pracinhas, Segunda Guerra Mundial, Monte Castello, Castelnuovo, Montese.

ABSTRACT

The present monograph aims to present the main difficulties presented by the Brazilian squares during their performance in the Italian theater of operations in World War II, whose Brazilian participation was the subject of several analyzes by studies that took as object of research the difficulties that the soldiers as well as the strategies and tactics used by commanders at all levels, culminating in the successes of invaders such as Monte Castello, Castelnuovo and Montese, which will be addressed with emphasis in this work

Keywords: Scientific. Brazilian Expeditionary Force, World War II

1 INTRODUÇÃO

O emprego de frações de infantaria em ambiente operacional de montanha será o assunto abordado durante esta pesquisa, analisando de forma mais específica as dificuldades que o soldado brasileiro apresentou durante os conflitos, que em sua maioria tinha como palco elevadas cadeia montanhosas, e de forma geral a atuação do então, denominado, 11º BI Mth, Regimento Tiradentes na Segunda Guerra Mundial. Também serão analisados os reflexos de sua participação que contribuíram para a formulação de uma nova doutrina no campo militar de operações.

Para tanto, é preciso entender o contexto que se encontrava o 11º RI no momento em que chega em solo italiano, dessa maneira, Almeida (1985, p. 2) relata fielmente esta situação, como quem esteve presente de fato na época, “O 11º RI chegou a Itália integrado ao denominado 3º Escalão de Embarque, no dia 6 de outubro de 1944 e, ao contrário do que acontecera com o 6º RI, no 1º Escalão, custou a receber seu equipamento e armamento [...]”. Além do mais ele acrescenta:

“[...] não foi submetido ao treinamento normal no próprio TO, muito menos ao teste de encerramento que coroava a instrução recebida e assinalava sua condição final para o combate. Na noite do dia 1º para 2º de dezembro é transportado para a região de Silla, no vale do Reno, substituindo um batalhão do 1º RI na frente de combate”. (ALMEIDA, 1985).

Este trabalho, portanto, cobre as fases da

1 O Cadete de Infantaria Tabanez é graduando em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

2 O Coronel Roesler é Mestre em História, Política e Bens Culturais. Atualmente, desempenha a função de Chefe da Seção de Pesquisa Acadêmica e Doutrina da AMAN.



guerra que contou com a participação da FEB, especificamente com a atuação do 11º RI na frente de combate, porém não visa esgotar o assunto mas sim mostrar suas causas e consequências bem como aspectos inerentes à mobilização dos recursos, a organização e a instrução do Regimento Tiradentes, a campanha terrestre deste Regimento, mostrando tanto os seus aspectos estratégicos e táticos ressaltando a conduta do brasileiro, digna de merecimentos e atenção de todos

2 A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA

E como se encontrava o Brasil em meio a essa beligerância mundial? Tendo em vista que o mesmo, durante a primeira parte da guerra, segundo Ferraz (2005 apud PRANDI 2013) já estava ligado ao fornecimento dos produtos estratégicos para a guerra.

2.1 Postura inicial do governo brasileiro no início da guerra

No dia seguinte à eclosão da guerra, Manoel Thomaz Castello Branco (1960) relata em seu livro a postura inicial do governo brasileiro diante do ocorrido: “[...] o Governo brasileiro expediu o Decreto-Lei nº 1561, estabelecendo as Regras de Neutralidade a serem observadas no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas [...]”. Podendo então admitir a postura neutra do país no início do conflito.

Contudo, após algumas ameaças do eixo e mais tarde o ataque à base aliada dos EUA (Pearl Harbor), seguida de afundamentos de navios mercantes brasileiros, o Brasil se viu diante de um cenário conflituoso em que deveria adotar uma postura, portanto, decide então romper as relações diplomáticas com a Alemanha e declarar guerra às potências do Eixo.

Exatamente nessa época, a desfaçatez dos submersíveis eixistas, em repetidos e traiçoeiros ataques à nossa Marinha Mercante, atingiu um clímax intolerável ao brio nacional, com o torpedeamento, no breve espaço de dois dias, de cinco vapores, à vista de nossas praias e em requintes de inacreditável vileza.

Tais atentados à nossa soberania avolumaram a onda

de indignação popular e conduziram o nosso Governo a declarar guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto de 1942. (MORAES, 2005, p. 35).

2.2 Declarado guerra, inicia-se a preparação: dificuldades de mobilização e constituição da FEB

Sua organização, seus regulamentos e seus processos de combate eram baseados na chamada “escola francesa”. De repente, quase da noite para o dia, dentro da antiga moldagem e no quadro da doutrina gaulesa, surgiu a tarefa de constituir uma divisão de Infantaria, com organização norte-americana. E, além disso, instruí-la e adestrá-la segundo os métodos, processos e meios norte-americanos. (MORAES, 2005, p. 28).

Outra dificuldade por vencer foi a seleção física do pessoal. O brasileiro, de um modo geral, não é um homem robusto, embora seja resistente. (MORAES, 2005, p. 28). E a dificuldade de vulto, que desde logo preocupou o comando da tropa expedicionária, decorria da disseminação, em quatro regiões militares, das unidades componentes da 1ª DIE (MORAES, 2005, p. 28).

Às dificuldades já enumeradas somavam-se à duas outras, a absoluta insuficiência do material de guerra norte-americano entre nós e a inexistência de um uniforme adequado ao futuro teatro de operações. (MORAES, 2005, p. 29).

Diante de tantas novidades de equipamento, armamento implementados de uma hora pra outra surgiu a necessidade de buscar na Reserva os elementos capazes de integrar os Regimentos que fossem mobilizados, operando esses materiais. Nesse sentido elaborou instruções para os Comandantes de Grupos de RM, 1ª, 2ª, 4ª e 9ª RM e Diretorias, mostrando-lhes como poderiam ser aproveitadas, nas novas funções, os reservistas constantes dos quadros de mobilização. (BRANCO, 1960, pp. 126-127).

2.3 A figura do 11º RI, Regimento Tiradentes e seu embarque para Itália



O 11º Regimento de Infantaria, denominado Regimento Tiradentes, oriundo da cidade de São João Del Rei, Minas Gerais, surgiu da junção do 51º Batalhão de Caçadores com o 54º Batalhão de Caçadores no dia 1º de janeiro de 1920, por determinação do anexo ao Decreto Nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919, tendo por finalidade a constituição de um Regimento a fim de proteger as fronteiras segundo o interesse nacional. (DÉCIMO, [2000?]).

Feitos os preparativos mínimos, o 11º RI, que integrava a 1ª DIE, se deslocou para o Rio de Janeiro onde permaneceu acantonado em barracões, instalações provisórias que foram construídas especialmente para este fim. (ALMEIDA, 1985, pp. 26-27).

Finalmente, no dia 21 de setembro, as subunidades do 11º Regimento de Infantaria começaram seus deslocamentos rumo à retaguarda do Regimento-Escola, onde composições ferroviárias as aguardavam, com as janelas de pau abaixadas, pelo que logo foram chamados de “trens fantasmas” e que momentos depois passavam pelas estações da Central do Brasil, procurando esconder de todos suas preciosas cargas, rumo ao transporte de tropas norte-americano “Gen Meight”. Quase na mesma ocasião, embarcava no “Gen Mann” o Grupoamento do Regimento Sampaio. (ALMEIDA, 1985, p. 36).

Enfim, no dia 22, às 12h e 45min, os dois transportes iniciavam suas históricas viagens conduzindo os 2º e 3º Escalões da Força Expedicionária Brasileira. (ALMEIDA, 1985, p. 39).

Durante os quatorze dias de cruzeiro, a tropa teve oportunidade de assistir e participar dos vários exercícios programados, de segurança, tiro e abandono do navio, executados sempre com muita ordem e precisão, tanto pela guarnição como pelos passageiros. (BRANCO, 1960, p. 162).

3 O 11ºRI EM SOLO ITALIANO

Ao se estalarem no acampamento militar situado na Quinta Real de San Rossore, se deparam com uma instalação dotada de todos os recursos higiênicos

e dispostos em ordem impecável, garantindo um certo “conforto” à tropa. Logo depois, deveriam receber o material necessário a um treinamento intensivo, o qual não foi proporcionado a tempo, conforme previu o comandante do V exército devido a atrasos dos transportes marítimos. (MORAES, 2005)

Os 2º e 3º escalões de embarque levaram 35 dias para receber todo o suprimento bélico, e os trabalhos de distribuição aos órgãos de serviço brasileiro, a cargo da PBS, só foram dados concluídos no dia 22 de novembro. (MORAES, 2005, p. 56).

Dadas a necessidade de partida para o vale do Reno e a falta de equipamentos que completassem o Regimento, a linha de ação adotada foi a de se realizar a cessão dos materiais que já haviam disponibilizados à tropa, fazendo com que um batalhão repassasse ao outro de forma que os primeiros a serem chamados à zona de combate o fizesse completamente aparelhados. Porém, devido à escassez de tempo, essa tarefa teve sua continuidade no próprio vale do Reno. (MORAES, 2005).

3.1 A conquista de Monte Castello

Iniciava-se nesta fase as ofensivas do IV Corpo de Exército comandando pelo Gen. Crittenberger, que de acordo com seu planejamento seria realizada na segunda quinzena de fevereiro, como sendo preliminar de outra de maior envergadura, tendo como objetivo tomar o conjunto defensivo inimigo localizado entre os vales do Reno e Panaro, O Plano Encore, portanto, foi uma grande ofensiva dividida em duas fases, cuja ação principal caberia à adestrada 10ª Divisão de Montanha responsável pelo flanqueamento sobre a crista Belvedere – Gorgolesco – Della Torracchia sendo apoiada pela 1ª DIE, realizando uma ação diversionária. (MORAES, 2005).

Os ataques em Monte Castello, antes frontais, agora seriam realizados contra os flancos do dispositivo inimigo, contando também com os apoios da artilharia, de carros de combate e pelo esquadrão³ da FAB que operava na Itália. Savian (2016), conta em resumo como se daria as missões da divisão brasileira:

³ O lendário Esquadrão Senta à Pua.



A ação principal da 1ª DIE na 1ª fase foi atribuída ao 1º RI, que partindo da região de Mazzancana deveria apossar-se de monte Castello e La Serra. A ação secundária seria realizada pelo 2º/11º RI, que teria a tarefa de cobrir o flanco direito do 1º RI. A direção geral de ataque era Gaggio Montano – monte Castello – La Serra. (SAVIAN, 2016, p. 60).

Enfim, ficou acertado pelo IV Corpo de Exército que às 05:30 horas do dia 21 seria o momento para o ataque, com a 10ª Divisão de Montanha em Monte Della Torracchia e a 1ª DIE em Monte Castello. Savian (2016, p. 61) descreve o desfecho desta ação:

O ataque foi desencadeado conforme fora estabelecido, mas a progressão da 10ª Div Mth acabou temporariamente barrada ao norte de Cappella di Ronchidos. Não obstante, o 1º e o 3º/1º RI lançaram-se sobre monte Castello, enquanto o 2º/11º RI apossava-se de Abetaia em ação de cobertura. Houve resistências de pequena monta na área de atuação dos brasileiros, pois boa parte da guarnição alemã antes lá posicionada se havia retirado em razão dos ataques da 10ª Div Mth, que ameaçavam desbordá-la. Assim, por volta das 18:00 horas, monte Castello estava de posse dos brasileiros. O monte della Torracchia foi dominado pelos montanhese no dia seguinte. (SAVIAN, 2016, p. 61).

A respeito de tal ação, que representou um marco glorioso na história da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, menciona em seu livro, uma exímia dedicatória a esse grande feito:

Com a captura de tal elevação, escrevera a Força Expedicionária Brasileira o capítulo mais emocionante de sua vida. Monte Castelo, resistindo durante três meses às investidas das armas aliadas, erigira-se a cidade da presumida invencibilidade germânica. Para os brasileiros, no entanto, representara um símbolo um marco na vida de nossa tropa em terras de ultramar. Constituiu o índice do valor de nossa gente. Significou a sangrenta forja de nossa agressividade. Traduziu a odisseia anônima das atrevidas incursões de nossas patrulhas, avançando sob nevadas cortantes no gelo resvaladiço, a se esgueirarem através dos núcleos da defesa inimiga em busca do prisioneiro e da informação. Sumidouro de centenas de vidas patricias, a sua captura pelas nossas forças constituiu um dever de consciência e um dever

de consciência e um imperativo de dignidade militar. Assinalou o início de uma série de vitórias esplêndidas para nossas armas, vitórias que elevaram o nome do Brasil e o prestígio de nosso Exército. (MORAES, 2005, pp. 135-136).

3.2 A segunda fase do plano encore: conquista de Castelnuovo

Para esse novo objetivo da operação, coube a 10ª Div Mth tomar a linha Castel d'Aiano – M. della Castellana, enquanto que o 1º/6º RI deveria conquistar as cotas 702, 722 e Castelnuovo, enquanto o 1º/11º RI deveria atacar a região de Precaria infletindo, a seguir, para Castelnuovo. O 2º/11º RI, investiria por sobre di Sopra – C. Bonzone, contra Bezzano – C. Rovinelli. (BRANCO, 1960).

As dificuldades encontradas foram muitas, as operações se processavam em ambiente montanhoso com cotas elevadíssimas, chegando a mais de 1.300m de altitude, sem contar as posições ocupadas pelas tropas brasileiras em píncaros recobertos por neve. A travessia por campos minados muito bem montados, se configurou um grande empecilho para progressão dos soldados. (BRANCO, 1960).

Enquanto o 6º RI progredia pela crista de Palazzo – Castelnuovo e buscava aniquilar o incômodo Soprasasso, o regimento do Coronel Delmiro arrancava vigorosamente da região de Precaria – Iareda di Sopra, não só cobrindo com seu Batalhão Lisboa (I/11º RI) o flanco daquele RI, como também realizando o desbordamento do baluarte de Castelnuovo. O torneamento por leste desse ponto forte ficou a cargo do Batalhão Ramagem (II/11º RI). Contínuos bombardeiros de artilharia e morteiros inimigos dificultaram a progressão do II/11º RI. E, mal desembocou de sua base de partida, a 4ª Cia. do II/11º RI, sob o comando do Capitão Erix Motta, passou a ser pesadamente hostilizada pelas repetidas barragens de metralhadoras, localizadas na região de sudeste de Castelnuovo. Prontamente se fez sentir o apoio de nossos canhões e morteiros, a fim de facilitar e assegurar o movimento do Batalhão Ramagem segundo a crista La Spiaddia – Ca Di Ble. Apesar das resistências reveladas e dos campos minados retardando a progressão, a sua 4ª Cia. (Capitão Erix Motta), às 13h30min, conquistava La Spiaggia e, duas horas e meia depois, capturava o casario de C. Bron-



zone, levando a efeito, desse jeito, o desbordamento de Castelnuovo. Imediatamente outros elementos desse batalhão estenderam lateralmente a conquista, consolidando e ampliando o torneamento do baluarte. O 6º Regimento, com o seu II Batalhão, já subjugará o Soprasasso. Pouco faltava para as 19h, quando elementos da 3ª Cia. do I/6º RI (Capitão Aldenor S. Maia) entram vitoriosos em Castelnuovo. (MORAES, 2005, pp. 148-149).

3.3 Um marco na história: a tomada de Montese

O Marechal Mascarenhas de Moraes, Cmt da 1ª DIE, emite, então, suas ordens para mais uma ofensiva que se desencadearia, a chamada “Ofensiva da Primavera” em 14 de abril, ficando a cargo do 11º RI a missão de conservar suas atuais posições, devendo, posteriormente, apoderar-se da região de Montese, Mdt O da 1ª DIE. (BRANCO, 1960, p. 409).

Findo as ordens emanadas pelo Cmt da divisão brasileira, o dispositivo ficou estabelecido, na madrugada do dia 14 de abril, da seguinte forma: o 1º/11º RI cerrou sobre a linha de Maserno; cotas 806 e 808 – Montaurigola, próximo do objetivo, tendo a 3ª Cia como reserva. O 3º/11º RI ficou a sul do Campo del Sole, já o 2º/1º RI se manteve da frente deste último, com todas suas companhias em linha se estendendo da cota 810 para leste. (BRANCO, 1960, p. 424).

Às 13h 30min deu-se início ao ataque propriamente dito, precedido por uma calorosa salva de fogos de artilharia e morteiros que lançavam sob o inimigo granadas, inclusive fumígenas, a fim de apoiar o ataque que seria desencadeado por 3 batalhões em primeiro escalão como relata Branco (1960, p. 424-425).

Cabia ao 3º/11º RI, ao centro, a ação principal, devendo atacar segundo o eixo ponto 801 – cota 927 – cota 880, a fim de apossar-se, sucessivamente, de Serreto – Paravento, cota 927 e cota 888 – Montello. O 1º/11º RI, à esquerda, em íntima ligação com ele, cujo flanco W corria, atacaria segundo a direção Montaurigola – Montes – Doccia, de maneira a ocupar, sucessivamente, Montese e 726. Depois de atingido o 0.2, ocuparia

a região de 747 (S de Lepore) ligando-se a Montese e à cota 931 (NW de Moteforte). O 2º/1º RI, à direita, protegeria, estreitamente, a sua progressão, ocupando 778 e as vertentes S do arroio nascente em Canello. (BRANCO, 1960, pp. 424-425).

Logo se foi mais uma intensa jornada, marcada por conflitos duríssimos implicando em pesadas baixas em ambos os lados, particularmente ao 11º RI, que ali se fez presente exalando a vontade do soldado brasileiro de cumprir, o que seria para eles, uma de suas últimas missões; a conquista do baluarte de Montese. (MORAES, 2005, p. 169).

3.3.1 Caminhando para o fim, em direção a Montello

Contudo, apesar dos grandes esforços despendidos na tomada de Montese, os objetivos da DIE ainda não foram de sua totalidade conquistados, Nessas condições, a missão do 11º RI continuaria a ser desencadeada, tendo agora, o prosseguimento do ataque, procurando alcançar o objetivo principal, balizado pela linha geral de cota 888 – Montello, sendo apoiado em seu flanco, pelo 2º batalhão do 1º RI, com objetivo de conquistar a cota 778. (MORAES, 2005, p. 169).

O batalhão do Coronel Delmiro Pereira de Andrade (11º RI), se via diante de uma das piores situações vividas por aqueles homens, ressaltando o elevado nível de dificuldade apresentada na missão e consequentemente dos apuros que os pracinhas eram acometidos naqueles embates. O inimigo oferecia maior resistência neste ponto, fato que se comprou pelo enfrentamento da divisão brasileira de poderosas barragens da artilharia germânica, comparativamente maior do que em eventos anteriores. (MORAES, 2005, p. 170).

Como dados que comprovam o quão árdua foi esse episódio envolvendo a FEB, Mascarenhas de Moraes (2005, p. 174) apresenta-os fazendo um resumo das baixas brasileiras em Montese, no período de 14 a 18 de abril de 1945: Com um total de 426 baixas, sendo 34 mortos, 382 feridos (inclusive acidentados); 10 extraviados. Em específico no 11º RI, foram 12 mortos, 224 feridos e 7 extraviados, totalizando em 243 o número



de baixas neste Regimento.

Com o aproveitamento do êxito da manobra realizada pela Divisão Brasileira, Branco (1960, p. 558) relata o fim dos embates dos embates da FEB frente a um inimigo que já apresentava sinais claros de desgaste e fraqueza moral, “Rompidas as posições inimigas em abril de 1945, ganharam, como verdadeiros veteranos, as suas retaguardas em fuga, até bloqueá-las em Collecio e Fornovo di Taro, vencendo-as de maneira categórica e irrefutável.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do estudo alcançado corrobora o objetivo geral deste trabalho ao relatar a participação do 11º RI, atual 11º BI Mth na 2ª Guerra Mundial. Mostraram-se as experiências aprendidas em combate, em terreno montanhoso e ao lado da divisão norte-americana, especializada neste tipo de terreno, que contribuíram para que mais tarde, o Regimento Tiradentes recebesse do Estado Maior, em 1977, a missão de modernização da força. A partir de então, foram implementadas instruções relativas à designação de uma unidade que desenvolvesse técnicas e táticas relativas a operações em regiões montanhosas seguindo os preceitos da estrutura política da época.

A partir desta conclusão, têm-se registro as atividades desenvolvidas pelo 11º BI Mth, tornando esta Unidade, sob um olhar crítico, especializada em empregar sua infantaria utilizando militarmente técnicas de montanha, possuindo, dentre outras atribuições a de capacitar seus efetivos de modo que toda a Brigada esteja em plenas condições de atuar nesse ambiente operacional, tão comum ao relevo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BONALUME, R. **A nossa Segunda Guerra Mundial: os brasileiros em combate.** Rio de Janeiro, Expressão e cultura, 1995.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Grande Guerra.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

BRASIL. **C 7-1: Emprego da Infantaria.** 2 ed. Brasília: EGGCF, 1984.

_____. **C 21-30: abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas.** 4. ed. Brasília, 2002

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COSTA, M. A. T. D. **Imagens e memórias: uma análise da participação da força expedicionária brasileira na segunda guerra mundial.** CES Revista, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, 181-198, jan./dez. 2012.

DÉCIMO Primeiro Regimento de Infantaria. Associação nacional dos veteranos da força expedicionária brasileira. Disponível em: <www.anvfeb.com.br/11-regimento-de-infantaria/>. Acesso em: 15 maio 2018.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005. In: PRANDI, Danilo de Mauro. **A reintegração social dos ex-combatentes brasileiros: as condições de vida dos veteranos.** Curitiba. 2013.

GARCIA, Clóvis. In: **Depoimento de oficiais da reserva sobre a F.E.B.** 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950. p. 283.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante.** Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

PRANDI, Danilo de Mauro. **A reintegração social dos ex-combatentes brasileiros: as condições de vida dos veteranos.** Curitiba. 2013.

RIGONI, Carmen Lúcia. **Nas trilhas da Segunda Guerra Mundial: as experiências, as vivências e os sentimentos do soldado brasileiro.** Curitiba: Torre de Papel, 2001.

ROSA, Celso Mariano de S. **A Força Expedicionária na Campanha da Itália.** Resende: Divisão de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras, 1999.

SAVIAN, Elonir José. **Dos Apeninos aos Alpes: a Força Expedicionária Brasileira e o XV Grupo de Exércitos na campanha da Itália.** Resende: Divisão de Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras, 2016.

SILVA, João Alberto Barone Reis. **1942: Brasil e sua guerra quase desconhecida.** Rio de Janeiro: Harpercollins, 2013.



PATRULHAS – UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A DOCTRINA BRASILEIRA E A DO UNITED STATES MARINE CORPS (USMC)

Guilherme Pereira Calixto¹

RESUMO

Dentro da Doutrina Militar, o assunto “Patrulhas” tem importância tanto tática, na consecução de objetivos de menores proporções, quanto estratégica, ao proporcionar ao futuro comandante militar de alto escalão um primeiro método de planejamento e resolução de problemas militares. Diante da relevância do tema, este trabalho busca analisar e comparar a doutrina do United States Marine Corps com a doutrina do Exército Brasileiro sobre “Patrulhas”, evidenciando as principais semelhanças e diferenças, bem como o potencial de complementarem-se uma a outra.

Palavras-chave: Patrulhas, Doutrina Militar, United States Marine Corps, Exército Brasileiro

ABSTRACT

Within the Military Doctrine, “Patrols” has as much tactical importance in pursuit of smaller goals, as strategic in providing the future senior military commander with a first method of planning and solving military problems. In view of the relevance of the theme, this work seeks to analyze and compare the doctrine of the United States Marine Corps with the doctrine of the Brazilian Army on “Patrols”, highlighting the main similarities and differences, as well as the potential to complement one another.

Keywords: Patrolling, Military Doctrine, United States Marine Corps, Brazilian Army

1 INTRODUÇÃO

O *United States Marine Corps (USMC)* é o maior corpo de fuzileiros navais do mundo atualmente. Também conhecido como os *Marines*, o *USMC* tem vasta experiência em combate e possui

grande prestígio na sociedade americana. Participou de importantes conflitos da história mundial, como a Batalha de Belleau Wood, na 1ª Guerra Mundial; as batalhas de Guadalcanal, Tarawa, Iwo Jima e Okinawa, na 2ª Guerra Mundial; Guerra da Coreia; Guerra do Vietnã; Guerra do Golfo; e, mais recentemente, Guerra do Iraque (2003), na qual se destacou pelos assaltos contra Fallujah. Esta relevante presença histórica confere aos Marines grande respeito como força militar, sendo considerados uma força de ação rápida, capazes de realizarem intervenções oportunas e eficientes em todo território mundial. Aliando estes fatos ao contínuo e frequente emprego em situações de guerra e não-guerra, os Marines se destacam como uma força militar muito próxima do “estado da arte” em matéria de combate.

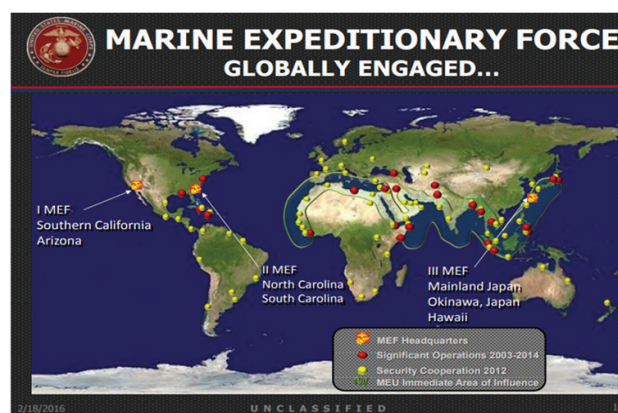


Figura 1 – MEF Globally engaged

Fonte: https://www.marines.mil/Portals/59/Docs/Marine-Corps101_2.pdf - Acesso em: 16 maio 2018.

¹O Tenente Calixto é oficial da arma de infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente, é instrutor da AMAN.



tre (TOT), mas, principalmente, por proporcionar aos comandantes de pequenas frações um método eficiente de planejamento, que poderá ser aplicado nos mais distintos problemas militares que se apresentarem.

Diante deste quadro, esta pesquisa se propõe a fazer uma análise comparativa entre a doutrina de “Patrulhas” do USMC e a do Exército Brasileiro, apontando pontos em comum e diferenças na abordagem teórica do assunto. Para tanto, tomaremos como base o manual *Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3 - Scouting and Patrolling*, que trata da doutrina do USMC sobre “Patrulhas” e o Caderno de Instrução 21-75/1, que trata da doutrina do Exército Brasileiro sobre o mesmo tema.

Este trabalho não pretende esgotar o assunto nem tampouco correlacionar ad nauseam ambas as doutrinas, mas sim, proporcionar uma visão doutrinária bilateral do tema “Patrulhas”, destacando apenas tópicos julgados relevantes pelo autor, seja pela confluência, seja pela divergência. Desta maneira, objetivamos que o entendimento do assunto se torne mais amplo e crítico, provocando mais pesquisas e, conseqüentemente, um constante aprimoramento de nossas doutrinas militares.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Cada país tem sua própria doutrina militar sobre o assunto “Patrulhas”, cada uma de acordo com as idiossincrasias de sua respectiva Força Armada. O que se tem de mais atual sobre o assunto “Patrulhas” no âmbito do Exército Brasileiro (EB) é o Caderno de Instrução 21-75/1, edição de 2005. Ele foi elaborado pela Academia Militar das Agulhas Negras, em um esforço do então Curso Avançado e da Seção de Instrução Especial. Após revisão do Comando de Operações Terrestres (COTER), foi aprovado em caráter experimental, sendo colocado em prática nos anos de instrução de 2005, 2006 e 2007.

A Seção de Doutrina do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) tem buscado atualizar a doutrina de “Patrulhas” do EB em alguns pontos. Atualmente, por exemplo, tem testado um novo modelo de ocupação de Ponto de Reunião Próximo ao Objetivo (PRPO) em formato de triângulo que, caso venha a confirmar-se

pertinente, resultará no envio de uma proposta de atualização do caderno de instrução ao COTER. Alguns outros aspectos vêm sendo desenvolvidos e atualizados ao longo do tempo, os quais têm sido inseridos na Caderneta Operacional do CIGS (fornecida ao aluno). Ainda assim, o CI 21-75/1 é a publicação do Exército que referencia a instrução de Patrulhas tanto no Curso de Operações na Selva (COS) e outros cursos operacionais, quanto no Curso Básico da AMAN e na Escola de Sargentos das Armas (ESA).

No USMC a doutrina de “Patrulhas” vêm evoluindo com o tempo, sendo a publicação *Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3 - Scouting and Patrolling* (de 17 de abril de 2000) o que se tem de mais atual. O propósito do MCWP consiste em:

Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-11.3, Scouting and Patrolling, provides the doctrinal foundation and the tactics, techniques, and procedures for scouting and patrolling conducted by Marines from the fire team to the company level. Although the information focuses on infantry units, much of the information is also applicable to combat support units that are assigned patrolling missions. (USMC, 2000, p.3)

Este manual substituiu o antigo *Fleet Marine Force Manual (FMFM) 6-7, Scouting and Patrolling* (de 06 de janeiro de 1989), e tem como escopo:

MCWP 3-11.3 provides all Marines with the instructional material they need to build the skills necessary to become effective scouts and patrol team members. This publication provides the fundamentals of scouting and patrolling and their relationship to each other. It also addresses organizational structure of teams and patrols, the training required to develop teamwork, and reporting requirements. (USMC, 2000, p.3)

As referências bibliográficas sobre o tema “Patrulhas” existentes são tão numerosas quanto a quantidade de exércitos e corpos de fuzileiros navais existentes no mundo, no entanto, como já foi dito na introdução deste trabalho, estamos nos dedicando a explorar de maneira exclusiva as doutrinas do EB e do USMC.



3 METODOLOGIA

Buscamos explorar o tema através de um método dialético, no qual as doutrinas do EB e do USMC são confrontadas como tese e antítese. Não que uma se oponha a outra de maneira visceral, muito pelo contrário, é justamente na confrontação de suas semelhanças e diferenças que esperamos poder extrair uma síntese relevante ao assunto “Patrulhas”.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa descritiva na qual se “analisa, observa, registra e estabelece uma correlação entre variáveis que envolvem fatos ou fenômenos, sem que haja manipulação dessas variáveis” (AMAN, 2008, p. 55).

Ao desenvolvermos uma análise comparativa qualitativa, nos valem de fontes primárias (documentos oficiais: CI 21-75/1 e MCWP), o que classifica nossa pesquisa como sendo documental.

4 DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento deste trabalho intentamos destrinchar e correlacionar alguns aspectos notáveis das doutrinas de patrulhas do EB e do USMC. Procuramos dar ênfase à fase de planejamento e de preparo da patrulha dado a alta correlação entre o bom cumprimento da missão com um planejamento e preparo bem conduzido. Não obstante, abordamos outros assuntos de relevância para a doutrina, como: conduta de patrulhas e confecção do relatório. Extraímos, ainda, da doutrina americana alguns conceitos de liderança aplicados na patrulha que confluem aos conceitos de liderança militar do EB.

O desenvolvimento está dividido em subtópicos que organizam e facilitam a sua compreensão. Os subtópicos que tratam das fases de uma patrulha, bem como de suas Normas de Comando, foram expostos de forma ordenada e cronológica a fim de manter a continuidade do raciocínio.

4.1 Comandante de Patrulha: um exercício de liderança

Liderança militar é a capacidade evidenciada por um

indivíduo para influenciar militares, subordinados ou não, seja em tempo de paz, seja em situações de crise ou guerra, motivando-os a cumprir, de forma adequada suas missões específicas e a participar, de forma proativa, das atividades desenvolvidas pelo grupo a que pertencem. (AMAN, 20018).

O comandante de patrulha, na maioria das vezes, estará envolto em um ambiente de crise, seja de guerra ou não guerra, no qual precisará exercitar sua liderança militar de maneira eficaz para que a missão de sua patrulha seja cumprida. Ele precisa influenciar e motivar seus subordinados a envolverem-se com a missão de tal maneira ao ponto de colocarem suas vidas em risco em prol de seu cumprimento. Para que isto ocorra, dentre outros fatores envolvidos na construção da liderança militar, os Marines apontam uma boa direção:

Leaders are trained to issue their orders calmly to inspire confidence and discipline, and to avoid misunderstanding. Patrol members must work together and fight as a team. (USMC, 2000)

O exercício da liderança militar do comandante de patrulha inicia-se já na emissão de ordens. Uma ordem bem emitida evita o desentendimento da missão, bem como inspira confiança e disciplina nos patrulheiros. Inspiração, confiança e disciplina são atributos indispensáveis e consagrados no exercício da liderança militar, e todos eles podem ser transmitidos à patrulha através de uma comunicação eficaz de seu comandante por meio de sua emissão de ordens. O exemplo do comandante, ao se envolver de forma intensa com a missão, trabalhando junto com a patrulha para o seu sucesso, também é uma poderosa arma de inspiração. Se aliarmos isso tudo à exteriorização de um elevado espírito de corpo, ao planejamento/preparo à execução propriamente dita, teremos bons ingredientes para uma liderança militar eficaz na patrulha.

4.2 Organização da Patrulha

Uma das primeiras tarefas do comandante de patrulha é organizar a sua fração, seja um pelotão, seja um grupo de combate (GC). Essa organização estará



condicionada aos fatores da decisão (tratados no próximo tópico) e, segundo o CI 21-75/1 (2005, p. 1-7), normalmente a Patrulha será subdivida em 2 ou 3 escalões: escalão de reconhecimento ou escalão de assalto; escalão de segurança; e, eventualmente um escalão de apoio de fogo (caso o número de armas coletivas ou a descentralização do seu emprego assim o recomendar).

Um ponto referente à organização da patrulha que se destaca pela sua importância, tanto na doutrina brasileira, quanto na americana, é a manutenção da integridade tática das frações. Segundo o USMC “(...) *the patrol leader must combine **unit integrity considerations** with proven concepts of patrol organization.*” (2000, p. 9, grifo nosso) e, conforme o CI 21-75/1, “na organização da tropa para o cumprimento da missão, o comandante da patrulha buscará constituir os diversos grupos de maneira a **manter a integridade tática da fração.**” (2005, p. 3-6, grifo nosso).

Observarmos, ainda, na doutrina dos Marines quanta à organização da patrulha duas situações que se diferem da brasileira e julgamos pertinente mencionar. A primeira é a presença de um Observador Avançado (militar que faz a observação e correção dos fogos oblíquos amigos) no grupo de comando: “*The headquarters is composed of the patrol leader and the personnel who provide support for the entire patrol, such as a **forward observer**, corpsman, and radio operator.*” (USMC, 2000, p. 9, grifo nosso). Muito embora a doutrina brasileira não exclua a possibilidade de haver um Observador Avançado (OA) no grupo de comando da patrulha, o CI 21-75 amarra que o pessoal recebido em apoio e que não esteja compondo um grupo de missão específica, integrará o grupo de comando. São citadas algumas funções como: guias, motoristas e médicos, no entanto não há menção do OA.

A segunda situação que se difere nas duas doutrinas é o militar que fica responsável pela condução dos ensaios. Conforme prescreve o CI 21-75/1 (2005, p2-26), “o ensaio é planejado pelo comandante durante o planejamento detalhado e transmitido ao subcomandante para que este possa conduzi-lo.” Neste caso, o comandante de patrulha observa a execução do ensaio de forma a intervir caso ocorra eventuais erros ou caso decida retificar seu planejamento. Os Marines possuem um outro entendimento sobre o tema:

For a patrol to succeed, all members must be well trained, briefed, and rehearsed. The patrol leader must have a complete understanding of the mission and a thorough understanding of the enemy and friendly situations. The patrol leader should make a complete reconnaissance of the terrain to be covered (either visual or map), and must issue an order to the patrol, supervise preparations, and conduct rehearsals. (USMC, 2000, p. 10-1, grifo nosso)

Observamos que eles atribuem a condução do ensaio ao comandante da patrulha. Acreditamos que tanto o modus operandi brasileiro quanto o americano possuem vantagens e desvantagens neste sentido. Ao permanecer de fora da execução do ensaio, apenas observando, o comandante tem a vantagem de possuir a visão do todo, identificar facilmente os militares que eventualmente não obtiveram o entendimento adequado da missão e de suas tarefas. Esta visão holística permite ao comandante ratificar ou retificar detalhes de seu planejamento não atinados anteriormente, mas que se evidenciam na execução do ensaio.

Quando o comandante conduz o ensaio como executante, ele ainda pode efetuar essas retificações e ratificações, no entanto, acaba perdendo essa visão holística que obteria caso estivesse de fora, o que limita sua capacidade de observação. A vantagem de o comandante conduzir os ensaios é o fato de impetrar mais realismo à atividade, aproximando-a ao máximo da execução propriamente dita, na qual ele estará à frente da patrulha conduzindo os trabalhos. Por outro lado, dar ao subcomandante a oportunidade de condução dos ensaios reduz o risco do sucesso da missão girar em torno de apenas um homem: o comandante. Caso o comandante venha a baixar, o subcomandante estará em boas condições de conduzir a patrulha ao bom cumprimento da missão. Neste sentido, encontramos apoio na doutrina dos Marines: “*The patrol is organized so each individual, team, and element is assigned a specific task, but capable and prepared to perform other tasks.*” (2000, p. 9).

4.3 Normas de Comando

De acordo com o CI 21-75/1 (2005, p. 3-1), a missão de patrulha é composta por quatro etapas: o seu recebimento, o planejamento e preparação, a execução



e a confecção do relatório. As Normas de Comando começam com a segunda etapa e “compreendem todas as atividades de planejamento e preparação desenvolvidas até a partida (...) permitem ao comandante de patrulha metodizar o seu trabalho, evitando-lhe perda de tempo e esquecimentos” (BRASIL, 2005, p. 3-1). No EB, utilizamos um mnemônico para a sequência das ações das Normas de Comando, a saber: o POREOF. Segundo o CI 21-75/1 (2005, p. 3-2), o POREOF consiste em: Providências iniciais, Observação e planejamento do reconhecimento, Reconhecimento, Estudo de Situação (planejamento detalhado), Ordens e Fiscalização.

Neste aspecto, observamos uma confluência doutrinária interessante entre o EB e o USMC: as Normas de Comando dos *Marines* são praticamente idênticas às brasileiras. Vejamos:

The patrol leader organizes and prepares the patrol by using the six troop-leading steps to make the best use of resources available. These steps are to—

1. *Begin planning.*
2. *Arrange for reconnaissance and coordination.*
3. *Make reconnaissance.*
4. *Complete the plan.*
5. *Issue the order.*
6. *Supervise. (USMC, 2000, p.10-2)*

Embora bastante semelhantes, podemos identificar algumas nuances ao se comparar cada tópico individualmente. O primeiro passo “Providências iniciais” é o planejamento preliminar da missão e “(...) englobará as seguintes atividades: estudo sumário da missão; planejamento da utilização do tempo; estudo de situação preliminar e planejamento da organização de pessoal e material” (BRASIL, 2005, p.3-3). Observamos que na doutrina brasileira, as “Providências iniciais” não culminam na emissão da Ordem Preparatória. Esta ordem somente será emitida após a conclusão da etapa subsequente: “Observação e planejamento do reconhecimento”. A doutrina do USMC, no entanto, preconiza que a *Warning Order* (vide anexo A) seja emitida durante a primeira etapa “Begin Planning”:

The patrol leader begins by evaluating all factors affecting the mission. He looks for possible courses of action that lead to a decision, and then transforms this

decision into an order. The first step includes making an initial assessment and decision on using available time, issuing a warning order and initial preparatory tasks, and initiating his estimate. (USMC, 2000, p.10-2, grifo nosso)

A segunda etapa “Observação e planejamento do reconhecimento” constitui-se apenas, como o próprio nome sugere, no planejamento do reconhecimento por parte do comandante de patrulha. Já na doutrina dos *Marines*, a segunda etapa “Arrange for Reconnaissance e Cordination” é mais prática e complexa. Como a “Warning Order” já foi emitida no “Begin Planning”, entende-se que o planejamento do reconhecimento já foi feito nesta primeira etapa, e, portanto, esta segunda etapa priorizará as medidas de preparação e coordenação para o reconhecimento:

The patrol leader arranges a personal reconnaissance to observe as far forward as possible and also coordinates with the appropriate commanders for the patrol’s “passage of lines” (see paragraph 11001 for complete definition) and supporting fires. The patrol leader also coordinates with other patrol leaders who may be operating in the same or adjacent areas and requests that the commander assigning him the patrol mission coordinate the patrol action with adjacent commanders, local security, and night defensive fires, as appropriate. The patrol leader may delegate any or all of these arrangements to the assistant patrol leader if the patrol leader requires the time for planning. (USMC, 2000, p.10-3)

Na terceira etapa, “Reconhecimento”, é quando o reconhecimento propriamente dito é executado, de formar a subsidiar com mais dados a próxima etapa “Estudo de Situação”. Da mesma forma, na etapa “Make Reconnaissance e Complete the Estimate”, o reconhecimento é executado e, nesta etapa ainda, o Estudo de Situação é complementado de acordo com as informações colhidas no reconhecimento.

The patrol leader uses personal reconnaissance to answer questions that arise from the map reconnaissance and METT-T evaluation. (...)

After compiling information about the situation and possible time constraint, the patrol leader completes an estimate. (USMC, 2000, p10-3)



Na quarta etapa, o comandante de patrulha desencadeia o “Estudo de Situação”, que é “um processo lógico e continuado de raciocínio, pelo qual o comandante de patrulha considera todas as circunstâncias que possam interferir no cumprimento da missão” (BRASIL, 2005, p.3-14). Este Estudo de Situação se baseará nos fatores da decisão, que serão tratados na próxima seção, e culminará na emissão da Ordem à Patrulha. Conforme já citamos, os *Marines* realizam o seu Estudo de Situação na terceira etapa “*Make Reconnaissance e Complete the Estimate*”, logo, nesta quarta etapa (“*Complete the Plan*”), o comandante de patrulha basicamente preparará a sua “*Patrol Order*”:

At this point, the patrol leader has completed the basic thinking necessary for accomplishing the assigned mission. The patrol leader prepares the patrol order to spell out the details, assign tasks to subordinates, and explain the entire endeavor for ease of understanding by the other members of the patrol. (USMC, 2000, p. 10-4)

A quinta etapa (“*Ordens*” e “*Issue the order*”), tanto de acordo com o CI 21-75/1 (2005), quanto com o MCWP 3-11.3 (2000), consiste na emissão da Ordem à Patrulha (*Patrol Order*). Disponibilizamos no Anexo B o Checklist do modelo de Ordem à Patrulha emitida pelos *Marines*.

A sexta e última etapa (“*Fiscalização*” e “*Supervise*”) tratam basicamente dos mesmos aspectos: inspeções e ensaios. Segundo o CI 21-75/1 (2005, p.3.23), esta fase se subdivide em três: inspeção inicial, ensaios e inspeção final.

A inspeção inicial visa a permitir ao comandante da patrulha uma avaliação sobre o grau de preparação dos homens, quanto ao conhecimento detalhado da missão, bem como o moral da tropa, o estado do equipamento e do armamento. (...) O ensaio visa a familiarizar os homens com o cumprimento da missão, praticando as tarefas que irão realizar e esclarecendo as possíveis dúvidas decorrentes da ordem à patrulha. Deverá ser conduzido de forma a obedecer rigorosamente ao que será executado no cumprimento da missão. (...) A inspeção final, última atividade da patrulha antes da partida, visa a permitir ao comandante da patrulha verificar se os erros encontrados na inspeção inicial e no ensaio foram corrigidos. (BRASIL, 2005, p. 3-23 a 28)

O USMC utiliza a mesma estruturação nesta última fase:

The patrol leader inspects before rehearsals to ensure completeness and correctness of uniform and equipment. (...)

There is usually a period of time between final rehearsal and departure. The patrol leader reinspects just before departure to ensure all equipment is still in working order and the unit is ready to embark on the mission. (USMC, 2000, p.10-5)

Podemos verificar que, embora haja algumas diferenças pontuais nas etapas do método empregado por ambas as doutrinas nas Normas de Comando, o escopo se revelou o mesmo, ressaltando a proximidade das duas doutrinas neste aspecto.

4.4 Estudo de Situação da Patrulha

O Estudo de Situação enquanto quarta etapa das Normas de Comando (POREOF) tem importância significativa na preparação da patrulha, pois, de acordo com o CI 21-75/1 é nele que o “comandante de patrulha considera todas as circunstâncias que possam interferir no cumprimento da missão” (2005, p. 3-14). Ademais, proporciona uma metodologia eficiente para análise de problemas militares diversos. Neste sentido, julgamos pertinente dedicar um tópico exclusivamente a esta etapa.

Segundo o CI 21-75/1, “a organização de uma patrulha varia de acordo com os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo – MITeMeT)” (2005, p.1-7), conforme esses dados se apresentam ao comandante da patrulha, a organização da mesma vai sendo influenciada. É mister destacar que, neste ponto, há uma aproximação muito grande entre a doutrina brasileira e a do USMC:

To organize thinking, the patrol leader uses METT-T, which consists of:

- *Mission*—the mission assigned to the patrol and how it relates to the mission of the commander who is sending the patrol.
- *Enemy*—what is known or suspected of enemy presence and capabilities, habits and characteristics, and fighting



techniques.

- *Terrain and weather—including ground, vegetation, drainage, weather, and visibility.*
- *Troops and support available—friendly situation and support available.*
- *Time available—the constraints and impact of time on preparation and mission accomplishment. (USMC, 2000, p. 10-3).*

Observamos que ambas as Forças se valem rigorosamente dos mesmos pressupostos como fatores da decisão, do lado brasileiro temos o mnemônico MITeMeT e do lado americano temos o METT-T.

O estudo de situação baseia-se nos fatores abaixo discriminados.

- (1) Missão - O comandante da patrulha procura definir, claramente, as ações a realizar, sequenciando-as de maneira lógica, a fim de assegurar o preparo e a execução das ações necessárias ao cumprimento da missão.
- (2) Inimigo - O comandante da patrulha analisa os dados levantados no reconhecimento e aqueles recebidos do escalão superior, concluindo sobre: atitude, valor, experiência, grau de instrução, desdobramento do inimigo no terreno, tempo, capacidade de reforço etc. Ele deve, ainda, levantar as ações que o inimigo é capaz de realizar e que, se efetuadas, influenciarão no cumprimento da nossa missão.
- (3) Terreno e condições meteorológicas - O comandante da patrulha considera os aspectos gerais (relevo, vegetação, natureza do solo, hidrografia, obras de arte, localidades, população e condições meteorológicas). Este estudo visa integrar os melhores momentos para as suas ações e identificar os itinerários que restringem ou impedem o movimento da patrulha. Conhecendo os itinerários mais adequados à situação, o comandante da patrulha realiza o estudo dos aspectos militares do terreno. (...)
- (4) Meios - O comandante da patrulha deve apreciar os recursos humanos e materiais disponíveis. Ele deve procurar empregar seus meios de forma a levantar a melhor linha de ação para o cumprimento da missão.
- (5) Tempo - O comandante da patrulha deve analisar o tempo disponível para o cumprimento da missão. Este estudo inicia-se no planejamento preliminar, quando da confecção do quadro-horário. Os tempos estimados para as diversas fases são detalhados e, conforme o estudo realizado, redefinidos. Ele poderá concluir sobre a adoção de maiores ou menores medidas de segurança durante a execução da missão, tempo disponível para ensaios etc. (BRASIL, 2005, p. 3-14 e 3-15)

Embora o manual brasileiro destrinche um pouco mais cada fator, verificamos que o processo que se segue é o mesmo: após o estudo dos fatores da decisão, o comandante da patrulha levanta linha(s) de ação, as compara (caso haja mais de uma) e chega, por fim, a uma decisão. Esse modelo de estudo de situação, já consagrado na doutrina militar brasileira, está muito próximo dos *Marines*: “*The tasks and sequence create the framework for developing courses of action for the patrol concept of operations*” (2000, p. 10-3).

4.5 Conduta de Patrulhas

Antes de tudo, é importante diferenciar dois conceitos básicos: conduta e solução de conduta. Segundo o CI 21-75/1, conduta é “uma ação previamente planejada que será colocada em prática durante uma operação militar (...)” ao passo que solução de conduta “é uma decisão corretiva de uma ação, em curso de execução em face de um óbice que incidentalmente se apresente” (2005, p. 2-1). Diante disto, entendemos que, embora seja impossível antever todas as situações que se podem desencadear na execução de uma patrulha, quanto mais condutas forem previstas e planejadas, menor a possibilidade de a patrulha ser surpreendida e encontrar-se em uma situação desfavorável que demande uma solução de conduta.

As Técnicas de Ação Imediata (TAI) materializam algumas condutas planejadas pela patrulha, especialmente em relação ao contato, fortuito ou não, com o inimigo. De acordo com o CI 21-75/1 (2005, p. 2-51):

Técnicas de Ação Imediata são ações coletivas executadas com rapidez e que poderão exigir uma tomada de decisão. Elas devem ser pré-planejadas e exaustivamente treinadas pela fração que as realiza. É importante que sejam executadas no menor espaço de tempo e com o menor número de ordens possível. Têm a finalidade de assegurar a esta fração uma vantagem inicial quando do contato com o inimigo, ou mesmo, de evitar este contato.

Ao prosseguirmos no estudo das TAI no CI 21-75/1, observamos que, basicamente, são exploradas situações nas quais o contato com o inimigo se dá no plano terrestre (patrulha vê e o inimigo não vê; contato



fortuito; e patrulha não vê e o inimigo vê). No entanto, sabemos que desde a 1ª Guerra Mundial a utilização de força aérea em operações veio ganhando espaço de modo que, atualmente, não se pode imaginar uma situação de conflito de maior escala sem se lançar mão de meios aéreos. Diante deste quadro, encontramos na doutrina de patrulhas dos Marines uma técnica de ação imediata voltada para o contato da patrulha terrestre com meios aéreos do inimigo, vejamos:

These actions are designed to reduce the danger of detection from aircraft and casualties from air attack.

When an enemy or unidentified aircraft that may detect the patrol is heard or observed, the appropriate immediate action drill is FREEZE. The first member hearing or sighting an aircraft that may be a threat signals FREEZE. Every member halts in place until the patrol leader identifies the aircraft and gives further signals or orders. Members of the patrol must not look up at the aircraft as sunlight can reflect off their faces even when camouflaged.

When an aircraft detects a patrol and makes a low level attack, the immediate action drill air attack is used. The first member sighting an attacking aircraft shouts, "AIRCRAFT," followed by the direction of the incoming attack: FRONT, LEFT, REAR or RIGHT. The patrol moves quickly into line formation, well spread out, at right angles to the aircraft's direction of travel. As each member comes on line, the member hits the ground, using available cover, then positions the body perpendicular to the aircraft's direction of travel, to present the shallowest target possible (see fig. 11-2 on page 11-8). Between attacks (if the aircraft returns or if more than one aircraft attacks), patrol members seek better cover. Attacking aircraft are fired upon only on command of the patrol leader (USMC, 2000, p. 11-7).

Observamos a descrição detalhada de uma técnica de ação imediata que pode poupar severas baixas de uma patrulha em contato com aeronaves inimigas, e que é omissa na doutrina brasileira de patrulhas.

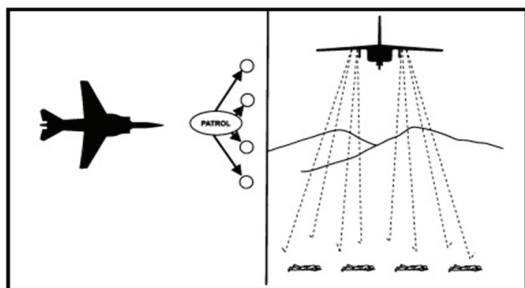


Figura 2 – Ação imediata, ataque aéreo

Fonte: Marine Corps Warfighting Publication (MCWP).

4.6 Relatório do Comandante de Patrulha

A quarta e última etapa de uma missão de patrulha é a confecção do relatório. Nas práticas de “Patrulhas” desenvolvidas pelos Cadetes da AMAN, muitas das vezes é negligenciada esta etapa por conta do escasso tempo destinado à execução da atividade de patrulha como um todo. No entanto, trata-se de uma atividade revestida de grande importância pois toda patrulha, seja de reconhecimento ou de combate, constitui-se em valiosa fonte de informações para o escalão superior. Além disso, o relatório funciona como registro dos fatos ocorridos.

Tanto o modelo de relatório utilizado pelos *Marines*, quanto o modelo do EB estão disponíveis nos Anexos C e D. Ao confrontá-los, observamos que são essencialmente iguais, com diferenças pontuais, as quais serão alvo de nossa análise.

4.6.1 Itinerários de ida e regresso

No tópico em que se aborda os itinerários de ida e regresso, o modelo de relatório brasileiro destaca apenas dois fatores a se descrever: atuação do inimigo e observações ocorridas nos respectivos itinerários. Já o modelo do USMC prescreve apenas a representação gráfica dos itinerários, por meio de esboços, azimutes ou tracejados na carta. Acreditamos que um ponto de equilíbrio entre os dois modelos seria constar nos anexos do relatório uma representação gráfica dos itinerários e no corpo do relatório a descrição dos deslocamentos sob a ótica da atuação inimiga e de observações gerais.

4.6.2 Terreno

Neste tópico, o MCWP 3-11.3 (2000) é bastante sucinto, dando ênfase a descrição de acidentes capitais de proveito tanto para tropas amigas, quanto inimigas:

Terrain (general description to include any manmade or natural obstacles and critical terrain features which, if occupied by either enemy or friendly forces, would allow them to control the surrounding area).

O CI 21-75/1 (2005) traz uma abordagem menos tática no tópico “terreno”: “características em toda a área de atuação (pontes, trilhas), habitações, tipo de terreno (seco, sujo, pantanoso, rochoso, permeável) capacidade de suportar Bld, ZL, Loc Ater, ZPH etc.”

Visualizamos um ganho na qualidade da informação na intercessão de ambos os modelos: uma descrição detalhada de toda a área de atuação (como prevê o modelo do EB), ressaltando os principais acidentes capitais e pontos de interesse tático para tropas amigas e inimigas (conforme prevê o modelo do USMC).

4.6.3 Inimigo

O USMC utiliza o mnemônico *SALUTE* para fazer o reporte acerca do inimigo: *size, activity location, unit, time, equipment*, ao passo que o EB usa os seguintes tópicos: efetivo e valor; dispositivo; medidas de segurança adotadas; localização; rotinas; equipamento, armamento, atitude e moral. Observemos um exemplo de reporte sobre o inimigo contido no MCWP 3-11.3 (2000): “*Seven enemy soldiers, unit unknown, traveling SW, crossed road junction on BLACK RIDGE at 211300 August carrying one machine gun and one rocket launcher*” Destacamos que a forma americana deixa de contemplar os tópicos “dispositivo” (como o inimigo está disposto no terreno), “medidas de segurança adotadas”, “rotinas” e “atitude e moral”, enquanto a forma brasileira só não contempla o tópico “*unit*”, o que nos leva a concluir que a forma preconizada pelo CI 21-75/1 (2005) é mais completa.

4.6.4 Outros

O modelo de relatório proposto pelo CI 21-75/1 (2005) explora, ainda, outros tópicos omissos no MCWP 3-11.3 (2000), a saber: População da área; Ação no objetivo e Elementos essenciais de inteligência (EEI). No entanto, no modelo americano aparece o tópico: “*Miscellaneous information not covered elsewhere in report*”, o que pode englobar os assuntos omissos enunciados no início deste parágrafo, bem como outros assuntos. O CI 21-75/1 (2005) contempla todos os tópicos enumerados na doutrina dos Marines, sendo am-

bos finalizados com o tópico “Conclusão e sugestões”.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pudemos observar que, de maneira geral, a doutrina brasileira de “Patrulhas” está muito alinhada à doutrina do USMC. Não se trata de mera coincidência. A partir do advento da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil aproximou-se dos EUA, houve uma mudança de alinhamento doutrinário: o EB migrou da doutrina militar francesa (fruto da influência da Missão Militar Francesa) para a doutrina militar americana.

Durante vinte anos, entre 1920-1940, o Exército Brasileiro foi moldado em termos de doutrina por uma Missão Militar Francesa que aqui atuou. Com a derrocada francesa na guerra, que pode ser vista também como uma derrocada da sua doutrina militar, e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro, principalmente no que compete a organização da Força Expedicionária que iria lutar na Europa, viu-se obrigado a adaptar-se a um novo modelo doutrinário, norte-americano. (SILVA, 2015, p.25)

Embora isto explique a proximidade e semelhança entre as duas doutrinas, as diferenças citadas neste trabalho apontam para a evolução, de certa forma independente, da doutrina de “Patrulhas” no EB.

Vejamos algumas semelhanças doutrinárias que se alvitram neste trabalho: o princípio da preservação da integridade tática das frações; o emprego do mesmo processo de Normas de Comando (POREOF *versus* BAMCIS); a utilização do mesmo mnemônico para o Estudo de Situação (MITeMeT *versus* METT-T), bem como o processo de proposição de Linhas de Ação, sua comparação e, por fim, a Decisão; e o modelo de relatório do comandante de patrulha.

Ainda que estejam diante de uma visão mais “macro” e superficial, alguns destes tópicos revelem-se estritamente idênticos, pudemos perceber que quando analisamos de maneira mais profunda e detalhada emergem pequenas diferenças. É o caso das Normas de Comando: a despeito de possuírem o mesmo escopo, como vimos, a *Warning Order* é emitida em momento distinto da Ordem Preparatória. Enquanto o “*Arrange*



for Reconnaissance e Cordination” é mais prático, o tópico “Observação e Planejamento do Reconhecimento” é mais teórico, com ênfase no planejamento apenas. De igual modo, enquanto vemos o planejamento detalhado ocorrer na quarta fase do POREOF (Estudo de Situação), no BAMCIS, ele ocorre na terceira (*Make Reconnaissance e Complete the Estimate*).

A despeito dessas semelhanças e diferenças, destacamos também alguns conteúdos da doutrina do USMC que são omissos na do EB e podem vir a somar, enriquecer e aprimorar nossa doutrina. É o caso da TAI contra aeronave inimiga, bem como algumas informações presentes no *Patrol Report* que podem complementar o relatório do comandante de patrulha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao confrontarmos a doutrina de “Patrulhas” do EB com a doutrina do USMC, percebemos que ambas possuem o mesmo escopo, o que foi explicado pela influência norte-americana na doutrina militar brasileira a partir da 2ª Guerra Mundial, especialmente com o advento de criação da Força Expedicionária Brasileira.

Sem embargo, ainda que os pontos de intercessão entre ambas doutrinas ultrapassem eventuais diferenças, o simples fato de se diferenciarem em alguns momentos sinaliza a evolução, de certa forma, independente da doutrina do EB. Quer seja por sua herança histórico-doutrinária antes da Segunda Guerra Mundial desvinculada dos EUA, quer seja pela experimentação contemporânea de um momento de transformação e projeção de nosso Exército, como as relevantes participações em missões de paz da ONU e a notória preocupação na qualificação de seus quadros, especialmente através de intercâmbio com outros países.

Diante deste cenário, esperamos que a Doutrina Militar do EB continue em constante evolução e que este trabalho sirva de catalisador para outros estudos sobre o tema “Patrulhas”, de forma a projetar, cada vez mais, o profissionalismo e qualidade do EB no cenário internacional, não apenas pelo “Braço Forte” ou pela “Mão Amiga”, mas também pela “Mente Ativa” de nossos quadros, buscando sempre a vanguarda e o estado da arte da Doutrina Militar.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Liderança militar**. Resende: Acadêmica, 20-.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Resende: Acadêmica, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. CI 21-75/1 – Patrulhas. Brasília: Gráfica do Exército, 2005.

SILVA, Daniel Albino da. **A dialética de doutrinas francesa e norte-americana no exército brasileiro: o caso da força expedicionária brasileira**. 2015. 205 p.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2015. Disponível em: < http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_daniel-albino>. Acesso em: 04 jun. 2018.

UNITED STATES ARMY. **Infantry platoon and squad** (ATP 3-21.8). Washington, DC: Department of the Army, 2016.

UNITED STATES ARMY. **Ranger handbook** (TC 3-21.76). Washington, DC: Department of the Army, 2017.

UNITED STATES MARINE CORPS. **Scouting and Patrolling** (MCWP 3-11.3). Washington, DC: Department of the Navy, 2000.

https://www.marines.mil/Portals/59/Docs/MarineCorps101_2.pdf - Acesso em: 16 maio 2018.- Acesso em: 16 maio 2018.



ESTRUTURAS COLAPSADAS: O EMPREGO DE PESSOAL E MATERIAL DE ENGENHARIA EM OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE

Rubens Bitan da Costa Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a atual doutrina de emprego da Arma de Engenharia em situação de desastres. O trabalho visa, também, analisar a criação de uma equipe técnica de primeira resposta para eventos dessa natureza, com material já presente na Caixa do Sapador e equipamentos de engenharia.

Palavras-chave: Engenharia. Desastres. Caixa do Sapador.

ABSTRACT

This paper presents a study about the current doctrine of the use of the Engineering Army in a disaster situation. The work also aims to analyze the creation of a first response technical Team for events of this nature, with material already present in Sapper Box and engineering equipment.

Keywords: Engineering. Disaster. Sapper Box.

1 INTRODUÇÃO

Buscando acompanhar a evolução dos conflitos do século XXI, o Estado-Maior do Exército (EME) apresentou no ano de 2013 um novo conceito operacional para emprego da Força: as operações em amplo espectro. Júnior (2013) enfatiza:

Os conflitos atuais envolvem não somente o combate entre oponentes armados. As operações constituem-se, também, na aplicação dos meios de combate, de forma simultânea ou sucessiva, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais e de assistência humanitária, em ambiente interagências (Grifo nosso).

As Forças Armadas têm como funções: a de-

fesa da pátria e dos interesses nacionais e a manutenção da soberania. Além disso, os recursos de Defesa também podem ser utilizados em ações de Assistência Humanitária e em casos de calamidade pública, seja internamente, ou em auxílio à nações amigas. A ameaça, nesses casos, estaria consubstanciada nas perdas de vidas humanas e de materiais decorrentes de uma catástrofe (ALMEIDA RIBEIRO, 2011, p. 10).

Durante o emprego do Exército Brasileiro no Haiti, a Força Terrestre pode experimentar, na prática, o emprego nas operações em amplo espectro. A execução de patrulhas a pé, motorizadas e mecanizadas, combinadas com as ações de ajuda humanitária na execução de trabalhos de engenharia materializou o uso dessa doutrina.

No ano de 2010, a tropa deparou-se com uma situação ainda mais complexa: a ocorrência de um terremoto. Naquela ocasião, tropas de engenharia do Exército foram empregadas no auxílio dos trabalhos de busca e resgate das vítimas do desastre. Liderados pelo Tenente-General americano Ken Keen, as tropas, inclusive as brasileiras, foram conduzidas na forma de agir.

Como lição aprendida dessa atuação, fica a observância da importância de existir uma doutrina capaz de permitir ao soldado brasileiro atuar com maior segurança nesse tipo de ambiente e a necessidade de estabelecer uma formação ao soldado de engenharia para atuar na busca e resgate em estruturas colapsadas. Portanto, é interessante questionar: como é padronizada a atuação das forças armadas nas operações de busca e resgate em estruturas colapsadas? Ainda são possíveis outros questionamentos: existe uma doutrina de emprego de pessoal e material de Engenharia nesse tipo de operação? Os equipamentos de Engenharia são adequados para esses procedimentos?

¹ O Capitão Bitan é graduado em Ciências Militares pela AMAN. Atualmente é instrutor do Curso de Engenharia da AMAN.



2 DESASTRES NATURAIS E OPERAÇÕES DE RESGATE

De acordo com Ribeiro (2011, p.14):

Desde o último século, o número de registro de desastres naturais em várias partes do mundo vem aumentando consideravelmente. Isto se deve, principalmente, ao aumento da população, à ocupação desordenada e ao intenso processo de urbanização, às mudanças climáticas e à industrialização.

Segundo FEMA (2012, p. 95), “Um dos fenômenos mais assustadores e destrutivos da natureza é um grave terremoto e seus efeitos. Se o terremoto ocorrer em uma área populosa, pode causar muitas mortes e ferimentos e um extenso dano”.

Na ocorrência de um desastre natural em território Nacional, é comumente empregada uma Força-Tarefa composta pelas Forças Armadas, Forças Auxiliares e equipes de resgate, para auxílio as vítimas do desastre. Trata-se de uma operação conjunta que exige coordenação dos meios para obter o melhor auxílio com o menor dano possível à população.

No contexto internacional, a situação é um pouco mais complexa. Casos de grandes desastres naturais, como o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, costumam mobilizar ajuda de várias partes do globo terrestre.

No levantamento do Terremoto no Haiti (2010), cerca de três milhões de pessoas foram afetadas na catástrofe, o que ocasionou a morte de, pelo menos, 200 mil pessoas.

Naquela ocasião, estava presente em território haitiano o Contingente Brasileiro – com cerca de 1000 militares. Embora tivesse recebido treinamento para atuar em ambiente complexo e volátil, a tropa brasileira enfrentou naqueles primeiros dias uma situação bastante delicada.

Em cenários como aquele, “cresce a necessidade de pessoal especializado com ferramental próprio e logístico adequado ao atendimento”, destaca Justamante (2012, p. 11).

3 CONCEITOS TÉCNICOS OPERACIONAIS

Para uma melhor compreensão do trabalho, e com a finalidade de nortear a pesquisa em questão, é necessário entender alguns conceitos de uso corrente na área em estudo.

a) Estrutura colapsada: quando os elementos estruturais de sustentação de carga, internos, falham, um edifício entrará em colapso e as paredes externas serão puxadas para dentro da estrutura em queda. Este cenário pode ser causado por atividade de construção, um terremoto ou incêndio e pode resultar em uma área de escombros pequena, porém, muito densa. Por outro lado, se a falha estrutural for causada por uma explosão ou por forças naturais, como um vendaval, o prédio pode desmoronar em direção externa, resultando em uma área de escombros maior, todavia mais dispersa (UNITED STATES, 2018).

b) Resgate em estrutura colapsada: técnica utilizada para localizar, retirar, estabilizar e transportar vítimas de um colapso de uma estrutura.

c) Padronização: definir modelos. Planificar uma maneira de agir.

d) Caixa do sapador: conjunto de equipamentos e implementos utilizados pela tropa de engenharia do Exército Brasileiro com a finalidade de assegurar a mobilidade, a contramobilidade ou a proteção da tropa apoiada.

e) Desastre: perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos interagindo com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a um ou mais dos seguintes aspectos: perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais. Além disso, o efeito do desastre pode ser imediato e localizado, mas é, normalmente, generalizado e pode durar por um longo período de tempo. O efeito pode testar ou exceder a capacidade de uma comunidade ou sociedade de lidar com seus próprios recursos e, portanto, pode precisar de assistência de fontes externas, que podem incluir jurisdições vizinhas ou nacionais ou internacionais (UNITED NATIONS, 2017).



4 PROTOCOLO INTERNACIONAL (INSARAG)

O Grupo Assessor Internacional de Operações de Busca e Resgate, do inglês International Search and Rescue Advisory Group (INSARAG), é encarregado de emitir as diretrizes e metodologias para o emprego de Forças-Tarefas (TEXAS, 2011). O grupo consiste em uma rede de países expostos a desastres naturais, e de países e organizações que intervêm em caso de desastres, e que estão dedicados à busca e salvamento em zonas urbanas, entre os escombros, e a coordenação operativa sobre o terreno, por definição de Justamante (2012, p. 22).

Sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), a INSARAG foi criada em 1991, como iniciativa de equipes internacionais de busca e salvamento (SAR), que trabalharam durante o resgate no terremoto da Armênia de 1988. O compromisso das organizações e países-membros do INSARAG foi comprovado com a aprovação unânime da Assembleia Geral das Nações Unidas da resolução 57/150, intitulada “Reforçar a eficácia e a coordenação de Assistência Internacional de Busca e Resgate Urbano” em 16 de dezembro de 2002, de acordo com a Secretaria de Estado de Defesa Civil (2012, p. 1).

Atualmente, a Seção de Ajuda e Coordenação no Terreno (FCSS), localizada na subdivisão de Serviços de Emergência (ESB) do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em Genebra, atua como secretaria da INSARAG (TEXAS, 2011). A doutrina de Busca e Resgate Urbano, do inglês USAR (Urban Search and Rescue), estabelece as emergências de colapso estrutural, desastres naturais, onde as equipes de busca devam operar em um contexto universal, objetivando atingir os padrões internacionais de resposta (JUSTAMANTE, 2012, p. 23).

Desde a criação da INSARAG em 1991, um progresso significativo tem sido observado na melhoria dos padrões de assistência USAR e na coordenação da resposta internacional às grandes desastres. A Resolução aprova as Diretrizes INSARAG para serem usadas como referência para USAR internacional na resposta a desastres. Foram preparadas por socorristas USAR de todo o mundo para orientar e estabelecer parâmetros, e para executar operações de resposta a desastres durante

grandes catástrofes, conforme Secretaria de Estado de Defesa Civil (2012, p. 1).

As diretrizes são sempre atualizadas, baseadas nas lições aprendidas e melhores práticas de cada operação.

O Ciclo de resposta USAR internacional (Figura 1) é composto por 5 etapas: Preparação, Mobilização, Operações, Desmobilização e Pós-missão (GUÍAS DE INSARAG, 2016).



Figura 1 – Ciclo de resposta USAR
Fonte: Guías de INSARAG (2016, p. 6).

Para cada etapa desse protocolo, há um procedimento a ser seguido.

Nos Estados Unidos, os primeiros socorristas que se deparam com uma cena de desastre, se reportam a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA), do inglês *Federal Emergency Management Agency*.

5 PROCESSOS BRASILEIROS

5.1 A Fase de Preparação e o Processo das Máquinas

A fase de preparação é o período antes da resposta ao desastre. Nesta fase, as equipes da USAR adotam medidas preparatórias para garantir que estejam no nível mais alto possível de prontidão para a implantação. As equipes realizam treinamentos e exercícios, revisam as lições aprendidas de experiências anteriores, atualizam os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), conforme necessário, e planejam respostas futuras (GUÍAS DE INSARAG, 2016).

No Brasil, o principal órgão preocupado com o desenvolvimento de competências necessárias para



esse tipo de operação é o Corpo de Bombeiros. Todavia, é importante o estudo e desenvolvimento dessas competências pelas Forças Armadas.

Para o processo de resgate, de acordo com a Secretaria de Estado de Defesa Civil (2012, p. 2), as equipes USAR devem ter em mente a palavra **quecore** (quebrar, cortar e retirar). Inicialmente, quebra-se o concreto; em seguida são cortados cabos, fios e armações metálicas; finalmente, faz-se a retirada de pedras e todo material. Sempre que possível, recomenda-se deixar limpa a área de trabalho.

Para cada fase do processo, existem alguns materiais mais comumente utilizados.

Para a fase de **Quebra**, os britadores, rompedores, malhos e marretas ajudam a obter o êxito da operação.

Para o **Corte** são utilizadas ferramentas hidráulicas como Lukas, Lancier e Holmatro; e ferramentas de corte, como motocortador a disco, tesourão, martelete de concreto, entre outros.

Para a **retirada** dos materiais são utilizados baldes (remoção de materiais de pequeno porte) e equipamentos de engenharia (carregadeiras, escavadeiras hidráulicas, trator de esteira, caminhão basculante, caminhão munck, etc).

Especial atenção deverá ser dada no emprego de equipamentos pesados. O uso desses equipamentos deverá obedecer uma sequência lógica a fim de diminuir futuros transtornos.



Figura 2 – Processo das Máquinas

Fonte: Secretaria de Estado de Defesa Civil (2012, p. 3).

5.2 Doutrina do Exército Brasileiro

Apesar de ainda não existir doutrina de preparação de equipes USAR dentro do Exército Brasileiro, há uma grande gama de equipamentos e ferramentas que podem ser usadas nesse tipo de operação.

Na Força Terrestre, “A Engenharia é a arma de apoio ao combate que tem como missão principal apoiar a mobilidade, a contramobilidade e a proteção, caracterizando-se como um fator multiplicador do poder de combate” (BRASIL, 1999).

A função de combate “proteção” “é o conjunto de trabalhos que visam reduzir ou anular os efeitos das ações do inimigo e das intempéries sobre a tropa e o material, proporcionando abrigo, segurança e bem-estar e ampliando a capacidade de sobrevivência das forças em campanha” (BRASIL, 1999).

O sistema Engenharia se caracteriza por executar ações táticas e técnicas empregando pessoal, materiais e doutrina da Arma.

De acordo com BRASIL (1999, p. 237), o sistema de engenharia tem a capacidade:

[...] de prestar assistência técnica às outras armas, quadros e serviços no que diz respeito aos trabalhos e atribuições realizados por seus elementos e sobre os quais possui conhecimentos mais especializados ou tem os meios mais apropriados para a sua execução, tais como: [...] b. destruições e demolições; [...] f. abrigos e instalações [...].

Para a execução dessas tarefas, conforme o autor supracitado, “o volume e a especialização do material e do equipamento de engenharia exigem que a sua manipulação seja feita por elementos especializados” (1999, p. 235).

No ano de 2013, houve por parte do Exército uma modernização da caixa do sapador.

Esses novos materiais empregadas foram adquiridos a fim de melhorar o apoio de engenharia no Teatro de Operações.

Pode-se observar que vários materiais dessa caixa também são utilizados pelas equipes USAR em casos de desastres.

A tesoura elétrica, o martelete eletropneumático e o rompedor a gasolina são exemplos de materiais que possuem características semelhantes aos usados

pelas equipes de resgate. Todavia, ainda não se sabe as capacidades reais dessas ferramentas constantes na caixa do sapador.

Da mesma forma, a Engenharia do Exército também possui equipamentos pesados necessários a execução das tarefas de busca e resgate. Os equipamentos: carregadeira sobre rodas, retroescavadeira e trator de esteira são os mais comumente empregados nas obras de engenharia (BRASIL, 2003).

O treinamento dos operadores dos diversos equipamentos empregados pela Engenharia do Exército é executado no período de qualificação do soldado. Todavia, essa qualificação se restringe a maneira de como operar e manter os equipamentos, não havendo, portanto, nenhuma doutrina relativa ao emprego em estruturas colapsadas.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta a grandes desastres necessita de um planejamento da operação bastante detalhado. Muitas vezes, a catástrofe ocorre em dia e horário que não se consegue prever. Diante disso, é fundamental que sejam estabelecidos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de modo a facilitar o emprego de material e pessoal na zona do desastre.

Durante o terremoto do Haiti em 2010, o Tenente-General Ken Keen, comandante da Força-Tarefa, foi entrevistado pela Revista Diálogo e reproduziu o seguinte cenário:

Esse tipo de situação não permite à operação militar nenhuma preparação, pois não há aviso do que está para acontecer. Não é como um furacão, pois você não vê um terremoto chegar. Diferentemente de uma operação militar, não há sinais que mostrem como uma situação está se desenvolvendo, o que permite que você se prepare.

A reação imediata é levar tudo que você puder e resolver depois o que fazer. O principal é salvar vidas e aliviar o sofrimento do povo haitiano. É simples assim. Isso significa contar com equipes de busca e resgate, entregar alimentos e água, trabalhar juntamente com as forças da ONU, que já estão aqui proporcionando assistência humanitária e segurança. Ficou óbvio para mim que precisávamos de uma Força Tarefa Conjunta e que ela precisaria ser suficientemente forte para controlar um contingente tão grande (ALMEIDA RIBEIRO, 2011, p. 29).

De acordo com o objetivo que se deseja atingir na operação, pode-se classificar as equipes de trabalho em 5 tipos: avaliação geral da área, avaliação de setor, busca e resgate rápido, busca e resgate completo e busca e recuperação da cobertura completa. No entanto, todas as equipes USAR, independentemente de sua classificação e capacidade operativa, devem abarcar os seguintes componentes: Administração, Logística, Equipe de Busca, Equipe de Resgate e Equipe médica. (GUÍAS DE INSARAG, 2016).

Para a montagem de uma equipe de primeira resposta para um evento envolvendo busca e resgate em estruturas colapsadas, a Secretaria de Estado de Defesa Civil (2012, p. 2), recomenda o seguinte:

- 1 Chefe de resgate (Cmt da Operação/socorro);
- 1 Oficial de segurança (segundo militar mais antigo da guarnição, independente de posto ou graduação);
- 6 operadores de ferramentas/equipamentos;
- 2 militares da área de saúde.

É importante ressaltar que em todos os Estados Nacionais existem organizações com tarefas específicas nessa área.

É interessante, ainda, mencionar algumas características que Ribeiro (2012) enumera das Instituições Militares:

- 1) A capacidade de planejamento e mobilização;
- 2) A flexibilidade organizacional;
- 3) A autossustentabilidade;
- 4) A adaptabilidade dos meios;
- 5) Os sistemas integrados de logística e comunicações;
- 6) A existência em suas estruturas de unidades de apoio médico e de engenharia;
- 7) A possibilidade de realizar ações de busca e resgate;
- 8) A possibilidade de rápido deslocamento, em virtude do estado de prontidão de seus efetivos e meios; e
- 9) A disponibilidade de meios de transporte próprios.

Nesse sentido, é possível o emprego das Forças Armadas nos esforços de mitigação aos efeitos de desastre naturais já em curto prazo. O Exército Brasileiro



já necessitou atuar nesse tipo de ambiente. No ano de 2010, durante o terremoto do Haiti, equipes de busca e resgate foram montadas e desdobradas no terreno com tropas e materiais de engenharia (ALMEIDA RIBEIRO, 2011).

Naquele contexto, o Ten-Gen Keen identificou as principais tarefas logísticas, dentro da função logística Engenharia.

TAREFA LOG	FUNÇÃO LOG
Fornecimento de água potável	Engenharia
Montagem e aprestamento de abrigos	
Remoção de escombros em busca de vitimados	
Restabelecimento das vias de acesso	

Figura 3 – Tarefas Logísticas Básicas

Fonte: Almeida Ribeiro (2011, p. 29).

As tarefas de fornecimento de água potável, montagem e aprestamento de abrigo e restabelecimento de vias de acesso são atividades comuns durante o adestramento e preparação das tropas de engenharia.

Todavia, apesar do massivo emprego da tropa durante o evento em solo haitiano, não foi desenvolvida nenhuma doutrina dentro da função logística Engenharia para operações de remoção de escombros em busca de vitimados.

Nesse contexto, é fundamental que as Forças Armadas – especialmente a engenharia – se adestrem para adquirir essa capacidade.

Mesmo diante de eventos que parecem simples, a imprevisibilidade, a urgência e a falta de informações consistentes aumentam o grau de incerteza das operações, colaborando para a dificuldade na mobilização dos recursos (RIBEIRO, 2012).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA RIBEIRO, L. A. A coordenação do apoio logístico às operações militares de apoio às calamidades públicas: uma proposta doutrinária. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

BRASIL. Exército. C 5-1: Emprego da Engenharia. 3. ed. Brasília, DF, 1999.

_____. _____. C 5-13: O soldado de Engenharia. 3. ed. Brasília, DF, 2003a.

FEMA – Federal Emergency Management Agency. Are you ready?

- An in-depth guide to citizen preparedness. Emmitsburg, USA: FEMA, 2004. 204 p.

GUÍAS DE INSARAG. Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCHA), VOLUMEN II, PREPARACIÓN Y RESPUESTA, MANUAL B: OPERACIONES. Chile: GUÍAS DE INSARAG, 2016.

JÚNIOR, Moises da Paixão. A abrangente concepção de emprego da Força Terrestre. Defesanet, Brasília, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/11432/A-abrangente-concepcao-de-emprego-da-Forca-Terrestre/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

JUSTAMANTE, Jocimar Ferreira. O emprego de equipes de busca e resgate em estruturas colapsadas num contexto de queda de estruturas e suas condutas de segurança, 2012.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. Manual de metodologia da pesquisa científica. – Escrevendo a metodologia de estudo. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior Geral. Procedimento Operacional Padrão: resgate em estruturas colapsadas. Versão 1: 2012.

TERREMOTO no Haiti: CICV socorre três mil sobreviventes que vivem em condições desesperadoras, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 22 jan. 2010. Disponível em: <https://www.icrc.org/por/resources/documents/update/haiti-earthquake-update-220110.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2018

TEXAS. Texas Engineering Extension Service: Emergency Services Training Institute. Heavy Rescue: Texas, EUA, 2011.

UNITED NATIONS. United Nations Office for Disaster Risk Reduction: Terminology, 2017. Disponível em: <<https://www.unisdr.org/we/inform/terminology>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

UNITED STATES. Department of labor. Occupational Safety and Health Administration. Disponível em:<<https://www.osha.gov/SLTC/emergencypreparedness/guides/earthquakes.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.



O EMPREGO DA COMPANHIA DE FUZILEIROS MECANIZADA NO ATAQUE A UMA ÁREA FORTIFICADA

Leandro Oliveira de Souza¹

RESUMO

O Exército Brasileiro, por meio da Portaria Nº 039-EME-Res, de 8 de junho de 2010, a qual aprovou, em caráter experimental, a Base Doutrinária de Batalhão de Infantaria Mecanizado apresentando, suas missões, possibilidades, limitações e a organização, está em fase de experimentações doutrinárias de emprego dos níveis pelotão, subunidades e batalhão. O presente trabalho, na intenção de contribuir com esta etapa do processo de implantação da Infantaria Mecanizada, teve por objetivo integrar conceitos doutrinários já existentes com informações científicas relevantes e atualizadas, a fim de consolidar uma proposta específica de emprego da Companhia de Fuzileiros Mecanizada no ataque a uma área fortificada. Foram realizadas pesquisas bibliográficas em manuais do Exército Brasileiro e Exército Norte-Americano que tratam deste assunto específico. A seguir, dos resultados foram exploradas todas as características comuns, deste tipo específico de confronto, que serviu de base para a formulação de uma proposta plausível que atendesse a demanda do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Companhia de Fuzileiros Mecanizada. Ataque. Área Fortificada.

ABSTRACT

The Brazilian Army, through Ordinance No. 039-EME-Res, June 8, 2010, which approved an experimental basis, the Doctrinal Basis of Mechanized Infantry Battalion presenting their missions, possibilities, limitations and organization, is undergoing trials doctrinal employment of the platoon, companies and battalion levels. The present work, in order to contribute to this stage of the implementation process of the Mechanized Infantry, aimed to integrate doctrinal concepts existing with relevant current scientific information, in order to consolidate a

specific offer of the Mechanized Infantry Company employment in the attack to a fortified area. Literature searches were conducted in the Brazilian Army manuals and North American Army that deal with this specific issue. After that, from the results, all the common features of this specific type of confrontation were explored, which formed the basis for the formulation of a plausible proposal that could meet the demand of the Brazilian Army.

Keywords: Mechanized Rifle Company. Attack. Fortified Area.

1 INTRODUÇÃO

A constante evolução da Arte da Guerra sempre traz novos conceitos aos exércitos de todo o mundo. Na intenção de acompanhar este fenômeno, o Exército Brasileiro (EB) promoveu a transformação de uma Brigada de Infantaria Motorizada em uma Brigada de Infantaria Mecanizada, natureza de tropa inédita no Brasil.

A inexistência de manuais aprovados de Infantaria Mecanizada e de uma doutrina já consagrada, diante desta novidade, deixa aberto o assunto a vários tipos de pesquisas. Desta forma, os modos como uma Brigada, e, por conseguinte, o Batalhão e a Companhia serão empregados taticamente nas operações ofensivas e defensivas constituem aspectos relevantes a serem estudados.

A implantação da Infantaria Mecanizada trouxe consigo alto investimento tecnológico agregado. A previsão da utilização das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR), Guarani, do Fuzil IA2, combinados com um diferenciado equipamento individual, buscam adaptar e elevar o nível bélico brasileiro a patamares que atendam às exigências atuais. O conhecimento detalhado destas inovações, especialmente sobre suas características e mudanças implicadas, são considerações que provocam instantaneamente a necessidade de atualização da doutrina.

¹ O Autor é Oficial da Arma de Infantaria formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



O estudo desta temática nos manuais de campanha do Exército dos Estados Unidos da América pode se revelar importante para agregar conhecimentos e servir de base no desenvolvimento de técnicas e táticas de emprego desta natureza de tropa, uma vez que o mesmo possui publicações doutrinárias oficiais e experiência em combate.

O Exército Brasileiro tem elevado a importância das operações ofensivas, afirmando que são essenciais para se obter resultados decisivos na guerra. Prescreve que a ação ofensiva inspira audácia, fortalece o espírito de corpo e motiva o combatente. Assim, mesmo durante as operações defensivas, as ações ofensivas devem ser largamente utilizadas na intenção de manter-se em vantagem em relação ao inimigo.

Forças blindadas e mecanizadas têm mostrado sua eficácia em áreas construídas em numerosos compromissos no Iraque e exibiram uma grande utilidade em outras operações curtas de guerra. O fator determinante para a sua eficácia na guerra é a forma como usá-los, não necessariamente onde (IRVINE, 2011, p. 60, tradução do autor).

A Portaria Nº 039-EME-Res, de 8 de junho de 2010, aprovou, em caráter experimental, a Base Doutrinária de Batalhão de Infantaria Mecanizado apresentando, suas missões, possibilidades, limitações e a organização. As experimentações doutrinárias a serem realizadas, com base neste documento, oportunizam a aplicação prática de conhecimentos novos produzidos em estudos científicos.

Na mesma publicação, verifica-se que, participar de ações que exijam alta mobilidade tática, relativa potência de fogo, proteção blindada e ação de choque, são possibilidades do Batalhão de Infantaria Mecanizado. Colocar-se no lugar do inimigo, ou seja, estudar como uma força oponente pode se preparar face a essas características, revela-se importante para a previsão de técnicas e táticas coerentes a serem empregadas nas mais diversas operações. Diante dessas possibilidades da tropa mecanizada e das características que apresentam uma defesa empregando áreas fortificadas, verifica-se que esta pode ser uma técnica utilizada pelo inimigo para obter vantagem em confrontos com a Infantaria Mecanizada.

As operações em áreas fortificadas, por sua natureza, apresentam características que exigem cuidados

especiais em seu planejamento e execução, com ênfase particular nas considerações relativas às técnicas e táticas em consonância com o material empregado. Analisando este contexto extraiu-se o seguinte problema: como seria o emprego de uma Companhia de Fuzileiros Mecanizada no ataque a uma área fortificada?

O presente trabalho, então, pretende apresentar uma proposta de emprego da Companhia de Fuzileiros Mecanizada no ataque a uma área fortificada, com base na doutrina experimental.

2 PROPOSTA DE EMPREGO DA COMPANHIA DE FUZILEIROS MECANIZADA NO ATAQUE A UMA ÁREA FORTIFICADA

Os manuais vigentes são as principais fontes de consulta doutrinárias, e, portanto, refletem a visão clara dos exércitos sobre o *módus operandi* que se devem conduzir as tropas nas mais diversas situações de combate. Na intenção de obter uma proposta coerente e fiel aos preceitos doutrinários em voga, numa primeira etapa, julgou-se pertinente extrair da revisão literária tudo aquilo que se apresenta comum acerca de um ataque em área fortificada. Numa segunda etapa, buscou-se explorar outros aspectos pontuais que trazem reflexos ao estudo, considerando as características peculiares da infantaria mecanizada. Como terceira etapa, buscou-se estudar as possibilidades e limitações, organização, armamentos e veículos previstos em diretriz para a experimentação doutrinária estabelecida, de forma a dar um maior alcance de detalhes a este trabalho. A partir da junção dessas etapas, a proposta foi organizada em fases para facilitar o desenvolver da apresentação.

A proposta, objeto deste trabalho, abrange desde o planejamento até a execução propriamente dita, como se vê a seguir.

2.1 Planejamento, preparação e reconhecimento

Nesta fase, revela-se fundamental um estudo de situação completo, alimentado por informações precisas de inteligência e de reconhecimento. A localização, o efetivo e a natureza de todos os núcleos de defesa; localização das seteiras e campos de tiro das armas nelas instaladas; localização de todas as entradas e saídas



dos abrigos; localização das vias de acesso cobertas; localização, efetivo e tipo da artilharia de campanha existente na região; direção de tiro das armas fixas do inimigo; extensão das fortificações subterrâneas; localização, efetivo e composição das reservas ou reforços do inimigo; localização e natureza dos obstáculos naturais e artificiais, localização e os tipos das fortificações e as brechas existentes na defesa; são dados essenciais para se buscar um planejamento eficaz que possa dirimir a vantagem defensiva do oponente. É importante a utilização de patrulhas de reconhecimento a pé para obter este detalhamento da situação do inimigo em sigilo. Devido à especificidade da tropa mecanizada, vale dizer, que vias de acesso favoráveis à aproximação dos blindados sobre rodas, também deverão ser objetos desta atividade, bem como os efeitos que o terreno, associado ao inimigo, geram no deslocamento dos mesmos.

Para o planejamento, de posse de todos os detalhes obtidos em reconhecimento, o comandante deve buscar identificar uma fraqueza na defesa, iludir o inimigo quanto à localização do ataque principal, e atacá-lo nos flancos expostos ou retaguarda. Para tal, deve tirar proveito da iniciativa, explorando o que tem a seu favor, escolhendo a hora e o local do ataque, sempre levando em conta a alta mobilidade tática, a relativa potência de fogo, a proteção blindada e ação de choque, que são peculiares da Infantaria Mecanizada, como formas de favorecer a rapidez, a dispersão e proteção aos fuzileiros, levando-os o mais perto possível do inimigo. Além disso, acidentes no terreno, abrigos especiais ou séries de abrigos, deverão ser designados como objetivos aos pelotões.

2.2 Organização das forças

A organização das forças para o ataque se resume a elementos de apoio e elementos de assalto. Os elementos de apoio, que podem ser constituídos pelas seções de morteiros e metralhadoras, são responsáveis pelo apoio de fogo, direto ou indireto, aos elementos de assalto, que buscam, através do fogo e movimento, cercar sobre o inimigo a fim de destruí-lo ou capturá-lo.

Os elementos de assalto podem ser divididos em grupos de assalto e grupos de flanco. Neste contexto, os seus carros de combate, normalmente proporcio-

nam apoio de fogo direto, atirando nas seteiras abertas, estando o suficientemente cerrado para dar o apoio direto em todo o desenrolar do ataque.

De acordo com a organização da Companhia de Fuzileiros Mecanizada prevista atualmente pelo EME, verifica-se a possibilidade de, pelo menos, duas formas de organizar as forças poderem ser utilizadas, a depender dos fatores da decisão do Comandante de Companhia.

Na primeira, os elementos de assalto seriam os próprios Pelotões de Infantaria Mecanizados com seus meios orgânicos; e os elementos de apoio seriam os integrantes do Pelotão de Apoio e da Seção de Comando da Companhia. Neste contexto, o planejamento e emprego do apoio de fogo das metralhadoras das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média sobre Rodas (VBTP-MR), Guarani, UT 30mm, com toda sua potência e tecnologia agregada, demais metralhadoras (Mtr 7,62 e Mtr .50) pertencentes aos pelotões de fuzileiros ficariam sob responsabilidade dos comandantes de pelotão, atuando somente em prol de sua respectiva fração. Já, no que se refere ao Pelotão de Apoio e Seção de Comando, estes atuariam em favor da manobra de toda a subunidade com todos os seus meios.

A segunda forma proposta seria definir como elementos de assalto apenas os fuzileiros desembarcados, deixando as VBTP-MR com suas metralhadoras, integrando, com o suporte do Pelotão de Apoio e Seção de Comando, os elementos de apoio. Nesta opção, o Comandante de Companhia teria o poder de fogo das metralhadoras dos carros de combate, atuando em proveito da manobra de toda a subunidade. Com o propósito de manter a proteção blindada e a rapidez proporcionada pelo Guarani, poderia ser estabelecido que as VBTP-MR pertencentes aos pelotões de fuzileiros, passariam a vigorar como elemento de apoio da subunidade, imediatamente após o desembarque dos mesmos para o assalto às posições defensivas.

2.3 Primeira fase da manobra

O ataque começa com um intenso fogo de artilharia e com a colocação de cortina de fumaça, se as condições forem favoráveis. Enquanto a artilharia está atirando, os itinerários são limpos de minas antipessoal, pelo emprego de granadas e outros meios. Em se-



guida, os elementos de assalto se deslocam embarcados nas VBTP-MR, aproveitando a proteção blindada dos veículos para a frente, tão rapidamente quanto possível, cobertos pelos fogos dos elementos de apoio, morteiros e metralhadoras do Pelotão de Apoio e Seção de Comando, principalmente.

Nesta fase, cuja a finalidade é reforçar os fogos dos elementos de apoio e neutralizar os fogos da defesa nas proximidades do objetivo, deve-se buscar atirar principalmente com as metralhadoras dos blindados, valendo-se da potência e de sua capacidade de executar tiro em movimento com precisão, nas posições que ameacem o movimento e sobre os elementos inimigos que estiverem fora dos abrigos.

2.4 Segunda fase da manobra

Esta fase é realizada pelos elementos de assalto já desembarcados, que progridem na direção do inimigo sob proteção dos fogos dos elementos de apoio e de suas VBTP-MR orgânicas. Sua finalidade é destruir ou reduzir os abrigos, inutilizando-os. Materiais especiais como granadas e cargas de demolição podem ser utilizadas nas seteiras e detonadas.

A fim de assegurar a execução ordenada do minucioso plano de ataque, os lanços, além de serem apropriados e frequentes, devem manter o ritmo da progressão para facilitar o controle estreito do comandante.

Durante o ataque, as armas de tiro indireto, Morteiros 81 mm do Pelotão de apoio, são empregadas para neutralizar as guarnições desabrigadas, proteger os flancos, isolar, pelo fogo, certas zonas e proteger a reorganização e consolidação no objetivo conquistado. Se houver grupos de flanco, estes dirigem seus fogos contra qualquer posição nos flancos das fortificações.

Os comandantes de grupo e pelotão devem preparar-se para a possibilidade de encontrar um abrigo, ainda não reconhecido, durante a progressão para o objetivo.

Os carros de combate dos elementos de assalto, com suas metralhadoras atiram contra as seteiras para mantê-las fechadas. Se possível, os elementos de assalto avançam sobre o terreno não batido pelos fogos das seteiras das fortificações. As metralhadoras cessam o fogo ao sinal do comandante dos elementos de assalto, ou

quando o fator segurança da tropa atacante o determinar.

Após o rompimento das fortificações, o grupo de assalto avança sobre as posições e, com granadas de mão ou explosivos, destrói a resistência inimiga. Os grupos de flanco e elementos de apoio de deslocam e cobrem rapidamente a reorganização dos elementos de assalto.

2.5 Terceira fase da manobra

Esta fase é caracterizada pelo assalto em volta dos abrigos, matando ou capturando os elementos desabrigados em suas vizinhanças, seguido da reorganização e consolidação. Os elementos de assalto são os principais responsáveis por sua execução. Assim que os objetivos são conquistados, os elementos de apoio ceram à frente para a reorganização e consolidação.

Os fatores que influem na fase de reorganização e consolidação no ataque a abrigos são os mesmos dos ataques a defesas convencionais. Se o abrigo não for suficientemente destruído, para evitar sua recuperação pelo defensor, deve ser convenientemente defendido, até que outros meios possam ser trazidos à frente para ultimar a operação.

Nesta fase, ainda, ocorre a limpeza do terreno, o aprofundamento e alargamento da brecha aberta no ataque. Os carros de combate devem ficar preparados para atirar nas prováveis vias de acesso de contra-ataque do inimigo.

Por ocasião de todas as fases descritas, o comandante de companhia deve destinar especial atenção à modernidade advinda do emprego da VBTP-MR, Guarani. A tecnologia traduzida nos equipamentos de comunicações, na potência e precisão dos tiros mesmo em movimento, na proteção blindada, na mobilidade e na velocidade, agregadas a esta moderna viatura, são aspectos que ajudam a aumentar o Poder Relativo de Combate.

O deslocamento embarcado, que oferece proteção aos fuzileiros inclusive de minas terrestres, aliado à eficiência dos disparos das metralhadoras, proporcionam uma segurança que permite maior aproximação dos elementos de assalto. A velocidade e mobilidade, aumentam a capacidade de desbordar com rapidez as principais posições defensivas inimigas. As quatro pe-



ças de morteiro 81 mm e as duas Metralhadoras 7,62 (REMAX), do Pelotão de Apoio e Seção de comando, respectivamente, agregam a Companhia de Fuzileiros Mecanizada, melhores condições de utilização do fogo e movimento na realização da manobra.

3 CONCLUSÃO

A mentalidade de constante atualização do Exército Brasileiro, somada às previsões estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, impulsionam a busca de inovações na doutrina.

As características do combate moderno, assimétrico, exigente no que se refere à rapidez, comando e controle, mobilidade estratégica e tática de emprego, vem despertando o interesse por mudanças que atendam essa realidade. É neste contexto, que a implantação da Infantaria Mecanizada surge na Força Terrestre.

Buscando a materialização dessa novidade, a Portaria N° 041-EME-RES, de 9 de junho de 2010, aprovou as diretrizes para implantação, em caráter experimental, da Base Doutrinária de Brigada de Infantaria Mecanizada e de Batalhão de Infantaria Mecanizado. No entanto, nesta referência, não se verificam estabelecidos aspectos de emprego estratégico e tático da Companhia de Fuzileiros Mecanizada.

Da comparação das missões, possibilidades e limitações da Brigada de Infantaria Mecanizada e do Batalhão de Infantaria Mecanizado estabelecidas na Base Doutrinária, com aquelas preconizadas nos manuais das brigadas, batalhões e regimentos mecanizados, motorizados e blindados, verifica-se como possibilidade de emprego o ataque da Companhia de Fuzileiros Mecanizada contra uma área fortificada.

Analizando a doutrina vigente das tropas brasileiras de infantaria e cavalaria, no que se refere ao ataque contra uma área fortificada, valor unidade e subunidade, foi possível notar muitos aspectos doutrinários comuns, a despeito das peculiaridades de cada uma delas. Essa constatação balizou o presente trabalho, na busca de uma proposta coerente com a doutrina oficialmente em vigor.

Objetivando o fortalecimento da proposta por meio da verificação de uma doutrina estabelecida e já empregada da infantaria mecanizada, foi realizada uma pesquisa na doutrina de emprego norte-americana.

O desenvolver da proposta apresentada teve um enfoque mais evidente no planejamento. Portanto, sugere-se um aprofundamento do assunto sob a ótica da execução propriamente dita do ataque de uma Companhia de Fuzileiros Mecanizada a uma posição fortificada.

Por fim, é necessário que se coloque a proposta deste trabalho em discussão e, preferencialmente, que ela seja experimentada doutrinariamente, com a finalidade de forjar e consagrar oficialmente uma doutrina de emprego que atenda os desafios do combate atual, ao mesmo tempo em que seja realista com as possibilidades e limitações existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. BRASIL. Exército. Portaria n° 038, de 8 de junho de 2010. Aprova, em caráter experimental, a base doutrinária de brigada de infantaria mecanizada, e dá outras providências. 2010.
2. BRASIL. Exército. Portaria n° 039, de 8 de junho de 2010. Aprova, em caráter experimental, a base doutrinária de batalhão de infantaria mecanizado, e dá outras providências. 2010.
3. BRASIL. Exército. Portaria n° 041, de 9 de junho de 2010. Aprova as diretrizes para a implantação, em caráter experimental, da base doutrinária de brigada de infantaria mecanizada e de batalhão de infantaria mecanizado, e dá outras providências. 2010.
4. BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 17-20. Forças-tarefas blindadas. 3.ed. Brasília, DF, 2002.
5. BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 31-50. Combate em zonas fortificadas e localidades. Brasília, DF, 1976.
6. BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 2-20. Regimento de cavalaria mecanizado. 2.ed. Brasília, DF, 2002.
7. BRASIL. Exército. Estado-Maior. C 7-30. Brigadas de Infantaria. Brasília, DF, 1984.
8. BRASIL. Exército. Estado-Maior. EB20-MF-10.103. Operações. 4.ed. Brasília, DF, 2014.
9. EUA. Department of the army. FM 3-21.11. The sbct infantry rifle company. Washington, DC, 2003.
10. OLIVER, Irvine. Mechanized Forces in Irregular Warfare. Military Review, Kansas, USA, volume XCI, n. 2, p.60-68, march-april 2011.



O USO DE RECURSOS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO PARA TRABALHOS DIDÁTICOS EM GRUPO

André Frangulis Costa Duarte¹
Anderson Magno de Almeida²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o Proyecto Clase de Inteligencia, conduzido pelos professores de Língua Espanhola junto aos cadetes do 1º Ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Tal projeto tem por finalidade que os cadetes desenvolvessem de forma integrada suas habilidades linguísticas, reforçando os temas, assuntos e estruturas gramaticais já estudados ao longo da respectiva disciplina de Espanhol, por intermédio de recursos digitais de comunicação para trabalhos didáticos em grupo. Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, realizando um estudo de campo que enfocou a comunidade de trabalho formada pela Cadeira de Espanhol da AMAN. São expostas duas bases teóricas para o Proyecto, o modelo de aprendizagem integrada estipulado por Roegiers e De Ketele (2004) e a metodologia dialética em sala de aula (Vasconcellos, 1992). Esta pesquisa apresenta como resultados o planejamento e a execução da classe de inteligência, na qual os conhecimentos e habilidades em Espanhol dos cadetes são mobilizados, construídos e sintetizados.

Palavras-Chave: AMAN. Língua espanhola. Recursos digitais de comunicação. Aprendizagem integrada. Metodologia dialética em sala de aula.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el Proyecto Clase de Inteligencia, conducido por los profesores de Lengua Española junto a los cadetes del 1.er Año de la Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Este proyecto tiene por finalidad que los cadetes desarrollen de forma integrada sus habilidades lingüísticas, reforzando los temas, asuntos y es-

tructuras gramaticales ya estudiados a lo largo de la respectiva asignatura de Español, por intermedio de recursos digitales de comunicación para trabajos didáticos en grupo. Esta investigación siguió un enfoque cualitativo, realizando un estudio de campo que enfocó la comunidad de trabajo formada por la Cátedra de Español de la AMAN. Se exponen dos bases teóricas para el Proyecto, el modelo de aprendizaje integrado estipulado por Roegiers y De Ketele (2004) y la metodología dialéctica en el aula (Vasconcellos, 1992). Esta investigación presenta como resultados la planificación y la ejecución de la clase de inteligencia, en la cual los conocimientos y habilidades en Español de los cadetes son movilizados, construidos y sintetizados.

Palabras clave: AMAN. Lengua española. Recursos digitales de comunicación. Aprendizaje integrado. Metodología dialéctica en el aula.

1 ASPECTOS GERAIS

Este artigo tem por objetivo apresentar, dentro da temática do uso de recursos digitais de comunicação para trabalhos didáticos em grupo, o denominado *Proyecto Clase de Inteligencia*, projeto este levado a cabo pela Cadeira de Espanhol da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) junto aos cadetes do 1º Ano deste Estabelecimento de Ensino. O trabalho aqui exposto é fruto de dados e impressões coletados ao longo de duas edições deste projeto, nos anos de 2016 e 2017.

O locus desta pesquisa, a AMAN, é uma Instituição de Ensino Superior de Extensão e Pesquisa situada em Resende – RJ que forma, anualmente, um efetivo médio de 400 oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro como bacharéis em Ciências Militares. Os cadetes, com uma média de idade entre

1 O Autor é Coronel de Artilharia formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) atualmente é Chefe da Cadeira de Idiomas da AMAN. Mestrando Em Educação

2 O Autor é Tenente Coronel de Infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Mestrando em Educação.



19 e 22 anos, estudam, ao longo de quatro anos, mais de 50 disciplinas distribuídas em cerca de 6.300 horas-aula. Estes profissionais, logo após a formação, irão trabalhar na defesa da pátria em unidades militares situadas em todo o território nacional.

Além das mais diversas disciplinas de cunho profissional e de outras, tais como Língua Portuguesa, Estatística, Economia, Psicologia, História e Relações Internacionais, os cadetes estudam dois idiomas estrangeiros: inglês e espanhol. A Cadeira de Espanhol é responsável por implementar quatro disciplinas anuais, com 45h cada. Um dos tempos finais das aulas do 1º Ano é dedicado justamente para o *Proyecto Clase de Inteligencia*.

O termo *inteligência* é utilizado no âmbito do 1º Ano de Espanhol da AMAN e ao longo deste artigo de acordo com a definição de Dunningan (2003, p. 316). Este autor define inteligência, tanto no meio militar quanto no civil, como a atividade de obtenção de informações sobre oponentes de forma ágil e oportuna, ao mesmo tempo em que se previne que os oponentes façam o mesmo.

A principal finalidade do *Proyecto Clase de Inteligencia* é propiciar aos cadetes do 1º Ano da AMAN o desenvolvimento integrado das suas habilidades linguísticas, reforçando os temas, assuntos e estruturas gramaticais já estudadas ao longo da disciplina, ao mesmo tempo em que os prepara – sem que se faça referência explícita – para uma atividade de campo em que, duas semanas depois, serão exigidos física e mentalmente em um contexto bastante desafiador, na denominada “Operação Fibra, Iniciativa e Tenacidade” (Operação FIT).

O cerne do *Proyecto* consiste em uma aula na qual subgrupos de cadetes trabalham em salas separadas e, com o suporte de recursos digitais de comunicação, desenvolvem suas habilidades linguísticas em Espanhol, em um esforço comum de preencher um relatório do qual cada subgrupo possui partes distintas. Esta construção transcorre imersa em uma situação-problema na qual uma possível realidade profissional dos futuros oficiais do Exército (trabalhos na área de inteligência) é trazida para dentro do espaço pedagógico da sala de aula.

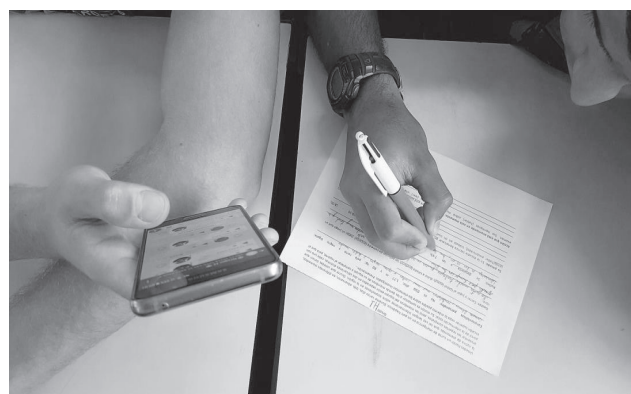


Figura 1 – Preenchimento de relatório da *Clase de Inteligencia*
Fonte: Cadeira de Espanhol da AMAN

Leva-se em conta, no âmbito deste trabalho, que a mediação tecnológica deve ter sempre como foco a intencionalidade educacional. Desta forma, o uso pedagógico de *gadgets* somente se justifica caso colabore mais com as finalidades educativas do que os artefatos analógicos típicos das metodologias ditas “tradicionais”. Em outras palavras, o uso de smartphones dotados de recursos digitais e comunicação como, por exemplo, *Whatsapp*, *Telegram* ou *Allo*, dentre outros, é validado pelas possibilidades didáticas exclusivas que criem, como ocorre na *clase de inteligencia*.

A metodologia utilizada para a consecução deste artigo valeu-se da abordagem qualitativa, sendo os dados obtidos, por um estudo de campo (GIL, 2002, p. 53), focalizando a comunidade de trabalho formada pela Cadeira de Espanhol da AMAN, com enfoque para o trabalho realizado pelo 1º Ano de Espanhol no preparo e execução do *Proyecto Clase de Inteligencia*.

A produção deste artigo justifica-se pela possibilidade de que estas experiências sejam adaptadas ou suas bases pedagógicas aproveitadas por outras disciplinas da AMAN, bem como em outros contextos educacionais, quer seja no Ensino Superior ou na Educação Básica. Além disso, trata-se de um tema relevante e atual, por tocar em uma questão que suscita intensa discussão nos meios acadêmicos e na sociedade como um todo: o uso adequado de *smartphones* e *gadgets* para fins didáticos em sala de aula.

Ao longo deste trabalho serão, inicialmente, expostas algumas das possíveis bases teóricas para a *clase de inteligencia*, com destaque para o modelo de aprendizagem integrada de Roegiers e De Ketele (2004) e a metodologia dialética em sala de aula, segundo



Vasconcellos (1992). Na sequência, o projeto é descrito em detalhes, desde o planejamento e o preparo dos professores até a sua execução. Esta última parte é subdividida didaticamente em três momentos, por intermédio dos quais o conhecimento em Espanhol dos cadetes do 1º Ano da AMAN vai sendo mobilizado, construído e sintetizado.

2 BASES PEDAGÓGICAS

Podem ser consideradas como bases pedagógicas para o projeto *clase de inteligencia*, dentre outras, o modelo de aprendizagem integrada e a metodologia dialética em sala de aula, a seguir expostas.

A primeira destas bases, referente ao modelo de aprendizagem integrada, ampara os trabalhos desenvolvidos no projeto examinado ao longo deste artigo, na medida em que os grupos de cadetes são inseridos no contexto fictício de um curso de inteligência que eles estariam realizando em um país hispânico. A tarefa a ser realizada é a composição de um relatório unificado, o que somente é possível pela integração, a distância, das suas habilidades linguísticas de ouvir, falar, ler e escrever, haja vista os componentes do grupo estarem trabalhando em salas de aula distintas. Repare-se que a busca de prover um sentido a esta atividade, contemplando o “questionamento do por que se faz o que se faz” (ROEGERS; DE KETELE, 2004, p. 14) está implícita nesta situação-problema a eles apresentada.

Outra destas bases, por sua vez, é a metodologia dialética em sala de aula, segundo a qual o conhecimento desenvolve-se em três grandes momentos, a síncrese, a análise e a síntese, de acordo com as concepções de Vasconcellos (1992, p.2). No primeiro destes momentos, o sincrético, o aluno ainda possui uma visão global, indeterminada, confusa e fragmentada do conteúdo; este é o momento ideal para que o professor desperte a mobilização dos cadetes para o conhecimento, como ocorre durante os trabalhos com o áudio inicial da clase de inteligencia, a ser descrito no próximo tópico deste artigo.

O momento seguinte é o analítico, no qual há um desdobramento da realidade em seus elementos, a partir das partes do todo; neste momento, há a construção do conhecimento. É o que ocorre na fase da confecção do relatório dos grupos, por intermédio da

comunicação a distância realizada pelos subgrupos.

O último destes momentos é o sintético, quando finalmente os grupos se reúnem novamente na mesma sala de aula e, ao confrontar suas produções escritas, chega-se ao resultado da integração de todos os conhecimentos parciais num todo orgânico e lógico, resultando em novas formas de ação. Neste momento final, há uma elaboração e expressão da síntese do conhecimento

3 “CLASE DE INTELIGENCIA”

3.1 Planejamento e Preparo

A equipe de professores do 1º Ano da AMAN se reúne uma ou duas semanas antes da efetivação do *Proyecto Clase de Inteligencia*. A Chefia da Cadeira de Espanhol e a Coordenação de Ano recordam a todos a finalidade do projeto e as lições apreendidas em edições anteriores. Um aspecto bastante sensível é a necessidade de que o professor realize uma gestão pormenorizada do tempo e consiga dividir adequadamente sua atenção em duas salas de aula distintas, onde trabalharão os subgrupos no momento analítico da aula.



Figura 1 – Reunião da equipe de professores de Língua Espanhola

Fonte: Cadeira de Espanhol da AMAN

A *clase de inteligencia* é planejada para transcorrer em 50 minutos, com a seguinte subdivisão temporal: momento sincrético (de no máximo 10 minutos); momento analítico (entre 20 e 25 minutos); e, por fim, momento sintético (entre 10 e 15 minutos). Estas fases da aula serão a seguir descritas pormenorizadamente.

3.2 Momento Sincrético

A aula é iniciada com um áudio, com 2 minutos de duração, em que transcorre a fala em primeira pessoa de um personagem fictício de origem hispânica. Este, didaticamente, condensa diversas informações que, na realidade, seriam fornecidas ou coletadas esparsamente, em diversas ocasiões. Dentre outras estruturas, este depoimento trata de nome, endereço, idade, características pessoais, rotina, hábitos alimentares, formação acadêmica, dados familiares, gostos pessoais, atividade suspeita que o personagem está presenciando e dados de localização deste possível ilícito.

Durante o áudio, os cadetes registram por escrito o máximo de informações compreendidas e, ao final deste, utilizando a técnica de tempestade de ideias, são instados a compartilhar com os demais, quais seriam as perguntas mais adequadas para extrair aquelas informações, caso elas já não houvessem sido expostas. O professor, neste momento, vai ajudando-os a organizar as estruturas mais adequadas para as perguntas. Por exemplo, para obter uma resposta sobre gostos pessoais, a pergunta pode ser, dentre outras possibilidades, ser estruturada como *¿Qué te gusta hacer [...]?* ou *¿Qué le gusta hacer [...]?*, dependendo do nível de formalidade que se deseje imprimir à questão.

3.3 Momento Analítico

Nesta etapa de execução do *proyecto*, são montados grupos com quatro cadetes, com a condição de que no grupo haja, ao menos dois smartphones em condições de trocar mensagens instantâneas. Cada um destes grupos, por sua vez, se subdivide em dois subgrupos (com dois cadetes), os quais passam a trabalhar em salas de aula contíguas.

Cada um destes subgrupos leva consigo uma folha (folhas “A” e “B”) em que há partes diferentes de uma mesma história, a qual, em resumo, contextualiza a realização de um curso de inteligência e apresenta como situação-problema a missão de contatar, a distância, os outros membros da equipe (o outro subgrupo) para completar um informe do qual só possuem uma parte, conforme o extrato a seguir:

Ustedes hacen un curso de inteligencia en un país hispánico. Durante varios días, Uds. observaron, en diferentes momentos, la rutina de elementos que tal vez tengan informaciones sobre sospechosos en la región. Ocurre que ustedes tienen que presentar los reportes completos, pero los miembros del equipo están separados en dos ubicaciones distintas, cada uno con parte de la información total. Su misión es contactar, a distancia, a los demás miembros de su equipo y completar el reporte, para que el escalón superior sepa lo máximo posible sobre los elementos investigados (Material do Proyecto Clase de Inteligencia – 2017).

Desta forma, o trabalho de cada subgrupo consiste em, paulatinamente, compor um relato completo. E para que o trabalho seja finalizado, é preciso que cada um dos subgrupos se comunique a distância com o outro. Esta situação leva cada dupla a ter que, com ligeiras variações, realizar a seguinte sequência: (1) ler a parte que já possuem da informação (compreensão leitora); (2) gravar a pergunta e enviá-la ao outro subgrupo sobre o que lhes falta de informação (expressão oral); (3) escutar a resposta que o outro subgrupo gravou e enviou (compreensão auditiva) e registrar na sua parte do informe os dados recebidos (expressão escrita).



Figura 3 – Ilustração dos trabalhos a distância na *Clase de Inteligencia*

Fonte: Cadeira de Espanhol da AMAN

Durante este momento de confecção dos relatórios, o professor percorre as duas salas de aula, verificando e anotando suas observações sobre como a comunicação está ocorrendo, bem como orientando e auxiliando os cadetes a construir os conhecimentos e a superar as dificuldades encontradas.



3.4 Momento Sintético

Chegando já na parte final da aula, as equipes voltam a se reunir e verificam se as soluções de cada subgrupo estão de acordo com as informações já previamente disponíveis ao outro. Neste momento, o professor circula entre os grupos e os orienta pontualmente sobre os trabalhos realizados, os auxiliando a realizar a síntese dos conhecimentos que desenvolveram, no seu esforço de superar o desafio proposto pela situação-problema.

Como fecho da classe de inteligência, o professor solicita que os grupos reportem as oportunidades de melhoria que visualizaram durante o exercício e externa suas observações, dentre outras, sobre os erros mais comuns ou mais relevantes de pronúncia (expressão oral) e de registro (expressão escrita) que foi percebendo e anotando ao longo da aula, ao mesmo tempo em que vai sanando as dúvidas que ainda persistam.

A avaliação do *proyecto* é realizada em dois âmbitos, um interno e outro externo. Internamente, em sala de aula, ela se dá de maneira formativa e contínua, com correções e retorno imediatos por parte do professor para os cadetes. Externamente, a equipe de professores volta a reunir-se e debate sobre os resultados alcançados, os óbices vivenciados e as oportunidades de melhoria visualizadas para a edição do ano seguinte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou o *Proyecto Clase de Inteligencia*, realizado durante a disciplina de Espanhol do 1º Ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Tal projeto tem por finalidade que os cadetes desenvolvam, de forma integrada, suas habilidades linguísticas, reforçando os temas, assuntos e estruturas gramaticais já estudados ao longo desta disciplina.

Os seguintes aspectos foram tratados ao longo deste trabalho: inicialmente, explanou-se, de forma sumária, sobre o lócus da pesquisa, a AMAN. Em seguida, foram emitidos alguns conceitos básicos, como o do uso específico do termo inteligência, como uma atividade de obtenção de dados sobre oponentes. Reforçou-se, também, a ideia de que o uso de gadgets para fins didáticos, como o das ferramentas de comunicação digital utilizadas na classe de inteligência,

só possui sentido se abrir novas possibilidades que suplementem as já tradicionalmente utilizadas, sempre tendo como foco as finalidades educativas pretendidas.

Na sequência, foram expostas duas bases teóricas para o *Proyecto Clase de Inteligencia*, o modelo de aprendizagem integrada postulado por Roegiers e De Ketele (2004) e a metodologia dialética em sala de aula (VASCONCELLOS, 1992). Em seguida, o *Proyecto* foi detalhadamente descrito, desde seu planejamento até sua execução, na qual os conhecimentos dos cadetes foram mobilizados, construídos e sintetizados.

Os trabalhos realizados durante a *clase de inteligencia* estão ancorados nos temas, conteúdos e estruturas gramaticais já desenvolvidos ao longo da disciplina de Espanhol do 1º Ano da AMAN. Percebe-se, desta forma, como desejável, que novas pesquisas dediquem-se a investigar a efetividade deste *proyecto*, em termos de impacto no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades dos cadetes do 1º Ano da AMAN.

Uma possibilidade vislumbrada para estas futuras investigações seria a de analisar como as habilidades linguísticas, os campos semânticos e até mesmo os *modus operandi* que estão intrínsecos à busca por informações vivenciadas em sala de aula durante este *Proyecto* são posteriormente aplicadas, na prática e sob condições adversas, na atividade realizada em espanhol durante a “Operação Fibra, Iniciativa e Tenacidade”.

Aspira-se que a temática tratada ao longo deste artigo possa inspirar, com as devidas adaptações, projetos desta natureza ou similares, na própria Academia Militar das Agulhas Negras ou até mesmo em outros contextos educacionais, contribuindo cada vez mais para o aprimoramento da educação em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- DUNNINGAN, J. *How to Make War: a comprehensive guide to modern warfare in the 21st century*. Editora Quill. 4ed. 2003.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ROEGIERS, X.; DE KETELE, J. M. *Uma pedagogia da integração: competências e aquisições no ensino*.



AS INVASÕES HOLANDESA E A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

Túlio Ribeiro de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo condensar a ampla literatura que trata das diversas invasões de tropas holandesas no litoral brasileiro e da organização da força terrestre na América Portuguesa no século XVII. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica. Inicialmente, é apresentado o contexto político, econômico do início do referido século. Em seguida, é abordado o conflito entre Portugal, sob domínio espanhol, e as tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Na última parte, o texto aborda a organização das defesas luso-brasileiras antes e após o domínio holandês, seguido por uma conclusão.

Palavras-chave: invasões holandesas, conflito, organização militar, colônia.

ABSTRACT

This article has the objective of gathering the literature that deals with the Dutch invasion in the Brazilian coast, and the organization of the land forces in the Portuguese America during the 17th century. The method adopted was the bibliographic research. At first, it shows the political and economical context of the beginning of the century. At second, it deals with de conflict between Portugal, under the Spanish rule, and the West Indian Company's troops. In the end, the text deals with the organization of the Portugal's defences before and after the Dutch rule, followed by a conclusion.

Keys-words: Dutch invasions, conflict, military organization, colony.

1. INTRODUÇÃO

O século XVII é marcado pela disputa pela hegemonia política e econômica na Europa. A Espanha, sob a dinastia filipina, lutava para se manter como nação hegemônica e potência colonial, enquanto Inglaterra e França lutavam para conquistar espaço nesse contexto conturbado.

Portugal, que ora encontrava-se sob o jugo de um monarca estrangeiro, foi envolvida nos diversos conflitos que ocorriam no continente, tendo sua política externa ditada pela corte de Madrid. As Províncias Unidas que antes eram parceiras econômicas passaram a ser inimigas a partir das guerras contra a dominação espanhola. Consequentemente, os portos portugueses fecharam-se para esse antigo aliado que até então, tinha grandes investimentos na economia colonial portuguesa.

As capitanias do nordeste eram uma presa valiosa demais para serem ignoradas pelos comerciantes neerlandeses. Com uma exploração econômica lucrativa e defesas frágeis, Pernambuco era um alvo ideal para as poderosas forças militares da Holanda. Fora do rendoso comércio de açúcar, esta não teve alternativa senão tomar a força os territórios produtores da cana.

As incursões estrangeiras encontraram os domínios colônias portuguesas fragilizados pela união das coroas ibéricas e pela participação nas campanhas espanholas em Flandres. Pouco auxílio militar foi prestado pela metrópole, consequentemente, grande parte de resistência foi organizada e executada pelas poucas unidades regulares existentes na colônia e por milícias locais.

Quando as naus holandesas chegaram à América Portuguesa, pouco pode ser feito para proteger as localidades de Recife e Olinda, centros adminis-

1 O Autor é Capitão da arma de Cavalaria Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Pós-graduado em Equitação pela Escola de Equitação do Exército. Atualmente, é instrutor da Curso de Cavalaria da AMAN.



trativos e econômicos da região açucareira. Em poucos dias, essas duas cidades foram tomadas e progressivamente as regiões vizinhas caíam sob o controle da Companhia das Índias Ocidentais. Contudo, a resistência contra a dominação estrangeira continuou por anos graças ao esforço de chefes militares experientes como Antonio Dias Cardoso, resultando em uma das mais importantes campanhas da história militar brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Antecedentes

Durante o século XVI e parte do século XVII, o império dos Habsburgo era a grande potência política, militar e econômica da Europa, chegando a possuir territórios em quatro continentes. A Espanha da época recebia metais preciosos das minas na América, controlava a venda da cana-de-açúcar do Brasil, fornecia escravos oriundos de entrepostos africanos, fornecia as especiarias oriundas do extremo oriente. O auge desse poderoso império ocorreu com o imperador e rei da Espanha Carlos V e seu filho Felipe II. Carlos Daróz (2016, p. 26) traz a seguinte visão desse contexto: “Carlos V era o soberano mais poderoso da Europa e tinha o desejo de construir um império unificado, com leis comuns e com uma mesma religião”.

Carlos, neto de Fernando e Isabel, herdou os reinos de Castela e Aragão com a morte de Fernando II, começando a dinastia dos Habsburgo na Espanha. Em 1519, Carlos sucedeu seu avô paterno como sacro-imperador, acumulando para si um poder nunca antes visto por um monarca europeu, detinha para si o controle da Espanha e suas colônias na América, o reino da Sicília na Itália, a Áustria, o Sacro-Império, o ducado de Borgonha e os Países Baixos. O império Habsburgo era a grande potência do século XVI controlando grande parte do mundo conhecido até então. Em 1556, Carlos abdicou dividindo sua herança entre seu irmão Fernando e seu filho Felipe, o primeiro ficaria com o Sacro-Império e o segundo com a Espanha e suas colônias.

Outro acontecimento que moldaria a política da europeia do século XVI foi a crise sucessória de Portugal que ocorreu com a morte de D. João III, em 11 de junho de 1557. Subiu ao trono seu neto Sebastião, que

assumiu como D. Sebastião I. Como ainda era considerado menor de idade, o governo foi conduzido por sua avó Catarina da Áustria como regente. Em 1570, no entanto, desapareceu durante a Batalha de Alcácer Quibir, provavelmente morto em combate, no Marrocos. Com o trono vago, seu tio-avô Cardeal D. Henrique subiu ao poder. Este, porém, já era idoso, não possuía filhos e logo faleceu. Após a morte de D. Henrique, o candidato mais forte ao trono português era Felipe II, filho de Carlos V, foi aclamado Rei de Portugal pela nobreza e burguesia lusitana.

Felipe II, Felipe I em Portugal, e seus descendentes mantiveram grande parte da autonomia dos reinos. Manteve o sistema burocrático, a língua portuguesa nas documentações e ofícios portugueses em função chave. Contudo, a administração do Estado do Brasil sofreu algumas modificações ao longo do reinado da dinastia filipina: a coroa exerceu maior controle sob as finanças da colônia através de funcionários reais e criou órgãos fiscalizadores. Houve também uma preocupação com a construção de fortalezas e melhoria das defesas da colônia que eram quase inexistentes.

Outra consequência desta união foi a negligência do Tratado de Tordesilhas. Consequentemente, ocorreu neste período grande interiorização no continente sul-americano. Bandeiras, oriundas especialmente da São Paulo, desbravaram os sertões em busca de ouro e de indígenas cativos para as lavouras, e missões jesuíticas fincaram a presença lusitana em regiões que antes pertenciam à Espanha. Contudo, uma das maiores consequências da união das coroas ibéricas, dentro do contexto político da Europa, foi o rompimento das antigas relações comerciais entre Portugal e Holanda resultando na invasão holandesa no nordeste brasileiro.

O nordeste do Estado do Brasil era, então, a região mais próspera da América Portuguesa. Os engenhos de cana produziam o açúcar que supria o mercado Europeu e trazia enormes riquezas para Portugal e seus parceiros econômicos. A capitania de Pernambuco se destacava na colônia pela expressiva produção açucareira, graças aos lucros obtidos dessa produção, a cidade de Olinda tornou-se um dos principais centros urbanos da colônia e o porto do Recife passou de uma simples vila de pescadores para um movimentado ponto comercial. A região cresceu de importância com a queda dos lucros do comércio de especiarias vindas dos entrepostos do extremo oriente, Pernambuco tornou-



se uma das principais fontes de renda da coroa portuguesa. Evaldo de Cabral de Mello traz em seu livro “O Brasil Holandês” (2010, p. 30) a visão do comerciante holandês Jan Andries Moerbeek das riquezas produzidas na colônia lusitana:

Desta terra do Brasil, podem anualmente ser trazidas para cá e aqui vendidas ou distribuídas anualmente 60 mil caixas de açúcar. [...] Donde resulta que a Companhia terá ainda um lucro anual de dez toneladas de ouro. O pau-brasil, que compete anualmente ao rei da Espanha, vale uma tonelada de ouro, livre de despesas [...] De outras diversas mercadorias, como tabaco, gengibre, xaropes, doces e etc., a Companhia tirará anualmente um lucro de três a quatro toneladas de ouro.

Do outro lado do atlântico, o poder da Espanha era desafiado pelos holandeses. Aumento de impostos, disputas religiosas e exclusão das elites locais da condução política motivou a revolta. Guilherme de Orange liderou o levante das províncias insatisfeitas contra o governo do representante espanhol, Duque de Alba. Após a morte de Guilherme, seu filho Maurício continuou o conflito auxiliado pela Inglaterra. A paz viria somente em 1648 com a paz de Westfalia, que pôs fim à guerra dos 30 anos.

2.2 A Invasão

Com a eclosão da guerra entre Espanha e as Províncias Unidas, os portos portugueses e de suas colônias foram fechados para embarcações batavas. Portugal viu-se em meio a um conflito que pouco lhe interessava, pois muito do capital utilizado na construção e no financiamento de engenhos vinha da Holanda, e esta era importante parceira econômica do reino de Portugal. Sabedores das riquezas produzidas na região nordeste da América Portuguesa, e com o essa importante fonte de renda impedida, a Companhia das Índias Ocidentais organizou uma poderosa força militar para conquistar aquele território a força. Evaldo Cabral de Mello ainda aponta sobre as vantagens de uma invasão ao nordeste brasileiro: “Por fim, o Brasil poderia proporcionar excelente base de operações contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação portuguesa com o Oriente, [...]” (MELLO, 2010, p. 19).

Apesar de ser capital da colônia portuguesa,

Salvador contava com poucas defesas militares, apenas oitenta soldados profissionais e fortes antiquados. Além disso, não contava com barcos para patrulhar a costa. Em 1624, chegou de Madrid o informe de que poderosa frota partira da Holanda com destino à Bahia. A esquadra invasora contava, segundo a “História do Exército Brasileiro vol. 1” (1972), com vinte e seis navios armados com quinhentos canhões, 3300 homens, e destes, 1700 eram soldados para combater em terra. Esta imponente força tinha como líderes o almirante Jacob Willekens e o coronel Van Dorth. Apesar da resistência das forças portuguesas, em 10 de maio de 1624, a sede do Governo-Geral do Estado do Brasil caía em mãos holandesas. Entretanto, a dominação estrangeira na Bahia duraria pouco. Após rigoroso cerco, auxiliado por tropas oriundas de diversas capitanias e da própria metrópole, D. Fradique de Toledo, comandante da força auxiliadora vinda de Portugal, entrou triunfalmente em Salvador, em 1º de maio de 1625.

Contudo, a história das invasões holandesas não terminaria por ali, o próximo alvo da Companhia seria a capitania de Pernambuco. Conforme Varnhagen (2002, p. 72), “Lançou, pois, suas miras cobiçosas a Pernambuco, mais perto da Europa, e cuja, ocupação julgou mais rápida e rendosa, [...]”. Consequentemente, cinco anos mais tarde, outra poderosa frota vinda da Holanda foi avistada no porto de Recife sob o comando de Henrique Cornelis Loncq e do coronel Waerdenburg. Em 15 de fevereiro de 1630, 3.000 homens desembarcaram nas proximidades de Olinda. O governador Matias de Albuquerque ofereceu combate aos invasores nas imediações do rio Doce, mas a desvantagem numérica e material forçou o retraimento das forças pernambucanas. Em Olinda, Albuquerque ainda tentaria mais uma vez barrar o avanço inimigo, contudo foi obrigado a retirar-se para continuar a luta em Recife deixando a capital da capitania para trás. Ao chegar naquela importante cidade comercial, o governador reforçou as defesas do local: queimou armazéns repletos de valiosas cargas e afundou navios junto ao porto. No dia 20, o tenente-coronel holandês Van Callenfels sofreu pesadas baixas ao atacar o forte de São Jorge, que capitularia em 2 de março. Em 3 de março, ocorreu a ocupação de Recife, Matias de Albuquerque refugiou-se no interior junto com alguns luso-brasileiros e no Arraial do Bom Jesus continuaram a resistência contra a tropa holandesa.



Com o passar dos anos, o domínio holandês na costa brasileira foi aumentando. Por fim, em 1635, a WIC, sigla da Companhia das Índias Ocidentais, havia conquistado a Paraíba, o Arraial do Bom Jesus e o cabo de Santo Agostinho, impelindo Matias de Albuquerque para o sertão. Após ter grande parte do nordeste do Brasil ocupado e pacificado, a Companhia nomeou o conde João Maurício de Nassau como governador das terras recém conquistadas. Nassau tinha o caráter liberal e tolerante, incentivou a vinda de judeus e protestantes para Pernambuco. Trouxe consigo uma comitiva de artistas e intelectuais visando reformar as cidades de Recife e Olinda, fazendo profundas reformas urbanísticas na região, financiou a recuperação da produção de açúcar através de empréstimo aos senhores de engenho. De acordo Cabral de Mello (2010, p. 161), “Os sete anos de governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1637-44) constituíram um interregno de relativa paz entre dois períodos de guerra, tornando-se destarte uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês”.

Porém, a Companhia julgou que os gastos de Nassau com a reestruturação de Recife foram extremamente elevados e desnecessários, vindo a destituí-lo em 1642.

2.3 A Insurreição Pernambucana

O novo governo holandês revogou muitas das políticas de Maurício de Nassau: cobrou dívidas dos senhores de engenho e reduziu a tolerância religiosa contra católicos, estava lançada a semente para a revolta. Aos poucos, a WIC indis pôs-se com a elite açucareira pernambucana. Concomitantemente na Europa, Portugal conquistava sua independência da Espanha através de conflito armado que durou 28 anos. Para dedicar-se à guerra de restauração, D. João IV, novo monarca português, assinou acordo de paz com a Holanda.

O novo acordo de paz entre portugueses e holandeses permitiu a livre circulação de luso-brasileiros pelos domínios da WIC. O Governador-Geral Antônio Teles da Silva aproveitou essa brecha para enviar emissários para insuflar a população contra o domínio estrangeiro. Auxiliados secretamente por D. João IV, e pelo Governo-Geral na Bahia, os pernambucanos aos poucos criaram as condições para a insurreição.

O plano inicial dos insurretos foi frustrado pela

traição de Fernão Corte Real e Sebastião de Carvalho impedindo a captura rápida de Recife, resultando no prolongamento do conflito por nove anos. Em resposta, o governo holandês mandou prender as principais lideranças do movimento, mas encontraram somente casas vazias.

Ao longo dos anos de conflito, ocorreram inúmeras escaramuças entre os chamados “Patriotas” e as tropas batavas. O primeiro embate ocorreu na localidade de Ipojuca onde 400 homens comandados por Amador de Araújo cercaram a guarnição holandesa no mosteiro local. Em 3 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha do Monte das Tabocas, primeiro embate entre a tropa luso-brasileira e o Exército Holandês a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, que resultou em estrondosa vitória dos nativos. Porém, foi em 19 de abril de 1648 que ocorreu o mais famoso embate entre as forças beligerantes, a Primeira Batalha dos Guararapes. Nela, cerca de 2.200 soldados insurretos bateram-se contra mais de seis mil holandeses e saíram vitoriosos. Varnhagen assim descreve o desfecho de Guararapes:

A ação durou apenas de três a quatro horas, por se acharem os dois contendores extenuados. Os nossos nada haviam comido desde mais de 24 horas; e o inimigo tendo 515 mortos e 523 feridos, dos quais, aproximadamente, mil ficaram no campo. Além do seu general, ferido em um artelho, tivera fora de combate todos os coronéis e oficiais superiores, excetuando um, o Coronel van den Brande, subindo a 74 a perda total dos oficiais, dos quais alguns morreram depois, das feridas, no Recife. (VARNHAGEN, 2002, p.238)

Em 17 de fevereiro de 1649, repetia-se o feito, mais uma vitória dos nativos na Segunda Batalha dos Guararapes. Isolados na região litorânea, os holandeses perderam a supremacia naval com a eclosão de guerra contra a Inglaterra. Mais tarde, em 14 de janeiro de 1654, o exército patriota cercou Recife por terra enquanto poderosa frota enviada por Portugal composta de 44 navios fechava a entrada dos portos. Finalmente, no dia 26, os holandeses assinaram a rendição e a guerra, que durara 30 anos, chegava ao final.

2.4 A Organização da Força Terrestre na América portuguesa

O historiador Carlos Daróz em seu livro “A



Guerra do Açúcar” (2016), faz um retrospecto da história militar portuguesa. Segundo ele, a doutrina militar portuguesa foi moldada nos diversos conflitos em que a nação lusitana se viu envolvida. Começando pelas guerras de reconquista contra os mouros até as campanhas da expansão ultramarinas. Porém, o caráter feudal esteve presente nos séculos posteriores, não havia, portanto, uma distinção clara entre milícia, tropas regulares e outras instituições militares.

Desde os primeiros tempos, os reis de Portugal se preocuparam em organizar e preparar o reino para as futuras campanhas militares, sejam elas defensivas ou ofensivas. O primeiro conjunto de leis com esse objetivo foi o “Regimento dos Coudéis”, criado por D. Duarte I para estipular as obrigações de seus súditos em campanha. Tal regimento foi seguido por outros diversos nos anos posteriores, “Ordenações Afonsinas”, “Lei de Armas”, “Regimento dos Capitães-mores” e outras. Uma das mais importantes para a organização das defesas da colônia na América foi a criação das Companhias de Ordenanças, que dava a todo súdito o dever de se armar e defender o reino em caso de invasões.

O “Regimento dos Capitães-mores” de 1570 e a “Provisão sobre as Ordenanças” de 1574, ambas criadas no reinado de D. Sebastião I, determinavam que cada vila ou cidade deveria ter um Capitão-mor auxiliado por um Sargento-mor. Estes deveriam saber quantos homens existia na localidade, alistar os capazes de combater nas companhias de ordenanças e nomear seus oficiais. Cada companhia era composta por 250 homens, quatro companhias formavam um terço de ordenanças e três terços formavam um Regimento de Ordenanças a 3.000 homens.

Na colônia, as ameaças eram constantes, seja pelos permanentes conflitos contra os nativos, seja pela ameaça de invasão estrangeira. O grande responsável pela defesa do Estado do Brasil era o Governador-Geral, que de Salvador deveria coordenar as forças das capitânicas em caso de qualquer invasão.

A defesa da colônia era especialmente baseada nos fortes e nos engenhos. Os primeiros deveriam defender a costa enquanto os segundos o interior. Desde os primeiros anos da exploração portuguesa foram criados pequenos fortins, que funcionavam como entrepostos comerciais chamados Feitorias. Mais fortes foram criados com o passar dos anos, sendo os principais deles: Em Bertioga (1557), no Rio de Janeiro

(1565’), Forte dos Reis Magos (1597), Forte do Presépio (1616), entre outras fortificações e vilas fortificadas que foram surgindo em pontos importantes da ocupação portuguesa.

Enquanto os fortes eram os elementos de defesa da costa, os engenhos eram a peça fundamental para a defesa do interior. As Casa-grande eram fortificadas para servirem como bastião contra investida de índios ou ex-escravos de quilombos. Costumeiramente, elas eram construídas no alto de uma elevação que dominava toda a região circundante. Para defender os engenhos, os senhores utilizavam toda mão de obra disponível, livre ou até mesmo escrava.

Segundo o livro “História do Exército Brasileiro vol.1” (1972) do Estado-Maior do Exército, muito do que se sabe da organização militar do Estado do Brasil na década anterior à primeira invasão holandesa em 1624 é baseado no “Livro que dá Razão do Estado do Brasil”, escrito pelo Sargento-mor do Estado Diogo de Campos Moreno. Segundo o livro mencionado, existia a época os seguintes tipos de tropa: a de presídio, ou guarnição, a paga e a de Ordenanças, ainda com influência da legislação criada por D. Sebastião.

Na capitania da Bahia de Todos os Santos, havia duas companhias de infantaria, a Guarda do Governador, e elementos de guarnição das fortificações. Cada companhia de infantaria era composta por um Capitão, um Alferes, dois Sargentos, dois Tambores, dez Mosqueteiros, quarenta arcabuzeiros, um Pajem de ginetas e um Embandeirado do alferes. A Guarda do Governador era composta por 20 militares. Cada fortificação possuía um Capitão, um Condestável, um Cabo Mosqueteiro, doze Soldados Mosqueteiros sendo que apenas os fortes de Santo Antônio e Itapagipe eram guardados. Existia também oficiais da milícia pagos: Vigia do Mar e Barra, Procurador dos Índios Forros, um Alferes de gente a cavalo. Nas Ordenanças havia cerca de mil infantes e cinquenta cavalários em Salvador e no Recôncavo.

Na capitania do Rio de Janeiro, havia dois capitães (um para cada forte), um condestável, um tambor, dois cabos-de-esquadra e 28 soldados (14 para cada forte). Os oficiais de milícia pagos eram o capitão-mor, o sargento-mor, e o procurador dos índios.

Em Pernambuco, existia um capitão, um alferes, um sargento, dois cabos-de-esquadra e 60 soldados (15 mosqueteiros e 45 arcabuzeiros), um tambor,



um pajem de gineta, um embandeirado. As guarnições dos fortes eram compostas por um capitão, um alferes, um condestável, um bombardeiro, um tambor e quinze soldados mosqueteiros, sendo que apenas o Forte Velho do Recife e o Forte Novo da Laje eram guarnecidos. Nas tropas de Ordenanças, havia nove companhias de infantaria e duas de cavalaria.

Na Paraíba, apenas o Forte do Cabedelo era guarnecido, ele possuía um capitão, um alferes, um condestável, dois bombardeiros, um cabo-de-esquadra, dez soldados mosqueteiros e dez arcabuzeiros, um tambor e um embandeirado, além de duas companhias de infantaria e trinta cavalarianos nas tropas de Ordenanças.

Em Itamaracá havia uma companhia de Ordenanças e 20 cavalarianos, Além de 5000 índios flecheiros.

As demais capitanias possuíam suas forças militares, seja de presídio ou de Ordenanças. Contudo, não tiveram papel importante fundamental na luta contra os holandeses.

Durante os trinta anos de conflito (1624-1654), a mentalidade portuguesa de fazer guerra foi testada. Na maior parte dos embates, as tropas luso-brasileiras estavam em menor número e enfrentando uma das forças militares mais experientes da Europa. Nesse contexto, a organização das companhias de Ordenanças se mostraram eficientes e versáteis, possibilitando a rápida adaptação conforme a missão e o inimigo.

E a participação fundamental das tropas de Ordenanças não passou despercebida pela Metrópole que tratou logo de aperfeiçoar esse sistema de serviço de milícia. O Regimento trazido pelo Governador-Geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, trouxe prescrições relativas à inspeção e melhoramento das fortificações, estabelecia três revistas anuais das Ordenanças, divididas em companhias.

Tanto as Guerras Holandesas quanto as expedições bandeirantes, estas muitas vezes organizadas por iniciativa particular sem participação do governo colonial, permitiram que a mentalidade combativa se enraizasse na alma popular. As constantes campanhas, seja contra o invasor estrangeiro seja contra o nativo aguerrido, criaram uma verdadeira população em armas, transformando todo cidadão, e muitas vezes escravos, em soldados prontos a defender a coroa portuguesa, a fé católica ou seus interesses financeiros particulares.

Em Pernambuco, após a expulsão da WIC, as forças militares e seu adestramento foram estruturadas por ordem régia. Conservou os militares de profissão e dispensou do serviço os demais, formou dessa forma, uma força de 6500 infantes e 800 cavalarianos e 8 peças de artilharia, uma força expressiva para a época. Cada comarca deveria dispor de um terço e cada freguesia de uma companhia.

Anos mais tarde, o Governador do Brasil, Conde de Óbidos, reformou mais uma vez a organização das tropas, cada freguesia teria uma companhia de infantaria ou de cavalaria de Ordenanças, formando-se dois regimentos subordinados a dois coronéis, nomeados pelo rei. Essas reformas ficaram conhecidas como “reforma do Conde de Óbidos”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Guerra Holandesa, conhecida também como guerra do açúcar, Guerra dos 30 anos brasileira e outras denominações, foi um dos maiores empreendimentos militares do período colonial do Brasil. Por mais de 30 anos, as forças coloniais portuguesas lutaram contra uma das potências militares do século e trouxe grande evolução para doutrina militar de Portugal. Devido à importância deste evento, grande número de historiadores dedicaram-se ao tema. De Manuel Calado, no século XVII, seguido por Varnhagen no século XIX, Evaldo Cabral de Mello, além de estrangeiros como o inglês Charles Boxer, a maior campanha militar do período colonial e seus desdobramentos podem ser estudados em inúmeras obras.

No ponto de vista militar, é possível enumerar as seguintes contribuições: a confirmação das companhias de Ordenanças, criando uma força mobilizável de considerável valor e adestramento, sendo essas pequenas unidades que resistiram ao invasor holandês; outra importante consequência das campanhas foi o surgimento da chamada guerra brasílica, onde os conhecimentos da terra e a maneira de combater dos índios fora adaptada pelos colonos para a luta contra uma força numericamente superior; e finalmente a construção e ampliação de diversos fortes pelo litoral na época da dominação holandesa.

Mas os desdobramentos das invasões holandesas vão muito além, Portugal saiu da união com a Es-



panha com suas finanças desgastadas pelas constantes campanhas militares, perdeu importantes possessões coloniais no extremo oriente, e começou a sofrer com a concorrência do açúcar holandês produzido nas Antilhas. Todos estes fatores contribuíram ainda mais para o crescimento de importância da colônia no continente americano. Portugal, após a restauração, deixa de ser uma das mais importantes potências europeias e passa a desempenhar um papel secundário na geopolítica do velho continente.

REFERÊNCIAS

DARÓZ, Carlos Roberto de Carvalho. A Guerra do Açúcar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2016.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério do Exército. Exército Brasileiro. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: VOLUME 1. Brasília-DF: Estado-Maior do Exército, 1972.

MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil Holandês (1630-1654). São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª ed. São Paulo, Editora 34, 2007.

PEREIRA, José Geraldo Barbosa. A Restauração de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

VARNHAGEN, Francisco A. de. História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654. 2ª ed. Biblioteca do Exército Editora, 2002.

PERSONAGENS DA HISTÓRIA MILITAR – CARLOS V. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2009/10/biografia-carlos-v.html>>. Acesso em: 15 jun 2018.



A PRESUNÇÃO DE VALIDADE JURÍDICA DA DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA PRODUZIDA PELO SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Leonardo Sucar dos Anjos

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar questões relativas à validade jurídica da documentação eletrônica gerada automaticamente por sistemas de informação, tomando como base um Sistema adotado pelo Exército Brasileiro. No trabalho foram apresentados os conceitos referentes a documentos e os requisitos para a validade de documentos físicos e eletrônicos. Após esta abordagem conceitual foram analisados os requisitos de validade de documentos eletrônicos através dos conceitos de certificação digital e das provas em geral. Foi apresentado o Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos, bem como, uma visão geral dos documentos produzidos por este sistema à luz das necessidades processuais. A pesquisa teve base bibliográfica e se valeu do método indutivo por meio de uma pesquisa histórica, analítica e documental. Concluiu-se pela validade e consequente eficácia probante da documentação produzida pelo sistema de automação apresentado, a fim de que possam integrar, como meios de prova, os diversos processos, sejam eles judiciais ou administrativos.

Palavras-chave: Documentos eletrônicos; validade jurídica; eficácia probante.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze issues related to the legal validity of electronic documentation automatically generated by information systems, based on a system adopted by the Brazilian Army. In the paper the concepts referring to documents and the requirements for the validity of physical and electronic documents were presented. After this conceptual approach, the validity requirements of electronic documents were analyzed through the concepts of

digital certification and tests in general. The Electronic Document Protocol was presented, as well as an overview of the documents produced by this system in the light of procedural requirements. The research had a bibliographic basis, and was based on the inductive method through historical, analytical and documentary research. The validity and consequent evidentiary effectiveness of the documentation produced by the automation system presented is valid so that they can integrate, as evidence, the various processes, be they judicial or administrative.

Key words: Electronic documentation. Juridical validation. Probative effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano sempre esteve ligado à comunicação. Comunicação de origem eminentemente oral, marcada pelo uso de percepções auditivas e lembranças pessoais. Em seguida, atingiu-se a linguagem escrita, permitindo o rompimento da necessidade de emissor e receptor estarem inseridos em um mesmo lapso temporal.

O avanço tecnológico nunca se fez tão presente no cotidiano como nos dias de hoje. Para Augusto Tavares Rosa Marcacini o avanço científico “traz consigo uma mudança nos hábitos e comportamentos das pessoas. E desses novos relacionamentos humanos surgem novas relações jurídicas, ou novos fatos jurídicos a ser objeto de regulação por parte do direito”.¹ Esse processo de fusão entre o físico e o eletrônico, no mundo jurídico, apesar de lento, é uma realidade e, desta forma, deve ser objeto de estudo por parte do direito pois, “a informática jurídica pode ser considerada como todo instrumento viável e imprescindível na aplicação da alta tecnologia da informação

¹ MARCACINI, 1999, p. 1.

O Autor é Tenente Coronel da Arma de Infantaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente é professor da cadeira de Direito da AMAN.



no direito”²

Trata-se de um ramo jurídico que se ocupa com o estudo dos mecanismos materiais eletrônicos aplicados na consecução do direito, ou seja, a utilidade deles para a busca de uma justiça mais próxima da realidade e atualidade, fornecendo bases físicas que proporcionem, ao estudioso, alcançar os instrumentos necessários para a proposição e composição de sua pretensão.³

A inexorável evolução tecnológica tem proporcionado, cada vez mais, a automação de todos os processos nas mais diversas áreas. De uma maneira geral, tem-se buscado este mecanismo com o objetivo de aprimorar e agilizar a forma como são produzidos e arquivados os diversos documentos que integram processos, além de seu fluxo. Tal evolução tem proporcionando uma gradativa transição quanto à tramitação de processos, da que ocorre hoje mediante documentos físicos para a inovadora forma, que ocorre por meios eletrônicos.

De acordo com Bill Gates⁴, as companhias de sucesso no futuro serão as que utilizarem ferramentas digitais para reinventar a sua maneira de trabalhar, convertendo documentos de papel em arquivos digitais. A esse respeito, ele assegura que o papel estará conosco infinitamente, mas sua importância como meio de encontrar, preservar, e distribuir informação já está diminuindo (...) À medida em que os documentos ficarão mais flexíveis, mais ricos de conteúdo de multimídia e menos presos ao papel, as formas de elaboração e comunicação entre pessoas se tornarão mais ricas e menos vinculadas ao local onde estão instaladas.⁵ Esta inevitável transição se dará na maioria dos casos por meio de sistemas desenvolvidos especificamente para esse fim, que são os chamados sistemas de automação de documentos ou de gerenciamento eletrônico de documentos.

Segundo Christiano Vitor de Campos Lacorte,⁶ a ideia de documento estava ligada a um suporte inseparável que é, em geral, o papel, ideia que deixou de existir face aos avanços tecnológicos que trouxeram a possibilidade de separação entre conteúdo e suporte, trazendo outros conceitos construídos, majoritaria-

mente, em razão da finalidade em detrimento da forma.

Esta instrumentalidade constitui uma das principais características dos documentos eletrônicos. Por conseguinte, entende-se que os documentos eletrônicos não diferem dos documentos físicos quanto às consequências que deles resultam, ou seja, criar, modificar ou extinguir direitos. É de extrema importância empreender-se uma análise quanto ao resultado dessa produção automatizada de documentos a fim de que, futuramente, se necessário, esses documentos possam integrar os processos como meios de prova eficientes. Sendo a prova a base de toda pretensão jurídica, não há direito se não há um fato jurídico e o fato jurídico se alicerça em provas, desta forma, o documento se constitui em um meio hábil para consolidar a pretensão à justiça.

Nesse contexto, o documento como a representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento⁷, ainda, uma coisa representativa de um fato⁸, é e sempre será um meio de prova necessário e eficaz, não importando a forma como se apresenta.

Assim, o presente trabalho analisará os requisitos para a validade dos documentos eletrônicos produzidos pelo Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos do Exército Brasileiro. A pesquisa em questão é de suma importância para a garantia da eficácia dos documentos eletrônicos oriundos da gestão pública com isso trazendo segurança na informação.

Por meio desta comparação dos documentos eletrônicos com os documentos físicos, será possível constatar a validade daqueles como alternativa jurídica segura e capaz de integrar processos judiciais como meio de prova. Quanto à relevância do instrumento utilizado, advoga-se que seja uma ferramenta nova, de baixo custo, de fácil utilização e que se caracteriza por ser inovadora.

2 DOCUMENTOS FÍSICOS OU TRADI- CIONAIS

2.1 Conceito e formas

A palavra documento vem do latim “documen-

2 PAIVA, 2013, p. 5.

3 PAIVA, 2013.

4 GATES, 1995.

5 GANDINI; SALOMÃO apud BILL GATES, 2002.

6 LACORTE, 2006.

7 CHIOVENDA apud LACORTE, 2006

8 CARNELUTTI apud LACORTE 2006



tum”, que deriva da palavra “docere” que, por sua vez, significa ensinar, demonstrar. Assim, um documento pode ser definido como uma carta, um diploma ou um escrito, os quais são susceptíveis de ser utilizados para comprovar algo, seja um acontecimento, uma situação ou uma circunstância.

Segundo a definição encontrada no dicionário Michaelis,⁹ documento é todo Instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta; ainda escritura, título, contrato, certificado, comprovante ou escrito ou impresso que fornece informação ou prova, ou qualquer fato e tudo quanto possa servir de prova, confirmação ou testemunho.

Outro elemento importante neste conceito é que o documento passa a ser toda informação registrada em um suporte material que é, em geral, o papel, o qual é suscetível de ser utilizado para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar. Assim, todo documento é uma fonte de informação, e no mundo jurídico não é diferente, sendo sinônimo de atos, cartas ou escritos que carregam valor probatório.¹⁰

Diversas são as referências ao termo documento nas normas brasileiras, o Código Civil diz que, salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante documento¹¹ e que as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiros em relação aos signatários¹². Ainda, o Código Penal, em seu Art. 297,¹³ trata do crime de falsificação de documentos, por fim, segundo o Código de Processo Penal, são considerados documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.¹⁴

Em um sentido mais amplo, os documentos apresentam-se de diversas formas variando de acordo com os deferentes suportes¹⁵ que os representam.; as-

sim, os documentos podem ser textuais; cartográficos; iconográficos; sonoros; filmográficos; micrográficos; e, o objeto do presente estudo, os documentos informáticos ou eletrônicos que segundo o Arquivo Nacional são documentos produzidos, tratados e armazenados em computador.¹⁶

2.2 Pressupostos de validade

Ao se tratar em documentos físicos ou tradicionais, percebe-se que, em suas definições, a principal característica é a união do seu conteúdo a um suporte físico, normalmente o papel.

O documento como um instrumento de prova possui em seus conceitos algumas finalidades tais quais comprovar, atestar, certificar ou demonstrar, em resumo, provar um fato ou ato. Não importando qual a forma como ele se apresenta, mas sim que seja capaz de possuir uma eficácia probante que não se confunde com validade jurídica.¹⁷

A validade jurídica diz respeito ao negócio jurídico e este é assegurado pelos critérios constantes do Código Civil, ou seja, agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.¹⁸ Quando se trata de eficácia probante, refere-se aos meios de prova e a sua capacidade de formar convicções e aí se incluem os documentos, independente da forma como se apresentam.¹⁹

O documento físico possui três funções fundamentais, quais sejam: a identificativa, a declarativa e a probatória. Para que estas funções sejam garantidas é imprescindível que o documento tenha asseguradas a integridade, a autenticidade e a tempestividade.

Entende-se por integridade a garantia de que o documento não foi modificado após a sua confecção, a autenticidade se dá pela certeza de sua autoria e a tempestividade ocorre com a comprovação de que os meios de confecção são compatíveis com os recursos disponíveis na época.²⁰

Desta forma, é pressuposto de validade jurídica dos documentos ditos convencionais, a sua eficácia

9 MICHAELIS, 2014.

10 LACORTE, 2006

11 Código Civil, 2002. Artigo. 212, II

12 Idem, Artigo. 219

13 Código Penal, 1940. Artigo 297, falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro. Pena- reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

14 Código de Processo Penal, 1973. Artigo 232

15 O Suporte, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, seria o material no qual são registradas as informações.

16 Fonte Arquivo Nacional. Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/codigo_de_classificacao.pdf

17 COSTA, 2003.

18 Código Civil, 2002. Artigo. 104

19 COSTA, 2003.

20 GANDINI, SALOMÃO e JACOB; 2002.



probante e esta decorre da identificação do seu autor através do nome constante no documento, da certeza de que o seu conteúdo se manteve como a real expressão da sua vontade por meio da apresentação do documento original assinado e ainda pela compatibilidade dos meios utilizados para a sua confecção com a data da produção do documento. Certamente, um documento possuidor desses elementos, independente de seu suporte, poderá figurar como meio de prova processual.

3 DOCUMENTO ELETRÔNICO

3.1 Generalidades

Os Avanços tecnológicos trouxeram a possibilidade de separação entre o conteúdo e o suporte. Os conceitos mais atuais de documentos estão sendo construídos mais em razão da finalidade que da forma, esta é a principal característica dos documentos digitais, uma desvinculação entre o conteúdo e o suporte do documento permitindo esta mudança, a exemplo de celulares, computadores, tablets, sem que o documento seja perdido.²¹

O documento eletrônico é uma realidade na sociedade atual, fruto dos avanços tecnológicos e da inexistência de fronteiras no mundo dos negócios realizados via internet. À vista disso, tornou-se necessária a adequação do direito a essa atual estrutura global sendo imprescindível um estudo que vise a elucidar o que vem a ser um documento eletrônico.²²

3.2 Conceito

Por documento entende-se que seja não somente uma coisa com um fim em si mesmo, mas sim uma coisa capaz de representar um fato.²³ Nesta ideia, coisa pode não ser necessariamente reputada como algo material. O afastamento da materialidade pode ser obtido pela mitigação da forma, assumindo importância decisiva o aspecto funcional do registro do fato.²⁴

Desta forma, não existe, na verdade, diferença entre a noção tradicional de documento e a noção de documentos eletrônicos. Os documentos eletrônicos,

com efeito, também serão meio real de representação de um fato, a diferença residirá, portanto, tão somente no suporte utilizado, não mais representado pelo papel e sim aparelhos eletrônicos.²⁵ Para Marco Aurélio Ventura Peixoto,²⁶ os documentos eletrônicos podem ser entendidos como a representação material de uma dada manifestação do pensamento, sendo, contudo, fixada em um suporte eletrônico.

Porém, seria muito simplório definir o documento digital tomando por base somente a sua fixação em um suporte eletrônico, mais ampla seria a definição de documento eletrônico como “uma sequência de bits que, traduzida por meio de um determinado programa de computador, seja representativa de um fato.”²⁷

3.3 Das provas em geral

Segundo Chiovenda,²⁸ “provar significa formar a convicção do juiz sobre a existência ou não de fatos relevantes no processo”.

A nossa Constituição Federal prevê que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.²⁹ Conforme ensinamentos de Humberto Teodoro Júnior,³⁰ o Código de Processo Civil prevê, expressamente, como meios de provas juridicamente admissíveis dentre outras a prova documental.³¹

O Código de Processo Civil prevê, ainda, que todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.³²

Desta forma, fica entendido que, preenchidos os requisitos previstos na Constituição Federal, bem como no Artigo 331 do código de Processo Civil, ou seja, ser moralmente legítimo, revestido de legalidade e não ser produzido através de métodos ilícito, qualquer

25 LUCCA, 2001.

26 PEIXOTO, 2001.

27 MARCACINI, 1999, p.4.

28 CHIOVENDA, 1998.

29 Constituição Federal Brasileira, 1988. Artigo 5º, inciso LVI

30 TEODORO JÚNIOR, 2001.

31 Código de Processo Civil, 1973, I - Depoimento Pessoal (arts 342-247); II - Confissão (arts 348-354); III - Exibição de documento ou coisa (arts 355 e 363); IV - Prova documental; V - Prova testemunhal (arts 400-409); VI - Prova pericial (arts 420-439); VII - Inspeção Judicial (arts 440-443).

32 Código Civil, 2002, Artigo 232.

21 LACORTE, 2006.

22 REIS, 2008.

23 CARNELUTTI apud CLEMENTINO, 2008.

24 CASTRO, 2003.



documento poderá ser utilizado no bojo de um processo judicial.

Uldrico Pires dos Santos assim ensina:

[...] ao dar tamanha amplitude, o legislador fê-lo [sic] deixando claro que o elenco probatório que a lei processual específica é apenas exemplificativo e não exaustivo. É de importância nenhuma, portanto, não se achar catalogada no Código o meio de prova que a parte deseja produzir. O que é necessário é que ele não seja maculado por qualquer eiva de ilicitude.³³

Por fim, não se pode deixar de mencionar o princípio do livre convencimento motivado previsto no código processual civil que permite ao magistrado a livre apreciação da prova ainda que não apresentada pelas partes; devendo somente indicar, na sentença, a sua motivação.³⁴

Assim, o Juiz deve formar sua convicção apreciando livremente o valor das provas contidas nos autos. O juiz não pode, entretanto, tomar decisões sem fundamentar, ele deve explicitar, sempre, os motivos que o levaram a decidir daquela forma.³⁵

Trazendo a questão das provas para o universo dos documentos eletrônicos, fica claro, por tudo o que já foi apresentado, que em lugar algum há qualquer provisão que desconstitua o documento eletrônico como meio de prova.

O elenco de provas apresentados pelo Código Civil Brasileiro se torna meramente exemplificativo haja vista o que preceitua a nossa Constituição Federal. Com efeito, sabe-se ainda que no ordenamento jurídico brasileiro, via de regra, não necessitam de forma especial salvo algumas exceções, sendo aceitas como meio probatório, inclusive, as declarações de vontade realizadas de forma oral.

Desta feita, fica evidente a possibilidade de haver documentos eletrônicos integrando os processos judiciais, a fim de auxiliar na formação da convicção do magistrado desde que tenham asseguradas a sua validade e confiabilidade, ou seja, devem satisfazer, no mínimo, o exato grau de segurança que os documentos

33 SANTOS, 1995.
34 Código de Processo Civil, 1973. Artigo 131, O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.

35 BRASIL, 2003.

em papel oferecem.³⁶

3.4 A eficácia probante dos documentos eletrônicos

Segundo o Código de Processo Civil, fazem a mesma prova que os originais os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, desde que atestado pelo seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem bem como as reproduções digitalizadas de qualquer documento, público ou particular, quando juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos ou privados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.³⁷ Observa-se que o ordenamento jurídico já prevê critérios para a validação dos documentos digitalizados, que são apenas imagens eletrônicas de documentos físicos produzidos nos moldes convencionais. Quando se fala em documentos eletrônicos, trata-se de outro tipo de documento, mais complexo em sua concepção haja vista que ele é produzido, circula e é arquivado em um ambiente eletrônico. A rigor, este tipo de documento jamais existiu em outro suporte, que não o eletrônico.

Como já dito anteriormente, os documentos eletrônicos, para poderem produzir efeitos como elemento de prova, deverão, antes de tudo, ser considerados válidos, para tal, deverão possuir os mesmos requisitos atribuídos aos documentos tradicionais, ou seja, integridade, autenticidade e tempestividade.

Segundo César Viterbo Santolim,³⁸ para que a manifestação da vontade seja levada a efeito por um meio eletrônico, é fundamental que o meio utilizável não possa ser adulterável sem deixar vestígios; e que seja possível a identificação do emitente da vontade registrada.

Assim, a eficácia probante de um documento eletrônico está ligada à sua segurança que depende, por sua vez, da tecnologia adotada. Esta tecnologia de segurança precisa ser compatível com o nível de riscos a serem enfrentados.

36 GANDINI, SALOMÃO e JACOB, 2002.

37 Código de Processo Civil, Artigo 365.

38 SANTOLIM, 2002.



Essa concepção de segurança se dá em três principais dimensões: validade jurídica do documento, segurança no seu uso cotidiano e a segurança no armazenamento.³⁹ Dentro do estudo apresentado, será limitada à segurança quanto à validade jurídica.

3.5 Da validade jurídica dos documentos eletrônicos

David Monteiro Diniz,⁴⁰ ao manifestar uma posição bastante prática, assevera que quando da composição de uma determinada lide e de acordo com a natureza dos interesses que ali estejam sendo discutidos, poderá atribuir a um arquivo digital os efeitos probatórios de um documento particular, caso a lei não exija outros requisitos formais para o seu aperfeiçoamento. Tal efeito probatório poderá ser particularmente reforçado, ainda, pela aquiescência das partes, emanada nos autos ou em outro instrumento negocial, desde que não esteja presente nenhuma desigualdade leonina.

Desta forma, o documento eletrônico será válido desde que não se enquadre em situações de falsidade,⁴¹ falta de fé ou de abuso,⁴² cabendo, neste caso, o ônus da prova.⁴³ Será válido, ainda, se as partes em litígio considerarem verdadeiros os fatos por ele apresentados.

A fim de evitar uma lentidão no processo de validação dos documentos eletrônicos e a fim de garantir o reconhecimento da autoria e da integridade do conteúdo das declarações de vontade insertas no documento digital, está sendo utilizada a tecnologia da assinatura digital.

A assinatura digital tem a função de lacrar o conteúdo do documento fazendo com que ele permaneça íntegro, ou, se for minimamente alterado, que isso seja constatado, garantindo assim a autoria, a autenticidade e a tempestividade, consequentemente, validando juridicamente o documento eletrônico.

A medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,⁴⁴ considera os documentos eletrônicos

como documentos para todos os fins legais sejam eles públicos ou particulares,⁴⁵ e, ainda, que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.⁴⁶

Porém, cabe destacar que a medida provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.⁴⁷ Fica assegurada, assim, a validade jurídica baseada na assinatura digital, porém, não ficam eliminados os outros meios de comprovação da autenticidade e integridade, desde que confiáveis, admitidos pelas partes ou aceitos de acordo com o livre convencimento do magistrado.

Nesse contexto, se inserem os sistemas automatizados de gerenciamento de documentos eletrônicos, que muitas vezes não são validados através dos certificados emitidos pela ICP-Brasil, mas por intermédio de outros protocolos de segurança, os quais possibilitam meios alternativos e viáveis de comprovação de sua autenticidade e integridade, como é o caso do Sistema de Protocolo Eletrônico de documentos que será analisado.

4 SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS – SPED: UMA VISÃO GERAL DO SISTEMA

4.1 Apresentação

O Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos – SPED, uma aplicação Web que contempla o controle de protocolo e a elaboração de documentos na forma eletrônica das Organizações Militares do Exército Brasileiro. Ele foi concebido para oferecer maior organização dos documentos, garantir a padronização transformando o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

45 Medida Provisória nº 2200-2, 2001, Artigo 10.

46 Idem. Artigo 10, § 1º

47 Idem. Artigo 10, § 2

39 ARAUJO; ALEXANDRINI E FAVERI, 2011.

40 DINIZ, 1999.

41 Código de Processo Civil, 1973. Artigo 387.

42 Idem. Artigo 388.

43 Idem. Artigo 389.

44 Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil,



e facilitar o trâmite interno dos documentos que são concebidos, circulam e são arquivados em formato eletrônico, para cada Organização Militar (OM).⁴⁸

O SPED contempla três tipos de usuários, o administrador, que é o responsável pela configuração dos parâmetros e realiza os cadastros no sistema; protocolista, usuário que registra, no sistema, os documentos recebidos e expedidos pela OM; e, por fim, o usuário convencional, que integra praticamente todos os cadastrados no sistema podendo elaborar, enviar, receber, encaminhar e despachar documentos.

O sistema é acessado por meio de “login” e “senha”. Para que o usuário possa acessar o sistema ele deve estar associado a, pelo menos, uma conta. Contas são as funções exercidas pelos militares como, por exemplo, Comandante de Companhia. A senha é destinada à pessoa e não à conta.

São permitidas as seguintes ações pelo usuário de acordo com o seu nível de acesso: produzir o documento, enviar o documento para um usuário direta ou indiretamente interessado em seu conteúdo, validar ou aprovar⁴⁹ o documento no sistema, enviar o documento e determinar que alguma providência seja tomada,⁵⁰ e arquivar o documento,⁵¹ tornar sem efeito o documento que já esteja assinado ou protocolado,⁵² acessar o histórico do documento,⁵³ dentre outras ações inerentes à confecção de documentos em geral, como anexar arquivos aos documentos, excluir documentos ainda em fase de elaboração e realizar anotações de qualquer tipo ao documento.

Durante o ciclo de vida no sistema, o documento pode se encontrar nas situações de elaboração: estado dos documentos que estão sendo redigidos no sistema, mas que ainda não foram assinados/protocolados; protocolado não enviado: estado do documento

cujas elaborações já foram concluídas, porém, que ainda não foram enviados aos seus destinatários; protocolado: estado de um documento que foi assinado/protocolado e que já foi enviado ao seu destinatário; arquivado: é um documento que já teve o seu ciclo de vida completado no sistema; e invalidado: é um documento que foi motivadamente invalidado por um usuário.

4.2 O Número Único de Documento (NUD) e Número Único de Processo (NUP)

Trata-se de uma sequência de dezessete números que, segundo as Instruções Gerais para a Correspondência, as Publicações e os Atos Administrativos no Âmbito do Exército (IG 10-42/2011) são formados por quinze dígitos, acrescidos de mais dois, que funcionarão como Dígitos Verificadores (DV), desta forma, o número atribuído ao processo será composto por dezessete dígitos, separados em grupos (00000.000000/0000-00).

O primeiro grupo é constituído de cinco dígitos, referentes ao código numérico atribuído a cada Unidade Protocolizadora. Este código identifica o órgão de origem do processo, mantendo-se inalterado, de acordo com as faixas numéricas. O segundo grupo é constituído de seis dígitos e determina o registro sequencial dos processos autuados, independentemente do tipo ou do seu sigilo, devendo este número ser reiniciado a cada ano. Todo processo que der entrada nas Unidades Protocolizadoras com NUP ou que já tenha sido autuado por algum órgão que não utiliza tal sistemática de numeração, não poderá, em hipótese alguma, ser renumerado. O terceiro grupo, constituído de quatro dígitos indica o ano de formação do processo. O quarto grupo, constituído de dois dígitos, indica os Dígitos Verificadores, utilizados pelas Unidades Protocolizadoras.

O NUP/NUD é gerado e controlado pela Organização Militar dentro do próprio sistema. Para o correto funcionamento deste recurso, o administrador do sistema deve realizar a adequada configuração de parâmetros para que o NUD seja gerado automaticamente.

O SPED vai gerar um NUD automaticamente para os documentos previstos na nova IG – 01.001, Documentos Internos do Exército (DIEX) e Ofício, que forem assinados/protocolados no sistema.

48 BRASIL, 2011.

49 Um documento validade ou aprovado não pode mais ser alterado ou excluído, recebe uma numeração única (controlado pelo SPED) e é automaticamente enviado ao seu destinatário ou destinatários.

50 Somente documentos assinados/protocolados podem ser despachados.

51 É o ato de informar que: o documento completou seu “ciclo de vida”. Ciclo que se inicia e se termina no próprio sistema, sem que o documento produzido perca a sua natureza eletrônica.

52 A invalidação deve ser motivada e tal motivo registrado no próprio sistema.

53 Permite a visualização de todas as operações realizadas no documento, com seus respectivos horários e executores.



O SPED não trata processos, porém, quando um processo dentro da OM precisar receber a numeração, este número deve ser “Reservado” dentro do SPED, o que impossibilitará a sua utilização para a identificação de outro processo.

Assim, todo o documento produzido no sistema tem uma numeração única que é gerada pelo próprio sistema e, mesmo quanto aos processos que não são possíveis de produção pelo SPED são numerados de acordo com a numeração constante do sistema que deverão ser previamente reservados devendo o usuário especificar os motivos.

4.3 Dos parâmetros de segurança

Durante a elaboração de um documento, diversas etapas deverão ser seguidas, cada uma delas irá moldando o documento dentro dos parâmetros necessários para a consolidação de seu valor probante.

O SPED é um sistema de acesso restrito, o seu acesso se dá por meio da intranet “que é uma rede interna, fechada e exclusiva, com acesso somente para os funcionários de uma determinada empresa e muitas vezes liberado somente no ambiente de trabalho e em computadores registrados na rede”.⁵⁴

O sistema possui vários parâmetros. Inicialmente, ele será associado a uma OM específica. Após o cadastramento da OM, serão definidos os NUD para aquela OM cadastrada, o que permitirá identificar a origem do documento dentro da instituição. Em uma segunda fase, será feito o cadastro do militar de acordo com suas permissões de acesso, com a atribuição de um login e uma senha, podendo, ainda, ser inserida a imagem da sua assinatura.

Após o cadastro do militar, será cadastrada a conta, conforme a função exercida, a conta é condição para que o usuário acesse o sistema, a conta também será limitada pelas permissões que também deverão ser de maior ou menor amplitude conforme o grau hierárquico da função exercida.

Feito o cadastro da conta, o sistema necessita que ela seja cadastrada junto a uma seção dentre as diversas que fazem parte do organograma da OM, bem como seja definida a numeração da documentação produzida pela seção, que pode ser próprio ou depen-

dente de outra seção. Sem o cadastro da conta em uma seção não será possível o usuário (pessoa) redigir documentos.

Por fim, será definido o fluxo dos documentos que circularão dentro do sistema, o que permitirá que uma determinada conta possa trocar documentos com outra desde que seja de uma seção diferente da sua. Assim, o SPED, com seus parâmetros, quais sejam: acesso via intranet; login e senha e definição de permissões específicas para cada tipo de pessoa e função, bem como a determinação do fluxo do documento, proporcionam a devida segurança aos documentos de validade dos documentos produzidos.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA PROBANTE DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS NO SPED

De acordo com os parâmetros de segurança apresentados, será realizada uma análise dos documentos produzidos no SPED quanto a sua eficácia probante, ou seja, a sua capacidade de comprovar um fato e, em consequência, formar a convicção do julgador. A primeira consideração diz respeito ao uso do sistema. O seu ambiente virtual de trabalho é a intranet; desta forma, o sistema é acessível apenas por órgãos da própria instituição.

A segunda consideração diz respeito aos parâmetros de utilização. Qualquer cadastro somente poderá ser realizado pelo usuário administrador, que inserirá usuários e determinar os parâmetros de utilização do SPED. Nesta inclusão do usuário, será inserido um login e uma senha pessoal e confidencial, bem como quais procedimentos que o usuário pessoa e o usuário conta poderá realizar. Esses parâmetros são de suma importância, pois limitarão o rol de usuários aptos a produzir os documentos.

A terceira consideração diz respeito ao documento produzido. A documentação produzida possui uma única numeração que permitirá a identificação do órgão, no caso, da Organização Militar, bem como a conta ou setor onde foi confeccionado o documento. Como os parâmetros de utilização do sistema são pessoais e funcionais, ou seja, são determinados de acordo com o nível hierárquico e com a função exercida pelo usuário, o documento confeccionado em um de-

⁵⁴ ASSIS, 2013, p. 2.



terminado setor somente poderá ser finalizado, ou seja, assinado e protocolado pelo usuário que tiver permissão para tal, no caso de uma seção, o seu chefe, e, no caso da Organização Militar, o seu comandante. Sem esse procedimento, o sistema não permite o envio do documento. Esta restrição facilita a identificar quem é o responsável pela informação contida no documento.

É importante frisar que o documento assinado recebe a imagem da assinatura digitalizada do usuário que possuía a autorização para assinar e protocolar, não se trata de assinatura digital, mas apenas de uma imagem digital, a qual está associada ao cadastro do usuário e será colada no documento quando da sua conclusão, tornando-se mais um meio para facilitar a identificação do responsável pela confecção do documento.

Por fim, deve-se considerar que o sistema trabalha com parâmetros, que somente poderão ser inseridos ou alterados pelo usuário com o perfil de administrador, que inserirá todos os elementos necessários para uma melhor adequação do sistema às necessidades do órgão. Estas informações vão desde a inserção de usuários com suas permissões e limitações, passando pela determinação do fluxo documental até listas de destinatários.

Por meio dos parâmetros, o sistema somente estará disponível para comandos pré-determinados e o seu envio limitado aos destinatários previamente cadastrados, limitando o uso e o fluxo da documentação.

Face ao acima exposto, fica possível a identificação do seu autor o que garante a autenticidade, a certeza de que o seu conteúdo se manteve como a real expressão da sua vontade demonstrando a preservação de sua integridade, bem como a compatibilidade dos meios utilizados para a sua confecção com a data da produção do documento, o que nos garante a temporariedade e assim todos os elementos garantidores da validade jurídica de um documento estarão presentes nos documentos eletrônicos produzidos no SPED.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo do diálogo entre o direito e as tecnologias de informação e comunicação, o presente artigo buscou discorrer sobre a validade jurídica dos documentos produzidos por meio de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos.

É fato que o Direito não acompanha a evolução social

e quando esta evolução compreende o avanço tecnológico essa defasagem se torna ainda maior, haja vista o dinamismo com que as tecnologias se reinventam e se desenvolvem.

Os impactos das tecnologias nas atividades do dia-a-dia, porém, já são percebidos, principalmente no campo comportamental, tornando inevitável a transição das diversas atividades do cotidiano de um ambiente físico para um ambiente eletrônico sem registros ou suportes tangíveis.

Nesse contexto social e tecnológico, surgem os mecanismos de gerenciamento eletrônico de documentos que, acompanhando esse processo evolutivo, representam uma nova era na gestão de documentos e processos por meio de uma produção automatizada, daí surgindo os chamados documentos eletrônicos.

Sendo documento a coisa representativa de um fato, cabe, naturalmente, aos documentos eletrônicos, esta representação. Para tal se faz necessário como condição básica à sua validade jurídica para que, de posse dessa qualidade, seja possível lhe atribuir a eficácia probante necessária à sua inserção no universo jurídico como meio de prova.

Quanto à validade jurídica de documentos eletrônicos, já existe a regulamentação que indica como recurso tecnológico presumidamente aceito para que um documento eletrônico adquira esta condição absoluta, a assinatura digital, porém não obstante o uso de outro meio, desde que idôneo, e passível de comprovação da sua validade.

Diante do acima exposto, conclui-se que, no tocante à validade jurídica dos documentos eletrônicos produzidos pelo SPED, a figura da certificação digital da ICP-Brasil como padrão técnico de garantia da validade da documentação eletrônica, não inibe outras formas de comprovação da autoria e integridade de documentos eletrônicos.

Quando neste artigo referiu-se à certificação digital como meio de garantia, referenciou-se a uma presunção absoluta de validade jurídica, o que não descarta a possibilidade de estabelecer-se um mecanismo de presunção relativa, passível do ônus por parte de quem a apresenta e sujeita ao livre convencimento do julgador.

Desta forma, ao se analisar os parâmetros de segurança adotados pelo sistema estudado, verifica-se que ele permite, facilmente, que se obtenha a verifica-



ção e a constatação da existência dos requisitos garantidores da sua validade jurídica, quais sejam: autenticidade; integridade e tempestividade, requisitos estes que, em face de uma presunção relativa, são suficientes para garantir o valor probante da documentação na forma eletrônica produzida no SPED.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago Souza; ALEXANDRINI, Fábio; FAVERI, José Ernesto de; ALEXANDRINI, Carla Franciani Dalmolin. Implantação de documentos Eletrônicos no Setor Público: Análise e Validação dos Requisitos do Sistema. Disponível em <http://www.aedb.br/seget/artigos11/38514637.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2018.

ASSIS, Pablo de. O que é intranet e extranet? Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/conexao/1955-o-que-e-intranet-e-extranet-htm#ixzz2aLiSDK00>. Acesso em: 28 mai 2013.

BRASIL, David Paterman. Meios Eletrônicos de Prova. Disponível em: <http://www.ibde.org.br/revista>. Acesso em: 27 mai 2018.

BRASIL. Centro de Desenvolvimento de Sistemas – CDS. Manual do usuário do sistema de protocolo eletrônico de documentos, a versão 2.8.00-00 do SPED, em 13 de junho de 2016. Disponível em <https://softwarepublico.gov.br/social/sped/manuais-de-usuario>.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. Brasília, DF, Presidência da República, 2002.

BRASIL. Código de Processo Civil. Brasília, DF, Presidência da República, 1973.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Brasília, DF, Presidência da República, 1940.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Instruções Gerais para a Correspondência do Exército - EB 10-IG-01.001. 1ª ed., separata n. 1, BE n. 50, 16 de dez., 2011.

BRASIL. Lei 11.419/06. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm. Acesso em: 13 mar 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2011. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em Autarquia. Brasília, DF, Presidência da República, 2011.

CASTRO, Adelmário Araújo. Validade jurídica de documentos eletrônicos. Considerações sobre o projeto de lei apresentado pelo Governo Federal. 2001.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. Campinas: bookseller, 1998. v. 3.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. Processo judicial eletrônico. Curitiba: Juruá Editora, 2008. 209 p.

COSTA, Marcos da. Validade Jurídica e valor probante de documentos eletrônicos. UNB, Brasília, DF, out 2003. Disponível em: <http://cic.unb.br/docentes/pedro>. Acesso em: 16 junho 2018.

DINIZ, David Monteiro. Documentos eletrônicos, assinaturas digitais: da qualificação jurídica dos arquivos digitais como documentos. São Paulo: LTr, 1999.

GANDINI, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Diana Paola da Silva; JACOB, Cristiane. A validade jurídica dos documentos digitais. Jus Navigandi. Terezina, ano 7, n. 58, 1 ago 2002. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/3165>. Acesso em: 27 junho 2018.

GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACORTE, Christiano Vitor de campos. A validade jurídica do documento digital. 2006. Jus Navigandi. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8524>. Acesso em: 20 junho 2018.

LUCCA, Newton de; SIMÃO FILHO, ADALBERTO. Direito & Internet – aspectos jurídicos relevantes. Bauru: Endipro, 2001.

LUCENA NETO, Claudio Simão. Automación procesal y sus reflejos en la justicia laboral ante la justicia del fuero común del estado de Paraíba. Campina Grande, PB.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. O documento eletrônico como meio de prova. Disponível em: <http://augustomarcacini.cjb.net/textos/docet2.html>. Acesso em, 20 junho 2018.

MICHAELIS, Dicionário; MICHAELIS. Dicionário de português online. 2014.

DE PAIVA, Mário Antônio Lobato. Primeiras linhas em direito eletrônico. Boletín jurídico de la Universidad Europea de Madrid, n. 6, p. 11, 2003.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. Documentos eletrônicos: a desmaterialização dos títulos de crédito. 2001. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2361>. Acesso em: 20 junho 2018.



CONDICIONAMENTO OPERANTE DE SKINNER: A INFLUÊNCIA DO DESEMPENHO NO ESTÁGIO DE OPERAÇÕES NA SELVA DA SIESP

Flávio de Lima Ferreira¹
Everton Araújo dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho trata do estudo e análise da possível relação do Condicionamento Operante, descrito por Burrhus Frederic Skinner (1982); e da Motivação Intrínseca, elaborada por Richard M. Ryan e Edward L. Deci (2000), com o desempenho dos cadetes dos diversos Cursos da Academia Militar das Agulhas Negras. Trata-se de uma pesquisa hipotética dedutiva, baseado em referências bibliográficas, cujo objetivo principal é analisar e comparar as menções que cada Curso obteve no Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais no ano de 2017, analisar se há diferenças e levantar a possível causa que explica essas diferenças. Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, sendo verificada a relação entre motivação intrínseca e desempenho dos cadetes no referido Estágio. Esse estudo permitiu concluir que quando o cadete possui certa afinidade com o exercício que realizará, a partir do alinhamento da atividade-fim da sua Arma com as atividades da SIESP, este apresenta um melhor rendimento do que o cadete que não possui tal afinidade.

Palavras-chaves: Motivação; Estímulos; SIESP.

ABSTRACT

The present work deals with the study and analysis of the possible relation of Operant Conditioning, described by Burrhus Frederic Skinner (1982); and Intrinsic Motivation, elaborated by Richard M. Ryan and Edward L. Deci (2000), with the performance of the cadets of the various courses of the Military Academy of Agulhas Negras. This is a hypothetical deductive research, based on bibliographic references, whose main objective is

to analyze and compare the references that each Course obtained in the Life Stage in the Jungle and Special Techniques in the year 2017, analyze if there are differences and raise the possible cause that explains these differences. The data were analyzed in a quantitative and qualitative way, being verified the relation between intrinsic motivation and cadets' performance in said Stage. This study allowed to conclude that when the cadet has a certain affinity with the exercise that will perform, from the alignment of the end-activity of his Branch with the activities of the SIESP, this one presents a better performance than the cadet that does not have such affinity.

Key words: Motivation; Stimulus; SIESP.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o tema motivação para o cumprimento de tarefas tem adquirido importância, pois, numa sociedade conturbada com tantos afazeres diários, é impensável concluí-los com a total dedicação e motivação necessárias para o bom cumprimento das mesmas. Exemplo disso é a vida de um cidadão de classe média/ baixa nos dias de hoje, em que, na maioria das vezes, acorda cedo para trabalhar, por vezes em um trabalho extenuante e, ao sair do trabalho, ainda tem que encontrar tempo para sua família e para seu desenvolvimento pessoal, seja um curso de idiomas ou até mesmo uma faculdade.

Seu estudo é relevante para o meio militar, uma vez que os militares, assim como o caso anterior e talvez até em maiores proporções, realizam atividades extenuantes durante toda a sua carreira. Já incorporam ao Exército com a ideia de que irão realmente servir, dedicando-se integralmente à Pátria. Exemplo maior de dedicação exclusiva re-

1 O Autor é Cadete do 4º da Academia Militar das Agulhas Negras.

2 O Autor é Tenente Coronel de Cavalaria Academia Militar das Agulhas Negras. Atualmente é Professor de Sociologia na AMAN.



side no fato de que o militar brasileiro não pode ter uma segunda carreira paralela à das Armas, salvo se for na área da Saúde ou Magistério, que também não fogem da linha de pensamento do “servir”.

A presente pesquisa busca tratar do tema sob a perspectiva da motivação para a aprendizagem e realização de exercícios de campo, exercícios no terreno, ou seja, atividades inerentes a todo militar combatente de carreira, e se há diferenças de níveis de motivação entre os diferentes perfis de militares.

Faz-se necessário definir alguns conceitos que entendemos como fundamentais para o desenvolvimento do assunto. Primeiramente, o conceito de Motivação, que possui várias definições, pode ser definido como um impulso que leva alguém a tomar alguma atitude, um estímulo que gera uma resposta. Vernon (1973) comenta, logo no início de seu livro *Motivação Humana*: “A motivação é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente”. (VERNON, 1973, p.11)

Outro exemplo de que a motivação possui várias definições e significados está em Bergamini (1997):

Se, no início do século, o desafio era descobrir aquilo que se deveria fazer para motivar as pessoas, mais recentemente tal preocupação muda de sentido. Passa-se a perceber que cada um já traz, de alguma forma, dentro de si, suas próprias motivações. Aquilo que mais interessa, então, é encontrar e adotar recursos organizacionais capazes de não sufocar as forças motivacionais inerentes às próprias pessoas... não existe o pequeno gênio da motivação que transforma cada um de nós em trabalhador zeloso ou nos condena a ser o pior dos preguiçosos. Em realidade, a desmotivação não é nenhum defeito de uma geração, nem uma qualidade pessoal, pois ela está ligada a situações específicas. (BERGAMINI, 1997, p.27)

Diante disso, cabe ressaltar que não existe uma só visão a respeito do assunto, não há como afirmar com total certeza que o motivo que leva os cadetes de diferentes armas a lograrem diferentes resultados durante o estágio da SIESP é devido a moti-

vação interna de cada um.

2 METODOLOGIA

O foco de pesquisa na diferença dos níveis de motivação entre todos os Cursos da Academia Militar das Agulhas Negras para a realização do Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais da Seção de Instrução Especial do ano de 2017, obrigatório para todos os cadetes do 2º ano, buscando compreender se a motivação de cada militar interfere no seu rendimento e, por conseguinte, na sua menção ao final do Estágio. Além disso, buscando compreender também se existem Cursos na AMAN em que os cadetes estariam mais motivados a realizar tal Estágio, ou tais atividades de campo, em detrimento a outros Cursos em que os cadetes, em sua maioria, estariam menos motivados para enfrentar tamanho desafio.

Nossos objetivos foram: analisar a diferença de desempenho de cada Curso na realização do Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais da SIESP no ano de 2017 e analisar os possíveis motivos que levam cada curso a chegarem a tal diferença, comparando o quantitativo das diferentes menções de cada curso e, com os dados colhidos, levantar hipóteses que explicam tais diferenças, como a resposta a estímulos e a motivação.

As principais fontes foram: Sobre o Behaviorismo (SKINNER, 1982); O Espírito Militar: um antropólogo na caserna (CASTRO, 2004) e Ciência e Comportamento Humano (SKINNER, 2003).

O presente trabalho está assim estruturado: no desenvolvimento procurou-se fornecer o conhecimento básico sobre o condicionamento operante de Skinner, para a devida compreensão deste Artigo, bem como um conhecimento básico sobre o tema motivação intrínseca e extrínseca, que se confronta com os trabalhos de Skinner e que alicerça grande parte do nosso embasamento teórico. Para a elaboração deste capítulo utilizamos como fontes principais a obra *Sobre o Behaviorismo* e a obra *Ciência e Comportamento Humano*, ambos de Skinner, e *Motivações intrínsecas e extrínsecas: definições clássicas e novas direções* (tradução nossa), de Ryan e Deci.

Na Coleta e Análise dos Dados foram apre-



sentados os resultados do questionário, bem como a relação de menções na SIEsp que qualificam dos Cadete de cada Arma/Quadro/Serviço, além da análise da comparação desses dados e seu resultado, podendo confirmar ou não nossas hipóteses levantadas como solução do problema.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Revisão da Literatura

Buscando identificar o que de mais relevante e atualizado tem sido produzido sobre o tema da influência da motivação na realização de atividades, mais especificamente da motivação na aprendizagem, pesquisamos alguns autores; dentre eles, Alois Haydu e Carmo, (2014), que abordam o tema da motivação sob uma perspectiva que caracteriza o conceito de motivação aliado aos princípios da Análise do Comportamento voltado à área da aprendizagem, chegando à conclusão de que não se espera que toda motivação parta do aluno, ou no caso do nosso estudo, do cadete, cabendo, assim, ao professor/instrutor estabelecer estímulos para que os alunos/instruendos apresentem uma resposta desejada.

Para Todorov e Moreira (2005), a motivação possui três fontes de estudo, a psicoterapia, a psicometria e a teoria da aprendizagem. Para os psicoterapeutas, não se colocava como importante a questão das diferenças individuais, pois a maneira de definir o objetivo de seu trabalho levava à preocupação primordial com o caso individual. Na psicometria, os testes psicológicos de aptidões representam uma fonte importante para o estudo da motivação, pois constata-se, após estudos, que a utilização desses testes para a classificação de indivíduos dependia de um pressuposto de igualdade na dedicação às tarefas. (TODOROV; MOREIRA, 2005, p.120)

Já na abordagem da teoria da aprendizagem, o estudo de problemas na aprendizagem implicou na existência de variáveis motivacionais que, quando estudadas, foram associadas às teorias de reforço, estudadas por Skinner (1953), contextualizando o estudo da motivação com base na relação da interação organismo-ambiente. Afirmando que nas condições de aprendizagem, quando há um estímulo vindo de

fora, ou seja, uma motivação externa, teremos como resultado uma resposta, que são assim demonstrados:

“O termo “aprendizagem” pode ser mantido proveitosamente no seu sentido tradicional para descrever a redistribuição de respostas em uma situação complexa. Termos para o processo de aquisição podem ser tomados da análise pavloviana dos reflexos condicionados. O próprio Pavlov denominou “reforços” todos os eventos que fortaleçam um comportamento e “condicionamento” todas as mudanças resultantes. No experimento de Pavlov, com tudo, um reforço é associado a um estímulo, enquanto no comportamento operante é contingente a uma resposta”. (SKINNER, 1953, p.72)

3.2 Teoria Behaviorista

O Behaviorismo caracteriza-se pelo estudo do comportamento. Também chamado de “ciência do comportamento” ou, como um de seus grandes autores, Skinner, emprega, a “filosofia do comportamento. Nasceu com os estudos do fisiologista russo Yan Pavlov e foi aprofundado por Skinner, que procurava saber a motivação que uma pessoa ou animal teria para a realização de alguma atividade. Além disso, procurava também entender se essa realização de tarefa poderia ser, de alguma forma, condicionada, ao se alterar no ambiente em que a pessoa ou animal estava inserido. Como o próprio autor, Skinner, levanta as questões:

“Por que as pessoas se comportam de uma certa maneira? Esta era, no começo, uma questão prática provavelmente: Como poderia alguém antecipar e, a partir daí, preparar-se para aquilo que uma pessoa faria? Mais tarde, o problema tornou-se prático num outro sentido: Como poderia alguém ser induzido a comportar-se de uma certa forma? Eventualmente, tornou-se um problema de compreensão e explicação do comportamento”. (SKINNER, 1982, p. 13)

Como forma de encontrar soluções para essas perguntas, Skinner desenvolveu o conceito de condicionamento operante, que ele contribuiu acrescentando esse conceito ao estudo de Pavlov sobre o reflexo condicionado.

Por outro lado, quando tratamos sobre o con-



condicionamento operante de Skinner, observamos que o foco do conceito não é simplesmente a resposta a um estímulo, e sim à probabilidade da resposta tornar a acontecer devido às consequências da mesma, ou mesmo à probabilidade de extinção de respostas, sendo descartáveis as motivações internas para a execução das ações e, por outro lado, são observáveis apenas as motivações externas que podem afetar as ações e seus resultados (SKINNER, 2003). Essas consequências, Skinner chama de reforço positivo, reforço negativo, punição positiva e punição negativa. A respeito do condicionamento operante, Skinner diz:

“(...). Quando um comportamento tem o tipo de consequência chamada reforço, há maior probabilidade de ele ocorrer novamente. Um reforçador positivo fortalece qualquer comportamento que o produza: um copo d’água é positivamente reforçador quando temos sede e, se então enchemos e bebemos um copo d’água, é mais provável que voltemos a fazê-lo em ocasiões semelhantes. Um reforçador negativo revigora qualquer comportamento que o reduza ou o faça cessar: quando tiramos um sapato que está apertado, a redução do aperto é negativamente reforçadora e aumenta a probabilidade de que ajamos assim quando um sapato estiver apertado”. (SKINNER, 1982, p. 43)

De acordo com Skinner, reforço é a ferramenta utilizada para aumentar a probabilidade de ocorrência de uma ação. Para tanto, pode ser utilizado o reforço positivo e o reforço negativo. O reforço positivo é apresentado a um indivíduo como forma de recompensa a uma ação que queremos que torne a acontecer. Já o reforço negativo consiste no fato de retirarmos algo do ambiente que o indivíduo achava prazeroso, para que ele possa apresentar respostas que desejamos.

Além dos reforços, existem as punições, capazes também de influenciar no comportamento. A punição, segundo Skinner, se dá quando queremos extinguir um comportamento de um indivíduo. Podemos dizer que um indivíduo foi punido se diminuiu sua probabilidade de resposta frente a um estímulo (SKINNER, 2003).

Como forma de ilustração, podemos utilizar como exemplo de punição positiva o seguinte fato: o pai repreende o filho, que está desobedecendo,

aplicando-lhe palmadas nas nádegas. Se o comportamento do filho no que tange à desobediência for alterado, ou seja, se o filho parar de desobedecer ao pai, pode-se dizer que “as palmadas” são consideradas punições positivas.

Por outro lado, se algo de agradável ao indivíduo for retirado a fim de que o mesmo cesse com determinado comportamento, ao fato de se retirar esse algo agradável Skinner chama de punição negativa. Podemos exemplificar com o seguinte fato: um filho está apresentando problemas na escola, pois sempre está se envolvendo em brigas. Diante disso, a fim de que seu filho pare de se envolver em brigas, uma mãe aplica-lhe o castigo de proibir de sair à rua nos fins de semana. Caso o filho diminua suas brigas na escola, podemos considerar a ferramenta de proibir de sair à rua como uma punição negativa.

Observando tais ferramentas no Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais da SIEsp, podemos perceber que são aplicadas todas as quatro, a fim de favorecer a aprendizagem no referido estágio. O reforço positivo pode ser encontrado quando, ao final da execução de uma pista de orientação, caso o Pelotão de Operações Especiais (PelOpEs) tenha encontrado todos os pontos no devido tempo, é dado um tempo de descanso para o PelOpEs, ou seja, uma recompensa pelo esforço do grupo, a fim de que continuem apresentando bom desempenho durante o estágio.

Já a punição positiva, na mesma situação, pode ser observada quando o último PelOpEs a completar a pista de orientação apresenta que, além de terem ultrapassado o tempo imposto, não conseguiram passar em todos os pontos da pista. Ao PelOpEs é aplicado algum castigo, como a ordem de todo o PelOpEs se molhar no tanque tático. Ou seja, foi empregado uma punição para extinguir o comportamento do grupo de não se esforçar em cumprir o objetivo.

Além do reforço e punição positiva, também podemos observar o reforço e punição negativa no referido estágio. Levando-se em consideração que, ao final de cada atividade, há uma resposta negativa por parte dos instrutores, como a ordem para ir se molhar no tanque tático, caso o estagiário não consiga cumprir bem seu objetivo, no momento em que o estagiário conseguir realizar determinada tarefa a



contento, caso os instrutores retirem o estímulo negativo de mandar ir ao tanque tático, o comportamento de cumprir bem a tarefa será reforçado, e a ação removida de mandar ir se molhar é denominado reforço negativo. Por outro lado, quando se é removido tempo destinado ao descanso dos estagiários que obtiveram grau insuficiente nas provas de tiro, é caracterizado a punição negativa.

Durante todo o estágio, todos os estagiários passam pelo mesmo nível de pressões, reforços e punições, sem distinção entre o grupo social militar a que cada um pertence desde que fizeram suas escolhas de Arma/Quadro/Serviço. Diante desse contexto e a partir das ideias de Skinner, espera-se que todos os estagiários consigam o mesmo nível de desempenho no estágio, pois recebem os mesmos reforços e mesmas punições que caracterizam o aprendizado, segundo Skinner.

3.3 Teoria da Autodeterminação

Criada por Edward Deci e Richard Ryan com o objetivo de entender o conceito de motivação intrínseca e motivação extrínseca. Tal teoria expõe o fato de que todas as pessoas são automotivadas e ansiosas pelo êxito. (DECI; RYAN, 2000)

A Teoria da Autodeterminação se opõe à teoria do Condicionamento Operante de Skinner, que estudava a construção da aprendizagem a partir da modificação do ambiente a fim de obter respostas, frente a um estímulo. De acordo com Guimarães e Boruchovitch (2004), as consequências dos comportamentos dos indivíduos não são fatores limitantes a indivíduos motivados intrinsecamente, o que corrobora para a oposição às ideias de Skinner.

3.3.1 Motivação Intrínseca

A motivação intrínseca, segundo Ryan e Deci (2000) está relacionada com a busca e superação de novos desafios. Para eles, tal motivação demonstra fielmente a total capacidade do indivíduo frente às intempéries do dia a dia.

Evidencia-se a motivação intrínseca no momento em que uma pessoa realiza uma atividade ou enfrenta um desafio pelo simples prazer de concluí-

-lo, sem interesses em espécies de recompensas ou algo do gênero. Sua recompensa reside no ato de conseguir completar aquele desafio. Guimarães (2004) diz que “a motivação intrínseca refere-se à escolha e realização de determinada atividade por sua própria causa, por esta ser interessante, atraente ou, de alguma forma, geradora de satisfação” (p. 37). Diante do exposto, podemos concordar que a motivação intrínseca é uma força espontânea que leva a pessoa a buscar novidades e realizar desafios, tendo como fator motivacional tão somente o fato de se viver essa momentânea busca por desafios.

Por outro lado, deve ser levantada a ideia de que nem todos os indivíduos apresentam a mesma motivação intrínseca para determinadas atividades. Isso significa que as pessoas motivadas intrinsecamente para determinadas atividades possuem relação com tarefas dessa natureza. (RYAN; DECI, 2000)

Além disso, quando aplicamos a teoria da motivação intrínseca na área da aprendizagem, conseguimos observar sua importância para a construção da mesma pois ela contribui para a facilitação da aprendizagem quando o aprendiz possui uma ligação com as atividades a serem aprendidas (RYAN; DECI, 2000).

Por conta disso, de acordo com as ideias de Ryan e Deci, podemos inferir que se o aluno possui uma ligação interna com a atividade a ser aprendida, ou ainda, com atividades da mesma natureza, ou se o aluno consegue encarar a realização de tal atividade como um desafio a ser superado, não de forma negativa, mas de forma a atingir a realização pessoal ao concluir tal desafio, este apresentará um melhor desempenho na realização de tal atividade quando comparado com outro aluno que não tem afinidade com tal atividade a ser aprendida, ou ainda, sente-se indiferente caso consiga concluir a atividade.

3.3.2 Motivação Extrínseca

O conceito de motivação extrínseca, segundo Ryan e Deci (2000), está relacionado com o sentido de se obter uma recompensa ao final da realização de uma atividade. Em outras palavras, podemos dizer que um indivíduo que somente se sente motivado a conquistar um objetivo quando ele enxerga uma



recompensa externa, está motivado extrinsecamente.

Dessa forma, pode-se abordar a teoria existente sobre o tema em questão da seguinte maneira:

Se o cadete, na posição de estagiário, possui como meta a obtenção de uma recompensa caso consiga lograr êxito no transcurso do Estágio, podendo esta ser desde a obtenção de uma boa menção qualificadora ao término do estágio, até o título de “Saci”, ofertado apenas aos que, dentre seus pares, forem selecionados como os cadetes destaques da atividade, podemos inferir que, para tal atividade, o cadete estava motivado extrinsecamente.

Fazendo uma comparação com as duas motivações, podemos observar que a motivação intrínseca se relaciona mais com a construção da própria competência do indivíduo, a fim de conquistar sua autorrealização, diferentemente da motivação extrínseca, que está relacionada com a impulsão de se realizar uma tarefa visando apenas uma recompensa externa. (GUIMARÃES, 2004)

Diante do que encontramos na literatura acerca do tema, podemos identificar algumas questões que nos parecem problemáticas – como explicar se a motivação de uma pessoa é estritamente intrínseca ou extrínseca? Ou, colocado de outra forma, como podemos identificar que um tipo de motivação apresenta melhor resultado que outro?

Dados preliminares apontaram-nos para a possibilidade de haver uma diferença no desempenho, por parte dos cadetes de diferentes Cursos, no estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais da Sessão de Instrução Especial da Academia Militar das Agulhas Negras. Além disso, as causas para essas possíveis diferenças podem ser externas, como a mudança no ambiente ocorrendo de forma equivocada a fim de se obter os mesmos estímulos, ou mesmo internas, partindo-se do princípio que cada grupo social pertencente à Academia possui diferentes motivações intrínsecas.

4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O primeiro resultado importante que pudemos encontrar foi que notamos uma diferença de

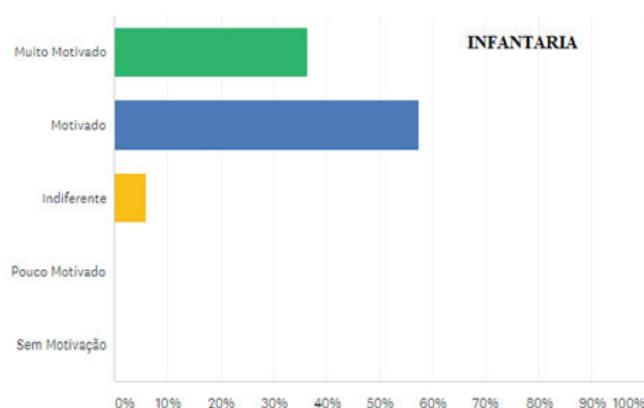
menções nos diferentes Cursos da AMAN. Isso fica evidente na comprovação documental fornecida pela Seção de Instrução Especial, em que é mostrado que as Armas conhecidas por serem mais combatentes, como a Infantaria e a Cavalaria, apresentaram uma média de menções com mais notas B e MB, superior às Armas ditas como mais técnicas, como a Intendência, Comunicações e Material Bélico, que apresentaram uma média de menções menor, com menos notas B e MB. Podemos constatar tais informações na tabela abaixo:

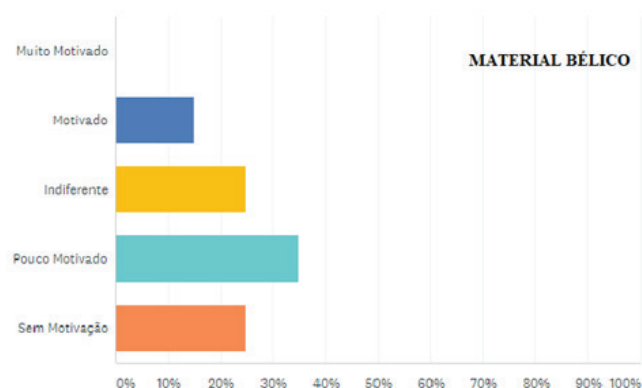
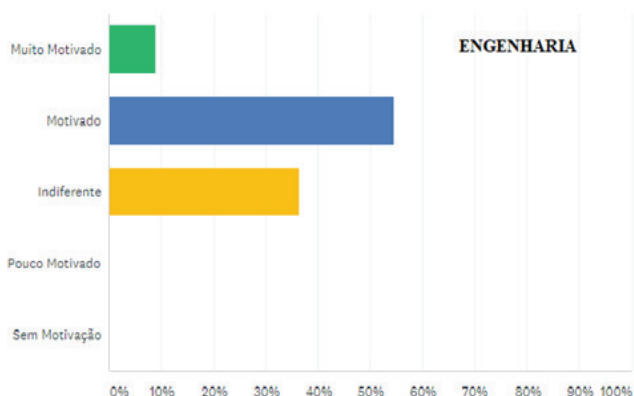
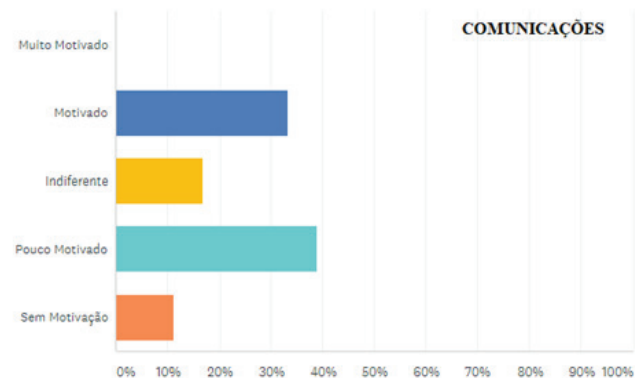
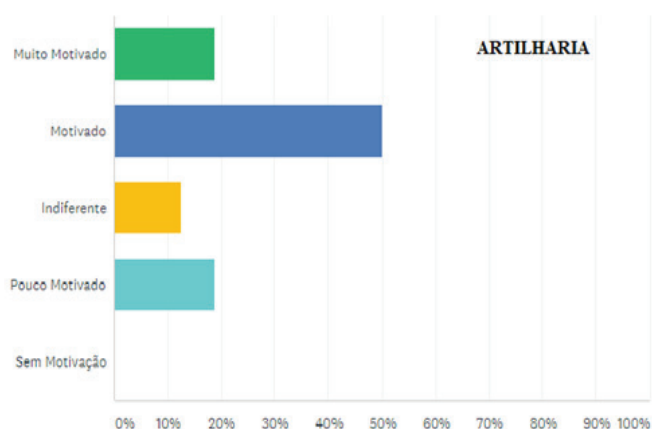
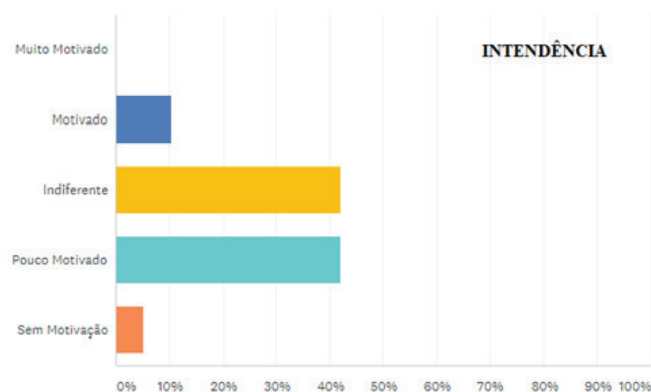
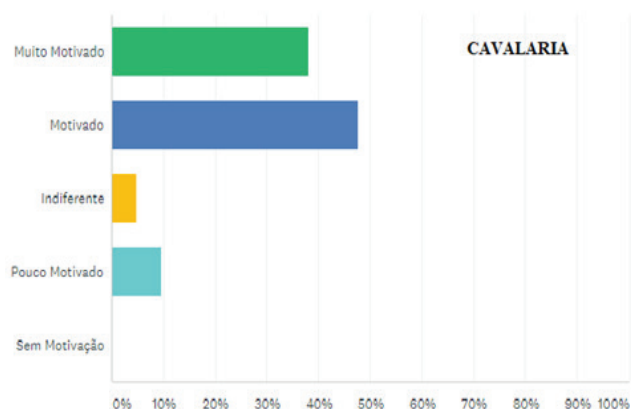
Curso /Menção	MB	B	R	I	SitDiversos
Infantaria	5	70	74	2	3 -trancamento
Cavalaria	1	28	34	2	-
Artilharia	-	13	58	3	1 -desligamento
Engenharia	1	15	32	3	-
Counicações	-	9	34	2	-
Intendência	-	14	40	1	-
Material Bélico	-	8	14	1	-
Cad 4º e 3º Ano	-	4	19	3	-

Tabela 1: Resultado do Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais – SIESP 2017

Fonte: Autor

Nos gráficos a seguir, temos a média de respostas, de cada Curso, a cerca da motivação em realizar exercícios no terreno:





Os gráficos acima são fruto de tabulação a partir das respostas do questionário realizado por parte dos cadetes dos sete Cursos do 3º ano de 2018. É importante destacar a quantidade dos dados, pois consideramos somente o universo de resposta dos cadetes que se dispuseram a contribuir, realizando o questionário.



3.2 Análise dos Dados

Analisando com mais atenção a tabela de menções da SIEsp, pode-se perceber que apenas três dos sete Cursos possuem cadetes que conseguiram atingir uma menção muito boa, MB, sendo eles a Infantaria, com o maior número de notas MB dos três, apresentando cinco notas MB; a Cavalaria e a Engenharia, com um MB cada. Considerando o total de cadetes do 2º ano que realizaram o estágio, podemos observar que cerca de 49,7% dos cadetes de Infantaria obtiveram menção B ou MB e aproximadamente 44,6% dos cadetes de Cavalaria obtiveram menção B ou MB, vindo o restante a receber uma menção regular ou insuficiente.

Quando observamos essa porcentagem nos cursos ditos “mais técnicos”, podemos ver, claramente, uma diferença: apenas 20% dos cadetes de Comunicações lograram uma menção B, assim como os cadetes de Intendência e de Material Bélico, em que apenas 25% e aproximadamente 34,8%, respectivamente, conseguiram uma menção B, vindo o restante a receber uma menção regular ou insuficiente, apresentando uma grande diferença quando comparados com os cursos de Infantaria e Cavalaria.

Ao observar os gráficos das respostas da segunda questão do questionário “Qual é o seu grau de motivação em relação à realização de Atividades no Terreno?” percebemos os seguintes dados: 93,94% dos cadetes de Infantaria responderam que estavam motivados ou muito motivados; 85,72% dos cadetes de Cavalaria responderam que estavam motivados ou muito motivados, enquanto que apenas 9,52% responderam que estavam pouco motivados.

Em contrapartida, percebemos que os cursos ditos “mais técnicos” apresentaram as seguintes respostas na mesma questão: 33,33% dos cadetes de Comunicações responderam que estavam motivados e 50% responderam que estavam pouco motivados ou sem motivação. No curso de Intendência, apenas 10,53% dos cadetes responderam que estavam motivados a realizar exercícios no terreno, enquanto que 47,37% responderam que estavam pouco motivados ou sem motivação e, no curso de Material Bélico, 15% dos cadetes responderam que estavam motivados e 60% responderam que estavam pouco motiva-

dos ou sem motivação.

Se compararmos esses dados com o que foi obtido no resultado do questionário, podemos perceber que os mesmos Cursos que apresentaram uma média de menção maior, sendo eles os cursos de Infantaria e de Cavalaria, foram os que responderam, também, que estavam mais motivados em realizar exercícios no terreno, bem como em realizar o Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais. Além disso, o contrário também se mostra verdadeiro, pois os Cursos considerados “mais técnicos” e que obtiveram uma média menor de menção também foram os que responderam, de maneira geral, que estavam com uma motivação menor para realizar exercícios no terreno, bem como em realizar o Estágio da SIEsp.

Podemos fazer algumas análises explicativas sobre o que foi encontrado. Dentre elas, destacamos que, como houve diferença no rendimento, estando todos sob o mesmo nível de pressão e cobrança exigida durante o estágio, podemos dizer que a teoria a teoria Behaviorista não pode explicar a hipótese pois, como dito anteriormente, como as condições de pressão e cobrança, o que pode ser nomeado como estímulos, eram as mesmas, esperava-se um mesmo aprendizado por parte de todos os cadetes, com pouca variação nos resultados. Porém, o que foi encontrado se difere disso, pois houve, sim, uma grande diferença entre a média de menções. O que, quando se relaciona com a motivação de cada Curso, pode-se notar que os Cursos que já possuem uma atividade-fim alinhada com o que é aprendido no referido Estágio, apresentam cadetes com uma motivação intrínseca maior para a realização do Estágio.

Podemos demonstrar que a hipótese levantada de que os cadetes mais motivados conseguem um rendimento melhor por meio dos estudos de Ryan e Deci a respeito das motivações intrínseca e extrínseca, que fazem parte da Teoria da Autodeterminação, abordado anteriormente, aplicando, na situação, aos cadetes durante o Estágio da SIEsp. De acordo com tais autores, a motivação intrínseca é uma força espontânea que leva a pessoa a buscar novidades e realizar desafios, tendo como fator motivacional tão somente o fato de se viver essa momentânea busca por desafios.

Sendo assim, os cadetes que estavam mais motivados em realizar exercícios no terreno, bem



como o Estágio, são aqueles que são movidos por uma força espontânea, interior, que os levam à busca pela superação de dificuldades. Os autores Ryan e Deci afirmam, ainda, que nem todos os indivíduos apresentam a mesma motivação intrínseca para determinadas atividades. Isso significa que as pessoas motivadas intrinsecamente para determinadas atividades possuem relação com tarefas dessa natureza (RYAN, DECI, 2000).

Pode-se concluir, assim, que o estagiário que possui uma motivação intrínseca maior que os demais, possui mais chances de alcançar, também, um desempenho maior que os demais. Além disso, pode-se concluir, também, que o estagiário que apresenta essa motivação intrínseca de realizar exercícios no terreno pertence, em sua maioria, às Armas mais combatentes, como a Infantaria e a Cavalaria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivos analisar a diferença de desempenho de cada Curso na realização do Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais da SIEsp no ano de 2017 e analisar os possíveis motivos que levam cada curso a chegarem a tal diferença, comparando o quantitativo das diferentes menções de cada curso e, com os dados colhidos, levantar hipóteses que explicam tais diferenças, como a resposta a estímulos e a motivação.

Os resultados encontrados foram que há, sim, uma diferença de desempenho entre os diversos Cursos da AMAN, inclusive, também há uma diferença na motivação dos diferentes cursos frente a realização de um exercício no terreno.

Destacam-se os resultados dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, que apresentaram um maior desempenho no Estágio de Vida na Selva e Técnicas Especiais de 2017 e, também, apresentaram um maior número de respostas positivas quanto à motivação para a realização de exercícios no terreno.

Destacam-se, ainda, os resultados dos Cursos de Comunicações, Intendência e Material Bélico, que apresentaram um menor desempenho no referido Estágio e, também, apresentaram um maior número de respostas negativas quanto à motivação para a realização de exercícios no terreno.

Diante destes resultados podemos afirmar que, no universo estudado, os Cursos que são considerados “mais combatentes” tendem a apresentar um maior desempenho em exercícios no terreno devido a uma maior motivação para o tal e, além disso, os Cursos considerados “mais técnicos” tendem a apresentar um menor desempenho em exercícios no terreno devido a uma menor motivação para concluí-los, mesmo o exercício, no caso o Estágio da SIEsp, sendo uma atividade inerente a todos os Cursos da Linha de Ensino Militar Bélica.

Se comparados com o que encontramos na teoria que sustentou a pesquisa, podemos explicar os resultados através da motivação intrínseca e da motivação extrínseca, ambas sendo uma força inerente a cada indivíduo, cada um com seu grau de importância, que o fazem realizar suas atividades com determinado desempenho, e a terceira, relacionando uma recompensa externa após realizar a SIEsp.

Portanto, a nossa hipótese de pesquisa foi confirmada, pois, além de termos notado uma relação entre o desempenho dos Cursos no Estágio e a motivação dos mesmos em realizar exercícios no terreno, explicamos o porquê da diferença de motivação, pois cada Curso tem uma atividade-fim, e os Cursos de Infantaria e Cavalaria possuem uma atividade-fim alinhada com os exercícios executados no Estágio.

Os resultados alcançados nesta pesquisa não podem ser generalizados, pois existem variação de motivação entre cada curso, o que pode ocorrer com uma maior relevância em outros anos que forem aplicados o Estágio.

Concluimos então que, no Estágio de 2017, os possíveis motivos que determinaram a diferença de desempenho encontrado nos Cursos foram a motivação intrínseca de cada estagiário e, em menores proporções, a motivação extrínseca.

REFERÊNCIAS

ALOI, P. E. P., HAYDU, V. B., & CARMO, J. (2014). Motivação no ensino e aprendizagem: algumas contribuições da Análise do Comportamento. CES Revista Psicologia, 7, 138-152.

AMAN. Seção de Instrução Especial (1967 - 2017) - 50 anos. Disponível em: <<http://www.aman.eb.mil.br/area-de-imprensa/arquivos-do-alambari/siesp17.pdf>> Acesso em: 05 set. 2017.



BERGAMINI, C.W.(1997). Motivação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTRO, C. O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GUIMARÃES, S. É. R. Motivação intrínseca, extrínseca e o uso de recompensas em sala de aula. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, A. (Org.). A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004a. Cap.2, p.37-57.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. Intrinsic and extrinsic motivations: classic definitions and new directions. Contemporary Educational Psychology, n. 25, p.54-67, 2000.

SKINNER, B. F. Ciência e Comportamento Humano. Tradução realizada por J. C. Todorov & R. Azzi. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (trabalho original publicado em 1953).

_____. Sobre o Behaviorismo. Tradução realizada por M. P. Villalobos. São Paulo: Editora Cultrix, 1982. (trabalho original publicado em 1974)

TODOROV, J. C., & MOREIRA, M. B. O conceito de motivação na psicologia. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 7, 119-132, 2005.

VERNON, M. D. Motivação humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.



A EFICIÊNCIA DOS FUZIS DE ASSALTO 7,62MM E 5,56MM NO TIRO RÁPIDO DIURNO NO CONTEXTO DOS COMBATES URBANOS

Gabriel Bello Visconti¹

RESUMO

Com a evolução do combate, principalmente após a segunda Guerra Mundial, quando a maioria dos conflitos passou a se desenvolver em ambiente urbano, houve a necessidade de realizar também uma evolução dos equipamentos, a fim de atender às exigências impostas por este novo cenário. Nesse contexto, inclui-se a modernização dos fuzis de assalto utilizados pelos infantes e o surgimento da técnica do tiro rápido, pois as características deste novo ambiente operacional, somadas à evolução tecnológica no mundo, passaram a exigir armamentos mais leves, precisos e de menor letalidade, tudo com a finalidade de proporcionar ao soldado maior mobilidade, rapidez no engajamento de um alvo e no disparo, maior precisão e minimização de efeitos colaterais. O Brasil, que não podia ficar de fora desta tendência, começou a realizar a substituição progressiva do velho Fuzil Automático Leve (FAL), 7,62mm, de 40 anos, pelo Fuzil 5,56mm, IMBEL MD97L, desenvolvido pela estatal Indústria de Material Bélico (IMBEL), em Itajubá, MG, que já criou uma nova família de fuzis, conhecida como IA2, que contempla fuzis em ambos os calibres, mas que ainda encontra-se em processo de avaliação operacional. Porém, nos últimos anos, surgiram no mundo diversos questionamentos e controvérsias a respeito desta substituição de calibre, de 7,62mm para 5,56mm. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar os resultados relativos à eficiência dos Fuzis de assalto 5,56mm e 7,62mm, na execução da técnica de tiro rápido diurno, no contexto do ambiente urbano, para concluir se há ou não vantagem de um em relação ao outro, a fim de fornecer subsídios e embasamentos a estes questionamentos.

Palavras-chave: Ambiente urbano; fuzis de assalto; tiro rápido; eficiência.

RESUMEN

Con la evolución del combate, sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial, cuando la mayoría de los conflictos comenzaron a desarrollarse en el medio ambiente urbano, hubo también una necesidad para el desarrollo de equipos con el fin de cumplir con los requerimientos impuestos por este nuevo escenario. En este contexto, incluye la modernización de los rifles de asalto utilizados por la infantería y el desarrollo de la técnica de tiro rápido, pues las características de este nuevo ambiente de operación, añadido a los desarrollos tecnológicos en el mundo, comenzó a exigir armas ligeras, precisas y menos letales, todo esto con el propósito de proporcionar mayor movilidad al soldado, velocidad al apuntar a un objetivo y disparar, una mayor precisión y minimizar los efectos colaterales. Brasil, que no podía quedarse fuera de esta tendencia, empezó a realizar la progresiva sustitución del antiguo FAL (fusil automático ligero), 7,62 mm, por el Rifle 5,56 mm, IMBEL MD97L, desarrollado por la Industria de Material Bélico (IMBEL), en Itajubá, MG, que ya ha creado una nueva familia de rifles, conocido como IA2, que incluye rifles de ambos calibres, pero todavía está en fase de evaluación operacional. Sin embargo, en los últimos años, muchas preguntas y controversias han surgido en el mundo a respecto de la sustitución del calibre 7,62 mm por el 5,56 mm. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue evaluar los resultados de la eficiencia de los fusiles de asalto 5,56 mm y 7,62 mm en la ejecución de la técnica de tiro rápido diurno, en el contexto del medio ambiente urbano, para concluir si existe o no una ventaja entre si, con el fin de prestar apoyo a estas preguntas y controversias.

Palabras claves: medio ambiente urbano, rifles de asalto,

¹ Oficial de Infantaria da turma de 2005, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente é instrutor do Curso de Infantaria da AMAN.



tiro rápido, eficiência.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Mesquita (2008), no que se refere ao Brasil, tropas do Exército e da Marinha enfrentaram o ambiente operacional urbano na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, bem como na Pacificação das Comunidades do Rio de Janeiro, por meio de uma “Força de Pacificação”, na Maré e no Alemão, além de outras atuações em ambientes urbanos que o Exército Brasileiro (EB) vem realizando nas diversas cidades do país.

Observa-se que o Exército Brasileiro tem sido cada vez mais empregado na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), amparada pelo Art. 144. da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e normalmente em área urbana. “Falar em guerra moderna sem se referir a combate urbano é praticamente impossível [...]” (MESQUITA, 2010, p. 1) e combater em localidade sem considerar o emprego de fuzis de assalto modernos é uma decisão extremamente temerária.

O combate em ambiente operacional urbano possui características peculiares, dentre elas destacam-se: segundo Castro (2004, p. 22) a mobilidade das forças no campo de batalha, rapidez das operações, sincronização das ações, frentes não lineares e a utilização de armamentos e equipamentos modernos, de alto desempenho, mais leves e eficientes, Peterson (2010, p. 30) ainda acrescenta o combate aproximado e a significativa interação com a população, Navarro (2011, p. 90) enfatiza a presença de população civil e bens materiais, e a elevada preocupação que se deve ter com o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e da opinião pública, e Silva (2012) afirma que o tiro deve ser realizado em menor tempo e com maior precisão para evitar danos colaterais e que as distâncias são drasticamente reduzidas.

Com o advento de todas estas atuais características encontradas no combate moderno urbano e sendo este ambiente a provável hipótese de emprego dos Exércitos de todos os países, buscou-se a adequação dos armamentos utilizados pelos soldados.

O Brasil, que não podia ficar de fora desta ten-

dência, vem realizando a “[...] substituição progressiva do velho FAL (Fuzil Automático Leve), 7,62mm, de 40 anos, pelo Fuzil 5,56mm, IMBEL MD97, desenvolvido pela estatal Indústria de Material Bélico (IMBEL), em Itajubá, MG” (DELLAGNEZZE, 2008, p. 45). Fuzil este, que, atualmente já foi substituído pela nova família IA2.

Além disso, o tiro rápido, aquele realizado sem visada através dos aparelhos de pontaria, passou a ter papel fundamental para o êxito, pois o tempo necessário para visar o inimigo passou a ser fator preponderante para viver ou morrer, visto que “[...] o tempo para efetuar-se a visada necessária a um tiro preciso (segundo estudos do próprio Exército Norte-Americano), tornou-se essencial à sobrevivência nos conturbados e velozes engajamentos presentes no combate moderno” (BERALDI, 2004, p. 7).

Se o tiro rápido é executado sem a visada através dos aparelhos de pontaria e de forma inopinada, será que essas novas características físicas e balísticas proporcionadas pela redução do calibre, serão capazes de melhorar a eficiência do armamento, utilizando este processo de tiro?

Espera-se que, devido, principalmente, ao menor peso e menor recuo nos disparos, os fuzis de 5,56mm sejam mais precisos. De fato esta afirmação procede quando se fala em rajadas (tiro automático) ou em tiro de precisão, porém não há um consenso quando se fala em tiro rápido intermitente.

Assim criou-se o seguinte problema, cuja resposta foi o foco do estudo: será que as diferenças físicas e balísticas entre os fuzis de assalto 7,62 M964 (FAL) e 5,56mm - IMBEL MD97L favorecem para que a eficiência do segundo seja melhor que a do primeiro, quando da execução do tiro rápido diurno, semiautomático, no contexto do combate urbano?

Como objetivo geral, o presente estudo pretende avaliar os resultados relativos à eficiência dos Fuzis de assalto 5,56mm e 7,62mm, na execução da técnica de tiro rápido diurno, no contexto do ambiente urbano, para concluir se há ou não vantagem de um em relação ao outro, a fim de fornecer subsídios e embasamentos aos atuais questionamentos a despeito da substituição do fuzil 7,62mm pelo fuzil 5,56mm, que atualmente o Exército Brasileiro vêm, progressivamente, realizando.

Vale ressaltar que neste trabalho entende-se



por eficiência no tiro rápido como sendo o número de impactos no alvo, não interessando o local do impacto e nem o agrupamento dos diversos tiros realizados, como bem exemplifica o Manual C23-1 (Tiro das Armas Portáteis, 1ª Parte, Fuzil), ao afirmar que um dos objetivos da instrução de tiro é “habilitar o militar a ser um atirador eficiente, ou seja, um atirador que acerte seus alvos com rapidez e precisão, tanto nos tiros estáticos ou dinâmicos.” (BRASIL, 2003, p. 1-2, grifo nosso).

Algumas hipóteses de estudo podem ser formuladas na observação do problema supracitado:

a) Hipótese 1 (H1): A eficiência do fuzil 5,56mm – IMBEL MD97 é significativamente maior que a do fuzil 7,62 M964 (FAL), na execução do tiro rápido diurno, no contexto do combate urbano;

b) Hipótese 2 (H2): A eficiência do fuzil 5,56mm – IMBEL MD97 é significativamente menor que a do fuzil 7,62 M964 (FAL), na execução do tiro rápido diurno, no contexto do combate urbano;

c) Hipótese Nula (H0): Não há diferença significativa na eficiência dos fuzis de assalto 5,56mm – IMBEL MD97 e 7,62 M964 (FAL), na execução do tiro rápido diurno, no contexto do combate urbano.

Nessa, investigação as hipóteses serão avaliadas, segundo a metodologia exposta no item a seguir.

2 METODOLOGIA

A população a qual os resultados de tal estudo atingiu, foi representada pelos Soldados do Efetivo Variável (Sd EV) do Exército Brasileiro, incorporados à Companhia de Comando da 1ª Região Militar (Cia C 1ª RM), no ano de 2012, que perfizeram um total de 43 (quarenta e três) militares.

Utilizou-se no presente estudo, como instrumento de coleta de dados, o Tiro de Ação Reflexa, diurno, conforme previsto na 7ª e 8ª sessões do Tiro de Instrução Básico (TIB) com fuzil, descrito nas Instruções Gerais para o Tiro com o Armamento do Exército (IGTAEx), adaptado para este estudo.

Inicialmente, participaram do estudo todos os 43 (quarenta e três) soldados acima mencionados, que receberam, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

Dessa maneira o resultado deste estudo caracterizar-se-ia como um censo para o universo em questão.

A população foi dividida em 2 (dois) grupos distintos, que por sua vez foram divididos em outros 2 (dois) subgrupos, nos quais os integrantes foram distribuídos aleatoriamente, conforme se segue:

a) GRUPO CONTROLE (GC), composto por 21 (vinte e um) militares, que foi subdividido em 2 (dois) subgrupos, GRUPO CONTROLE FAL (GCF), que nas duas avaliações realizou o tiro com o fuzil 7,62 M964 (FAL), e GRUPO CONTROLE MD97L (GCM), que nas duas avaliações realizou o tiro com o fuzil 5,56mm MD97L, o primeiro com 10 (dez) integrantes e o segundo com 11 (onze) integrantes;

b) GRUPO EXPERIMENTAL (GE), composto por 22 (vinte e dois) militares, que foi subdividido em 2 (dois) subgrupos, GRUPO EXPERIMENTAL FAL (GEF), que realizou a primeira avaliação com o fuzil 7,62 M964 (FAL) e a segunda com o fuzil 5,56mm MD97, e GRUPO EXPERIMENTAL MD97L (GEM), que realizou a primeira avaliação com o fuzil 5,56mm MD97L e a segunda com o fuzil 7,62 M964 (FAL), ambos com 11 (onze) militares cada.

No entanto, após a avaliação do tiro, durante a fase de organização dos dados brutos, 8 (oito) resultados foram eliminados, desconsiderados ou omitidos pelas seguintes razões: 2 (dois), um do GCF e outro do GEM por terem faltado no dia da avaliação, 1 (um), do GEM, por ter executado disparos após o tempo, 2 (dois), um do GCF e outro do GCM, por dúvida na verificação dos impactos no alvo e 3 (três), dois do GEF e um do GCM, por dúvida na execução da técnica correta por parte do atirador e/ou menos de 5 (cinco) impactos no alvo em cada série de 10 (dez) tiros.

Assim sendo, restaram 35 (trinta e cinco) resultados da seguinte maneira: 8 (oito) no GCF e 9 (nove) nos demais Grupos (GCM, GEF e GEM), que caracterizaram assim, segundo a classificação mencionada por Domingues (2008), uma amostra não aleatória intencional da população.

O objetivo principal do GC foi verificar se houve ou não diferença significativa entre o resultado da primeira e da segunda série de tiro, o que poderia invalidar as conclusões retiradas dos resultados



do GE, já que, caso essa diferença fosse significativa, demonstraria que não apenas as diferenças físicas e balísticas entre os armamentos estariam provocando divergências nos resultados, mas que outras variáveis estariam interferindo no mesmo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas tabelas 1, 2 e 3, e no gráfico 1, verificam-se os dados brutos reduzidos através da estatística descritiva, de forma a facilitar a visualização das características de distribuição de frequências formada pelos números de impactos no alvo por armamento e atirador analisados. Assim os dados brutos foram classificados em classes de frequências, com intervalo ou amplitude de 01 (um) impacto, a partir dos resultados de 5 (cinco) impactos no alvo por atirador e por armamento, já que os resultados menores que este foram desconsiderados nesta avaliação.

GCF=> Nr Impactos	Primeira série				Segunda série			
	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)
5	3	37,5	3	37,5	1	12,5	1	12,5
6	2	25,0	5	62,5	4	50,0	5	62,5
7	2	25,0	7	87,5	2	25,0	7	87,5
8	1	12,5	8	100,0	1	12,5	8	100,0
9	0	0	-	-	0	0	-	-
10	0	0	-	-	0	0	-	-
Σ	8	100	-	-	9	100	-	-

fi = frequências individuais; fri = frequências relativas individuais (%); Fi = frequências acumuladas individuais; Fri = frequências acumuladas relativas (%).

Tabela 1 – Agrupamento em classe de frequências dos resultados obtidos pelo GCF (FAL) na primeira série e na segunda série de tiro.

Na Tabela 1 acima, com os dados do GCF, observa-se que houve uma leve melhora na segunda série em relação à primeira que havia 37,5% dos resultados com 5 (cinco) impactos no alvo, contra apenas 12,5% na segunda série. Porém tal melhora ocorreu apenas nos resultados de 5 (cinco) para 6 (seis) impactos. Enquanto que na primeira série houve 3 (três) resultados com 5 (cinco) impactos e 2 (dois) com 6 (seis), na segunda série houve apenas 1 (um) resultado com 5 (cinco) impactos e 4 (quatro) resultados com 6 (seis) impactos no alvo. Em ambas

as séries, 62,5% dos resultados ficaram entre 5 e 6 impactos.

Cabe observar também que não houve nenhum resultado acima de 8 (oito) impactos no alvo, nem na primeira e nem na segunda série, ficando 100% dos resultados entre 5 e 8 impactos no alvo.

Tabela 2 – Agrupamento em classe de frequências dos resultados obtidos pelo GCM (MD97) na primeira série e na segunda série de tiro.

GCM=> Nr Impactos	Primeira série				Segunda série			
	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)
5	2	22,2	2	22,2	1	11,1	1	11,1
6	1	11,1	3	33,3	1	11,1	2	22,2
7	5	55,6	8	88,9	3	33,3	5	55,6
8	1	11,1	9	100,0	3	33,3	8	88,9
9	0	0	-	-	1	11,1	9	100,0
10	0	0	-	-	0	0	-	-
Σ	9	100	-	-	9	100	-	-

fi = frequências individuais; fri = frequências relativas individuais (%); Fi = frequências acumuladas individuais; Fri = frequências acumuladas relativas (%).

Na Tabela 2 acima, relativa aos resultados do GCM, a maior diferença observada entre a primeira e a segunda série de tiro executadas com o MD97L é que na primeira série observamos que 88,9% dos resultados estão entre 5 e 7 impactos no alvo, já na segunda série, apenas 56,6% dos resultados encontram-se nesta faixa de frequência. O que mais uma vez demonstra uma melhora, não exponencial, porém visível, da segunda série em relação à primeira.

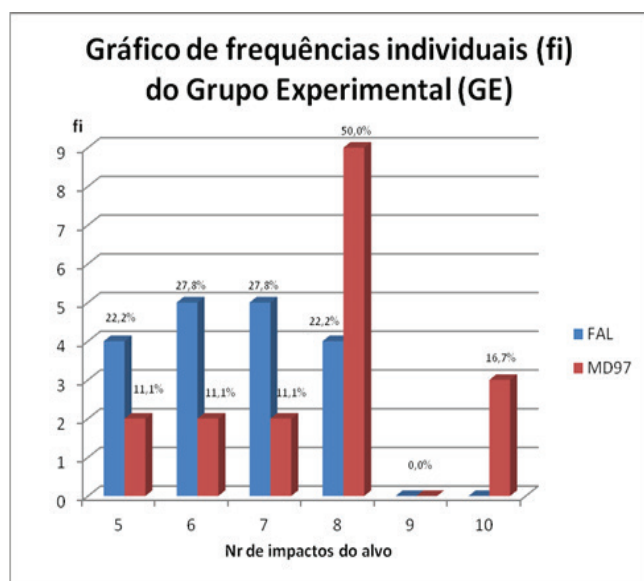
Tabela 3 – Agrupamento em classe de frequências dos resultados obtidos pelo GE

GE=> Nr Impactos	FAL				MD97			
	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)	fi	fri (%)	Fi	Fri (%)
5	4	22,2	4	22,2	2	11,1	2	11,1
6	5	27,8	9	50,0	2	11,1	4	22,2
7	5	27,8	14	77,8	2	11,1	6	33,3
8	4	22,2	18	100	9	50,0	15	83,3
9	0	0	-	-	0	0	15	83,3
10	0	0	-	-	3	16,7	18	100,0
Σ	18	100	-	-	18	100	-	-



fi = frequências individuais; fri = frequências relativas individuais (%);
Fi = frequências acumuladas individuais; Fri = frequências acumuladas
relativas (%)

Gráfico 1 – Frequências individuais do Grupo Experimental



Na Tabela 3 e no Gráfico 1 acima, que contém os resultados do GE, observa-se que no GE, 77,8% dos resultados do tiro com o FAL ficaram entre 5 (cinco) e 7 (sete) impactos e todos os demais, 22,2%, acertaram 8 (oito) de 10 (dez) tiros no alvo. Já os resultados do tiro com o MD97L, 33,3% ficaram entre 5 (cinco) e 7 (sete) impactos no alvo, 50% tiveram 8 (oito) impactos no alvo e os outros 16,7% dos resultados tiveram 10 (dez) impactos no alvo. Verifica-se que os resultados com o MD97L foram consideravelmente melhores que o resultado com o FAL.

Através das análises acima, baseadas nas tabelas e gráficos, observa-se forte tendência em rejeitar-se a hipótese nula (H_0), de que não há diferença significativa na eficiência dos fuzis de assalto 5,56mm – IMBEL MD97L e 7,62 M964 (FAL), na execução do tiro rápido diurno, no contexto do combate urbano, porém são insuficientes para afirmar que as diferenças entre as diversas séries de tiro foram ou não significativas.

De posse dos resultados do tiro, realizou-se, através da estatística indutiva, teste estatístico com o objetivo de comprovar ou rejeitar cada uma das hipóteses, para finalmente se tirar as conclusões. Para analisar a diferença entre o tiro rápido diurno dos armamentos, a ferramenta utilizada foi a aplicação do teste Não Paramétrico de Wilcoxon para amostras pareadas, através do programa Action 2.5, com intervalo de con-

fiança de 99%, ou seja, para Alpha igual a 0,01.

O resultado foi o seguinte:

Tabela 4 – Estatística do Grupo Experimental (GE)

Informação	Valor
V	12
P-valor	0,009558088
Hipótese Nula	0
Método	Wilcoxon signed rank test
(Pseudo) Mediana	-1,5
Intervalo de Confiança	99%
Limite Inferior	-2,999976884
Limite Superior	8,77116E-05

Verifica-se, na Tabela 4, que o resultado do p-valor para o tiro rápido diurno executado pelo GE foi de 0,00956. Resultado este que, apesar de muito próximo, ainda é menor que o Alpha estabelecido (0,01), podendo-se, desta forma, confirmar a rejeição da hipótese nula.

Tabela 5 – Estatística do Grupo Controle FAL (GCF)

Informação	Valor
V	2,5
P-valor	0,317310508
Hipótese Nula	0
Método	Wilcoxon signed rank test
(Pseudo) Mediana	-0,99993515
Intervalo de Confiança	99%
Limite Inferior	-1
Limite Superior	5,75948E-05

Tabela 6 – Estatística do Grupo Controle MD97L (GCM)

Informação	Valor
V	0
P-valor	0,033894854
Hipótese Nula	0
Método	Wilcoxon signed rank test
(Pseudo) Mediana	-1,000095343
Intervalo de Confiança	99%
Limite Inferior	-1,499973503
Limite Superior	-1

Observa-se, nas Tabelas 5 e 6, que o teste foi aplicado também com os resultados do GCF e do GCM, separadamente, com objetivo de concluir se a diferença apresentada entre a primeira e a segunda série de tiro,

para cada subgrupo (GCF que executou as séries com o FAL e o GCM que executou com o MD97L), foi ou não significativa. Como o p-valor para ambos os Subgrupos, conforme consta acima, foi considerável mente maior que o Alpha (0,01), pode-se afirmar que as diferenças apresentadas entre as séries nestes subgrupos foram insignificantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não pretende, com seu resultado, se tornar um censo a respeito da eficiência do tiro rápido diurno com os fuzis de assalto em questão, tampouco que seja um resultado esperado a todos militares do EB, já que o trabalho limitou-se aos Sd EV incorporados à Cia C 1a RM no ano de 2012.

Porém, certamente é um censo para a população em questão, já que foi realizado com 100% do universo mencionado (Sd EV incorporados à Cia C 1a RM no ano de 2012), apesar da eliminação de alguns resultados, e que pode ser refletido a todos Sd EV incorporados anualmente, após as respectivas conclusões do Período de Instrução Individual Básica, visto que a população estudada pode ser considerada como uma amostragem aleatória por conglomerados, conforme bem exemplifica Domingues (2008, p. 50):

Considerando-se que existe uma formação comum aos soldados do Efetivo Variável (EV) durante o Período Básico de Instrução, e ainda que os Objetivos de Instrução (OI) são comuns às Armas, Quadro e Serviço, possivelmente não seria necessária uma amostragem âmbito nacional para se verificar a validade de um determinado OI, bastaria verificar a validade deste OI em um determinado Comando Militar de Área (um dos conglomerados) para obter inferências que apontem para a sua validade ou não (DOMINGUES, 2008, p. 50).

Inicialmente a intenção era fazer a comparação do tiro rápido diurno no contexto dos combates urbanos entre o FAL e o fuzil 5,56 IMBEL IA2, já que é o armamento que está substituindo o FAL e inclusive o próprio 5,56 IMBEL MD97L no Exército Brasileiro.

Porém, devido a inacessibilidade de se conseguir este armamento para a execução do tiro, visto que o lote piloto do mesmo ainda se encontrava em processo de avaliação operacional, desde junho de 2012, pela

Marinha do Brasil (MB), Força Terrestre e Força Aérea Brasileira (FAB), como afirma o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (2012, p. 4), optou-se por utilizar o fuzil 5,56 IMBEL MD97L.

Esta foi a maior limitação deste trabalho. No entanto, esta limitação é amenizada pela Indústria de Material Bélico do Brasil (2012) ao afirmar que mecanicamente o fuzil 5,56 IMBEL IA2 foi espelhado no fuzil 5,56 IMBEL MD97L, de tal forma que o primeiro apresenta o mesmo mecanismo de ferrolho rotativo com curso longo empregado no segundo, possuindo caixa da culatra e alojamento do conjunto de disparo em alumínio idênticos.

Segundo a Indústria de Material Bélico do Brasil (2012), as principais diferenças são:

- a) o IA2 possui empunhadura em polímero, sendo mais ergonômica que a do MD97;
- b) o IA2 possui um guarda-mato em polímero integrado a peça, para evitar ferimentos no manuseio rústico;
- c) a coronha do IA2 possui cobertura em polímero para evitar o contato direto do rosto do atirador com superfícies metálicas, útil principalmente em temperaturas extremas;
- d) o IA2 possui sistema de mira mais rústico, prático e de melhor regulação e um seletor de tiro alongado facilitando o manuseio.

Observa-se então que a única diferença física que, juntamente com a diferença de peso, poderia influenciar no resultado do tiro rápido diurno em relação a seu antecessor, o MD97L, é a ergonomia do punho, a qual, de acordo com a Indústria de Material Bélico do Brasil (2012), “[...] permite um posicionamento mais confortável da mão nas posições de pé [...]” (página?).

Já que as diferenças são mínimas e que as características técnico-mecânicas, como já foi visto, são as mesmas, possivelmente a diferença no resultado do tiro rápido diurno entre o MD97L e o IA2, ambos 5,56mm, seja mínima, tendendo para insignificante. Mas esta seria uma sugestão de análise para outro trabalho.

Com tudo o que foi exposto neste trabalho, chegou-se a conclusão de que há evidências suficientes para garantir a rejeição da Hipótese Nula (H_0), de tal forma que os dados amostrais apoiam a afirmação da Hipótese 1 de que a eficiência do fuzil 5,56mm – IMBEL MD97 é significativamente maior que a do fuzil 7,62 M964 (FAL), na execução do tiro rápido diurno,



no contexto do combate urbano, para a população analisada e que pode ser generalizado a todos os Sd EV incorporados anualmente, após a conclusão do Período de Instrução Individual Básica.

Os resultados descritivos e estatísticos confirmam que não existiram outras variáveis, que não fossem as diferenças físicas e balísticas entre os armamentos em questão, que pudessem interferir significativamente na eficiência do tiro rápido diurno, instrumento de coleta de dados para este estudo, de tal forma a invalidá-lo. E que realmente, a diferença aparente e significativa, observada entre a série de tiro com o FAL e a série de tiro com o MD97L, executadas pelo GE, foram ocasionadas, unicamente, pela mudança dos armamentos, ou seja, pelas diferenças físicas e balísticas entre os dois fuzis, com superioridade, no quesito eficiência no tiro rápido diurno, para o segundo.

Assim, as diferenças físicas e balísticas entre o fuzil 5,56mm IMBEL MD97L e o fuzil 7,62 M964 (FAL) favorecem para que a eficiência do primeiro seja significativamente melhor que a do segundo quando da execução do tiro rápido diurno, no contexto de um combate urbano.

Dessa maneira, pode-se afirmar que este estudo constitui-se em forte subsídio, dentro do Processo de Modernização do Exército Brasileiro, à substituição do antigo e defasado Fuzil 7,62mm M964 (FAL), através da produção Nacional, como estabelece a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008), pela IMBEL, de um fuzil que atenda as atuais e futuras necessidades da Força Terrestre, principalmente com o incremento tecnológico e com a dotação de um armamento de menor calibre como o fuzil 5,56mm IA2, a despeito de diversos questionamentos e controvérsias recentemente levantadas no mundo, como bem foi explanado no transcorrer do trabalho.

Mesquita (2010) deixa claro que “a rapidez é desejável em todo e qualquer ambiente de combate, contudo, em ambiente urbano, ela é essencial para manter a agressividade e diminuir o tempo de exposição ao inimigo, garantindo a segurança da tropa” (p. 2).

Pode-se ainda acrescentar que, aliada à precisão, esta segurança é potencializada e abrange também a população civil presente.

A eficiência do tiro rápido é característica fundamental no contexto do Soldado Brasileiro. A precisão aliada à rapidez poderá ditar o sucesso das missões de

combate em ambiente urbano que, como já foi mencionado, é o terreno de maior probabilidade de emprego do EB hoje e no futuro, seja no contexto da Guerra Convencional, Irregular ou Assimétrica, bem como nas Op de GLO.

O tiro rápido e eficiente (preciso) é fundamental, não apenas para sobreviver no combate em ambiente urbano, mas também para evitar baixas civis (efeitos colaterais) e manter o apoio e a credibilidade da opinião pública durante o conflito. Devido a essa importância e como fator multiplicador do conhecimento levantado neste estudo, sugere-se que outros estudos sejam realizados nessa mesma linha, porém empregando os fuzis 5,56mm e 7,62mm IA2 e o tiro rápido executado por militares experientes e de diferentes Postos e Graduações.

REFERÊNCIAS

BERALDI, Alexandre. Histórico da Evolução do Fuzil de Assalto, a Atualidade e o Contexto Brasileiro. 2004. Disponível em : <http://www.desanet.com.br/docs/fuzilassalto.pdf> >. Acesso em: 04 jul. 2012.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. C23-1: Tiro das Armas Portáteis 1ª Parte – Fuzil. Brasília: EGGCF, 2003.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. IG80-01: Instruções Gerais para o Tiro com o Armamento do Exército (IGTAEx). Brasília: EGGCF, 2001.

BRASIL. Decreto nr 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências.

CASTRO, Fábio Benvenuti. Cavalaria Mecanizada: Transformar e Adaptar. Revista Sangue Novo, Academia Militar das Agulhas Negras, ano 3, n. 006, p. 22 – 25, ago., 2004.

DELLAGNEZZE, René. 200 anos da indústria de defesa no Brasil. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: < <http://www.defesa.ufjf.br> >. Acesso em: 04 jul. 2012.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO. Fuzil IA2 – O Primeiro Fuzil Totalmente Brasileiro. InfodCT, Brasília, DF, ano II, n. 2, abr. 2012. Disponível em: < http://www.dct.eb.mil.br/links/ComunicacaoSocial/informativos/InfodCT_Abril2012.pdf >. Acesso em: 04 jul. 2012.

DOMINGUES, Clayton Amaral. Estatística Aplicada às Ciências Militares. Rio de Janeiro: EsAO, 2008.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL (IMBEL).



Fuzil e Carabina 5,56mm MD97. Disponível em: <http://www.imbel.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2012.

MESQUITA, Alex Alexandre de. O Combate Urbano: Como organizar as unidades de combate da Brigada Blindada, para o investimento a uma localidade, baseado no estudo das campanhas em Beirute (1982), Grozny (1994) e Bagdá (2003). Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<http://www.defesa.uff.br>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

MESQUITA, Alex Alexandre de. Blindados e Doutrina Delta no combate urbano: uma combinação possível. Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <www.defesa.uff.br>. Acesso em: 04 jul 2012.

NAVARRO, José Antonio Ballesta. Los apoyos de fuego em combate em población. Revista Ejército de tierra español, Madrid, año LXXII, n. 847, p. 84 - 91, out., 2011.

PETERSON, Jeffrey D. et al. Revendo as prioridades para a força futura do Exército. Military Review, p. 23 - 31, jan./fev., 2010.

SILVA, Marcelo Augusto. A Evolução da Técnica de Tiro Tático em Área Urbana. 2011. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento em Operações Militares) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/79611333/TCC-Tiro-Em-Ambiente-Urbano>>. Acesso em: 04 jul. 2012.



O EXÉRCITO BRASILEIRO NA MANUTENÇÃO DOS VALORES NA SOCIEDADE

Guilherme Almeida Gomes¹
Everton Araújo dos Santos²

RESUMO

Em meio a crise política, financeira e moral na qual a sociedade brasileira está inserida, o Exército Brasileiro é uma instituição que se mantém resguardada por ter suas missões bem definidas, elevando juntamente as outras duas Forças a instituição de maior confiabilidade. Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo buscar as bases dessa crise, principalmente no que tange a falta de valores éticos e morais, para assim descrever a forma como o EB resguarda esses valores tão raros no atual cenário. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico, em artigos veiculados, bem como reportagens de autoridades. Os resultados indicam que o EB mantém na sua estrutura e até onde a lei permite a preservação dos valores éticos e morais na sociedade.

Palavras-chave: Valores. Crise. Exército.

ABSTRACT

In the midst of the political, financial and moral crisis in which Brazilian society is inserted, the Brazilian Army is an institution that remains safeguarded for having its missions well defined, bringing together the other two Forces the institution of greater reliability. In this sense, the present study aimed to find the basis of this crisis, especially regarding the lack of ethical and moral values, in order to describe how the Brazilian Army preserves these values so rare in the current scenario. A bibliographic research was carried out based on publications of authors of recognized importance

in the academic environment, articles published, as well as reports from authorities. The results indicate that Brazilian Army maintains in its structure and to what extent the law allows the preservation of ethical and moral values in society.

Keywords: Values. Crisis. Army.

1 INTRODUÇÃO

Serão abordadas neste trabalho as formas de atuação do Exército Brasileiro na manutenção dos valores e costumes da sociedade brasileira. Entende-se que sua atuação, neste aspecto, abrange desde a importância dada a família tradicional até os valores incutidos no soldado verde-oliva.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a conjuntura atual referente aos valores éticos e morais dos representantes da sociedade brasileira, bem como de grande parcela dos brasileiros, além de levantar ações a serem executadas pelo Exército Brasileiro para reestruturar a base dos valores e costumes da sociedade brasileira.

Diante de tal contexto, levantaram-se as seguintes questões a serem analisadas no decorrer deste trabalho: Qual a origem da transformação de valores éticos e morais na sociedade brasileira? Quais ações o Exército Brasileiro leva a cabo para resguardar tais valores?

Para tais questionamentos a hipótese provável é a entrada em algumas instituições brasileiras de agentes intencionados em desestruturar a família, os valores e os costumes brasileiros.

O Trabalho é de grande relevância, tanto para a ampliação do conhecimento pessoal quanto para a Instituição já que busca esclarecer os por-

¹ Almeida Gomes é Cadete do 4º ano do Curso de Infantaria da AMAN.

² O Cel R1 Everton é Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente, é professor da Cadeira de Sociologia da AMAN.



quês da entrada da esquerda em algumas instituições brasileiras e sua consequência, bem como identificar ações das quais o EB pode tomar para restaurar e manter os valores que são pregados pela própria Instituição.

Desta forma será apresentada a construção da pesquisa nos seus aspectos de metodologia e de fundamentação teórica. A proposta da pesquisa consiste em métodos qualitativos, pois a sua análise focará no caráter subjetivo do objeto, será uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar os efeitos do avanço da esquerda em parcela das instituições brasileiras bem como ações do EB para barrar tal avanço.

Tratando-se de uma pesquisa no contexto da sociedade brasileira e desta forma, abordar um assunto de fundamental importância. Será do tipo exploratória por se tratar de um estudo preliminar do objetivo principal da pesquisa a ser realizada, buscando a familiarização do cenário a ser investigado, dando maior compreensão e precisão do conhecimento.

No primeiro capítulo é abordado sobre o novo método de tentativa de tomada do poder por parte da esquerda, que ao contrário do que houve explicitamente em meados de 1970, a esquerda faz uso da infiltração e enfraquecimento de algumas instituições. Período aquele caracterizado pelo avanço de guerrilhas para a tomada dos poderes estatais através da luta armada.

Alguns outros fatos ainda permeavam tal cenário: o então presidente da República dava suporte a indisciplina nos quartéis, a Rússia dava aval para uma tomada de poder no Brasil pela luta armada. Enquanto a extrema direita se armava para responder as futuras agressões da esquerda, criando um ambiente propício para uma guerra civil. Porém frente a esse cenário, em 31 de março, o governo foi expurgado da liderança esquerdista por uma mobilização militar. Enquanto a extrema direita se dissociou e não retornou às urnas.

Portanto tal cenário, descrito por Olavo de Carvalho no seu artigo “A História oficial de 1964”, evidencia os motivos e a maneira pelos quais os militares apoiados pela população chegaram ao poder.

No segundo capítulo será apresentada indícios de como o Exército Brasileiro mantém os valores éticos e morais vivos, como por exemplo a valo-

rização da família tradicional indo ao encontro do pensamento conservador, que segundo Oakeshott em um trecho do ensaio Sobre ser Conservador, explica:

“Ser Conservador, portanto, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o experimentado ao não experimentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito um presente alegre a uma felicidade utópica”.

E baseado no espírito conservador Roger Scruton diz que a família é “uma pequena unidade social que compartilha com a sociedade civil a condição única de ser não contratual, de surgir não da escolha, mas da necessidade natural”

O autor ainda faz uma abordagem desta relação não contratual na instituição Exército: “Desde o início fica claro que uma criança deve ser influenciada pelo poder de seus pais: seu amor por ele conceder-lhes-a esse poder, e os pais, mesmo quando permissivos, não se evadem de seu exercício, assim como um oficial não deixa de comandar suas tropas quando permite que essas fiquem constantemente à vontade”.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Visão dos Autores pós-modernos

Para Oakeshott, o conservadorismo, resume-se em melhorar o que já existe e não criar novas formas de pensando, tendendo a uma revolução ideológica. Afirmando que nas condições experimentadas até então, teremos como resultado respostas já conhecidas que nos permitiram a manutenção da sobrevivência humana, que são assim demonstrados:

Ser Conservador, portanto, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o experimentado ao não experimentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, um presente alegre a uma felicidade utópica (OAKESHOTT, sobre ser conservador, p. 05).

Giddens, contrariando o que defende Oake-



shott, entende que se deve fazer atualmente é buscar novas formas de pensamento, renunciando assim os valores e instituições já existente, como a família. Pode-se encontrar isso em sua obra *Sociologia* (2001, p. 199) onde afirma que:

Ninguém sabe ao certo. Mas a análise sociológica do casamento e da família que aqui é apresentada leva nos a pensar que não se resolvem os problemas atuais olhando para o passado.

Roger Scruton vai de encontro ao segundo autor, apoiando o primeiro, incluindo ainda uma abordagem relacionando o pensamento conservador a um exército. Em sua obra *O que é conservadorismo* (2015,p.70) Scruton diz:

Desde o início fica claro que uma criança deve ser influenciada pelo poder de seus pais: seu amor por ele conceder-lhes-a esse poder, e os pais, mesmo quando permissivos, não se evadem de seu exercício, assim como um oficial não deixa de comandar suas tropas quando permite que essas fiquem constantemente à vontade.

Dessa forma, pode-se abordar a teoria existente sobre o tema em questão da seguinte maneira:

Há uma corrente que defende que valores e instituições já existentes devem ser preservadas, como por exemplo as FFAA e a Igreja Católica ao lado da família. Baseando-se em fatos, ou seja, apoiando-se em algo já existente e experimentado.

Outra corrente, não menos importante, parte da premissa de que a sociedade contemporânea deve buscar o desconhecido, priorizando as liberdades individuais. Para tal, essa mesma corrente propõe mudanças na estrutura familiar e em outras instituições. Esta última corrente serve de suporte para os ideais da esquerda, que visando a sua derrota na luta armada, busca infiltrar-se nas diversas bases do pensamento conservador.

2.2 A Visão do Exército

Os manuais *Regulamento Disciplinar do Exército* (2012) e *EB20-MF-10.101*(2014) e tendem a se alinhar com o pensamento os dois autores con-

servadores, que é o de preservação e manutenção da família e valores. O manual *Regulamento Disciplinar do Exército* (2012) prescreve, textualmente que,

Concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares.

Não atender à obrigação de dar assistência à sua família ou dependentes legalmente constituídos, de que trata o Estatuto dos Militares.

A teoria que ampara nossa pesquisa pode ser assim resumida: a esquerda por diversas vezes tentou sobrepor seus ideais na sociedade brasileira, seja através da tomada do poder pela luta armada, seja, mais atual, pela infiltração nas instituições brasileiras. Aqueles ideais são defendidos por autores como Anthony Giddens, tomando um novo caráter, chamado agora de pós-modernos. Porém há autores que contrariam aquele, pois estes apresentam pensamentos conservadores. Estes pensamentos são seguidos também pelo Exército Brasileiro, que é ameaçado por agentes de esquerda por esta instituição ser guardião dos valores que estão sendo deturpados no Brasil.

Diante do que encontramos na literatura acerca do tema, podemos identificar algumas questões que nos parecem problemáticas – como explicar qual a origem da transformação de valores éticos e morais na brasileira ou quais ações o Exército Brasileiro leva a cabo para resguardar tais valores.

Leituras preliminares apontaram-nos para a possibilidade de diversas tentativas de tomada do poder pela via armada por parte da esquerda, que foi impedida pelas FFAA, mostrando que esta já realizou ações práticas para resguardar os valores estudados neste trabalho. Posteriormente, verificamos a mudança de estratégia da esquerda, passando da luta armada para a infiltração nas instituições, inclusive no Exército Brasileiro, sendo esta última ideia o foco de nosso estudo.

Visando a identificar quais autores, conservadores ou pós-modernos coadunam-se com nossa doutrina, formulamos o seguinte problema de pesquisa: De que forma o Exército Brasileiro procede para preservar os valores que estão sendo perdidos dentro da sociedade brasileira? E quando tais valores passaram a ser deturpados?

Partimos da hipótese de que houve a entra-



da em algumas instituições brasileiras de agentes intencionados em desestruturar a família, os valores e os costumes brasileiros, principalmente durante os anos compreendidos entre 1964 e 1985.

Logo, trabalhamos com os valores prezados pelo Exército frente os valores oriundos da esquerda. Essa comparação foi feita na atual sociedade brasileira.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar atual conjuntura referente aos valores éticos e morais dos representantes da sociedade brasileira, bem como de grande parcela dos brasileiros, além de levantar ações a serem executadas pelo Exército Brasileiro para reestruturar a base dos valores e costumes da sociedade brasileira.

Com o propósito de operacionalizarmos a pesquisa, adotamos os procedimentos metodológicos descritos abaixo.

Primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica visando a rever a literatura que nos fornecesse base teórica para prosseguirmos na pesquisa. Desse levantamento, destacam-se Olavo de Carvalho explicando os fatos ocorridos durante o Regime Militar, Roger Scruton e Oakeshott apresentando o pensamento conservador e Anthony Giddens fazendo o contraponto com o pensamento pós-moderno. Por fim estes autores foram comparados com a doutrina do Exército Brasileiro, tendo como base seus manuais.

Nossa primeira constatação foi que foram foram editados até o momento muitos títulos sobre o assunto. Quanto à qualidade das fontes encontradas, podemos dizer que estas foram de vital importância para este trabalho, visto a forte consistência desses autores. Destacam-se, pela qualidade, pertinência e atualidade, as obras de Roger Scruton e Olavo de Carvalho, bem como os manuais do Exército.

Amparados nessa base teórica, passamos a coletar dados por meio de consultas a outras obras de Olavo de Carvalho, como A Nova Era e a Revolução Cultural, que discorre sobre a tentativa de enfraquecimento das FFAA por parte do PT, e a obra O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial de Heitor de Paola, que nos mostra uma provável infiltração nas instituições que levou a perda dos valores pautados pelo Exército. Também recorreremos ao documento do governo PNHD3 que aborta uma

ótica pós-moderna a respeito do aborto e a vídeos do Cmt do Exército, definindo a missão da Instituição, estas obras e documentos, bem como os vídeos encontram-se disponíveis na Internet.

Adotamos como instrumento de coleta de dados o fichamento das ideias encontradas durante leituras e estudos das obras dos autores já citados para posterior aplicação neste trabalho. Nossos objetivos foram analisar atual conjuntura referente aos valores éticos e morais dos representantes da sociedade brasileira, bem como de grande parcela dos brasileiros, além de levantar ações a serem executadas pelo Exército Brasileiro para reestruturar a base dos valores e costumes da sociedade brasileira.

As obras, em sua maioria, foram obtidas em pesquisas na Internet ou livrarias. O critério de seleção adotado foi a escolha de autores tradicionais bem como de fontes confiáveis que representam suas ideias ou instituições.

Na análise dos dados, efetuamos comparação das ideias conservadoras e pós-modernas com o pensamento do Exército, através de manuais e o posicionamento do atual Cmt Ex. Confrontamos os resultados com a teoria estudada na revisão da literatura.

2.3 A Entrada da Esquerda nas Instituições Brasileiras

No Brasil, desde os anos que finalizaram os governos militares, os movimentos de esquerda trocaram a luta armada pela luta ideológica dentro das instituições. Com isso, houve inúmeros esquemas para estruturar tal invasão. No entanto, um desses planos tem ganhado força mesmo com o desconhecimento de grande parte da população.

O Pacto entre o Foro de São Paulo e o Diálogo Interamericano, título este do Capítulo XII da obra de Heitor de Paola intitulada de “O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial”, é claramente, como será mostrado no corpo deste trabalho, o plano que tem deturpado os valores da sociedade brasileira. O mesmo autor relata em sua obra acima:

[...] em janeiro de 1993 se encontraram em Princeton [...] Lula e Fernando Henrique Cardoso onde, sob a coordenação de Warren Christhofer, Secretá-



rio de Estado de Clinton, chegaram ao tal Pacto [...], no qual foram ajustadas estratégias para a América Latina.

Para melhor aceitação populacional, segundo o autor:

a proposta do Diálogo foi que a esquerda, mesmo radical, guerrilheira, revolucionária e marxista, abandonasse a forma atual de tomada do poder pela revolução e optasse pela participação em eleições, oferecendo como contrapartida o apoio do Diálogo para nele permanecer

Desta forma a esquerda estaria atuando em duas frentes:

a velha e revolucionária esquerda radical, chamada 'carnívora' e outra, moderna e pragmática, a esquerda 'vegetariana'. A primeira é representada por Chávez e Morales, a segunda por Lula, o único político de esquerda moderada que pode enfrentar os populistas.

Aquelas estratégias incluem, entre outras questões, o enfraquecimento das Forças Armadas e o controle populacional, que tendo a oposição da Igreja Católica, esta também precisaria ser enfraquecida.

2.3.1 Controle populacional e enfraquecimento da Igreja Católica

O Controle Populacional segundo o Diálogo deve ser feito através da legalização do aborto e união de homossexuais, pontos estes que vão de encontro com os ideais pregados pela Igreja Católica. Então de que maneira o Pacto conseguiria barrar a oposição Católica? Esta resposta também encontramos no livro de Heitor de Paola: "Esta precisaria ser enfraquecida com a noção de um misticismo individualista, que seria o determinante nas relações de cada um com Deus, sem necessidade de Igreja, sacramentos ou sacerdotes, ou, pelo menos, minimizando a presença desses elementos na população.", isso sendo incentivado por membros da própria religião. No entanto tal afronta não se dá apenas de dentro da Igreja, há também como escreve o autor do livro:

"Formou-se uma Comissão Parlamentar, da qual

fazia parte José Genoíno e parlamentares do PSDB com vistas à alteração da legalização do aborto, esterilização em massa e união civil de homossexuais. O programa do PT não inclui estes pontos, mas a Direção permitiu aos parlamentares agirem como entendessem no Encontro Nacional que se seguiu ao Pacto com o Diálogo."

Ainda sobre o aborto, o PNHD3 prevê como objetivo:

"g) Considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde. (Redação dada pelo Decreto nº 7.177, de 12.05.2010) [...]

Recomenda-se ao Poder Legislativo a adequação do Código Penal para a descriminalização do aborto."

Olavo de Carvalho em seus artigos também revela meios pelo qual a esquerda tem se infiltrado no Catolicismo. Uma dessas formas é a CFFC (Catholics for a free choice) descrito pelo autor em seu artigo "Escolha o adjetivo":

"A atividade da CFFC segue meticulosamente a regra de Antônio Gramsci: não combater a Igreja, mas apossar-se de suas estruturas, esvaziá-las de seu conteúdo espiritual e utilizá-las como instrumento para transmitir a mensagem anticristã."

No mesmo artigo, Olavo de Carvalho discorre sobre as origens dessa organização "católica":

"O primeiro escritório da CFFC foi na Planned Parenthood Foundation, dona da maior cadeia de clínicas de aborto nos EUA, e uma de suas principais financiadoras foi a Sunnen Foundation, que lutava para que o Estado, arrogando-se a autoridade dos antigos imperadores romanos em matéria religiosa, forçasse a Igreja Católica, por lei, a mudar sua doutrina quanto ao aborto. A Sunnen foi também patrocinadora do famoso processo 'Roe versus Wade', apresentado como um caso de estupro, que em 1973 resultou na legalização do aborto nos EUA. Passadas três décadas, a suposta vítima pediu pessoalmente a revisão do processo, confessando que não sofrera estupro nenhum mas fora subornada pelos líderes abortistas para declarar isso no tribunal. O caso agora está de volta na Suprema Corte. Toda a história do abortismo é uma história de fraudes."

2.3.2 Enfraquecimento das Forças Armadas



Ainda tomando como base o livro de nome “O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial”, as FFAA também é uma das barreiras contra o avanço das ideias do Pacto, e por essa razão o Diálogo tomou a seguinte atitude descrita no livro:

“Redução dos efetivos, nova destinação - transformá-las nas Forças de Paz da ONU ou a elas submetidas como força de segurança regional - e a redução da capacidade de decisão política com a criação do Ministério da Defesa (1999). Este Ministério existe em nada menos do que 162 dos 179 países do mundo. A maioria se formou após a II Guerra Mundial pela necessidade de coordenar os três ramos singulares das forças, terrestre, aéreo e marítimo (nos EUA quatro, com a autonomia dos Marines) e tem se mostrado uma instituição eficiente. Mas o que levou à sua criação no Brasil não foi a eficiência militar, mas a necessidade explícita de acabar com a possibilidade de intervenção militar na política civil. Se fosse por eficiência já existia o Estado Maior das Forças Armadas”.

Isso mostra mais uma vez o quão a esquerda depende do enfraquecimento FFAA para aplicar suas ideias, já que houve uma tentativa falha nos anos compreendidos entre 1964 e 1985.

Outra demonstração de tentativa de reduzir o poder das FFAA foi relatada na obra de Olavo de Carvalho, “A Nova Era e a Revolução Cultural”:

“A proposta petista de aumentar a dotação orçamentária das Forças Armadas em troca de retirar delas a responsabilidade pelo combate ao inimigo interno é puro suborno, em que o PT veste implicitamente a carapuça de inimigo interno. Se ainda existe consciência estratégica entre os militares, a proposta indecente será repelida.”

2.4 O Exército Resguarda-se da Esquerda

Visto que uma das pautas da esquerda é o enfraquecimento das FFAA, veremos neste capítulo como o Exército Brasileiro se defende destas tentativas.

Para resguarda-se e não desviar de sua finalidade, o EB tem sua missão bem definida e valores enraizados como afirma Gen Vilas Boas, Cmt Ex, na

5ª ed. do programa “Comandante Responde” quando perguntado a respeito das manifestações no ano de 2015:

“[...] o que está por trás dessas demandas são os valores que nossa a Força encarna, os valores que a sociedade está se ressentindo. Então eu acredito que seja a verdadeira motivação das pessoas ao pedir a presença dos militares. Por outro lado, o Brasil hoje é um país maduro com instituições plenamente consolidadas e funcionando, nós temos um sistema de peso e contra peso que dispensa a sociedade brasileira de ser tutelada e nos cabe cumprir o que está escrito na Constituição, ali nossas missões estão muito bem explícitas. Para o Exército estamos adotando uma linha de atuação com base em três vetores: primeiro é a manutenção da estabilidade, não só garantir e contribuir para manutenção da estabilidade, como não causar uma instabilidade de forma alguma e nós conseguimos isso mantendo a isenção e equidistância de todos os atores que estão operando no sentido de solucionar essa crise que estamos vivendo; o segundo vetor é o da legalidade, nós temos que cumprir as nossas missões respaldados em absoluto e estrito cumprimento do que está previsto em toda legislação desde Constituição, as leis complementares para que nós tenhamos segurança jurídica para essa atuação e nosso pessoal não venha ter nenhum tipo problema de problema posteriormente e o terceiro vetor é o da legitimidade, legitimidade que nos é proporcionada pela manutenção da estabilidade, por agir com legalidade, mas também pelos índices de confiabilidade que a sociedade brasileira nos coloca em primeiro lugar junto com a Marinha e a Força Aérea, e também pela nossa coesão, o Exército tem que passar para a sociedade brasileira e todos os atores uma imagem monolítica [...] esse é o aspecto mais importante.”

Nota-se tal importância na fala do Cmt Ex ao ser colocada em pauta novamente palavras semelhantes na 9ª ed, pois quando perguntado:

“General Vilas Boas temos visto e tem ocorrido por todo Brasil manifestações populares. Qual é a percepção do Exército sobre este momento?”

O Cmt Ex responde da seguinte maneira:

“É... O Exército faz parte da nação brasileira, estamos fazendo, participando, vivendo e sofrendo as consequências dessa crise que tem três componentes importantes: o componente político, o componente econômico e o componente ético moral, e os três estão interligados. Nós temos que... nós profissionais militares e é importante que sociedade saiba isso também: o Exército é uma instituição de Estado e nos momentos de crise, as instituições sólidas, principalmente em decorrência dos seus valores e do seu comprometimento, essas instituições acabam se tor-



nando referências, referência para a sociedade como um todo, que a ela miram e dela aguardam atitudes que sinalizam como sair da crise. Contudo, o nosso papel, como disse de instituição de Estado com as atribuições perfeitamente definidas na Constituição e também nas leis complementares, nós vamos pautar nossa atuação em três pilares básicos: primeira da estabilidade, contribuir para a manutenção da estabilidade, já que ela é condição essencial para que as instituições em nome da sociedade encontrem os caminhos que permitam sairmos dessa crise séria que estamos vivendo. Segundo é legalidade, toda e qualquer atitude nossa será absolutamente respaldada nos que os dispositivos legais estabelecem desde a Constituição até as leis complementares, conforme eu me referi, e sempre condicionado ao acionado de um dos poderes da República conforme o artigo 142 da Constituição determina. E o terceiro aspecto é a legitimidade que nos é proporcionada pela credibilidade que a sociedade brasileira nos atribui conforme as pesquisas de opinião indicam. E assim, nós temos certeza que é uma questão de tempo e o Brasil terá condições sim de reverter essa situação e reencontrar seu caminho de desenvolvimento, porque o Brasil que tem grande responsabilidade internacionais. Nós temos que colocar como foco novamente a questão nacional, o Brasil tem que reencontrar o sentido de projeto, restabelecer sua ideologia de desenvolvimento, porque o Brasil pela importância que tem não encontra outra alternativa que não seja a de se transformar em um país forte e uma referência na comunidade internacional. ”

Além da missão bem definida conforme descrita em três setores pelo Cmt Ex, há ainda os valores cultuados dentro da Instituição, que auxiliam no resguardar de deturpações dos mesmos. Tais valores estão previstos no Manual do Exército:

“As Instituições Militares possuem referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais. São os valores militares, que influenciam, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e, em particular, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição. A eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorrem de um fervoroso culto a tais valores.”

Dentre esses valores podem ser destacados o Patriotismo, descrito no mesmo manual como:

“[...]o amor incondicional à Pátria. Esse amor impele o militar a estar pronto a defender sua soberania, integridade territorial, unidade nacional e paz

social”.

Outro atributo importante para solidez do Exército é a Fé na Missão, explicado como:

“[...]crença inabalável na missão o Exército Brasileiro, e das Forças Armadas, em defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e participar de operações internacionais.”

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivos analisar uma possível origem das ausências de valores éticos e morais dos representantes da sociedade brasileira, bem como de grande parcela dos brasileiros, além de levantar ações levadas a cabo pelo Exército Brasileiro para resguardar os valores e costumes da sociedade brasileira.

Os resultados encontrados foram assim percebidos: a transferência de tentativa de poder por parte da esquerda através da luta armada passando a atuar infiltrando-se nas instituições que protegem os valores éticos e morais da sociedade, bem como, a atuação do Exército Brasileiro por meio da sua doutrina na manutenção de tais valores sociais.

Destaca-se dentre aqueles objetivos a forma como o Exército Brasileiro mantém resguardado os valores militares dentro da Instituição através de objetivos bem definidos em manuais que regulamentam aqueles valores, bem como a atuação do Cmt Ex na definição exata da missão do EB .

Diante destes resultados podemos afirmar que há elementos que tentam deturpar os valores tão raros na sociedade por meio da infiltração em instituições, porém o Exército Brasileiro, uma das instituições ameaçadas por tais agentes, possui efetivas medidas para resguardar-se dessa tentativa.

Se comparados com o que encontramos na teoria que sustentou a pesquisa, podemos identificar uma semelhança no modus operandi da esquerda previsto anterior a realização deste trabalho e durante as pesquisas realizadas. Porém há uma distorção na previsão de períodos no qual tais ações foram feitas.

Portanto, a nossa hipótese de pesquisa foi a



entrada em algumas instituições brasileiras de agentes intencionados em desestruturar a família, os valores e os costumes brasileiros não apenas durante meados dos anos 70 como também atualmente há o constante trabalho desses elementos para infiltrarem-se em tais instituições.

Concluímos então que desde sua criação o Exército Brasileiro resguarda os valores e bons costumes brasileiros, pautando-se na doutrina por ele criada e pela missão bem definida do Cmt Ex, tais pontos permitiriam que o EB repelisse por diversas vezes a esquerda na suas tentativas de tomada do poder.

REFERÊNCIAS

Academia Militar das Agulhas Negras. Manual de Iniciação à Pesquisa Científica. 2. ed. Resende: Acadêmica, 2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Exército Brasileiro. Manual de Fundamentos EB-20-MF-10.101 O Exército Brasileiro. 1. ed, 2014

_____, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília, 2010.

CARVALHO, Olavo de. A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 3. ed. Rio de Janeiro: VIDE Editorial, 2014

_____, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. 20. ed. organização Felipe Moura Brasil – 20 ed – Rio de Janeiro: Record, 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça; SOUZA, Vânia Pinheiro de. Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos. 6. ed. rev. e atual. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed – Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OAKESHOTT, Michael. “On Being Conservative”, in Rationalism in Politics and Other Essays, Indianápolis, Liberty Fund, 1991.

Paola, Heitor de. O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial. 1.ed. E Realizações, 2008.

SCRUTON, Roger. O que é conservadorismo. 1. ed. - São Paulo: É Realizações, 2015.



TERRITÓRIO: DA DIMENSÃO TERRESTRE AO CIBERESPAÇO - ESPAÇO, PODER, SEGURANÇA E OPORTUNIDADES ECONÔMICAS

Walfredo Bento Ferreira Neto ¹

RESUMO

O presente artigo trata, de forma exploratória e explicativa, sobre a evolução do conceito de território e suas repercussões. Para isso, o território é visto como elemento que contém, em si, questões intrínsecas ao sistema interestatal, como poder, segurança e recursos, indo além da dimensão terrestre, englobando a marítima, a aérea, e outras, ainda que intangíveis, aparentemente, como é o caso da extra-atmosférica e do ciberespaço, este último tido como o mais novo desafio postado aos Estados, concomitantemente às possibilidades econômicas e à necessidade de delimitação. Argumentamos ao final que a evolução desse conceito está diretamente relacionada às formas e ao êxito, ou não, de projeção de poder, de defesa, de segurança internacional e de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Território. Dimensões Territoriais. Poder. Segurança. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article approaches, in an exploratory and explanatory way, the evolution of the concept of territory and its repercussions. For this, the territory is seen as an element that, in itself, contains intrinsic issues, such as power, security and resources, going beyond the terrestrial dimension, encompassing maritime, air, and other, although apparently intangible, as is the case of extra-atmospheric and cyberspace, the latter regarded as the newest challenge to the States, concomitantly to the economic possibilities and the need for delimitation. We argue in the end that the evolution of this concept is directly associated to the forms

and success, or not, of power projection, defense, international security and economic development.

Keywords: Territory. Territorial Dimensions. Power. Safety. Development.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de território é muito caro aos geógrafos, mas não só a esses. Ora visto em sua forma tradicional - o espaço físico-geográfico -, que contempla as dimensões marítima e aérea, além da terrestre, ora sob uma ótica que privilegia uma ampliação, na qual se inserem “territórios” aparentemente intangíveis e virtuais, por exemplo. O certo é que o debruçar sobre esse conceito inspira, ainda que não de forma explícita, muitas das estratégias de poder inseridas no sistema interestatal.

Do primeiro ponto de vista, o conceito de território serviria apenas para enquadrar o espaço geográfico que fosse sentido e exercido pelo homem, isto é, objeto de estudo que pudesse ser visto, tateado e organizado, por exemplo. Sob a segunda ótica, o estudo acerca do conceito de território - ou sobre “territórios” - incluiria muito mais variáveis que, embora em um primeiro momento não fossem contempladas em um espaço físico perceptível, traz certamente reflexos para o homem. Neste último caso, ganha importância a associação entre os conceitos de território, poder (e jurisdição), segurança e oportunidades econômicas.

Na tentativa de seguir pistas que levaram a essa discussão e à investigação de uma evolução do conceito de território, Jean Gottmann (2012[1975]) trouxe contribuições bastante insti-

¹ Mestre em Estudos Estratégicos pelo INEST/UFF; doutorando pelo PEPI/UFRJ. É Major do QCO, Professor das Cadeiras de Geopolítica e de Relações Internacionais da AMAN e das disciplinas de Introdução ao Direito e de Desenvolvimento Socioeconômico na AEDB/Resende.



gantes. A percepção desse autor, à época que escreveu *The evolution of the concept of territory* (1975), era de que o conceito de território não se enquadrava mais apenas na relação com o espaço terrestre. Abrangia muito mais dimensões espaciais, derivadas da competição por mais poder, segurança (abrigo) e recursos (oportunidades econômicas), como foi o caso do domínio humano sobre os espaços marítimo e aéreo.

Além disso, para Gottmann, território era muito mais do que geografia ou espaço geográfico. Representava uma categoria de estudo na qual convergiam, também, as variáveis tempo, poder e riqueza, todas consideradas por um planejamento político, atendendo às estratégias de um Estado nacional. O território, assim, pode ser considerado, inclusive, o locus do confronto de “poderes”, no “jogo das trocas” (BRAUDEL, 1987[1985]) e no “jogo das guerras” (FIORI, 2004), ao serem associados às necessidades de domínio de recursos e de busca por segurança. Essa concepção é ratificada também por Lacoste, ao insistir na necessidade de se saber pensar o espaço, para saber nele se organizar eficazmente e, se necessário, combater (LACOSTE, 1989).

É nessa perspectiva que o presente trabalho pretende realizar, de forma exploratória, uma discussão sobre a evolução do conceito de território, verificando, ainda, se o que previu Gottmann (1975) se configura na realidade atual, no que diz respeito às demais dimensões espaciais e às questões constantes do sistema relacionadas a poder, segurança e recursos. Para tanto - e por limites de tempo e de espaço deste trabalho - o enfoque será dado no que se convencionou chamar sistema interestatal capitalista, que obedece ao modelo westfhaliano.

Para isso, além dessa primeira parte introdutória, o texto ficou dividido em mais duas seções. Na próxima, onde constam quatro subseções, tratamos do conceito de território e de sua ampliação, para outras dimensões e outros significados. Nessa parte, foram abrangidas, além da terrestre, as dimensões espaciais marítima, aérea, extra-atmosférica e, como desafio para reflexão estratégica, a cibernética, objeto que apontamos como nova dimensão territorial em fase de delimitação, com reflexos para a segurança e para a economia. Por fim, teceremos algumas considerações finais, sobretudo acerca da

evolução do território no pensamento de Gottmann (2012[1975]) em confrontação com as forças expansivas do sistema interestatal e seus reflexos contemporâneos, inclusive diretamente para o Brasil.

2. DE TERRITÓRIO A DIMENSÕES TERRITORIAIS

Foi com a sedentarização do homem que podemos apontar o início da tradição da ideia de território. Foi por buscar espaços geográficos para seus assentamentos que comunidades politicamente organizadas iniciaram, também, uma espécie de “sedentarização do poder”. (FIORI, 2004). Nesse aspecto, a relação entre território e abrigo, e território e oportunidades econômicas (GOTTMANN, 2012 [1975]) tornou-se algo intrínseco ao movimento humano no planeta.

Fruto desse movimento, derivou-se a pressão competitiva por territórios, e, conseqüentemente, uma corrida por melhor abrigo e por maior capacidade de recursos. Vários podem ser os recortes históricos e geográficos que traduzem esse movimento, contudo teremos como base o sistema interestatal pós-Westphália.

Como referencial teremos em conta o conceito de Gottmann acerca do território:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo [...]; é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartilhado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. [...]. (GOTTMANN, 2012 [1975], p. 523; 526).

Dessa forma, inseridos no conceito de território estão dois outros: o de espaço geográfico e o de poder. É por meio deste poder, na sua forma política ou jurisdicional, como afirma Gottmann, que o espaço geográfico é definido, delimitado, demarcado e organizado, surgindo, assim, no sistema interestatal, a importância das fronteiras, para as várias dimensões territoriais. Será, pois, em um primeiro momento, dentro dessas fronteiras, que o ente político organizado buscará ampliar sua capacidade de abri-



go, de obtenção de recursos e, consequentemente, de bem-estar para sua população.

Todavia, o próprio Gottmann já assinalara para outras possibilidades, pelas quais, no - e para - uso de territórios, o corpo político dependeria de “expansão que não envolve necessariamente alargamento territorial, mas pressupõe confiar política e economicamente numa vasta rede de relações externas.” (2012[1975], p. 532)². Essa expansão seria, para Gottmann, propiciada pela tecnologia de transporte e de comunicações, e pelo uso de empreendimentos econômicos internacionais, por exemplo. Assim, cada vez mais, a necessidade de delimitação espacial se tornava uma realidade.

2.1. DOS LIMITES DOS TERRITÓRIOS: AS FRONTEIRAS TERRESTRES

Como consequência de Westphalia (1648) e do reconhecimento recíproco de não interferência nos assuntos internos do Estado, houve a necessidade de se delimitar bem nitidamente até aonde se aplicaria esse reconhecimento, isto é, até aonde “posso”, ou “não posso” (alteridade), aplicar o poder, legitimamente, o que coincide a área ou poder de jurisdição. Nesse sentido, a fronteira, primeiramente a de natureza terrestre, funcionando como a linha epiderme do Estado territorial soberano, não mais poderia prescindir de uma teorização, o que deu origem, portanto, a uma Teoria das Fronteiras.

A fronteira territorial passou a simbolizar o limite de uma soberania: o seu início e fim. Passou a ser, por conseguinte, uma porção geopoliticamente sensível do Estado. Sua concepção e desenvolvimento não ocorreram (nem ocorrem) à toa. Segundo Meira Mattos, abordando a origem da Teoria das Fronteiras:

Cada Estado-Nação cultiva o sentimento de soberania.

2 Nesta passagem, além dos escritos contidos nas páginas 532-535, Gottmann (2012[1975]) transparece um pensamento bem similar ao de William Petty (1690), ao questionar, estrategicamente, como um Estado de pequena superfície territorial e pouca população poderia manter-se como bom abrigo e com muitas oportunidades econômicas frente a outros maiores. A ideia de poder relacional também é inferida. Uma das alternativas, assim, era de expandir-se para além do território físico. Ir para outra dimensão espacial - a marítima, à época - ou usar de outros artifícios econômicos.

A posse do território nacional, sua defesa, passa a ser dever sagrado do cidadão. A delimitação dos direitos territoriais torna-se imperativa. A fronteira adquire importância excepcional - é o limite da soberania nacional. (MATTOS, 1990, p. 15)

Disse Meira Mattos (1990) que os povos primitivos não tinham necessidade de estabelecer essa denominada limitação. Isso ocorria tendo em vista a ínfima e esparsa população que habitava o planeta, não havendo “pressões” no espaço natural. Eram povos nômades ou em vias de sedentarização e que a produção se dava em uma propriedade coletiva. Continua Mattos (1990) informando que, durante o mundo antigo, das conquistas marítimas que envolviam os sumérios, cartagineses, venezianos, sicilianos e romanos, o sentimento de posse/domínio do espaço era representado pela conquista de cidades e portos, visando às questões de logística e à submissão de governos locais. Dessa forma, não havia necessidade de fixação de uma linha, nem da faixa de fronteira. Nem no período feudal, em que houve uma extrema subdivisão do poder político, consubstanciado nos principados, grão-ducados, ducados, condados e feudos, a fronteira despertou atenção, nem foi necessária sua delimitação. Nesse tempo, o castelo e as grossas muralhas que o envolviam, além dos profundos fossos, é que simbolizavam o local a ser defendido pelo senhor e sua força militar.

Contudo, essa realidade foi alterada principalmente no hemisfério ocidental. Na Europa, com o surgimento das monarquias absolutistas e com o acréscimo populacional, o que acarretou centralização política e pressão por espaço (territorialização), devido à contiguidade, a tendência passou a ser o estabelecimento de uma linha fronteira que obedecesse às etapas de definição, de delimitação e, por fim, de demarcação. Essas fases de delimitação foram representadas por Mattos (1990), que as denominou na forma de estágios como: fronteira-zona; fronteira-faixa e fronteira-linha, na medida em que o processo de pressão territorial ampliou-se e os recursos tecnológicos e coercitivos permitiram (Quadro 1):



Quadro 1: Resumo Histórico – evolução das fronteiras terrestres

FASES/ESTÁGIOS		DESCRIÇÃO
1º	Vazios de ecúmene	- característico do mundo antigo, pouco povoado, quando os núcleos geohistóricos eram separados por enormes vazios demográficos.
2º	As largas zonas inocupadas ou fracamente ocupadas	- estas zonas não abrigavam nenhum poder político capaz de perturbar os interesses dos núcleos geohistóricos de que eram separadores.
3º	Faixas relativamente estreitas, chamadas fronteiras-faixa	- nas áreas em que o povoamento dos países limítrofes não chega a pressionar um sobre o outro.
4º	Fronteira-linha, estabelecida sob vários critérios (natural, artificial, astronômica, étnica)	- nas áreas em que a densidade populacional colocou em contato permanente o interesse das partes.

Fonte: elaborado a partir de MATTOS (1990, p. 17).

Essas transformações no formato da delimitação, em resposta às pressões competitivas por território, dizem respeito não apenas à fronteira do espaço geográfico terrestre. Junto e em resposta a essa pressão, e até mesmo às guerras de eliminação (ELIAS, 1973[1939]; FIORI, 2004), outros domínios espaciais foram objeto do poder. É dessa forma que podemos falar no empoderamento das dimensões marítima, aérea, extra-atmosférica e, mais recentemente, da dimensão cibernética - isto é, em suas transformações de espaços comuns (*global commons*), ou “espaços internacionais”, em dimensões territoriais. Enquanto as três primeiras dimensões são “nítidas”, pelo menos possíveis de serem sensoradas e monitoradas, e, atualmente, passíveis de plena utilização pelo homem, as duas últimas apresentam algumas restrições. Nesse sentido é que entendemos o território “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2003, p. 87), propriamente ditos, sendo estes últimos apenas o substrato material da *territorialidade*.

De certo é que todas essas dimensões territoriais coexistem (Figura 1), apenas variando no tempo o seu momento de descoberta pelo homem e sua conse-

guinte utilização, que sempre se vinculou às capacidades tecnológicas de cada época.

Para o Estado, ente que possui a prerrogativa de controle sobre seu espaço e o poder de planejamento das mais variadas formas de articulação, o que Bertha Becker chama de gestão territorial ou prática estratégica (BECKER, 2009, p. 156), essa apreensão se torna essencial.

Contar apenas com o que possa ser visto ou tateado é excluir muitas outras ações e funções do espaço. E essa simplificação para apenas o que é perceptível pode alcançar um insucesso. Sobre esse aspecto, Claude Raffestin detalha:

O “estrategista” não vê o terreno; mais ainda, só deve vê-lo conceitualizado, senão não agiria. É à distância que sua ação é possível e, desde então, essa distância é a única a criar o espaço: O espaço estratégico não é uma realidade empírica. É, de fato, criado pelo conceito de ação, que pode ser a guerra, mas que também pode ser qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. O estrategista não vê o terreno, mas a sua representação. (RAFFESTIN, 1993, p. 25)

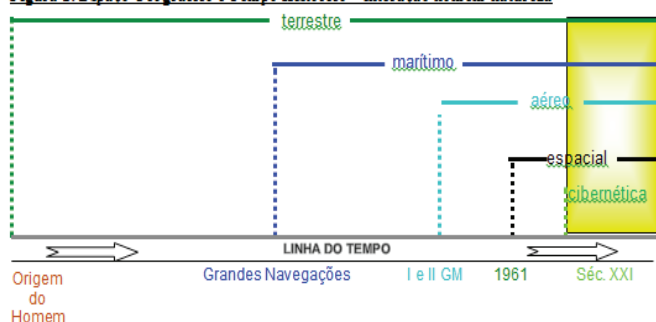
Também nesse sentido trabalhou Clausewitz com o conceito de estratégia, discordando de Dietrich von Bülow, a quem acusava de intensas tentativas de matematizar o campo de batalha, sem levar em consideração outros fatores que, embora não quantificáveis empiricamente e até mesmo de natureza imponderável, existiam de fato e serviam como recurso de poder na ocasião do conflito (PARET, 2001, pp. 262-263).

Para além da sua forma tradicional, a terrestre, o território cada vez mais veio sendo associado à ideia de jurisdição. Assim, mesmo enquanto não ocupado ou habitado pelo homem, fruto de relações políticas, o território pode ser objeto de apropriação de recursos e, por conseguinte, de aumento de probabilidade de segurança.

De forma breve, atendendo aos limites deste trabalho, e à abertura do debate feito por Gottmann (1975) acerca da ampliação do conceito de território, abordamos abaixo as construções territoriais e seus limites nas outras dimensões que não a terrestre, finalizando na tentativa de “tatear” o mais novo desafio: o território cibernético e o poder advindo deste.



Figura 1: Espaço Geográfico e Tempo Histórico – interação homem-natureza

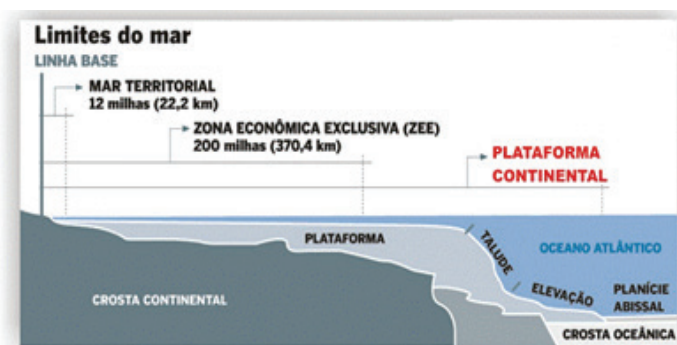


Fonte: FERREIRA NETO, 2014.

2.2. O Território Marítimo e sua Fronteira

No tocante à definição da fronteira marítima, foi a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada no dia 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay (Jamaica), e em vigor, internacionalmente, desde 16 de novembro de 1994, que trouxe o grande embasamento jurídico, estabelecendo os limites políticos dos Estados costeiros e, assim, minimizando a possibilidade de conflitos. Para o Estado nacional, os conceitos mais importantes criados pela CNUDM, com relação à delimitação da jurisdição nessa porção geográfica, foram os de Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental (inclusive sua versão estendida) (Figura 2). Destacamos, brevemente, tais definições:

Figura 2: Corte Transversal e Vista do Mar Territorial, ZEE e Plataforma Continental



Fonte: Marinha do Brasil.

- *Mar Territorial* – segundo J. F. Rezek (2005, p. 307) “é a extensão da soberania do Estado costeiro além de seu território e de suas águas interiores” (arts. 2º e

3º da CNUDM). Essa ideia de soberania do Estado costeiro está intrinsecamente ligada ao imperativo de defesa do território ou, conforme Dallari (1995), aos motivos de segurança. Para se ter uma noção acerca de sua importância, ao romper do século XVIII, adotava-se três milhas náuticas marítimas como Mar Territorial. Isso se justificava pelo alcance máximo da artilharia naval e costeira à época.³ Era a utilização da consagrada fórmula “*Terra potestas finitur ubi armorum vis*”, primeiro critério fixado ainda no séc. XVII. Essa fixação perdurou até o século XX, quando por volta da II Guerra Mundial alguns Estados estenderam – sempre mediante atos unilaterais – a largura dessa área (4, 6, 9 e mesmo 12 milhas náuticas). A partir de 1952, diversos países da América Latina – a começar pelo Chile, Equador e Peru – decidiram estender esse limite até as duzentas milhas, correspondendo a 370 quilômetros, aproximadamente. Os Estados Unidos não ficaram para trás: logo após a II GM reivindicaram o limite de 200 milhas para o mar territorial, “tendo em vista a necessidade de proteger o seu território contra armas de longo alcance” (MATTOS, 1990, p. 70). Hoje, a CNUDM estabelece 12 milhas, a partir da linha de base⁴ litorânea;

- *Zona Contígua* – é uma área reservada às medidas de fiscalização, no que diz respeito à alfândega, à imigração, à saúde e, ainda, à disciplina regulamentar dos portos e do trânsito pelas águas territoriais. Essa Zona não poderá ir além das 24 milhas marítimas, contadas da mesma linha de base do Mar Territorial (art. 3

Este registro é bem interessante, na medida em que se observa que o primeiro elemento capaz de fundar uma noção de alcance territorial é o poder, no caso o poder bélico, coercitivo. Esse ponto também se torna interessante, uma vez que é mencionado por Gottmann (1975), quando da discussão sobre a delimitação do espaço aéreo e sua transformação em território estatal: “A definição e o conceito em si obviamente estiveram se alternando no espaço e no tempo, com as ferramentas tecnológicas à disposição da sociedade organizada. [...] Quando aviões U2 começaram a voar e a era dos mísseis balísticos intercontinentais despontou, eles questionaram a validade da estabelecida doutrina de soberania sobre a coluna do espaço estendida ao infinito, acima do território em terra firme. [...] A definição de ‘controle’ permaneceu vaga; deve ter sido aceita como a função da potencialidade de cada Poder destruir objetos que penetrarem no seu espaço aéreo [...]” (2012[1975], p. 525, grifo nosso).

4 Linha de base: corresponde à linha intermediária entre a maré baixa (baixamar) e a maré alta (preamar) que alcança a costa.

33 da CNUDM);

- *Zona Econômica Exclusiva* – é “uma faixa adjacente ao Mar Territorial e cuja largura máxima é de 188 milhas náuticas contadas a partir do limite exterior daquele, com o que perfazem 200 milhas, a partir da linha de base” (REZEK, 2005, p. 303). A utilização econômica da dimensão marítima, além das razões de segurança e defesa, passou a ocasionar uma série de conflitos, exigindo, por conseguinte, uma regulação. O art. 56, da CNUDM, expõe os direitos concernentes ao Estado costeiro: exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo. Também autoriza a investigação científica marinha e a produção de energia, a partir da água, das correntes e dos ventos, e atribui como um dever a proteção e a preservação do meio marinho;

- *Plataforma Continental e sua versão estendida* – já prevendo o aumento da capacidade de utilização como oportunidade econômica desse ambiente, por meio, sobretudo, do uso de tecnologia, a CNUDM trouxe mais essa definição. Consoante seu art. 76, a plataforma continental compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que a margem exterior não atinja essa distância. Em uma leitura mais detalhada, esse mesmo artigo traz, em seus §§ 4º e 6º, algumas exceções, possibilitando o prolongamento dessa extensão. Observa a Convenção de *Montego Bay* que o limite exterior da plataforma continental coincidirá com o limite da ZEE (200 milhas náuticas, a partir da linha de base do litoral), a menos que o bordo exterior da margem continental – isto é, o limiar da área dos fundos marinhos – esteja ainda mais distante: neste caso, o bordo será o limite da plataforma, desde que não ultrapasse a extensão total de 350 milhas náuticas.⁵

⁵ Esse ponto muito interessa ao Brasil, devido à sua capacidade de exploração offshore em águas profundas.

2.3. O Território Aéreo e seus Limites

Com relação ao espaço aéreo, o desenvolvimento da aviação, a partir da I GM, fez com que houvesse a necessidade de uma normatização sobre esse domínio e acerca da navegação nesse espaço. Meira Mattos diz que a primeira ideia dos especialistas, com relação à delimitação de uma fronteira aérea, foi de aproximação ao que tinha sido feito com relação à marítima, comparando a massa atmosférica aos oceanos (MATTOS, 1990). Era premissa defender não só os territórios terrestre e marítimo; a soberania, isto é, o poder jurisdicional também nesse novo espaço deveria ser assegurado.

Podemos destacar, como primeira iniciativa quanto à regulamentação do uso desse domínio, a Convenção Internacional de Paris, em 1939, que transferiu para o ar o direito ao “uso inocente do espaço aéreo, obedecidas as restrições previstas pelas legislações de cada país” (MATTOS, 1990, p. 82). Contudo, é a Convenção de Chicago (Convenção da Aviação Civil Internacional), de 1944, que consiste na principal fonte de normatização do uso do espaço aéreo pelos Estados. Em seu preâmbulo, assim menciona essa Convenção:

Considerando que o desenvolvimento futuro da aviação civil internacional pode contribuir poderosamente para criar e conservar a amizade e a compreensão entre as nações e os povos do mundo, mas que seu abuso pode transformar-se em ameaça ou perigo para a segurança geral. (ONU, 1944)

Ao mesmo tempo em que indica as possibilidades de uso pelos povos e nações, e os benefícios oriundos daí, retrata a preocupação com a segurança no contexto internacional. Ao que nos parece, verdadeiramente, esse é o trajeto, por opção ou por necessidade, do uso e da ocupação das dimensões espaciais pelo homem: do uso pacífico, comum, acessível a todos, à possibilidade de controle e de conflito. Este último, no sistema westphaliano, recebe atenção especial pelos princípios internacionais que marcam o sistema mundi a partir de então, pois soberania e territorialidade passaram a ser os elementos norteadores que estabelecem reciprocamente a independência e a autonomia dos Estados, e alteram ou podem vir a alterar a sua capacidade de servir de abrigo (segurança) e de oportunidade econômica (recurso).



Também preocupada com isso, a Convenção de Chicago, logo em seus capítulos iniciais, fez questão de tratar de soberania e de território, apontando para esses dois pilares, tanto do Estado quanto do próprio sistema no qual este ator está inserido. Nessa visada, assim dizem os artigos I e II:

Artigo I. Soberania. Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo de seu território.

Artigo II. Territórios. Para os fins da presente Convenção, considera-se como território de um Estado, a extensão terrestre e as águas territoriais adjacentes, sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato do citado Estado. (ONU, 1944)

A Convenção de Chicago também estabelece os procedimentos a serem adotados pela aviação civil e pela militar, esta última com bem mais restrições. Dessa forma, por exemplo, aeronaves governamentais pertencentes a um dos Estados contratantes não poderão sobrevoar, nem aterrissar no território de outrem, sem autorização para tal feito. Há ainda a possibilidade de estabelecimento de “zonas proibidas”, por razões militares ou de segurança pública (Artigo III). Cada Estado contratante pode limitar ou proibir que aeronaves de outros Estados sobrevoem certas zonas de seus territórios - terrestre ou marítimo.

2.4. Dos Limites do Espaço Extra-Atmosférico ou Cósmico

Em se tratando de espaço extra-atmosférico (ou cósmico)⁶, ou seja, aquele localizado além do espaço aéreo, incluindo-se a lua e outros corpos celestes, e que, portanto, não consiste em território, ainda - embora territorializado⁷ ou em processo de territorialização por alguns Estados⁸ -, a Organização das Nações Unidas iniciou os trabalhos atinentes à regulamentação

desse espaço ainda em 1957, mais precisamente em 11 de novembro, após o advento do primeiro satélite artificial Sputnik, colocado a bordo do foguete lançador R-7, chamado de Semiorka, que foi também o primeiro míssil balístico intercontinental (MONSERRAT FILHO, 2007).

As iniciativas de regulamentação partiram das duas então “superpotências”, EUA e URSS, fruto de uma série de acordos bilaterais e da percepção de riscos de uma utilização militar desse então “recém-descoberto” espaço. Foi instaurado um comitê – Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Extra-Atmosférico (COPUOS) – que produziu, ao final, uma declaração, em 13 de dezembro de 1963, por meio da Resolução 1962 (XVIII). Nesse documento, transformado, em 1966, no Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, foram formalmente elencados, além dos princípios, as competências, as responsabilidades e as finalidades com relação ao espaço cósmico. Esse tratado foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 19 dez. 1966, com entrada em vigor em 10 out. 1967.

Todavia, essa não foi a primeira, nem é a única, normatização internacional para esse ambiente. Outras iniciativas da ONU, mais específicas e que demonstram a continuidade do processo de regulamentação desse espaço (Quadro 2), derivadas inclusive do que propõe a sua própria Carta (art. 13), precisam ser destacadas:

Quadro 2: Histórico de Normatização do Espaço Cósmico pela ONU

6 Em nossa pesquisa bibliográfica encontramos referências a esse espaço dessas duas maneiras (extra-atmosférico e cósmico), além das denominações “sideral” e “espaço exterior”. No entanto, pelos textos das Resoluções da ONU, as duas primeiras são as mais precisas. Ver, ainda, quanto ao espaço cósmico, V. M. Rangel (2005, pp. 393-) e em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118828>. Com relação ao extra-atmosférico, Dinh; Daillier; Pellet (2003, pp. 1281-).

7 Estados Unidos e Rússia, por exemplo.

8 China, um pouco mais adiantada, e Brasil, por exemplo.



- 1) Documento que estabelece um Comitê ad hoc sobre os usos pacíficos do espaço exterior [Resolução 1348 (XIII), de 1958];
- 2) Documento de criação do Comitê permanente para os usos pacíficos do espaço exterior [Resolução 1472 A (XIV), de 1959];
- 3) Enunciado que insiste junto aos Estados a se absterem de colocar em órbita quaisquer objetos portadores de armas nucleares ou de qualquer outro tipo de arma de destruição em massa e de instalar tais armas em corpos celestes [Resolução 1884 (XVIII), de 17 out. 1963];
- 4) Acordo de Salvamento dos Astronautas, o Retorno de Astronauta e a Restituição de Objetos Lançados no Espaço Extra-Atmosférico [Resolução 2345 (XXII), de 19 dez. 1967, em vigor em 22 abr. 1968];
- 5) Convenção sobre a Responsabilidade Internacional pelos Danos Causados por Objetos Espaciais [Resolução 2777 (XXVI), de 29 nov. 1971];
- 6) Convenção sobre Matrícula dos Objetos Lançados no Espaço Extra-Atmosférico [Resolução 3235 (XXIX), de 12. Nov. 1974], e
- 7) Acordo Regendo as Atividades dos Estados Sobre a Lua e Outros Corpos Celestes [Resolução 34/68, de 18 dez. 1979].

Fonte: FERREIRA NETO, 2014.

Voltando ao Tratado de 1966 (em vigor a partir de 1967), este traz alguns princípios estampados, tais como o da não-apropriação e o da liberdade, o que diferencia, logo em um primeiro momento, esse espaço do domínio aéreo. A conclusão acima é retirada do artigo II desse tratado, que diz: “o espaço cósmico, inclusive a Lua e demais corpos celestes, não poderá ser objeto de apropriação nacional por proclamação de soberania, por uso ou ocupação, nem por qualquer outro meio” (ONU, 1966). Todavia, ainda que essa normatização tenha um enorme valor formal e funcional, a fim de se evitar o conflito, na medida em que as atividades espaciais ganharam maior intensidade e passaram a ser objeto de competição, houve a diversificação de sua utilização, tanto para fim civil, quanto militar, a partir dos satélites artificiais e de outros engenhos que eram colocados em órbita. Din, Daillier e Pellet (2003) indicam algumas dessas utilizações:

[...] supervisão de territórios sobrevoados, localização de recursos naturais terrestres e marítimos (tele-detecção), radiodifusão e teledifusão directas (sic.), transmissões telefônicas, posicionamento dos navios, meteorologia, observações astronômicas, experiências científicas, projeto americano “guerra nas estrelas”, etc. (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, p. 1283)

Dessa forma, ainda que o tratado indique a não-apropriação e a derivada liberdade de utilização, alguns Estados perceberam que certos tipos de exploração não estariam à disposição de todos. Primeiro, por ser difícil, na prática, diferenciar/delimitar o espaço aéreo e o cósmico, principalmente para Estados que não possuem recursos tecnológicos com essa capacidade de monitoramento. Segundo, porque alguns Estados também notaram que se encontravam em posição geográfica naturalmente beneficiada para a exploração e utilização desse espaço, como é o caso da vantagem da linha do Equador, no tocante à órbita geoestacionária (DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, p. 1286).

2.5. O CIBERESPAÇO E SUA DELIMITAÇÃO: O NOVO DESAFIO

O desafio que propomos é demonstrar que mais uma dimensão do território vem sendo objeto da pressão competitiva do sistema interestatal e, portanto, do “jogo das trocas” braudeliano e das “guerras”, para ampliar poder, segurança e oportunidades econômicas. A resposta do Estado para essa possibilidade de ação no ambiente cibernético acompanha o fio condutor da territorialização ocorrida outrora com os demais domínios: o terrestre, o marítimo, o aéreo e o cósmico. Nesse sentido, assim se expressou o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, na abertura do III Seminário de Defesa Cibernética, em 2012:

A internet alterou os parâmetros de ação humana. O próprio conceito de realidade foi expandido pelo espaço digital. A cibernética emergiu como um novo domínio para a Defesa, e veio somar-se ao mar, a terra, ao ar e ao espaço. Aberto à ação humana, o domínio cibernético abre-se também ao conflito. (AMORIM, 2012)

Inúmeros países e outros atores do sistema internacional, dos diversos tabuleiros e posições do jogo



do poder, participam dessa reação, tentando, ora delimitar unilateralmente esse novo espaço, ora elaborar normas para a garantia de seu funcionamento, como é o caso dos Estados Unidos, por meio do Department of Defense (DoD), da *Defense Information Systems Agency*, da *National Security Agency (NSA)*, do Department of Homeland Security, da Defense Intelligence Agency, dentre outros, (OLIVEIRA, 2011, pp. 116-117); do Reino Unido, com a primeira estratégia nacional de segurança cibernética (Cyber Security Strategy of the United Kingdom: safety, security and resilience in cyber space), lançada em 2009, (CANONGIA; MANDARINO JÚNIOR, 2009, pp. 30-34); e da China, anunciando a criação de uma unidade específica de segurança e defesa na Província de Cantão (VENTRE, 2012, p. 43), no que segue Clarke e Knake (2010), e até mesmo de uma Força Armada específica, “guerreiros cibernéticos”, com a Coreia do Norte também seguindo esta mesma linha (SANTOS, 2011). Com relação aos organismos internacionais, chamamos atenção para a reação da OTAN, com o Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (NATO CCD COE) e da ONU, realizando exercícios reais entre países da região do sudeste asiático.

No ambiente cibernético do globo, os Estados definem seus territórios “nitidamente”, isto é, apropriam-se de um espaço comum (global common) por meio do poder. Como exemplos imediatos, mas não únicos, basta-nos ver os domínios dos sítios “.br”; “.us”; “.uk”; “.it”;..., que indicam perfeitamente os respectivos territórios no ambiente cibernético. Ainda nesse sentido, os Estados Unidos delimitaram não só o território de atuação do seu poder, como, internamente, distribuíram competências e atribuições acerca de cada domínio: o “.mil” ficou sob o encargo do comando combatente (USCYBERCOM), enquanto os “.gov” e “.com” foram atribuídos ao Department of Homeland Security e às empresas privadas, respectivamente (CLARKE, 2010; ZUCCARO, 2011, p. 64).

A estrutura montada e que funciona nesse ambiente também sofre influência do poder. A segurança dos backbones, dos data centers; dos firewalls e demais elementos de filtragem, e da hospedagem de sítios são alguns dos exemplos de que há, “nitidamente”, um exercício de poder no espaço cibernético, portanto havendo um território, e, por conseguinte, sua respectiva fron-

teira. Nesse novo cenário, os conceitos geográficos de rede, de ponto e de “nós”, outrora estudados nos espaços terrestre, marítimo e aéreo, são de suma importância. Sua aplicação guiará os Estados e os Organismos Internacionais reguladores do Direito na formulação dos limites do espaço cibernético, ou melhor, do seu território. Se antes já existiam formas de controle e de monitoramento para as fronteiras tradicionais, nessa “nova” os contornos não se mostram muito claros, nem precisos.

2.5.1. Da “Fronteira-zona” à “Fronteira-ponto”

Como fatores que provocaram a corrida por esse “novo” espaço, encontramos a internet: a instalação e a operação da rede mundial de computadores na escala global, e, como consequência deste, o exponencial aumento do número de atores que passaram a ter acesso a esse meio e que vem, portanto, ocasionando uma “pressão” nesse espaço. Esse processo de pressionamento se assemelha bastante ao que deu origem à construção das fronteiras do espaço terrestre. Para ilustrá-la, aproveitando a construção de Meira Mattos (1990) (Quadro 1), acrescentamos mais um estágio, buscando representar o que entendemos ser hoje a nova fase dessa Teoria, aplicada também ao ciberespaço, simultaneamente um território e uma rede, desde sua origem, e um espaço e um recurso, simultaneamente.

Acreditamos que, no atual estágio tecnológico, alguns Estados são capazes de delimitar seus interesses à escala de um “ponto”, alcançando-se, assim, a fase ou o estágio da “fronteira-ponto”, como um reflexo da trajetória histórica da capacidade de monitoramento e controle do sistema de Estados, e caracterizando, desta forma, a 5ª fase ou estágio da evolução das fronteiras (Quadro 2).

QUADRO 2: RESUMO HISTÓRICO - EVOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS E PROPOSTA



FASES/ESTÁGIOS		DESCRIÇÃO
1º	Vazios de ecúmene	- característico do mundo antigo, pouco povoado, quando os núcleos geohistóricos eram separados por enormes vazios demográficos.
2º	Largas zonas inocu- padas ou fracamen- te ocupadas	- estas zonas não abrigavam nenhum poder político capaz de perturbar os interesses dos núcleos geohistóricos de que eram separadores.
3º	Faixas relativamen- te estreitas, chama- das fronteiras-faixa	- nas áreas em que o povoamento dos países limítrofes não chega a pressio- nar um sobre o outro.
4º	Fronteira-linha, estabelecida sob critérios vários (natural, artifi- cial, astronômica, étnica)	- nas áreas em que a densidade popu- lacional colocou em contato perma- nente o interesse das partes.
5º	Fronteira-ponto, acompanhando o atual estágio tecno- lógico	- no ciberespaço, em sua estrutura física e/ou na imaterial, onde os inte- resses, por meio do fluxo de informa- ções, podem colidir e causar danos a “pontos” escolhidos no território, ou fora deste. Selecionam-se “nós” da rede e “pacotes” de informação que por esta trafegam.

Fonte: adaptado de MATTOS, 1990, p. 17 .

A fronteira, nessa visada, passa a ser ponto (fronteira-ponto), não simplesmente pelo objeto a ser defendido, pois isso já ocorria nas outras dimensões que não a cibernética, como no caso dos castelos, das fortalezas, dos fortes, de cidades, portos, estreitos e ilhas, ainda na Idade Média (MEIRA MATTOS, 1990; RAFFESTIN, 1993; NYE, 2012) ou pelos Estados tradicionais (GIDDENS, 2001, pp. 67-86). Pelo nosso entendimento temos o ponto, ou melhor, a “fronteira-ponto”, como resultante de uma maior capacidade de controle das informações e de monitoramento, de maior precisão e velocidade de tomada de decisão entre o sensoramento (detecção, vigilância), o processamento e a atuação do poder.

Esses pontos, a título de exemplo, significam: 1) as informações digitalizadas em seus “pacotes”, transitando por uma rede, localizada dentro ou fora do território terrestre (pelos backbones e cabos, pelas ondas hertz e fibra ótica), sendo processadas ou armazenadas em um computador (datacenter) (ativos da informação), 2) os “nós”, isto é, os pontos de conexão da rede pelos quais trafegam esses fluxos (“pacotes”), e 3) as estruturas estratégicas (infraestruturas críticas) com interes-

ses vitais para o Estado. Este último caracteriza o “extraespaço”, enquanto os dois primeiros correspondem ao “intraespaço” ou ao ciberespaço considerado em si mesmo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos de Jean Gottmann (2012[1975]) parecem ter um tom de clarividência. Por meio de curta, mas rica discussão acerca da evolução do conceito de território, Gottmann não só conseguiu abordar o viés histórico desse conceito, como também representar suas implicações na atualidade, no tocante a preocupações de natureza políticas e econômicas.

As finalidades do território para um Estado, bem verdade, continuam sendo as mesmas fundantes: abrigo (segurança) e oportunidades econômicas (recursos). Contudo, nessa - e para essa - busca dual, a sociedade politicamente organizada parece ter se aperfeiçoado, talvez em resposta à pressão competitiva do sistema. Com base em novas tecnologias e em novos recursos, o Estado aprendeu que território é muito mais que o espaço terrestre. É o marítimo e o aéreo, já apontados por Gottmann, em 1975, e pode ser o Antártico, também vislumbrado por esse autor. Mas pode ser ainda mais, incluindo oportunidades econômicas do espaço extra-atmosférico e do cibernético, fazendo com que desses derivem benefícios para sua própria segurança, por meio de acúmulo de capacidades (poder). Do território cibernético, por exemplo, além de um espaço em si, assistimos seu uso para monitorar as demais dimensões espaciais, em um jogo permanente de (re)territorialização, em um circuito mútuo e retroalimentado de coerção e obtenção de recurso. Dessa forma, podemos apreender, inclusive, a existência de territórios intangíveis e de virtuais, para geração de mais recursos e segurança.

Dessa forma, para além do ver ou do sentir, o território vem se atrelando à conotação estratégica e de jurisdição, medida inicialmente de forma unilateral, pelo alcance das armas e da tecnologia, e, depois, por meio de instituições e pelo direito. Também é verdade que para alguns atores do sistema interestatal, uns espaços são mais territorializados do que outros, fruto das respectivas capacidades tecnológicas - e de coerção - desses Estados.



O escrito de Jean Gottman abre uma série de possibilidades, inclusive a da necessidade de maior discussão e interrelação entre os trabalhos econômicos e políticos com a Geografia e com a História. Pois como o próprio Gottman alertou: “Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo.” (GOTTMAN, 2012[1975], p. 526). É do espaço geográfico, submetido a um poder, que a sociedade politicamente organizada obtém seus recursos e seu bem-estar. Mas também é de seus recursos que essa mesma sociedade organizada consegue acumular poder e aumentar a probabilidade de sua segurança. E tudo isso ocorre no - e a partir do - território, em suas várias dimensões.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. Manual do Candidato: Geografia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BRASIL. Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://dsic.planalto.gov.br/documentos/publicacoes/1_Livro_Verde_SEG_CIBER.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- BRAUDEL, F. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987[1985].
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.
- CLARKE, Richard; KNAKE, Robert. Cyber War: The Next Threat to National Security and What to Do About It. New York: CCCO, 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.
- DINH, Nguyen Q.; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- EARLE, Edward M. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friederich List: fundamentos econômicos do poder militar. In: PARET, Peter. Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. pp. 295-349.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993[1939]).
- FERREIRA NETO, W. B. Por uma Geopolítica Cibernética: apontamentos da Grande Estratégia brasileira para a “nova” dimensão da guerra. Niterói, 2013, 204f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense.
- FIORI, José Luís da Costa (org.). O Poder Americano. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GIDDENS, Anthony. O Estado-nação e a Violência. São Paulo: Edusp, 2001.
- GOTTMANN, J. A Evolução do Conceito de Território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, Campinas, 2012 (1975).
- HASBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- KOLOSOV, Yuri; GONCHAR, Dmitry V. Delimitation of Airspace and Outer Space: a Legal View. Revista Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial. Rio de Janeiro, n. 89. 2006. Disponível em: <<http://www.sbda.org.br/revista/Anterior/1780.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed., Campinas: Papirus, 1989. Disponível em: <<http://www.geoideias.com.br/geo/images/livros/a%20geografia%20Lacoste.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- MONSERRAT FILHO, José. Introdução ao Direito Espacial. Revista Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial, Rio de Janeiro, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.sbda.org.br/textos/textos.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2012.
- NYE, Joseph. O Futuro do Poder. São Paulo: Benvirá, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 7 de dezembro de 1945. Disponível em: <<http://www2.anac.gov.br/biblioteca/decretos/convencao-Chicago.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- _____. Resolução n.º 1962 (XVIII), de 13 de dezembro de 1963. Trata sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes. 1966. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118828>. Acesso em: 11 ago. 2012.
- _____. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/csup/CNUDM.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.



PARET, Peter. Clausewitz. In: PARET, Peter (org.). Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. pp. 257-292.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Vicente Marotta. Direito e Relações Internacionais. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp. 77-116.

VENTRE, Daniel. Ciberguerra. In: Seguridad Global y Potencias Emergentes em un Mundo Multipolar, XIX Curso Internacional de Defensa, 2011. Zaragoza: Imprenta Ministerio de Defensa, 2012. pp. 32-45.

ZUCCARO, Paulo Martino. Tendência global em segurança e defesa cibernética – reflexões sobre a proteção dos interesses brasileiros no ciberespaço. In: BARROS, Otávio S. R.; GOMES, Ulisses M. G.; FREITAS, Whitney L. de. (Org.). Desafios Estratégicos para a Segurança e Defesa Cibernética. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. pp. 49-77.



O BRASIL, A ÁFRICA E A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL

Victor Almeida Pereira¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a importância geopolítica do Atlântico Sul para a política externa brasileira para a África. Nesse contexto, inicialmente, são abordados os pressupostos teóricos dos principais geopolíticos brasileiros, no que se refere ao Atlântico Sul e à África. Em seguida, são descritas as principais ações geopolíticas em curso, referentes à projeção do Brasil naquele continente. Por fim, conclui-se sobre a necessidade de estreitamento das relações Brasil-África, principalmente na porção ocidental do continente africano, a fim de assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos países do sul do Atlântico.

Palavras-chave: África. Atlântico Sul. Geopolítica.

ABSTRACT

The current paper aims to analyse the geopolitical importance of the South Atlantic to the Brazilian foreign policy to Africa. In this context, initially, the premises of the Brazilian main geopolitical theorists were brought up, regarding South Atlantic and Africa. Subsequently, the primary geopolitical actions in course, concerning Brazil's projection towards Africa, were described. Finally, a conclusion was drawn, recommending the needs of approach between Brasil and Africa, mostly in its Western part, in order to assure stability and development of the South Atlantic countries.

Keywords: Africa. South Atlantic. Geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

O próprio determinismo geográfico demonstra uma tendência à aproximação entre Brasil e África. O estreitamento do Atlântico Sul entre o saliente nordestino brasileiro e o Senegal já evi-

dencia tal assertiva.

Contudo, a despeito de a Escola Geopolítica Brasileira recomendar a conveniência da cooperação Sul-Sul, ocorreram momentos na política externa brasileira que foram marcados por um afastamento diplomático entre o Brasil e o continente africano, em face das conjunturas mundiais vividas em cada governo.

Os principais teóricos brasileiros da geopolítica, sobretudo Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, reforçam em suas teses a importância do Atlântico Sul e a vocação marítima para a geopolítica brasileira.

Diante disso, cabe analisar a relevância do Atlântico Sul para a projeção geopolítica brasileira na África.

2. O ATLÂNTICO SUL E SUA RELEVÂNCIA PARA A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

A Escola Brasileira de Geopolítica já tratava do Atlântico, desde a década de 1930, na obra "Projeção Continental do Brasil", de autoria do então capitão do Exército Mário Travassos. Em sua teoria dos antagonismos, Travassos comenta que o oceano Atlântico é o mais frequentado do globo, em razão do intenso tráfego comercial entre América do Sul e os principais centros desenvolvidos da época (GABRIEL, 2012).

No entanto, é com Golbery do Couto e Silva, na conjuntura de confrontação entre Ocidente e Oriente da Guerra Fria, que o Atlântico Sul ganha destaque nos estudos geopolíticos brasileiros. Por meio da teoria dos hemisférios, análoga à estratégia de contenção de Nicholas Spykman, Golbery considera a defesa do Atlântico Sul como vital à segurança nacional. Para tal, passa a compreender a África Ocidental (ou Atlântica) como parte do

¹ O Autor é capitão de Artilharia formado na Academia Militar das Agulhas Negras. Atualmente é instrutor na AMAN.



entorno estratégico brasileiro, na medida em que a estabilidade dessa região garantiria a segurança das rotas comerciais no sul do Atlântico (NASCIMEN-TO, 2016).

Dando continuidade às teses golberianas, o general Carlos de Meira Mattos reforça a importância da “ponte estratégica Natal-Dakar”, em uma clara menção à necessidade de aprofundamento das relações entre o Brasil e a África. Sobre o assunto, ressalta Mattos (apud FREITAS, 2004): “não erraríamos se disséssemos que a nossa geografia e a nossa geoestratégia nos vinculam, primeiramente, à América e, em segundo lugar, à África”. Nesse sentido, fica clara a relevância do Atlântico Sul como ligação geopolítica entre o Brasil e o continente africano, uma vez que representa o “lócus” de grande parte do intercâmbio econômico entre ambos.

Therezinha de Castro, igualmente, afirma que “o Brasil foi no passado e continua sendo no presente, a despeito da interiorizada Brasília, um país voltado para o Atlântico” (CASTRO apud FREITAS, 2004). Partindo dessa premissa, Castro defende uma geoestratégia brasileira para a Antártida, justamente no intuito de incrementar a defesa do Atlântico Sul, evidenciando ainda mais a importância geopolítica dessa parte do mundo para o Brasil. Já no tocante ao continente africano, destaca-se a sua obra “África: geohistória, geopolítica e relações internacionais” lançada em 1981, deixando evidente a importância dada por Therezinha de Castro à África e ao que ela representa para a geopolítica brasileira.

Em que pesem os momentos de distanciamento entre Brasil e África, sobretudo nos governos de Juscelino Kubitschek, de Castello Branco e de Costa e Silva, atualmente, as relações bilaterais do Brasil com o continente africano têm ganhado bastante relevância. Mesmo não estando entre os principais parceiros comerciais do Brasil, os países da África têm se mostrado uma importante fronteira de negócios e de investimentos para empresas brasileiras, além de representar um campo de atuação bastante interessante para o Brasil no âmbito das relações e da cooperação Sul-Sul (BARRIVIERA, 2016).

Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo

da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro (COUTO, 1999 apud COSTA, 2013).

Dessa forma, é lícito afirmar que a política externa brasileira para a África está alinhada com os pressupostos da Escola Brasileira de Geopolítica. A participação brasileira em missões de paz no continente africano, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e o incremento nas relações com a África do Sul, por exemplo, são ações geopolíticas que podem ser destacadas na política exterior do Brasil e que contribuem para a estabilidade, o desenvolvimento e a segurança do Atlântico Sul.

A participação brasileira em missões de paz se insere no contexto de se estabelecer um cinturão de estabilidade, particularmente na África Ocidental, posto que os países africanos da costa atlântica apresentem-se como limite da segurança do Brasil, em face de uma ameaça vindo do leste (MATTOS apud FREITAS, 2004). Ainda, o maior envolvimento do Brasil em operações sob a égide da ONU consta como um dos objetivos da Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012), sendo inclusive um dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras, conforme a Constituição Federal (BRASIL, 2011).

Por sua vez, a ZOPACAS, criada em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, tem por objetivos: promover no Atlântico Sul a cooperação regional, o desenvolvimento social e econômico de seus membros, a conservação mútua dos recursos naturais e a manutenção da paz e da segurança na região (UNITED NATIONS, 1986). Assim, o estabelecimento de uma zona livre de conflitos no sul do Atlântico interessa a todos os países-membros, já que permite o comércio internacional marítimo com riscos mínimos à segurança, contribuindo assim para o incremento da economia regional.

Já a aproximação do Brasil com a África do Sul fica bastante evidenciada através dos fóruns IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (Brasil,



Rússia, Índia, China e África do Sul). Vale ressaltar o valor estratégico desse país para o Brasil (BRASIL, 2017), pois sua zona costeira constitui rota de passagem do Atlântico para o Índico, por meio do Cabo da Boa Esperança. Dessa forma, o aprofundamento dos laços diplomáticos entre os dois países permite ao Brasil estender seu comércio ao outro lado do continente africano e à Ásia, alavancando a projeção geopolítica do país para além de seu entorno estratégico.

Considerando, pois, que o transporte marítimo brasileiro é responsável por grande parte de suas relações comerciais, que o Atlântico Sul possui reservas consideráveis de petróleo e gás natural e que a porção ocidental da África é uma região vital para a geopolítica brasileira, conclui-se que a segurança e a estabilidade do Atlântico Sul é fator fundamental para o estreitamento das relações bilaterais Brasil-África, principalmente no âmbito político, econômico e da defesa, o que reforça sua importância estratégica para o Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que o Atlântico Sul é fundamental ao desenvolvimento econômico e social, seja do Brasil, seja do continente africano como um todo, sobretudo por concentrar grande parte das rotas comerciais de ambos os lados do Oceano. Ademais, a existência de reservas de petróleo e de gás natural nas profundezas do mar torna a região alvo de cobiça, por parte de países dependentes de combustíveis fósseis, o que pode acarretar possíveis disputas entre atores estatais na região.

Sendo assim, é fundamental a manutenção da estabilidade nos países do sul do Atlântico, na medida em que um ambiente seguro atrai investimentos que contribuem para o desenvolvimento desses países. Nesse sentido, a ZOPACAS e a participação brasileira em missões de paz na região têm sido iniciativas bastante oportunas, contribuindo para outras formas de cooperação Sul-Sul, sobretudo na área econômica e de defesa.

Igualmente, o aprofundamento das relações bilaterais com a África do Sul é bastante benéfico à projeção geopolítica do Brasil. Não num sentido

expansionista, mas sim num espírito de cooperação, fomentando o desenvolvimento econômico e social de ambos os países e reforçando a liderança regional de ambos em seus respectivos continentes. Ademais, a posição estratégica da África do Sul permite ao Brasil o acesso a novas rotas de comércio e, portanto, a novos mercados e parceiros nas demais áreas da política externa, seja na África Oriental ou até no continente asiático.

Dessa forma, não restam dúvidas sobre a importância geopolítica do Atlântico Sul no estreitamento das relações entre o Brasil e o continente africano. A projeção brasileira no Atlântico Sul gera, pois, diversas vantagens para o país como investimentos na área de defesa, aumento da cooperação Brasil-África nas áreas social e tecnológica, melhoria da imagem do Brasil no âmbito global, acesso a novos mercados, manutenção da paz na região, dentre outros ganhos na política exterior brasileira, contribuindo, sobremaneira, para o sonho de “Brasil Potência” da Escola Geopolítica Brasileira.

REFERÊNCIAS

BARRIVIERA, Giovanna de Neiva. O lugar da África na política externa brasileira após 2003. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 7, n. 36, p. 57-72, jun-jul. 2016. ISSN 2178-8839.

BRASIL. Constituição (1988). Lex: código penal militar, código de processo penal militar, estatuto dos militares, constituição federal, legislação penal, processual penal e administrativa militar. Organização Álvaro Lazzarini. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Repertório de Política Exterior: 2º trimestre. Brasília: FUNAG, 2017.

COSTA, Murilo Gomes da. Brasil e Zopacas: a manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 1, 2013, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/5766833/_Brasil_e_Zopacas_A_manuten%C3%A7%C3%A3o_do_status_quo_e_a_proje%C3%A7%C3%A3o_no_Atl%C3%A2ntico_Sul_> Acesso em 15 out. 2017.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. A escola geopolítica brasilei-



O BRASIL, A ÁFRICA E A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL (ARTIGO DE OPINIÃO)

ra: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2004.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. O pensamento geopolítico brasileiro: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

NASCIMENTO, Luiz Henrique Felício do. O ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

UNITED NATIONS. General Assembly. A/RES/41/11: declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic. New York, 27 oct. 1986.



UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES E RECURSOS TECNOLÓGICOS PELA TROPA BLINDADA: O QUE PODE SER APROVEITADO DA EXPERIÊNCIA DESSA TROPA PARA A INSTRUÇÃO DOS CADETES DA AMAN

Celsius Henrique Klinguelfus Mendes do Nascimento ¹

RESUMO

O emprego de simuladores e recursos tecnológicos está se tornando cada vez mais presente na rotina dos corpos de tropa. Diante desse fato, buscou-se traçar um paralelo da experiência da tropa blindada na utilização desses recursos com a instrução dos cadetes para verificar o que pode ser aproveitado pela Academia Militar das Agulhas Negras para melhorar a instrução. Foram utilizados como materiais para pesquisa manuais técnicos dos simuladores para tropas blindadas SPM, SPT, TSP e TSB, além da leitura de artigo sobre o emprego de softwares táticos do Centro de Instrução de Blindados.

Palavra-Chave: Simuladores, tropa blindada, AMAN

ABSTRACT

The use of simulators and technological resources is becoming more and more present in the routine of the troop corps. In view of this fact, we tried to draw a parallel of the experience of the armored personnel in the use of these resources with the instruction of the cadets to verify what can be used by the Military Academy of the Agulhas Negras to improve the instruction. Technical manuals of the simulators for SPM, SPT, TSP and TSB armored troops were used as research materials, as well as an article about the use of tactical softwares from the Armored Instruction Center.

Keyword: Simulators, armored troop, AMAN

1 INTRODUÇÃO

A defesa da Pátria sempre foi a razão de

ser das Forças Armadas, prevista na Constituição Federal, no caput do artigo 142. Para cumprir sua missão constitucional, o Exército divide seu ano de instrução e qualifica suas tropas por meio de exercícios e adestramentos – os quais são essenciais para o preparo e emprego de suas tropas. Nos últimos anos, a tecnologia vem sendo cada vez mais empregada nos exercícios e nos adestramentos das tropas, através de softwares de simulação virtual. Serão tomadas por base as tropas blindadas: atualmente, a maior parte dos exercícios e adestramentos realizados por essa tropa, dispõe de recursos tecnológicos, que estão se tornando cada vez mais indispensáveis.

2 DISCUSSÃO E ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ASSUNTO

Com a implantação do projeto Leopard, houve um salto significativo no material de emprego militar com a aquisição das Viaturas Blindadas de Combate CC Leopard 1 A5 BR e, também, nos recursos tecnológicos, com os softwares que são utilizados para capacitar as guarnições dessas Viaturas Blindadas de Combate. Todos os Regimentos de Carros de Combate possuem uma Seção de Instrução de Blindados, responsável por qualificar os militares da Organização Militar a operar na plenitude o Carro de Combate. São basicamente quatro simuladores que foram adquiridos juntamente com o projeto Leopard: Simulador de Procedimento de Motorista (SPM), Simulador de Procedimento de Torre (SPT), Treinador Sintético Portátil (TSP) e o Treinador Sintético de Blindados (TSB).

O SPM é o simulador que permite treinar e preparar o motorista para operar o Carro de Combate. Esse equipamento pode ser utilizado tanto

¹ O Autor é Tenente de Cavalaria formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



para a instrução - durante a fase da Instrução Individual de Qualificação (IIQ) - quanto para a simulação de para aspectos mais específicos do treinamento, pois o instrutor pode através da sua estação controlar o que está acontecendo no cenário e inserir panes que podem acontecer dentro do blindado para verificar a reação do motorista.

O SPT é uma cópia fidedigna do interior da torre do Carro de Combate e pode ser utilizado para treinar a guarnição em relação aos armamentos e equipamentos existentes no carro de combate, treinar as mais diferentes panes existentes - que podem ser programadas com o intuito de adestrar a guarnição. Ainda pode ser utilizado para adestrar o auxiliar do atirador no carregamento do canhão e nos procedimentos a serem tomados antes, durante e após o tiro, para treinar a guarnição a operar a VBC em modo degradado, utilizando o retículo OTAN para adquirir alvos, verificar distâncias além de adestrar a guarnição para utilização do blindado nos seus diferentes modos de operação.

O TSP é o simulador que permite treinamentos individualizados dos membros da guarnição ou conjuntos do atirador, motorista e do comandante do CC. Esse software dispõe de um posto individual para cada membro da guarnição, fazendo com que seja aumentado o realismo da simulação. Por meio desse software é possível treinar: o engajamento de alvos e a técnica de tiro do atirador; a direção por parte do motorista, a identificação de alvos por parte de todos os militares e a correta seleção de munição. Esse software pode ser utilizado como equipamento de instrução, durante a fase da IIQ e também para melhorar o adestramento das guarnições dos Carros de Combate. Ele permite, ainda, que o instrutor interfira a qualquer momento, antes e durante a realização da simulação, através da estação do instrutor.

O TSB é o software mais completo, pois enquanto os outros softwares são utilizados basicamente para treinar as técnicas, táticas e procedimentos (TTP) da guarnição, ele permite que o pelotão como um todo (quatro guarnições), execute uma situação tática, além de cobrar os mesmos procedimentos dos membros da guarnição que são executados dentro do Carro de Combate, ou seja, ele alia os aspectos táticos e técnicos em um mesmo simulador, o que proporciona um grande ganho a tropa. Esse software só

é encontrado no Centro de Instrução de Blindados e é utilizado no adestramento das frações. O instrutor pode controlar os incidentes que serão lançados no cenário, além de verificar as normas gerais de ação (NGA) e as técnicas, táticas e procedimentos da fração que está realizando seu adestramento.

Além disso, existem outros aparatos que são utilizados em exercícios de tiro do Leopard 1 A5 BR, como Live Firing Monitoring Equipment (LFME), equipamento que permite que a torre que controla o tiro do Leopard observe todos os procedimentos que ocorrem dentro do Carro de Combate, determinando as oportunidades de melhoria no treinamento e melhorando o desempenho por meio das lições aprendidas. Através desse software, é possível: duplicar a visão do EMES ou duplicar a visão termal da viatura, verificando a técnica de busca do atirador; verificar o áudio da guarnição durante o tiro; verificar a precisão do tiro, utilizando a câmera do equipamento e, caso seja necessário, bloquear o tiro a distância.

Também existem simuladores táticos, como o Steel Beasts e o Virtual Battlespace 3 (VBS 3). Através desses simuladores, é possível inserir diversas tropas em diferentes cenários táticos e treinar os comandantes de fração. Além disso, esses softwares permitem que a manobra seja gravada, possibilitando a visão da mesma através de qualquer das peças de manobra incluídas no sistema, facilitando sobremaneira a execução da análise pós-ação, melhorando o aprendizado e aumentando o ganho do exercício. O Centro de Instrução de Blindados realiza anualmente o exercício de Adestramento e Simulação Virtual, exercício no qual as tropas de todas as brigadas blindadas e mecanizadas recebem diversas instruções, constituem uma Força Tarefa e realizam cenários táticos para adestramento e posterior disseminação dos conhecimentos adquiridos dentro de suas respectivas OM.

A utilização desses softwares gera uma grande economia de meios e uma melhora significativa no desempenho da tropa nos adestramentos, pois, é possível melhorar o rendimento das frações e executar simulações táticas antes da tropa ir ao terreno, maximizando desse modo os efeitos do exercício. Além disso, esses softwares permitem que as tropas treinem operações complexas, como por exemplo, uma ultrapassagem, com um gasto financeiro muito me-



nor do que seria necessário para realizar essa operação.

Na instrução da Academia Militar das Agulhas Negras seria essencial a utilização de alguns desses softwares. Atualmente, os cadetes travam contato com os softwares para adestramento das guarnições da VBC CC Leopard 1 A5 BR, durante PCI realizados pela Academia. Nessa oportunidade, os cadetes podem verificar in loco o que aprenderam durante as instruções teóricas no curso e realizar as atividades práticas, tendo em vista que a AMAN não dispõe da VBC CC Leopard 1 A5 BR e dos softwares que são utilizados para adestramento das guarnições. Seria interessante que a AMAN possuísse o software Steel Beasts e o VBS 3, programas que permitem a integração entre diferentes peças de manobra dentro de uma Força Tarefa, para a realização de uma missão tática. Esses softwares proporcionariam um upgrade na qualidade das instruções e no planejamento dos exercícios, tendo em vista que os cadetes poderiam executar a mesma manobra no simulador antes de partirem para a execução real, maximizando os ganhos e o aprendizado obtido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a simulação virtual e as ferramentas tecnológicas são parte integrante do dia a dia do Exército Brasileiro e devem ser encaradas como uma importante ferramenta de auxílio a instrução, afinal, esses meios estão sendo empregados cada vez mais no corpo de tropa para adestrar e qualificar os seus efetivos.

A experiência obtida na tropa blindada mostra que, se essa ferramenta for empregada no momento correto da instrução e em conjunto com os exercícios de adestramento, os ganhos obtidos são gigantescos, tanto na economia de meios, como no desempenho da tropa. A utilização dos softwares de simulação virtual deve se tornar uma constante, pois maximiza os efeitos do treinamento, permite a correção de problemas antes da execução dos exercícios de adestramento propriamente ditos e auxilia na instrução militar.

É extremamente válido que os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras tenham con-

tato com materiais de tamanha tecnologia durante os PCI que são realizados, afinal, é dessa maneira que eles podem observar o que existe de mais moderno dentro do Exército, melhorar seu rendimento nas instruções e se motivar com a carreira que escolheram.

Além disso, a utilização dos softwares de simulação tática Steel Beasts e VBS 3 na AMAN representaria um grande avanço, projetando ainda mais a Academia na vanguarda da instrução militar. Afinal, os cadetes teriam um grande contato com essas ferramentas ao longo dos três anos do curso da arma, quadro ou serviço, tornando cada vez mais sólido o aprendizado dos cadetes de Caxias, que sairiam da AMAN com o conhecimento para operar os simuladores que encontrarão no corpo de tropa.

REFERENCIAS

Krauss-Maffei Wegmann. Description of the Instructor Management Interface. 2010.

Krauss-Maffei Wegmann. Equipamento de treinamento, torre sobre suporte móvel, A1 para CC Leopard 1A5, A5 A1 Brasil. 2010.

Krauss-Maffei Wegmann. Infrastructure Requirements for the Basic Driving Simulator – Leopard 1A5 Brazil (eFahrSim-Leo1 A5 BR). 2012.

Krauss-Maffei Wegmann. Manual de Operação Table Top Trainer Leopard 1 A5 – Brasil. 2010



COMANDO E CONTROLE: FERRAMENTA PROVEDORA DE CONSCIÊNCIA SITUACIONAL SPOT GEN3

Raphael Augusto de Oliveira Silva¹

1. INTRODUÇÃO

O teatro de operações do mundo contemporâneo é caracterizado por conflitos assimétricos, de amplo espectro, em um contexto de guerra de quarta geração. Nesse cenário, o inimigo não costuma ser um agente Estatal, há grande dependência de recursos tecnológicos, e assim, os meios de Tecnologia da Informação e Comunicações tornam-se atores primordiais para auxílio na tomada de decisão e controle situacional.

Através de aparelhos de geolocalização, o comando é apresentado à um novo patamar de consciência situacional, no qual é possível tomar decisões com maior celeridade, otimizando resultados e minimizando baixas e outros efeitos colaterais. Essa é a busca primordial do Comando e Controle (C²).

Ao apresentar os serviços e possibilidades do Rastreador Pessoal SPOT Gen3, pretende-se oferecer ao escalão superior a visão, no terreno e em tempo real, da posição de indivíduos e tropas, possibilitando um melhor estudo de situação e tomadas de decisões mais rápidas e acertadas.

O presente trabalho busca apresentar as funcionalidades desse aparelho, que podem servir de grande auxílio para a tomada de decisão, contribuindo com a consciência situacional do comandante.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O Comando e Controle

De acordo com o MD31-M-03, o conceito de C² se define como uma ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando, envolvendo três componentes imprescindíveis e interde-

pendentes, conforme a tabela seguinte:

Componente	Definição
Autoridade	Entidade legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para a qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle.
Processo Decisório	Processo baseado no arcabouço doutrinário, que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessário ao seu cumprimento.
Estrutura	Pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessários ao exercício da atividade de comando e controle.

Tabela 1 – Componentes do Comando e Controle

Fonte: Adaptado de MD31-M-03, 2015.

Nesse sentido, para o EB20-MC-10.205(2015), um sistema de Comando e Controle tem por definição o exercício da autoridade que um comandante tem sobre as forças à ele subordinadas, para o cumprimento da missão designada. Ele possibilita a coordenação entre a emissão de ordens e diretrizes e a obtenção de informações sobre a evolução da situação e das ações desencadeadas. “Assim, pode se dizer que o Sistema visa otimizar o ciclo continuado do ‘raciocínio-ação’, de tal modo a que sejam de uso corrente as informações processadas em tempo real” (C11-1, 1997, p. 3-4).

“A capacidade dos comandantes, em todos os

¹ O Autor é oficial da Arma de Comunicações, atualmente é instrutor na AMAN.



níveis, de tomarem decisões acertadas é fundamental para potencializar a sinergia das forças sob sua responsabilidade, cada vez mais exigidas a atuarem em operações de amplo espectro, as quais podem ser desenvolvidas em áreas geográficas lineares ou não, de forma contígua ou não, buscando contemplar as diversas missões que envolvem o emprego de meios militares” (MD31-M-03, 2015, p.15).

Ainda segundo a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle (2015, p. 15):

O processo de tomada de decisão envolve a obtenção de dados, a conjugação de fatores intervenientes, a obtenção e a manutenção da consciência situacional, até a decisão propriamente dita. Nesse sentido, a atividade de Comando e Controle (C²) é fundamental para o êxito das operações militares. Enquanto atividade especializada, a sua execução se baseia em uma concepção sistêmica, com métodos, procedimentos, características e vocabulário que lhe são peculiares (MD31-M-03, 2015, p. 15).

O Manual de Campanha Comando e Controle (2015) ressalta a crescente complexidade dos conflitos modernos e a necessidade de obtenção de vantagens importantes nas operações militares, o que torna o processo decisório cada vez mais dependente de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que permitam aos comandantes a execução do comando e controle, com rapidez e precisão. “Os Sistemas de TIC permitirão que um grande volume de informações seja disponibilizado aos diversos níveis de uma cadeia de comando” (MD31-M- 03, 2015, p. 16).

2.2. Consciência Situacional

Esse conceito é definido como “(...) percepção precisa e atualizada do ambiente operacional no qual se atuará e no reconhecimento da importância de cada elemento percebido em relação à missão atribuída” (MD31-M-03, 2015, p.16). Pode ser definido também como “a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real” (EB20-MC-10.205, 2015, p. 1- 3).

Sendo assim, pode-se caracterizar Consciên-

cia Situacional como a capacidade de mapeamento do ambiente, em busca da tomada de decisão ideal. Nesse sentido, a quantidade, qualidade e velocidade de informações recebidas do ambiente operacional são vitais para o exercício da decisão.

A utilização de ferramentas de TIC para alimentar o comando com informações torna-se, portanto, indispensável. Ferramentas cada vez mais avançadas possibilitam conhecer o ambiente operacional com mais detalhes, elencar mais opções de linhas de ação possíveis de serem tomadas e decidir com maior relevância e precisão.

Dessa maneira, cresce a necessidade de recursos digitais que forneçam informações com qualidade e em tempo real. “As redes digitais facilitam a transmissão e o armazenamento de grandes volumes de dados, que são tratados e atualizados em tempo real, agilizando o processo decisório” (MD31-M-03, 2015, p. 39).

Há diversos sistemas que atendem a essa demanda. No entanto, os que se mostram mais relevantes são os de geolocalização, que permitem o acompanhamento, em tempo real, da localização de indivíduos e tropas no terreno.

A tecnologia de geolocalização mais comum, que se destaca nesse cenário, é conhecida como Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global (GPS).

2.3. Sistema de Posicionamento Global

O GPS é um sistema de navegação desenvolvido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, que após certo tempo foi disponibilizado para o público civil ao redor do globo. Segundo Monico (2000), o GPS consiste na medida da distância entre o usuário do sistema e, pelo menos, quatro satélites geoestacionários. Dessa maneira, através da resolução de um sistema de equações, tem-se a possibilidade de determinar a latitude e longitude da antena de um aparelho GPS.

A concepção do sistema GPS permite que um usuário, em qualquer local da superfície terrestre, ou próximo a ela, tenha à sua disposição, no mínimo, quatro satélites para serem rastreados. [...] esse número de satélites permite que se realize um posicio-



namento em tempo real (MONICO, 2000, p. 21).

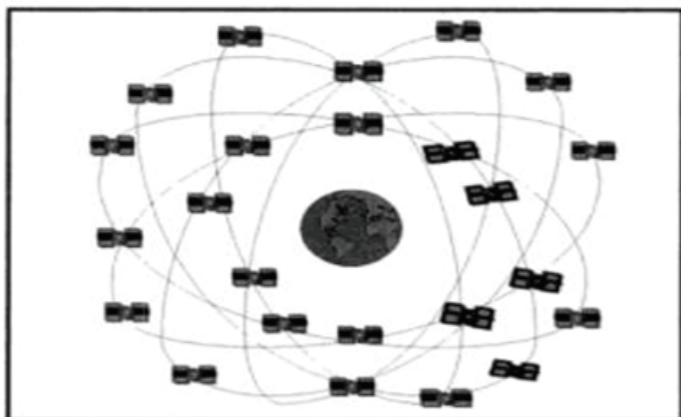


Figura 1 – Constelação dos Satélites GPS
Fonte: MONICO, 2000, p. 23.

É possível listar características positivas desse sistema. Primeiro, pode-se afirmar que um sistema capaz de precisar a posição de um indivíduo ou tropa é de grande valia para a Consciência Situacional do comando. Munido da informação de localização dentro do Teatro de Operações, o comandante pode ser mais eficaz nas suas tomadas de decisão. “Além disso, o GPS pode ser utilizado sob quaisquer condições climáticas” (MONICO, 2000, p. 21).

Por tudo isso, torna-se válida a utilização de aparelhos de GPS por tropas. Um equipamento que se destaca nesse segmento, por sua confiabilidade e versatilidade é o Rastreador Pessoal SPOT Gen3.

2.4. Rastreador Pessoal SPOT Gen3

Desenvolvido pela empresa SPOT LLC, esse equipamento permite a utilização, de maneira simplificada, de recursos de grande valia ao C², permitindo ao comando rápidas respostas às diversas situações que possam ser apresentadas no Teatro de Operações.

Como descreve o manual do equipamento, o SPOT obtém a localização GPS do usuário e a envia junto com alguma mensagem pré-programada para satélites de comunicação. Esses satélites direcionam a mensagem para antenas específicas ao redor do mundo, as quais encaminham a localização e mensagem para uma rede própria do sistema. As mensagens e localização podem ser entregues a contatos predefinidos por e-mail, mensagens de texto via ce-

lulares ou notificação de emergência para o Centro Internacional de Emergência e Resgate.



Figura 2 – Aparelho SPOT Gen3
Fonte: Manual do Usuário SPOT Gen3.

O aparelho possui as funcionalidades descritas na tabela seguinte:

Função	Definição
S.O.S	Em situações de emergência extrema com risco à vida, o usuário pressiona o botão S.O.S. e conta com assistência internacional. O Centro Internacional de Emergência e Resgate recebe o chamado, entra em contato com os contatos de emergência estabelecidos previamente e coordena o processo de busca e resgate junto às autoridades locais, até terem a confirmação de que o usuário foi encontrado.
Rastreamento	O Rastreamento forma um mapa (integrado à plataforma Google Maps) de trajeto percorrido pelo usuário, alimentado com localizações GPS na frequência de 2, 5, 10, 30 ou 60 minutos. Pode ser acompanhado pela Página Compartilhada SPOT em qualquer navegador e dispositivo, ou pelo aplicativo para celular.
Mensagem Personalizada	Uma mensagem pode ser configurada e enviada a qualquer momento para 10 contatos cadastrados através de e-mail ou mensagem telefônica.



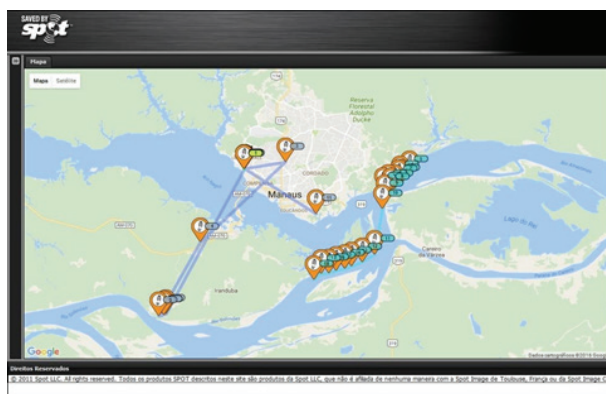
Ajuda	Em situações adversas, mas sem ameaças à vida, um pedido de ajuda pode ser enviado para 10 contatos programados pelo usuário.
Check-In/Ok	Uma mensagem é enviada com as coordenadas GPS do operador do aparelho para até 10 contatos de e-mail e celular.

Tabela 2 – Funções do Aparelho SPOT

Fonte: Adaptado do Manual do Usuário SPOT Gen3.

Todas essas ferramentas são de grande valia para o C², pois fornecem mecanismos para o auxílio da tomada de decisões, permitindo ao comando maior consciência situacional do usuário do aparelho.

Outra vantagem do aparelho é a simplicidade do manuseio. O dispositivo possui um painel simples, de fácil entendimento para o usuário, e o fato de ter como fonte de alimentação quatro pilhas AAA, o torna extremamente funcional para o combatente individual. O sistema conta ainda com uma interface interativa que permite correto entendimento do geoposicionamento de todos os aparelhos de sua rede, através da integração com o sistema Google Maps.

**Figura 3** – Interface do Serviço de Rastreamento do SPOT

Fonte: O autor.

**Figura 4** – Interface do Serviço de Rastreamento do SPOT

Fonte: O autor.

2.5. Aplicações Práticas

Este tipo de serviço é utilizado por algumas Unidades do Exército Brasileiro, como a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em São Gabriel da Cachoeira, a qual viu nos serviços fornecidos pelo SPOT, uma maneira de controlar o itinerário de suas embarcações. A 4ª Companhia de Inteligência, sediada em Manaus, também utiliza esses aparelhos para rastrear seus operadores durante missões em que os militares atuam de maneira isolada.

Há possibilidades de uso inclusive para o meio acadêmico. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde se formam os oficiais da linha de Ensino Militar Bélica do Exército, os serviços de geoposicionamento poderiam ser utilizados para auxiliar nas instruções militares. Exercícios como Orientação em Campanha, ou outros que demandam o emprego da navegação através do terreno, em que equipes de cadetes são dispersas pelo campo de instrução, teriam melhor rendimento, pois os instrutores poderiam acompanhar os deslocamentos, corrigindo possíveis falhas de navegação. Ademais, seria uma grande contribuição para a segurança nas instruções. A ciência do posicionamento de frações e indivíduos no terreno reduziria a chance de militares se perderem nos campos de instrução. O risco de baixas e de mortes seriam igualmente diminuídos, pois munido de posicionamento, e tendo a possibilidade de receber informações sobre possíveis riscos para a integridade dos cadetes, o comando poderia tomar decisões mais rápidas e corretas para resgate dos seus militares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou apresentar características do SPOT Gen3. Envio de mensagens, compartilhamento de localização e acionamento de serviços de emergência são algumas das funcionalidades desse equipamento.

Através do exposto, pode-se concluir que o aparelho SPOT Gen3 fornece um serviço indispensável para o

Comando e Controle: a consciência situacional.

Em um cenário de conflitos dinâmicos, o processo decisório precisa ser desenvolvido com rapidez e segurança. O serviço de localização em tempo real contribui para isso, permitindo a confiabilidade do sistema de comunicações.

Ao ter a ciência da posição e condições do usuário do aparelho, um comandante pode analisar melhor o contexto da situação, tomar melhores decisões e reduzir os efeitos colaterais de suas escolhas. A difusão do emprego desse serviço pode contribuir sobremaneira para a otimização do processo decisório em todos os níveis do comando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. C11-1: Manual de Campanha Emprego das Comunicações. 2ª edição. Brasília, DF: EME, 1997.

EB20-MC-10.205: Manual de Campanha Comando e Controle. 1ª edição. Brasília, DF: EME, 2015.

MD31-M-03: Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle. 3ª edição. Brasília, DF: EMCFA, 2015.

Manual do Usuário SPOT Gen3. Disponível em: <https://br.findmespot.com/pg/downloads/SPOTGen3_User_Guide_Portuguese.pdf>. Acessado em 02 de abril de 2018.

MONICO, J.F.G. Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: Descrição, Fundamentos e Aplicações. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000.



O EMPREGO DO M113BR NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO VII

Paulo Sergio Raghiant Benites Júnior

1. INTRODUÇÃO

A Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) M113 é a maior família de veículos blindados sobre lagartas já fabricada no mundo. Baseado no M59 e M75, da década de 50, o M113 foi colocado em utilização na década de 60 pelos Estados Unidos. Atualmente há mais de 80 mil destes veículos em uso, entre mais de 40 variantes. Sendo um dos veículos de combate mais utilizados, a família M113 desempenha um papel primordial nas atividades militares de pelo menos 44 países. Além disso seu chassi, altamente versátil, comporta atualizações de diversos tipos, permitindo transformá-lo desde viaturas blindadas de apoio ao combate até Viaturas Blindadas de Combate de Infantaria (VBCI), equipada com um canhão.

Em 2012 e 2013, o Brasil, por intermédio do Parque Regional de Manutenção 5 (Pq R Mnt/5) e em conjunto com a empresa americana BAE System, em Curitiba-PR, iniciou o trabalho de modernização do M113B, adotando o modelo americano M113 A2 MK1, recebendo a denominação de M113BR, substituindo a antiga versão, dotação dos Batalhões de Infantaria Blindado. As principais mudanças foram no conjunto de força, transmissão e trens de rolamento. Uma das mudanças que merece destaque, foi o novo sistema de freio a discos, com acionamento manual por alavancas. Essa modificação possibilitou a realização do movimento de pivoteamento¹, com grande importância para a mobilidade do carro em áreas com vias de acesso estreitas, influenciando em

1 Storti e Botelho (2016) apresentam essas modificações mecânicas do M113BR, que por não serem o foco do trabalho, serão superficialmente abordadas. O movimento de pivoteamento é definido pelos autores como “manobra na qual uma das lagartas é totalmente travada para que o carro faça uma curva sobre seu eixo”.

O Autor é Capitão de Infantaria. Atualmente é Instrutor do Curso de Infantaria da AMAN.

seu raio de curva.

Em 2014, durante a Operação São Francisco, no conjunto de favelas da Maré a viatura teve seu primeiro emprego operacional, na Força de Pacificação IV (F Pac)², dando mobilidade e proteção blindada as tropas do contingente da 11ª Brigada de Infantaria Leve. No entanto, a despeito do emprego, este não foi feito como fração blindada, apenas como um meio de transporte da tropa para a zona de ação. Isso configura-se somente uma das possibilidades da VBTP.

A partir da F Pac V, passou a constituir o organograma da F Pac uma Companhia de Fuzileiros Blindada do Comando Militar do Sul. Nesse momento inicia-se a utilização da tropa blindada nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Complexo da Maré utilizando seu meio orgânico, o M113BR, em um regime intenso. Com base nessas considerações, o presente artigo pretende analisar a relevância do emprego do M113BR nas operações desenvolvidas no Complexo da Maré durante a Força de Pacificação São Francisco VII, pela SU Fuz Bld (FT Aço), no primeiro semestre de 2015. Os dados apresentados levam em considerações os procedimentos adotados e ensinamentos colhidos sobre o uso da VBTP em diversos tipos de operações.

O estudo tem sua relevância pela carência de fontes de consulta sobre o emprego da tropa blindada nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, usando seu meio orgânico a VBTP. O objetivo do estudo é, a partir dos ensinamentos colhidos, comprovar a eficiência do emprego deste meio blindado nas operações, mostrando que além da família de blindados sobre rodas (tropas mecanizadas), a família de blindados sobre lagartas, dadas a análise dos fatores da decisão, é mais um meio à mão do comando para o bom cumprimento da missão de garantir a

2 Apesar do nome de Força de Pacificação, segundo o Manual de Operação EB70-MC-10.223 (BRASIL, 2017), trata-se de uma Operação de Cooperação e Coordenação com Agências, do tipo Operação de Garantia da Lei e da Ordem.



lei e a ordem em ambientes altamente humanizados que exijam a proteção blindada e a mobilidade.

2. AMBIENTE OPERACIONAL

O ambiente de operações da Maré é complexo na análise de todos os fatores da decisão. Para atender ao objeto de estudo, não será aprofundado este debate sobre a Operação São Francisco, mantendo o foco nas tarefas desempenhadas.

A complexidade do ambiente do Complexo de Favelas da Maré inicia por sua geografia física e humana. Os aspectos físicos revelam um conjunto de 15 comunidades, com geografia variada. O terreno misto, vai desde áreas planas, sem elevações dominantes, como Conjunto Pinheiros, até ocupações em morros, com alta densidade de imóveis e populacional em elevação dominante, como o Morro do Timbau.

A população, de cerca de 150 mil habitantes, apresenta altíssima densidade demográfica. Todo esse conjunto é cortado por ruas, vielas e passagens de largura variável, desde avenidas até passagens para apenas um homem a pé, formando uma dinâmica bastante própria para trânsito.

As construções mostram uma favela verticalizada, com três e até quatro andares, tornando as lajes outro corredor de mobilidade. Diferente de outras comunidades, em sua maior parte as construções são de alvenaria, possuindo energia elétrica e água.

O terreno humano, tão complexo quanto a geografia da região, mostra uma rede que liga o crime organizado, mídia, agentes de segurança e população. No crime organizado, à época da Operação, havia a presença do Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Milícias, além da disputa dos Amigos dos Amigos (ADA) por áreas no interior do complexo. Esses Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) mesclam-se com a comunidade, da qual são membros efetivos. Esses elementos, em dados momentos, portam armamento ou equipamentos rádios ostensivamente agindo em prol de atividades criminosas, até contra a tropa em operações. Em outros momentos tornam-se mais um morador no interior da comunidade. Assim não há fardas ou identificações que possibilitem claramente

assinalá-los como hostis, apenas suas ações ostensivas e levantamentos de inteligência realizados pela tropa ou elementos especializados puderam definir.

No que tange à população, verificou-se apoio (de forma geral) à presença das Forças Armadas, no entanto receio pela característica da missão de emprego temporário, suscitando receios em apoiar plenamente pelo “e depois do Exército?”. Com isso, diversas ações foram realizadas pela F Pac afim de conquistar esse terreno humano, aplicando a narrativa dominante da instituição, usando o guarda-chuva de capacidades operacionais das Operações de Informação. Assim buscou-se efetivar a ação do militar como sensor de inteligência e vetor de operações psicológicas.

3. VEÍCULOS BLINDADOS EMPREGADOS PELA FORÇA DE PACIFICAÇÃO SÃO FRANCISCO VII

Durante a Força de Pacificação São Francisco VII foram utilizadas pelo Exército as viaturas blindadas: Urutu, Guarani e M113BR. A seguir temos um comparativo das dimensões dos carros:

Tabela 1: Comparação da dimensão das viaturas blindadas na missão.

VIATURA	COMPRI-MENTO	LARGURA	ALTURA	MOBILIDADE
GUARANI	7,1 m	2,8 m	2,6 m	Rodas
URUTU	6,1 m	2,6 m	2,9 m	Rodas
M113	4,8 m	2,6 m	2,5 m	Lagartas

Fonte: elaborado pelo autor.

Dessas viaturas empregadas, apenas o M113BR era sobre lagartas. Isso tem implicações diretas na mobilidade do carro e nos danos das lagartas em vias. Ainda, o M113 era a viatura blindada com menores dimensões entre as três empregadas.

Quanto a mobilidade, as lagartas permitiam ao M113 transpor obstáculos e deslocar-se por terrenos impeditivos aos carros sobre rodas. Bem como a capa-



cidade de transposição de vãos era maior. Quanto aos danos às vias, em deslocamentos em asfalto não havia qualquer dano ao revestimento asfáltico, quer seja dos veículos sobre rodas ou lagartas. Os danos eram às calçadas durante a manobra dos M113.

Outro aspecto relevante para o emprego desses carros no interior da Área de Operações era seu raio de curva. Nesse aspecto, o Guarani, além de suas dimensões maiores, possuía um maior raio de curva. O Urutu, com dimensões um pouco inferiores ao Guarani e um raio de curva também menor, conseguindo transitar pelas vias mais largas e principais. O M113BR apresentou os melhores resultados nesse aspecto. As mudanças mecânicas do carro conferiram-lhe a capacidade de pivotar sobre um eixo, reduzindo seu raio de curva que somado as dimensões do carro permitiram-lhe uma trafegabilidade semelhante das viaturas Marruá.

Corroborando com o exposto, Pereira (2017, p. 175) realizou uma pesquisa utilizando como amostra militares participantes da Operação São Francisco, identificando que 77,5% dos entrevistados acreditam que VBTP M113BR é a viatura blindada mais apta para operar em ambiente urbano no contexto de OAG e 76% que sua manobrabilidade em vias urbanas, como favelas, é adequada.

Figura 1: Mapa de trafegabilidade do M113BR no Morro do Timbau



Fonte: elaborado pelo autor.

A FT Aço durante todo o período da F Pac VII foi empregada sob controle operacional. Inicialmente operou na área de Pinheiros (Zona de ação da FT Cerrado), posteriormente operando na área do Morro do Timbau (Zona de ação da FT Sentinela), ainda

apoiou o Grupamento Operativo dos Fuzileiros Navais, na região de Vila do João (FT Sul) e a FT DOFEsp em toda a Área de Operações. Assim, a FT Aço operou em toda a Área de Operações da F Pac VII, que na Figura 2 está assinalada em verde. Ao todo foram totalizadas 224 atividades operacionais desenvolvidas pela FT Aço, a grande parte delas valor Pelotão e em uma menor quantidade valor Subunidade.

Figura 2: Complexo da Maré (em verde a Área de Operações da F Pac VII)



Fonte: autor desconhecido.

Os principais empregos das frações blindadas foram: patrulhamentos e ações de desengajamento, fornecendo proteção as tropas motorizadas para seu retraimento quando engajadas por fogos, assumindo o contato com os APOP. Ainda, foram amplamente empregadas em PBCVU e Check Point. Na fase final da operação passou a reserva hipotecada atuando preposicionada, realizando patrulhamento em áreas que facilitassem o reforço às tropas empenhadas.

Nas atividades de patrulhamento priorizou-se o patrulhamento a pé apoiado pelas viaturas, o que foi possível em praticamente toda a área de Pinheiros e com limitações em Timbau. Nessa área adotou-se o modus operandi de aproveitamento da grande mobilidade do M113BR que permitia realização do patrulhamento blindado por toda a zona de ação. Assim, iniciava-se o patrulhamento pelo perímetro externo, reduzindo-se o perímetro delimitando um setor. Por fim, realizando um movimento coordenado o Pel ocupava Pontos de Controle predeterminados no interior de uma célula de patrulhamento. Realizava-se um vasculhamento do centro para o perímetro externo a pé. Posteriormente os blindados se deslocavam para o exterior da área,

ocupando posições que controlassem o acesso a essa célula, junto aos Grupos de Combate (GC), realizando Check Points. O objetivo nessa ação não era obter a surpresa, sim segurança para a manutenção da área.

O estudo do terreno na área do Timbau mostrou que o patrulhamento apoiado pelos carros não seria possível em grande parte da área. Assim os pelotões realizaram o patrulhamento a pé, sem o acompanhamento do blindado, que permanecia em posição de apoio, podendo prover observação em profundidade (através do militar na torre) ou apoiar com fogo. Assim, adaptou-se o conceito de Ponto Forte, utilizando uma Zona de Reunião de Blindados em postos-chave que fornecessem vantagem à nossa tropa e limitassem a iniciativa de elementos hostis, permitindo irradiar o poder de combate. A partir deste ponto as Patrulhas a Pé, nível GC, eram lançadas em um raio de até 300 m do ponto estação. Os GC saíam sempre alternados, não mais de um GC patrulhando simultaneamente. Os GC que permaneciam a Área de Reunião realizavam a segurança das VBTP e Check Points, verificando carros, motos e pessoal, além de, dentro das possibilidades do terreno, ocupando lajes. Essas frações ainda garantiam ao Cmt Pel a possibilidade de utilizar o princípio da manobra.

Outra forma de patrulhamento utilizada foi, após perceber-se a dificuldade em manter o apoio mútuo dos M113 no interior da localidade, que cada carro ocuparia pontos de controle distintos, a uma distância de até 300m, sem contato visual entre eles. Para mitigar o risco tático de engajamento da VBTP isolada adotou-se um GC permanecendo próximo ao carro, realizando Check Point e ocupação de lajes. Sob comando do Cmt Pel, um GC por vez realizava patrulhas de ligação entre os carros. Cabe destacar que cada um desses pontos de controle ocupados era definido pelo Oficial de Inteligência como centro de gravidade para os APOP.

Deve ser lembrado que como princípio de emprego das VBTP estas nunca permanecem desguarnecidas. O motorista e o atirador sempre permanecem com o carro.

Os levantamentos de inteligência realizados pelos Pelotões permitiram identificar pontos cegos no sistema de vigilância APOP. Com isso as frações realizaram dissimulações, realizando o desembarque em movimento dos carros em pontos cegos, dirigindo os M113BR para pontos de apoio enquanto a tropa, pa-

trulhando a pé buscava “empurrar” o dispositivo APOP na direção dos carros, buscando o efeito “martelo e bigorna”. Ainda, esse levantamento permitia a atualização constante do estudo das vias de acesso quanto à observação dos elementos adversos, retroalimentando o ciclo de inteligência do PITCIC.

A capacidade de transposição de obstáculos do M113BR permitiu que apoiasse com desobstruções de vias. Isso ocorria principalmente em operações de investimento, quando após realizado o cerco identificava-se vias de acesso bloqueadas, o que redundava em áreas com fogos amarrados pelos APOP. Nesse cenário, os M113 ultrapassavam os obstáculos, permitindo a penetração nos dispositivos e apoiando o movimento de outras frações a sua esteira.

Adaptações fizeram-se necessárias para aumentar a eficiência, como a utilização de sacos de areia sobre a VBTP, atuando como anteparo para tiros recebidos e diminuindo os estilhaços, protegendo os fuzileiros em posição de tiro na escotilha. Outra adaptação foi quanto a dotação do Atirador da guarnição, retirando-se a Metralhadora .50 e dotando-o com um fuzil com luneta. Buscou-se aumentar a capacidade de observação e dar a esse militar a possibilidade de um tiro seletivo, em detrimento do volume dos fogos. A opção justificou-se por ser uma área altamente humanizada. Até mesmo a Metralhadora MAG, não se mostrou a melhor opção, dentro do estudo de situação do comandante da FT.

O maior dano colateral observado durante a F Pac VII com o uso dos M113BR, foi decorrente de suas lagartas ao atingirem calçadas. Em pouco tempo a mídia alternativa local passou a explorar como um exemplo dos danos que a Operação São Francisco causava à comunidade. Em resposta, o Cmdo da F Pac iniciou o trabalho de controle de danos, que inserido nas Operações de Informação, virou uma oportunidade da mão amiga do Exército ser empregada em obras de pequeno porte. Destas ações havia um retorno altamente positivo, apresentando não só obras de reparos, mas melhorias locais que eram reconhecidas pela comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DO M113BR NA F PAC VII

Se por um lado o M113BR na operação mostrou-se importante na manobra, através de sua trafe-



gabilidade e manobrabilidade, e aumentou a sensação de poder das Forças Armadas sobre os elementos do Crime Organizado. Os blindados são identificados pela população, de forma geral, como instrumentos estritamente de guerra e sua presença no terreno mostrou-se como importante fator dissuasório. Por outro lado, os blindados e a guarnição, passaram a ser alvos compensadores, sendo identificadas comunicações entre APOP com esse conteúdo, reforçadas por ações recebidas pela tropa. Na Figura 3 é apresentado o resultado de uma ação hostil contra uma VBTP nas condições citadas.

Nessa imagem, pode-se verificar que apesar da blindagem em duralumínio (considerada leve no aspecto capacidade de proteção e peso), a VBTP mostrou-se capaz de suportar com sua couraça as ameaças hostis. Assim, no estudo do inimigo (apesar de **não existir um inimigo**), a viatura foi adequada, também, no fator proteção blindada.

Figura 3: VBTP após patrulha onde recebeu engajamento por fogos



Fonte: elaborado pelo autor.

A aquisição de novos acessórios para o M113BR o tornarão mais apto para o emprego em ambientes urbanos, como por exemplo as lagartas de borracha “Brand Track”, fornecidas pela empresa canadense Soucy International Inc, que já equipam alguns blindados. Essas lagartas, com metade do peso, apresentam redução de 7 dB no ruído e 60% da vibração (OLIVEIRA, 2013). Outro componente é o Visor QT M17 Day / Thermal Periscope, da norte-americana Optex Systems. Trata-se de um visor para guiagem do veículo em qualquer tempo, com uma câmera de alta definição, com 10mp, para o dia, e um visor termal para a noite

(HIGUCHI; BASTOS, 2016).

Concluindo, as mudanças mecânicas realizadas no M113 mostraram que é uma viatura confiável para atividades de GLO com uso intenso. Sua recém adquirida capacidade de pivoteamento e suas dimensões reduzidas tornaram-na apta para deslocar-se no interior da localidade. Sua blindagem, apesar de leve, foi suficiente para suportar o poder de combate dos APOP. Assim, foi possível combinar o uso do M113 com o emprego gradual e proporcional da força, garantindo a segurança nas ações no interior do Complexo da Maré. No entanto, a utilização da VBTP retoma outras questões que devem ser observadas, tais quais a necessidade dos meios logístico terem a mesma capacidade de mobilidade dos elementos de manobra (exemplo: uma viatura sobre lagartas sendo suprida por uma logística sobre rodas) e a necessidade de viaturas blindadas leve sobre rodas, as chamadas Viaturas Blindadas Multitarefa, Leves de Rodas (VBMT-LR).

REFERÊNCIAS

BENITES JUNIOR, Paulo Sergio Raghiant. Relatório final de missão FT Aço. Ponta Grossa: 13º BIB, 2015.

BRASIL. Exército. Estado Maior do Exército. EB20-MF-10.223: Operações. Brasília, DF, 2017.

HIGUCHI, Helio; BASTOS, Paulo Roberto. Novidades na Arma blindada brasileira. Revista Tecnologia & Defesa. Edição Digital. 2016. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/novidades-na-arma-blindada-brasileira/>>. Acesso em 15 M 2018.

OLIVEIRA, Renan Rodrigues de. Projeto M-113Br - Revitalização do M113A2 MK1 no EB. Defesa Net, 2013. Disponível em: <<http://www.defesenet.com.br/doutrina/noticia/12002/Projeto-M-113Br---Revitalizacao-do-M113A2-MK1-no-EB/>>. Acesso em 15 Abr 2018.

PEREIRA, Daniel Henrique Aguilar. A Companhia de Fuzileiros Blindada dotada de viatura blindada de transporte de pessoal M113-BR em operações em ambiente urbano no contexto de operações de apoio a órgãos governamentais: uma proposta de técnicas, táticas e procedimentos. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/1093>. Acesso em 15 Maio 2018.

STORTI, Denis Batista Gauto; BOTELHO, Leo Machado. A evolução da VBTP M113 no Exército Brasileiro. Torreta do Adjunto. Centro de Instrução de Blindados, ano 1, Nr 08, Santa Maria:

O EMPREGO DO M113BR NA OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO VII (ARTIGO DE OPINIÃO)

CIBId, 2016. Disponível em: < <https://orbisdefense.blogspot.com.br/2016/06/a-evolucao-da-vbtp-viatura-blindada-de.html>>. Acesso em 15 Maio 2018.

